

DOCUMENTOS TEMÁTICOS ELABORADOS COMO SUBSÍDIOS DA PROPOSTA – PNOT



Junho 2006

VERSÃO PARA CONSULTA



Ministério da Integração Nacional



Brasil

Presidência da República

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Integração Nacional

Ministro

Pedro Brito do Nascimento

Secretaria-Executiva do Ministério

Secretário Executivo

Silvana Maria Parente Neiva Santos

Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional

Secretário

Maurício Teixeira Rodrigues

Secretaria de Programas Regionais

Secretário

Carlos Augusto Grabois Gadelha

Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Secretário

Athos Magno Costa e Silva

Secretaria Nacional de Defesa Civil

Secretário

Jorge do Carmo Pimentel

Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica

Secretário

Hypérides Pereira de Macedo

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DO PNOT

Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO INICIAL PNOT

Antonio Carlos Figueira Galvão

Henrique V. da C. Ferreira

Júlio Miragaya

Rosalvo Oliveira Júnior

Francisco Bezerra Siqueira

Wilson Torres Filho

Alessandra D' Aqui Velloso

Elaene Leila de Oliveira Rocha

COLABORADORES

Maria José Monteiro

Stênio Moraes Gonçalves

CONSULTORES

Hervé Théry

Juliana Dalboni Rocha

Marcelo Felipe Moreira Persegona

Sergio Ulisses Silva Jatobá

Lúcia Cony Faria Cidade

Bertha K. Becker

Neli Aparecida de Mello

Márcia Leuzinger / Lílian Rocha

COORDENAÇÃO

Brasilmar Nunes

Fernando Paiva Scardua

APRESENTAÇÃO

Com o ganho da expressão na sociedade brasileira e o reconhecimento da necessidade de se compatibilizar as formas de ocupação e uso do território com as suas potencialidades. E compreensão das dinâmicas territoriais que exige um exame das singularidades destes processos, cujos desdobramentos constroem o espaço social e moldam o território.

A Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional elaborou, em conjunto com a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPT) e o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), o projeto “Elaboração de Subsídios Técnicos e Documento Base para a Definição da Política Nacional de Ordenamento do Território – PNOT”.

Tendo como antecedentes a atual Constituição Brasileira, promulgada em 1988, introduziu em seu artigo 21, inciso IX, a responsabilidade da União na elaboração de planos de ordenamento territorial. Existindo a falta de disponibilidade no Brasil, de uma ação desde os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal); com uma diversidade apenas de planos, programas e projetos sem articulação, que muitas vezes se convertem em ações isoladas, sem efeito multiplicador, e que a União, os Estados ou os Municípios adotam, causando conflitos nos outros níveis. Tendo necessidade de uma definição por parte da União de diretrizes que sirvam de referencial para a realização de processos que visem à ordenação dos instrumentos existentes de uma forma orgânica e harmônica entre os diferentes níveis. A definição de uma Política Nacional de Ordenamento do Território, em suas múltiplas dimensões no desafio como instrumento de crescimento econômico, justiça social e desenvolvimento sustentável.

O ministério da Integração Nacional juntamente com o IICA propuseram a elaboração destes trabalhos para conceber uma proposta estratégica para o território associada a um projeto de nação. Tendo como diretrizes básicas, proporcionar uma melhor distribuição da população no território; propiciar uma melhor distribuição das atividades econômicas no território; gerar uma maior racionalidade econômica no uso e ocupação do território, buscando exploração das potencialidades e maior produtividade; melhorar a qualidade ambiental; melhorar a qualidade de vida (maior acesso a terra, ao trabalho, aos serviços públicos, etc.).

ANEXOS

Tema 1:

–O padrão de uso e ocupação do território e as principais tendências de transformação

Tema 2:

– Avaliação dos impactos de Planos, Programas e Projetos no Uso e Ocupação do Território no Brasil.

Tema 3:

– Políticas de Ordenação do Território – A contribuição de experiências nacionais e internacionais

Tema 4:

– Logística e Ordenamento do Território.

Tema 5:

– Espaços geográficos sob poder da União – uma avaliação da experiência na perspectiva de uma PNOT.

Tema 6:

– Avaliação do Aparato Institucional e Jurídico-legal na perspectiva da PNOT.

ANEXOS

Tema 2:

– Avaliação dos impactos de Planos, Programas e Projetos no Uso e Ocupação do Território no Brasil.



AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DE POLÍTICAS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS NO USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL

(Tema 2)

Coordenação:
Brasilmar Nunes
Fernando Paiva Scardua

Equipe:
Ana Carolina Miranda Lamy
Andréa Azevedo
Dumara Regina Lima
Jefferson Lorencini Gazoni
Josiane do Socorro Aguiar de Souza
Juliana Dalboni Rocha
Marcelo Felipe Moreira Persegona
Susan Eghrari Moraes

Apoio:
Alice Louzada

Brasília, abril de 2006.

SIGLAS

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
ANA	Agência Nacional de Águas
APLs	Arranjos Produtivos Locais
BASA	Banco da Amazônia S.A.
BB	Banco do Brasil S.A.
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONVIVER	Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido
CUMN	Conjunto Urbano de Monumentos Nacionais
CVA	Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica
DEST	Departamento de Controle das Empresas Estatais
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNDR	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
FNE	Fundo Constitucional do Nordeste
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNO	Fundo Constitucional do Norte
FUNTEC	Fundo Tecnológico
FUNTEL	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MODERAGRO	Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais
MODERCARGA	Programa de Modernização da Frota de Caminhões
MODERFROTA	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
MODERINFRA	Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem
MODERMAQ	Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRG	Microrregião
MTur	Ministério do Turismo
NOVO	Programa de Organização Produtiva de Comunidades Pobres
PRONAGER	
PAIS	Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDRS	Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária e de Gestão dos Setores Sociais Básicos
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDU	Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
PPG-7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Grupo dos 7
PRODEAGRO	Programa de Desenvolvimento do Agronegócio
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado
PRODECOOP	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
PRODEFRUTA	Programa de Desenvolvimento da Fruticultura
PRODESPAR	Programa de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
PROFARMA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica
PROFLORA	Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas
PROGEREN	Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda
PROMESO	Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais
PROMOVER	Programa de Promoção e Inserção Econômica de sub-regiões
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais
PROSOFT	Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos
QDD	Quadro Demonstrativo de Despesa
RENAI	Rede Nacional de Informações sobre Investimentos
SAD/WEBGIS	Sistema de Apoio à Decisão com Informações Georreferenciadas para Internet
SHUN	Sítio Histórico Urbano Nacional
SIAFI	Sistema de Administração Financeira do Governo Federal
SIEST	Sistema de Informações de Estatais
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UC	Unidades de Conservação
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS UTILIZADOS.....	13
2 POLÍTICAS PÚBLICAS COM REBATIMENTO TERRITORIAL.....	15
2.1 POLÍTICAS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS PÚBLICOS E PRIVADOS	15
2.2 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO.....	16
2.3 INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO	17
3 ANÁLISE DAS PPPP'S FEDERAIS	24
3.1 SAD/WEBGIS: SISTEMA DE APOIO À DECISÃO COM INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS PARA INTERNET.....	58
3.1.1 <i>O Desenvolvimento do Sistema</i>	58
3.1.2 <i>Soluções de Software</i>	61
3.2 O ÍNDICE DE DENSIDADE TERRITORIAL.....	62
3.2.1 <i>Metodologia</i>	62
3.2.2 <i>Indicador de IUR (Índice de Utilização Rodoviária)</i>	60
3.2.3 <i>Indicador de Densidade Populacional (2000)</i>	65
3.2.4 <i>Indicador de PIB per Capita (1998)</i>	66
3.2.5 <i>Indicador de Acessibilidade ao Crédito</i>	67
3.2.6 <i>Indicador de Abrangência</i>	68
3.2.7 <i>Índice de Densidade Territorial</i>	69
4 ANÁLISES DO IDT POR MRG AGRUPADAS EM UF'S E MACRO REGIÕES ...	70
4.1 REGIÃO CENTRO-OESTE	66
4.1.1 <i>Mato Grosso</i>	69
4.1.2 <i>Mato Grosso do Sul</i>	71
4.1.3 <i>Goiás</i>	73
4.1.4 <i>Distrito Federal</i>	75
4.2 REGIÃO NORDESTE	78
4.2.1 <i>Maranhão</i>	81
4.2.2 <i>Piauí</i>	83
4.2.3 <i>Ceará</i>	86
4.2.4 <i>Rio Grande do Norte</i>	89
4.2.5 <i>Paraíba</i>	92
4.2.6 <i>Pernambuco</i>	95
4.2.7 <i>Alagoas</i>	98
4.2.8 <i>Sergipe</i>	100
4.2.9 <i>Bahia</i>	103
4.3 REGIÃO NORTE	106
4.3.1 <i>Amazonas</i>	113
4.3.2 <i>Acre</i>	116
4.3.3 <i>Rondônia</i>	119
4.3.4 <i>Roraima</i>	121
4.3.5 <i>Amapá</i>	123
4.3.6 <i>Pará</i>	125
4.3.7 <i>Tocantins</i>	129
4.4 REGIÃO SUDESTE	132
4.4.1 <i>Espírito Santo</i>	136
4.4.2 <i>Rio de Janeiro</i>	138
4.4.3 <i>Minas Gerais</i>	141

4.4.4	<i>São Paulo</i>	144
4.5	REGIÃO SUL	148
4.5.1	<i>Paraná</i>	149
4.5.2	<i>Santa Catarina</i>	152
4.5.3	<i>Rio Grande do Sul</i>	153
5	ANÁLISE DOS PPPP'S PRIVADOS	155
5.1	RENAI – 2004 (PRIMEIRO E SEGUNDO SEMESTRES).....	156
5.2	FUNDOS CONSTITUCIONAIS.....	161
5.3	INVESTIMENTOS BNDES (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO)	163
5.4	SETOR PRIVADO E INFRA-ESTRUTURA	161
	CONSIDERAÇÕES.....	167

APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o produto do Tema 2 do Projeto “Elaboração de Subsídios Técnicos e Documento-Base para a Definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT” (MI/SDR – ABIPTI/UnB/CDS), intitulado “Avaliação dos Impactos de Políticas, Planos, Programas e Projetos no Uso e Ocupação do Território no Brasil”. Elaborado por uma equipe de professores e pesquisadores do Centro de Desenvolvimento Sustentável/CDS da Universidade de Brasília/UnB, este documento é composto por seis capítulos e um item destinado às considerações.

O primeiro capítulo relata os pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam o desenvolvimento dos trabalhos. O segundo capítulo introduz o tema das Políticas Públicas com Rebatimento Territorial, destacando os Planos, Políticas, Programas e Projetos (PPPP’s) Públicos e Privados, bem como os instrumentos de planejamento e de financiamento do Governo Federal.

O capítulo terceiro trata da análise dos PPPP’s a partir de três vertentes: o levantamento dos programas federais atuais existentes em cada microrregião geográfica brasileira (MRG); o SAD/WEBGIS (Sistema de Apoio à Decisão com Informações Georreferenciadas para Internet) desenvolvido neste trabalho como ferramenta de apoio ao planejamento territorial; e a apresentação do Índice de Densidade Territorial (IDT), com a sua metodologia de criação e a descrição dos indicadores que o compõem.

No capítulo seguinte têm-se a análise do IDT por MRG’s, agrupadas em UF’s e Macro Regiões. O sexto capítulo apresenta um breve diagnóstico dos investimentos do setor privado em PPPP’s considerados de rebatimento territorial. Em seguida são apresentadas as considerações finais deste documento, bem como bibliografia e anexos.

1 Pressupostos teóricos e metodológicos utilizados

Na ausência de uma política de ordenação territorial federal optou-se por se utilizar e analisar as políticas públicas em desenvolvimento pelo governo federal, bem como da iniciativa privada, no intuito de avaliar os impactos de tais políticas, planos, programas e projetos (PPPP's) sobre o território.

A análise dos PPPP's federais passa necessariamente pela análise do atual PPA (2004-2007) focalizada nos PPPP's que tenham rebatimento territorial, principalmente, os de infra-estrutura – pois são os que irão permitir uma configuração ou reconfiguração do território brasileiro.

O trabalho não pretende definir território ou espaço territorial, tendo em vista que diversos programas públicos e privados utilizam diferentes metodologias e conceitos para “especializar” suas ações sobre um território. Nesse sentido, procurou-se avaliar aqueles PPPP's que apresentam algum rebatimento territorial, que, a princípio tenham como ser especializados minimamente num município brasileiro, tendo sido escolhido a Microrregião Geográfica do IBGE como o recorte territorial de análise.

A seguir tem-se o detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados na identificação e análise dos PPPP's.

a) Identificação dos PPPP's relevantes

Assim, inicialmente foram identificados os PPPP's de grande porte em nível governamental e, também, empresarial (privado e estatal), cuja formulação e, sobretudo, implementação tiveram rebatimentos e desdobramentos no território nacional. Para tanto foi feito um recorte levasse em consideração a natureza do ator responsável pela elaboração do PPPP, e realizadas pesquisas na internet e consultas aos Ministérios, cujos resultados são apresentados nos anexos 1 e 2 deste relatório.

Numa primeira tentativa consultou-se o MI para articular o acesso ao SIAFI, Sistema de Informações Gerenciais - SIGPLAN e QDD, para a determinação dos PPPP's que apresentassem algum rebatimento territorial. Devido à complexidade, à dificuldade e ao tipo de informação que seria disponibilizado optou-se por uma nova abordagem.

Em novo desenho metodológico foram definidos que os programas federais que tivessem rebatimento territorial, e que pudessem oferecer algum impacto territorial, deveriam ser objeto de análise. Desta forma, os programas federais foram analisados e apresentados por microrregiões geográficas brasileiras (MRG's). Os programas privados previstos ou em andamento, também foram apresentados, tendo sido plotados aqueles que apresentavam valores superiores a R\$ 50.000.000,00.

No âmbito estadual, inicialmente, optou-se pelo mesmo tipo de consulta (internet) procurando nos sites dos estados informações a respeito dos respectivos PPA's estaduais. Com base nas informações colhidas, apresentadas no anexo 3, pode-se observar que existem lacunas e ausência de informações a respeito da maior parte dos estados brasileiros, motivo pelo qual tal análise foi prejudicada. No caso dos estados, também se pretendia obter os recortes da divisão administrativa utilizada para cada um, tendo em vista que cada estado tem a prerrogativa de definir os recortes utilizados para gestão de seu território, porém tal estratégia se mostrou ineficaz.

No campo da iniciativa privada, inicialmente foi tentado um contato direto dos consultores com as grandes empresas selecionadas a partir do anuário exame 2004-2005 infra-estrutura e no Atlas do Mercado Brasileiro da Gazeta Mercantil. Dada a negativa em se conseguir tais informações foram elaborados e aplicados questionários semi-estruturados (anexo 4), enviados por email e feitos contatos via telefone. Essa abordagem também não obteve sucesso. Paralelamente, também se tentou entrevistar alguns *stakeholders* que possuem contato direto com estas empresas, a fim de se conseguir maiores informações, o que também não se mostrou satisfatório. Diante de tais impasses foram utilizadas as informações provenientes da Rede Nacional de Informações sobre Investimentos – RENAI do MIDC (1º e 2º semestre de 2004), dados do anuário Exame sobre infra-estrutura e da Gazeta Mercantil, bem como de consultas aos recursos disponibilizados pelos fundos constitucionais e fontes de financiamento do BNDES.

b) Avaliação dos PPPP's

Visando à avaliação dos PPPP's foi desenvolvido neste trabalho um sistema, batizado de SAD/WEBGIS¹, que teve como propósito contribuir para a observação do Brasil, consolidando as iniciativas públicas e privadas existentes. Esse sistema torna-se uma ferramenta de grande utilidade, pois pode auxiliar o usuário a analisar várias informações em formatos diferentes, integradas em uma ferramenta que as representa em forma de mapa.

O sistema utiliza informações georreferenciadas com abrangência de todo território nacional que permite entender as necessidades específicas do trabalho dos especialistas/analistas de informação pelo uso de uma ferramenta capaz de armazenar, recuperar, integrar, manipular, analisar, e principalmente, associar dados espaciais a um banco de dados textual e de imagens para possibilitar as técnicas de georreferenciamento e gestão do conhecimento. Desta maneira, permite-se o estudo das problemáticas que compõe um cenário de grande complexidade a ser gerenciado no planejamento territorial brasileiro auxiliado pela geração de mapas temáticos personalizados solicitados pelo usuário.

¹ SAD/WEBGIS é a sigla para Sistema de Apoio a Decisão com Informações Georreferenciadas para Internet.

Com base nos levantamentos efetuados foi criado de um “Índice de Densidade Territorial – IDT”, que se apresenta como uma ferramenta útil na análise das diferenças entre as MRG’s brasileiras. Sua formulação está baseada num conjunto de critérios que se encontra disponível no Quadro 4 e cuja fórmula proposta é apresentada pelas equações 1, 2 e 3.

A variação dos valores dos indicadores e índice utilizados, para cada MRG, pode verificar os impactos territoriais de programas. Para avaliar esses impactos, as MRG’s, existentes em cada UF, podem ser agrupadas a fim de se avaliar como esses programas, podem estar ou não contribuindo para modificar o território nacional. A metodologia de criação do IDT encontra-se no terceiro item deste documento.

Posteriormente foi calculado o IDT de cada MRG brasileira (dentre as 558). A partir desse cálculo foram realizadas análises dos indicadores, utilizados para compor o índice, e do próprio IDT por MRG. Além disso, analisou-se o rebatimento dos PPPP’s federais e privados, definidos anteriormente, nesses territórios. Essas análises foram agrupadas por estado e posteriormente por macrorregião.

2 Políticas Públicas com Rebatimento Territorial

2.1 Políticas, Planos, Programas e Projetos Públicos

A discussão acerca das políticas públicas e modelos de gestão estão presentes no Brasil desde o Governo de Eurico Gaspar Dutra, ao propor o Plano Salte, onde foi feita uma proposta de planejamento econômico englobando quatro áreas: energia, transporte, saúde e alimentação.

Desde então vários programas foram elaborados e implantados, com maior ou menor sucesso. No caso específico deste trabalho, estaremos enfocando as políticas governamentais federais, sendo empregado um maior esforço analítico nas políticas e programas do atual governo.

Para fins analíticos vale lembrar que Constituição Federal de 1988 instituiu o Plano Plurianual (PPA) como instrumento de planejamento do governo federal, estadual e municípios. Desde então esse passou a ser a principal linha indutora e promotora das diretrizes dos governos, nas respectivas esferas de atuação.

O primeiro PPA elaborado no governo FHC, compreendendo o período de 1996-1999, intitulado “Avança Brasil”, introduziu o conceito de eixos nacionais de integração e desenvolvimento, como referência espacial do desenvolvimento, e os projetos estruturantes, essenciais para as transformações desejadas no ambiente econômico e social (BRASIL, 2002). Esse programa agregou ao PPA o gerenciamento de empreendimentos estratégicos.

Já no seu segundo mandato, o PPA 2000-2003 introduziu na administração pública federal a gestão por resultados. Entre as suas principais inovações destacam-se: a adoção do programa como

unidade de gestão; a integração entre plano, orçamento e gestão; o fortalecimento do conteúdo estratégico por meio do estudo dos eixos; bem como o gerenciamento e a avaliação de desempenho em todos os programas do governo federal (BRASIL, 2002).

O PPA 2004-2007, também conhecido por “Brasil de todos”, teve como modelo a gestão orientada para resultados e como premissa a disponibilidade de informações gerenciais, em tempo real, para todos os gestores envolvidos com a implementação dos programas. Esse novo PPA atualizou os eixos nacionais de desenvolvimento – trabalho desenvolvido por firmas contratadas para atualizar o portfólio de oportunidades de investimentos – e contou com uma nova proposição de investimento público-privado (BRASIL, 2002).

2.2 Instrumentos de Planejamento

A pluralidade de instrumentos de planejamento existentes no Brasil se sobressai quando comparada a qualquer país. Na área ambiental, podemos listar o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), os planos diretores de bacias hidrográficas, os planos de manejo de unidades de conservação. Nas cidades, os Planos Diretores e seus mais variados instrumentos de gestão territorial urbana. Nas áreas de assentamento rural, os PDA's, o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do MDA/SDT, só para listar alguns dos instrumentos de planejamento territorial existentes.

Na ausência de uma política de ordenamento territorial federal, utilizamos as seguintes políticas públicas objetivando verificar as ações desenvolvidas pelo atual governo, a saber: Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), Política de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) e Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

As definições das políticas regionais, urbanas, rurais e ambientais estão sendo definidas dentro de ministérios que possuem as atribuições para tal. Anteriormente, cada política vinha sendo pensada individualmente, tornando-se, portanto, difícil sua articulação e integração entre as agendas e propostas de governo, o que se refletia na definição de programas com distintos recortes territoriais e espaciais. Até a criação da Câmara Ministerial, que tem por missão tal função, essas ações não guardavam uma articulação. Em se tratando dos instrumentos para a implantação das referidas políticas, observa-se que muitas das ações para sua consecução não se encontram em um único ministério ou órgão de governo, fazendo com que a articulação para a sua operacionalização também esteja vinculada a múltiplos atores que extrapolam a esfera de uma única instituição.

Assim, as políticas apresentadas acima se encontram desarticuladas entre si, só existindo alguma territorialidade ou espacialidade em poucos programas, sem, entretanto, refletir uma preocupação

com aspectos conceituais de território e, por conseguinte, a tradução de políticas de gestão territorial.

O PPA, por outro lado, constitui peça de planejamento e orçamento do governo federal, sendo, portanto, o seu principal instrumento de planejamento, porém não o único. O atual governo vem tentando centralizar todas as ações no sentido de internalizar as informações e ações que envolvam as receitas e despesas do governo dentro do orçamento da União, como forma de ter maior gerência e controle.

Para fins práticos enquadrados os programas por política de governo, conforme quadro 1, tendo em vista que alguns programas não estão contidos dentre os ministérios que cuidam das quatro políticas referidas acima, e outros tem programas afetos a mais de uma política.

Quadro 1: Programas/ações por Política de governo

Política	Programas ou ações
PNDR	PROMESO, CONVIVER, PROMOVER, Faixa de Fronteira, Novo Pronager, PAS e Plano BR-163 Sustentável.
PDRS	PRONAT, CONSAD's e Pactos de Concertamento.
PNDU	Plano Diretor das Cidades e Programa Monumenta.
PNMA	Pólos Nacional de Ecoturismo, PROECOTUR, Programa de Regionalização de Turismo, Áreas Especiais, GESTAR, Agenda 21 Local, PROAMBIENTE e ZEE.

2.3 Instrumentos de Financiamento

Em relação aos instrumentos de financiamento, atualmente existem além do orçamento consignado no PPA, recursos alocados em fundos (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA; Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE; Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA; Fundos Constitucionais de Financiamento – FCO, FNE, FNO; Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; fundos de pensões), incentivos fiscais de IR e outras fontes, que atendam ao financiamento público e privado de investimento no território nacional, além de acordos de empréstimo com bancos e doações de organismos internacionais.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO) foram instituídos pelo art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal e regulamentados pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989 e pela Lei nº 10.177, de 12/01/2001. A Constituição Federal destinou 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, num percentual de 0,6%, 1,8% e 0,6%, respectivamente.

A administração destes recursos é feita da seguinte forma: para o FCO, o Ministério da Integração Nacional é o órgão responsável pela definição das diretrizes e prioridades de aplicação, bem como pelo estabelecimento de normas para sua operacionalização e sua supervisão. O Banco

do Brasil S.A. – BB é o agente financeiro, responsável pela aplicação dos recursos e o Conselho Deliberativo é responsável pela aprovação dos programas de financiamento e proposição de medidas de ajustes.

No caso do FNE, o agente financiador é o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e o Ministério da Integração fica responsável pelas ações do Conselho Deliberativo, o mesmo ocorrendo com o FNO, no qual o agente financeiro é o Banco da Amazônia S.A. (BASA).

A Medida Provisória nº 2.146-1, de 04 de maio de 2001, que extinguiu as Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM), criou as Agências de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) e da Amazônia (ADA) e os Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e da Amazônia - FDA. O FDNE e o FDA são geridos pela ADENE e pela ADA, respectivamente, e têm a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos nas áreas de atuação das agências. O FDNE foi regulamentado pelo Decreto nº 4.253, de 31 de maio de 2002 e o FDA pelo Decreto nº 4.254, de 31 maio de 2002.

Os Fundos Fiscais de Investimento, também denominados Fundos de Investimentos Regionais, têm como objetivo a mobilização de recursos para regiões carentes de poupança privada, com a finalidade de incentivar empreendimentos econômicos com capacidade de promover o desenvolvimento regional, seguindo diretrizes e prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional.

Os Fundos Fiscais de Investimentos FINAM (Fundo de Investimentos da Amazônia) e FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste) estão extintos para novos projetos, por força da Medida Provisória nº 2.146-1, de 04 de maio de 2001.

As Reduções de Imposto de Renda têm suas regras estabelecidas na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para a fruição do benefício de redução do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração são as seguintes:

- **Para empreendimentos aprovados** a partir do ano calendário de 2000 e até 31 de dezembro de 2013, as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas SUDENE e SUDAM, terão direito à redução de setenta e cinco por cento do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. Seu prazo de fruição não excederá a dez anos e os percentuais de redução a serem aplicados aos pleitos aprovados ou protocolizados no órgão até 24 de agosto de 2000 são os constantes do caput do art. 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. Pelo prazo que remanescer para completar o período de dez anos, os projetos protocolizados no órgão competente e na forma da legislação anterior a 24 de agosto de

2000, poderão reivindicar o percentual de redução previsto no item I, desde que sua atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo. Os Decretos nº 4.212 e 4.213, de 26 de abril de 2002, definem os setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas SUDAM e SUDENE, respectivamente;

- **Para outros empreendimentos**, os benefícios fiscais de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis de que tratam o art. 14 da Lei nº 4.239, de 1963, o art. 22 do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, o parágrafo 2º do art. 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e o art. 2º da MP nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, só não estarão extintos para aqueles empreendimentos dos setores da economia considerados pelo Poder Executivo prioritários para o desenvolvimento regional. Serão calculados segundo os seguintes percentuais: i) 37,5% (trinta e sete inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; ii) 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; e, iii) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013. Os Decretos nº 4.212 e 4.213, de 26 de abril de 2002, definem os setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas SUDAM e SUDENE, respectivamente.
- **Depósitos para reinvestimento** são definidos pelos seguintes instrumentos jurídicos: Art. 19 da Lei 8.167, de 16 de janeiro de 1991, o art. 2º da Lei nº 9.532, de 10 de agosto de 1997, e o art. 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001. As empresas que tenham empreendimentos em operação nas áreas de atuação das extintas SUDENE e SUDAM, desde que enquadradados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, poderão depositar no BNB e no BASA trinta por cento do valor do Imposto de Renda devido pelos respectivos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de cinqüenta por cento de recursos próprios. A liberação fica condicionada à aprovação, pelas agências de desenvolvimento regional, dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento. Os Decretos nºs 4.212 e 4.213, de 26 de abril de 2002, definem os setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas SUDAM e SUDENE, respectivamente.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, que foi criado em 23 de julho de 1986 pelo Decreto Lei nº 2.288 (alterado pelo Decreto Lei nº 2.383, de 17 de dezembro de 1987) e atualmente é regulamentado pelo Decreto nº 193, de 21 de agosto de 1991 (alterado pelo Decreto 3.211 de 18

de outubro de 1999 e pelo Decreto 4.981 de 06 de fevereiro de 2004), tem natureza autárquica e personalidade jurídica de direito público e tem por finalidade prover recursos para realização, pela União, de investimentos de capital necessários à dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. Os recursos captados pelo FND originaram-se, basicamente, do lançamento de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), de longo prazo².

O FND concede, anualmente, empréstimos aos três agentes financeiros – BNDES, FINEP e Banco do Brasil – para aplicação em empresas do setor de ciência e tecnologia, exclusivamente através da FINEP; do setor de insumos básicos e bens de consumo, via BNDES; e para pequenas e médias empresas, através do BNDES e do Banco do Brasil. O orçamento do FND integra o Orçamento Geral da União, votado pelo Congresso Nacional.

A administração do FND está a cargo de uma Secretaria Executiva e de um Conselho de Orientação, conforme definido pelo Decreto nº 193, de 21 de agosto de 1991 (alterado pelo Decreto 3.211 de 18 de outubro de 1999 e pelo Decreto 4.981 de 06 de fevereiro de 2004). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES executa os serviços da referida Secretaria sem cobrança de taxa de administração, prestando apoio técnico, administrativo e de pessoal necessário a seu funcionamento, cabendo ao Presidente da Entidade a função de Secretário Executivo.

Inicialmente era previsto pelo Decreto-Lei 2.288/86, que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento, a devolução do empréstimo compulsório, também previsto naquele instrumento legal, com cotas do FND. Entretanto, o Senado Federal, pela Resolução nº 50, de 09.10.95, suspendeu, por inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal, a devolução do empréstimo compulsório com cotas do FND. A partir daí, cessou qualquer espécie de vinculação do Fundo com o referido empréstimo.

Além desses instrumentos de financiamento existem algumas políticas setoriais que criaram outros mecanismos de financiamento, como a lei de política nacional do meio ambiente, a política nacional de recursos hídricos, o código de mineração, entre outras, que possibilitaram o desenvolvimento de todo um aparato de financiamento de alguns estados e municípios, bem como da união, para conduzirem essas políticas.

O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) foi criado pela Lei nº 7.797 de 10/07/1989, e tem por missão contribuir, como agente financiador e por meio da participação social, para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Desde sua criação o FNMA apóia projetos ambientais em todo o país, em duas modalidades de apoio: demandas espontâneas e demandas induzidas.

² Acessado em 20.12.2005 em <http://www.bnDES.gov.br/empresa/fundos/fnd/default.asp>

O Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, instituído pela Lei nº 8.742, de 07/12/1993, tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), como órgão responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, gerir o FNAS, sob orientação e controle do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Para preparação da Sistemática de Financiamento da Assistência Social devem ser observadas as disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - Lei nº 10.524, de 25/07/2002, na Lei Orçamentária Anual - Lei nº 10.640, de 14/01/2003; Na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742, de 07/12/1993 e suas alterações; na Lei nº 9.604, 05/02/1998, no Decreto nº 1.605, de 25/08/1995 e na Instrução Normativa STF/MF nº 01, de 15/01/1997 e suas alterações.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) é uma Autarquia vinculada ao MIDC, criada pelo Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que administra a Zona Franca de Manaus - ZFM e atua como agência promotora de investimentos, que tem a responsabilidade de identificar alternativas econômicas e atrair empreendimentos para a região, objetivando a geração de emprego e renda³.

Além dos exemplos listados acima existem alguns instrumentos de planejamento, que condicionam fontes de recursos para a implantação e implementação dos mesmos com recursos extra-orçamentários. No caso das Unidades de Conservação estão disponíveis recursos provenientes de obras potencialmente e efetivamente poluidoras, equivalente a 0,5 a 5% do valor da obra a ser aplicado nas UC's. No caso da gestão de recursos hídricos seu instrumental jurídico estabelece que os instrumentos de outorga e cobrança de recursos hídricos irão estipular o valor a ser pago pela captação e lançamento de água, bem como pela sua qualidade. Outros impostos e taxas são cobrados para a implementação de instrumentos específicos, porém uma parcela está atrelada a fontes orçamentárias.

A Lei nº 9.985, de 18/07/2000 no seu art. 36, § 1, e no seu decreto regulamentador nº 4.340, de 22/08/2002, nos seus art. 31 a 34 estabelecem o limite mínimo de recursos a serem alocados em unidades de conservação, bem como a prioridade de aplicação dos recursos. A Lei nº 9.443, de 08/01/1997 nos seus art. 19 a 23 são estabelecidas a cobrança dos recursos hídricos.

Além desses fundos, o governo federal também conta uma rede de bancos públicos e privados, bem como agências de fomento, para financiar atividades públicas e privadas ao longo do

³ Acessado em 21.12.2005 em <http://www.suframa.gov.br/suf-oqueesuframa.cfm>

território nacional, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, criada pela Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971. O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país.

As Políticas Operacionais do BNDES orientam e normatizam a concessão de financiamento, estabelecendo critérios para priorizar os projetos que promovam o desenvolvimento com inclusão social, estimulando os empreendimentos que criem emprego e renda, contribuindo também para a geração de divisas, em consonância com as orientações do Governo Federal. As condições de financiamento consideram as variáveis relacionadas às características do proponente e do projeto, como: o porte, a localização, a origem do capital e a finalidade do investimento.

O BNDES oferece linhas de financiamento através do apoio indireto automático para as seguintes linhas de apoio: FINAME, FINAME Agrícola, FINAME Leasing, FINAME Concorrência Internacional, ou via Cartão BNDES. Paralelamente, o BNDES contempla com linhas de apoio financeiro os seguintes programas do governo federal sob sua administração, de acordo com a dotação orçamentária e prazo de vigência limitada:

a. **Agropecuários:** Programa Especial de Financiamento Agrícola; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA); Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (MODERINFRA); Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (MODERAGRO); Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROPFLORA); Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP); Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (PRODEAGRO); Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (PRODEFRUTA);

b. **Industriais:** Programa de Financiamento a Supridores Nacionais de Equipamentos, Materiais e Serviços Vinculados; Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica (PROFARMA); Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL); Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (PROSOFT); Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (MODERMAQ); Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (PROGEREN);

c. **Infra-estrutura:** Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica (CVA); Programa de Apoio à Capitalização de Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica; Programa de apoio financeiro a investimentos em fontes

alternativas de energia elétrica no âmbito do PROINFA; Programa de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica;

d. **Programas Sociais:** Programa de Modernização da Administração Tributária e de Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT); Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior; Programa de Fortalecimento e Modernização das Entidades Filantrópicas de Saúde e Hospitais Estratégicos Integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS; Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas (PAIS); Programa de Microcrédito;

e. **Programas Regionais:** Programas Regionais;

f. Outros Programas: Programa de Modernização da Frota de Caminhões (MODERCARGA); Fundo Tecnológico (FUNTEC); e, Programa de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (PRODESPAR).

Outras fontes de recursos estão disponíveis em alguns programas frutos de acordos internacionais de empréstimo (p.ex: Programa Monumenta) e de doação (P.ex: PPG-7). Outras fontes de recursos estão disponíveis em alguns programas frutos de acordos internacionais de empréstimo (p.ex: Programa Monumenta) e de doação (p.ex: PPG-7). O quadro 2 apresenta os principais programas do governo federal e as respectivas fontes de financiamento.

Quadro 2: Fontes de financiamento dos principais programas federais.

Programa	Fontes de Financiamento								
	FCO	FNE	FNO	FNDR	FNMA	FDA	FNDE	FAT	Outros
PROMESO	x	x	x						
PROMOVER	x	x	x						
Faixa de Fronteira	x		x						
NOVO PRONAGER	x	x	x						
CONVIVER	x	x	x						
PAS			x		x	x			x
BR-163			x		x	x			x
PRONAT									
Pólos Nacional de Ecoturismo		x	x						x
Programa de Regionalização do Turismo									x
APLS									x
CONSAD									x
Áreas Especiais e Corredores Ecológicos					x				x
Programa Monumenta									x
GESTAR									x
Agenda 21									x
PROAMBIENTE									x
ZEE									x
Pactos de Concertamento									x

Para o setor privado, enfocamos aquelas que poderão influenciar de forma significativa no território, como os fundos constitucionais, os fundos de pensão, os recursos alocados pelo BNDES, BB, BNB, BASA e SUFRAMA. Uma descrição pormenorizada de algumas destas fontes de financiamento e seu mecanismo de funcionamento podem ser encontradas em Jayme Jr. & Crocco (2005) e Zackseski & Rodrigues (1999).

Com o objetivo de analisar estes instrumentos de financiamento e os possíveis projetos que poderiam se beneficiar e de alguma forma alterar algum padrão espacial e territorial, tomou-se como base os investimentos que com aporte financeiro superior a R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil de reais). Este valor apesar de ser arbitrário, tem como base os valores de grandes projetos estipulados pela lei de licitações. Para tanto, foram considerados os projetos de infra-estrutura, como sendo aqueles que possibilitam uma modificação na estrutura territorial brasileira. Outras fontes de financiamento também foram levantadas, como os projetos financiados pelo BNDES e iniciativa privada, bem como os acordos de doação e empréstimos feitos pela união, estados e municípios.

3 Análise das PPPP's Federais

A análise dos PPPP's federais passa necessariamente pela análise dos PPA's. Entretanto, analisar tal instrumento na íntegra para os fins que se pretende nesse estudo é desnecessário. Assim, iremos nos ater a analisar os PPPP's do PPA (2004-2007) que tenham rebatimento territorial, principalmente, os de infra-estrutura, pois são os que irão permitir uma configuração ou reconfiguração do território brasileiro.

O PPA 1996-99 (Brasil em Ação) selecionou 42 empreendimentos estratégicos nas áreas de infra-estrutura econômica e desenvolvimento social, como prioritários, baseado na sua capacidade de reduzir custos de produção e comercialização, completar elos de infra-estrutura para melhorar as condições de competitividade da economia, atrair novos investimentos da iniciativa privada viabilizar parcerias, além de reduzir as desigualdades regionais e sociais do País (Brasil, 2002).

O Programa Brasil em Ação envolveu investimentos de R\$ 70,1 bilhões, sendo R\$ 43,6 bilhões na área social e R\$ 22,1 bilhões em infra-estrutura. Foram concluídos 12 dos 24 projetos iniciais de infra-estrutura. Dos 18 programas sociais, 13 atingiram as metas propostas. Sete deles superaram os objetivos iniciais. Os projetos não concluídos tiveram continuidade no Plano Plurianual 2000-2003, o Avança Brasil (BRASIL, 2002).

Em 1997, foi contratado um estudo para redefinir os investimentos públicos e privados como forma de adequação ao novo modelo de estado gerencial, implantado no governo federal.

Esse estudo, denominado “eixos de integração nacional e desenvolvimento” definiu sete eixos Nacionais de Desenvolvimento: Saída para o Caribe, Saída para o Pacífico, Oeste, Norte-Sul, Nordeste, Sudeste e Sul, que passou a nortear as ações do governo federal, que previam investimentos para o período de 2000-2007.

Já o PPA 2000-2003 envolveu a alocação de recursos da ordem de R\$ 1.113 bilhões para um período de quatro anos, articulando parcerias públicas e privadas para atingir os objetivos de 365 programas. Esses dispêndios se distribuíam na seguinte proporção: 96,7% para o Poder Executivo, 0,7% para o Legislativo e 2,6% para o Judiciário (BRASIL, 2002).

Um resultado desse esforço de elaboração do PPA no nível federal foi seu rebatimento nos estados, a partir do treinamento desenvolvido na nova estrutura de governo, sendo que “*10 estados promulgaram o seu PPA em 1999, enquanto outros sete o fizeram em 2000. A maior parte dos estados adotou a mesma estrutura do PPA da União, incluindo as diretrizes estratégicas (21 estados), os macroobjetivos (16), os programas (23), ações (21), indicadores (20) e metas (22). A maioria também entendeu que o PPA deveria conter todas as ações governamentais (19 estados), enquanto outros (4) incluíram apenas parte das ações*” (BRASIL, 2002).

Apesar dos esforços apreendidos para a consecução desse instrumento de planejamento, os sucessivos contingenciamentos havidos durante o governo impediram que muitas dessas ações fossem implementadas. Para tanto, o governo resolveu contratar um novo estudo para verificar o grau de implementação das ações, por meio de licitação.

A ECOPLAN Engenharia Ltda. elaborou essa avaliação do programa dos eixos de integração nacional – contemplando exclusivamente a área de infra-estrutura econômica, nos setores de transporte, energia, telecomunicações e infra-estrutura hídrica no nordeste – considerando 492 oportunidades de investimento (51,7%) de um total de 950 oportunidades levantadas do portfólio de investimentos públicos e/ou privados, identificados no estudo dos eixos de integração nacional (ECOPLAN, 2002).

Esse trabalho serviu de subsídio para a elaboração do PPA 2000-2003 (Avança Brasil), onde foi previsto R\$ 317 bilhões em investimentos para o desenvolvimento social, infra-estrutura econômica, meio ambiente e informação e conhecimento, divididos em 492 projetos de infra-estrutura, 306 visando o desenvolvimento social, 92 relativos ao meio ambiente e 60 relacionados à informação e conhecimento, sendo que dos projetos de infra-estrutura, 225 correspondiam ao setor de transportes, 105 de energia, 71 de telecomunicações e 91 de infra-estrutura hídrica (ECOPLAN, 2002).

Deste total, 441 (89,6%) transformaram-se em ações programadas no PPA, sendo que 257 desses, ou seja, (52,2%) se concretizaram efetivamente, assim distribuídas: 92 (18,7%) foram implantadas, 101 (20,5%) em execução e 65 (13,0%) programadas. O restante, 206 (41,9%),

permanecia como oportunidades de investimento e (1,1%) foram descartadas por motivos diversos (ECOPLAN, 2002).

No entanto, quando analisamos a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), pode-se observar que “*existe uma incongruência conceitual entre a PNDR, baseada na centralidade do urbano, e os Eixos, baseados no macro sistema de transportes. Para a efetividade da PNDR é necessário estabelecer um elo entre as “regiões” do PNDR e as regiões dos Eixos, até então ausente na operacionalização da política regional do governo federal. As duas dificuldades estão na integração da regionalização econômica com a regionalização ambiental e com a representação política das regiões*” (CEDEPLAR, 2004).

Essas incongruências deram origem a discussões e debates da necessidade de uma proposta de uma política nacional de ordenamento territorial, que ganharam fôlego ao longo dos anos, consubstanciando-se no atual momento em que se insere o presente estudo.

Desse modo, com o objetivo de se fazer uma avaliação das PPPP's federais, sob a ótica do rebatimento no território, foi desenvolvido um sistema de informações georreferenciadas (item 3.1), no sentido de contribuir para a observação do Brasil, consolidando as iniciativas públicas e privadas existentes. Permite-se, desta maneira, o estudo das problemáticas que compõe um cenário de grande complexidade a ser gerenciado no planejamento territorial brasileiro auxiliado pela geração de mapas temáticos personalizados solicitados pelo usuário.

Além disso, com base nos levantamentos efetuados, foi criado um “índice de densidade territorial – IDT”, cuja justificativa e metodologia encontram-se no item 3.2. Definiu-se utilizar como o recorte territorial de análise a Microrregião Geográfica⁴ (MRG) do IBGE, e desse modo, foram calculados os índices de cada uma das 558 MRG's brasileiras. O IDT apresenta-se como uma ferramenta útil na análise das diferenças entre as MRG's brasileiras. A variação dos valores

⁴ **Microrregião Geográfica** – são definidas como partes da mesorregião que apresentam especificidades, quando a organização do espaço. Estas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas devido a sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à UF, quer à totalidade nacional. Estas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral, ou pesca. Estas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares, a exemplo, respectivamente, das terras úmidas nas áreas sertanejas, ou a presença dominante da mão-de-obra não remunerada numa área de estrutura social capitalista. A organização do espaço microrregional é identificada, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo freqüente. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. Desta forma, ela expressa a organização do espaço a nível micro ou local.

Para a identificação das microrregiões foram selecionados dois indicadores básicos, a **estrutura da produção** e a **interação espacial**. O primeiro implica na análise da estrutura da produção primária, com base na utilização da terra, orientação da agricultura, estrutura dimensional dos estabelecimentos, relações de produção, nível tecnológico e emprego de capital, e, no grau de diversificação da produção agropecuária. A estrutura da produção industrial se refere a importância de cada centro, no conjunto da microrregião, enquanto centro industrial, de acordo, basicamente, com valor da transformação industrial e pessoal ocupado. Já o indicador de interação espacial fica por conta da área de influência dos centros sub-regionais e centros de zona, enquanto elementos articuladores dos processos de coleta, beneficiamento e expedição de produtos rurais, de distribuição de bens e serviços ao campo e outras cidades (IBGE. Boletim de serviço do IBGE 1989 nº 1763 de 31/07/1989)

dos indicadores e índice utilizados, para cada MRG pode verificar os impactos territoriais de programas. Para se avaliar esses impactos, as MRG's, existentes em cada UF, podem ser agrupadas a fim de se avaliar como esses programas, podem estar ou não contribuindo para modificar o território nacional. As análises dos indicadores e índice por MRG, bem como a sobreposição das PPPP's federais nesses territórios, estão apresentados no capítulo 4 deste documento.

O quadro a seguir discrimina os programas contidos no PPA 2004-2007 analisados neste trabalho (apresentados no anexo 1), rebatidos territorialmente nas MGR's brasileiras.

Quadro 3: Rebatimento dos programas federais atuais nas microrregiões geográficas brasileiras.

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
PORTE VELHO/RO	Faixa de Fronteira ZEE ⁵ Proecotur	
GUAJARA-MIRIM/RO	Faixa de Fronteira ZEE Proecotur	
ARIQUEMES/RO	ZEE	
JI-PARANA/RO	APL ⁶ PRONAT ⁷ Agenda 21 Local ZEE Proambiente CONSAD ⁸	
ALVORADA D'OESTE/RO	Faixa de Fronteira ZEE CONSAD	
CACOAL/RO	PRONAT Faixa de Fronteira ZEE CONSAD	
VILHENA/RO	Faixa de Fronteira Agenda 21 Local ZEE	
COLORADO DO OESTE/RO	Faixa de Fronteira ZEE Proecotur	
CRUZEIRO DO SUL/AC	Faixa de Fronteira Agenda 21 Local	ZEE
TARAUACA/AC	Faixa de Fronteira	ZEE
SENA MADUREIRA/AC	Faixa de Fronteira	ZEE
RIO BRANCO/AC	APLs Faixa de Fronteira ZEE	

⁵ ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico.

⁶ APL – Arranjo Produtivo Local.

⁷ PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais.

⁸ CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local.

	CONSAD	
BRASILÉIA/AC	Faixa de Fronteira Agenda 21 Local ZEE Proambiente CONSAD	
RIO NEGRO/AM	Faixa de Fronteira Proambiente Proecotur	ZEE
JAPURA/AM	Faixa de Fronteira	ZEE
ALTO SOLIMÕES/AM	PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões	ZEE

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
JURUA/AM	Faixa de Fronteira CONSAD	
TEFE/AM	-	
COARI/AM	-	
MANAUS/AM	APLs Proambiente Proecotur	ZEE
RIO PRETO DA EVA/AM	Proambiente Proecotur	
ITACOATIARA/AM	Proecotur	
PARINTINS/AM	Programa BR-163 Faixa de Fronteira Agenda 21 Local	
BOCA DO ACRE/AM	Faixa de Fronteira Agenda 21 Local	
PURUS/AM	Faixa de Fronteira Agenda 21 Local	
MADEIRA/AM	Programa BR-163	ZEE
BOA VISTA/RR	APLs Faixa de Fronteira ZEE	
NORDESTE DE RORAIMA/RR	Faixa de Fronteira ZEE Proambiente	
CARACARAI/RR	Faixa de Fronteira ZEE Proambiente CONSAD	
SUDESTE DE RORAIMA/RR	Faixa de Fronteira ZEE	
BICO DO PAPAGAIO/TO	PRONAT Programa de Messoregiões Agenda 21 Local Proambiente CONSAD	ZEE
ARAGUAINA/TO	PRONAT Programa de Messoregiões Agenda 21 Local	
MIRACEMA DO TOCANTINS/TO	APLs PRONAT	ZEE
RIO FORMOSO/TO	PRONAT	
GURUPI/TO	PRONAT	

PORTO NACIONAL/TO	PRONAT CONSAD	
JALAPÃO/TO	PRONAT Programa de Messoregiões Proecotur	
DIANOPÓLIS/TO	PRONAT	
OIAPOQUE/AP	Faixa de Fronteira	ZEE
AMAPÁ/AP	Faixa de Fronteira	ZEE
MACAPÁ/AP	APLs PRONAT Faixa de Fronteira CONSAD	ZEE

MRG/UF	PPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
MAZAGÃO/AP	Faixa de Fronteira Agenda 21 Local Proambiente	ZEE
OBIDOS/PA	Programa BR-163 Faixa de Fronteira ZEE Proecotur	
SANTARÉM/PA	Programa BR-163 Faixa de Fronteira Agenda 21 Local ZEE Proecotur	
ALMEIRIM/PA	Programa BR-163 PRONAT Faixa de Fronteira Agenda 21 Local ZEE	
PORTEL/PA	Agenda 21 Local ZEE Proecotur	
FUROS DE BREVES/PA	Agenda 21 Local ZEE Proecotur	
ARARI/PA	Agenda 21 Local ZEE Proambiente Proecotur CONSAD	
BELÉM/PA	Regiões Metropolitanas Agenda 21 Local ZEE Proecotur	
CASTANHAL/PA	PRONAT ZEE	
SALGADO/PA	PRONAT ZEE Proecotur	
BRAGANTINA/PA	ZEE Proecotur	
CAMETA/PA	ZEE Proecotur	

TOME-AÇU/PA	ZEE	
GUAMA/PA	PRONAT ZEE Proambiente Proecotur	
ITAITUBA/PA	Programa BR-163 Agenda 21 Local ZEE Proecotur	Gestar
ALTAMIRA/PA	Programa BR-163 ZEE Proambiente	Gestar

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
TUCURUI/PA	Agenda 21 Local ZEE	
PARAGOMINAS/PA	APLs Agenda 21 Local ZEE	
SÃO FÉLIX DO XINGU/PA	Programa BR-163 ZEE	
PARAUAPEBAS/PA	Agenda 21 Local ZEE	
MARABÁ/PA	Programa de Messoregiões Agenda 21 Local ZEE	
REDENÇÃO/PA	Programa de Messoregiões Agenda 21 Local ZEE	
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA	Agenda 21 Local ZEE	
LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE/MA	Programa Monumenta Agenda 21 Biodiesel mamona Pólos de Ecoturismo ZEE	
AGLOMERAÇÃO URBANA DE SÃO LUÍS/MA	Agenda 21 Plano Diretor ZEE	Programa Monumenta
ROSÁRIO/MA	Plano Diretor ZEE	
LENÇÓIS MARANHENSES/MA	Plano Diretor Pólos de Ecoturismo ZEE	
BAIXADA MARANHENSE/MA	Pro-Ambiente ZEE	
ITAPECURU-MIRIM/MA	Plano Diretor	
GURUPI/MA	Plano Diretor ZEE	
PINDARÉ/MA	Biodiesel mamona ZEE	Programa Monumenta
IMPERATRIZ/MA	PROMESO ⁹ Biodiesel mamona ZEE	
MÉDIO MEARIM/MA	Plano Diretor	Programa Monumenta
ALTO MEARIM E GRAJAÚ/MA	APL	

⁹ PROMESO – Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais.

	Plano Diretor ZEE	
PRESIDENTE DUTRA/MA	Biodiesel mamona Plano Diretor	
BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE/MA	Pólos de Ecoturismo ZEE	
CHAPADINHA/MA	Plano Diretor ZEE	
CODÓ/MA	Plano Diretor	
COELHO NETO/MA	Plano Diretor ZEE	
CAXIAS/MA	ZEE	

MRG/UF	PPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
CHAPADAS DO ALTO ITAPECURU/MA	Biodiesel mamona ZEE Plano Diretor	
PORTO FRANCO/MA	PROMESO Biodiesel mamona ZEE	
GERAIS DE BALSAS/MA	Agenda 21 PROMESO Biodiesel mamona Plano Diretor ZEE	
CHAPADAS DAS MANGABEIRAS/MA	Biodiesel mamona Plano Diretor ZEE	
BAIXO PARNAÍBA PIAUENSE/PI	Agenda 21 Plano Diretor ZEE	
LITORAL PIAUENSE/PI	Agenda 21 CONVIVER Plano Diretor Pólos de Ecoturismo ZEE	
TERESINA/PI	Agenda 21 Plano Diretor ZEE	
CAMPO MAIOR/PI	Biodiesel mamona CONVIVER Pólos de Ecoturismo ZEE	
MÉDIO PARNAÍBA PIAUENSE/PI	Biodiesel mamona ZEE	
VALENÇA DO PIAUÍ/PI	Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
ALTO PARNAÍBA PIAUENSE/PI	PROMESO Biodiesel mamona ZEE	
BERTOLINIA/PI	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor Pólos de Ecoturismo ZEE	
FLORIANO/PI	CONVIVER Plano Diretor ZEE	

ALTO MÉDIO GURGUEIA/PI	PROMESO ZEE Biodiesel mamona CONVIVER Pólos de Ecoturismo	
SÃO RAIMUNDO NONATO/PI	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor Pólos de Ecoturismo ZEE	

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
CHAPADAS DO EXTREMO SUL PIAUIENSE/PI	PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	
PICOS/PI	APL Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	Programa Monumenta
PIO IX/PI	PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
ALTO MÉDIO CANINDÉ/PI	PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER Pólos de Ecoturismo ZEE	
MOSSORÓ/RN	Agenda 21 APL CONVIVER Plano Diretor ZEE	
CHAPADA DO APODI/RN	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	
MÉDIO OESTE/RN	CONVIVER	
VALE DO AÇU/RN	Agenda 21 CONVIVER ZEE	
SERRA DE SÃO MIGUEL/RN	Biodiesel mamona CONVIVER	
PAU DOS FERROS/RN	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	
UMARIZAL/RN	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	
MACAÚ/RN	CONVIVER ZEE	
ANGICOS/RN	CONVIVER	
SERRA DE SANTANA/RN	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	
SERIDÓ OCIDENTAL/RN	CONVIVER	

SERIDÓ ORIENTAL/RN	CONVIVER Plano Diretor	
BAIXA VERDE/RN	CONVIVER Plano Diretor	
BORBOREMA POTIGUAR/RN	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	

MRG/UF	PPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
AGRESTE POTIGUAR/RN	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	
LITORAL NORDESTE/RN	Agenda 21 CONVIVER Plano Diretor ZEE	
MACAÍBA/RN	Agenda 21 Plano Diretor Pólos de Ecoturismo ZEE	
NATAL/RN	Agenda 21 Plano Diretor ZEE	
LITORAL SUL/RN	ZEE	
SERGIPANA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO/SE	PROMESO CONVIVER ZEE	
CARIRA/SE	PROMESO CONVIVER Biodiesel mamona	
NOSSA SENHORA DAS DORES/SE	CONVIVER Plano Diretor ZEE	
AGRESTE DE ITABAIANA/SE	Biodiesel mamona Plano Diretor ZEE	
TOBIAS BARRETO/SE	APL PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER	
AGRESTE DE LAGARTO/SE	PROMESO ZEE	
PROPRIÁ/SE	CONVIVER ZEE	
COTINGUIBA/SE	ZEE	
JAPARATUBA/SE	ZEE	
BAIXO COTINGUIBA/SE	ZEE	
ARACAJÚ/SE	Plano Diretor ZEE	Programa Monumenta
BOQUIM/SE	ZEE	
ESTÂNCIA/SE	ZEE	
LITORAL DE CAMOCIM E ACARAÚ/CE	Plano Diretor Pólos de Ecoturismo ZEE	
IBIAPABA/CE	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	

	Pólos de Ecoturismo ZEE	
COREAU/CE	CONVIVER	
MERUOCA/CE	-	

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
SOBRAL/CE	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	Programa Monumenta
IPU/CE	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	
SANTA QUITÉRIA/CE	Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
ITAPIPOCA/CE	Biodiesel mamona ZEE	
BAIXO CURU/CE	Plano Diretor ZEE	
URUBURETAMA/CE	CONVIVER Plano Diretor	
MEDIOCURU/CE	CONVIVER	
CANINDÉ/CE	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	
BATURITE/CE	CONVIVER Plano Diretor	
CHOROZINHO/CE	CONVIVER Plano Diretor	
CASCAVEL/CE	Plano Diretor ZEE	
FORTALEZA/CE	Agenda 21 CONVIVER Plano Diretor ZEE	Programa Monumenta
PACAJUS/CE	CONVIVER Plano Diretor ZEE	
SERTÃO DE CRATEUS/CE	Biodiesel mamona Plano Diretor ZEE	
SERTÃO DE QUIXERAMOBIM/CE	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	
SERTÃO DE INHAMUNS/CE	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
SERTÃO DE SENADOR POMPEU/CE	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	

LITORAL DE ARACATI/CE	Plano Diretor ZEE	Programa Monumenta
BAIXO JAGUARIBE/CE	Pactos de Concertamento CONVIVER Plano Diretor ZEE	

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
MÉDIO JAGUARIBE/CE	Pactos de Concertamento CONVIVER Plano Diretor ZEE	Programa Monumenta
SERRA DO PEREIRO/CE	CONVIVER ZEE	
IGUATÚ/CE	Programa Monumenta CONVIVER Plano Diretor ZEE	
VÁRZEA ALEGRE/CE	CONVIVER Plano Diretor ZEE	
LAVRAS DA MANGABEIRA/CE	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	
CHAPADA DO ARARIPE/CE	PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
CARIRIAÇU/CE	PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
BARRO/CE	PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
CARIRI/CE	APL PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	
BREJO SANTO/CE	PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
SERRANA DO SERTAO ALAGOANO/AL	Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
ALAGOANA DO SERTÃO DO SAO FRANCISCO/AL	PROMESO CONVIVER ZEE	
SANTANA DO IPANEMA/AL	CONVIVER ZEE	
BATALHA/AL	CONVIVER Plano Diretor ZEE	

PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL	CONVIVER Plano Diretor ZEE	
------------------------	----------------------------------	--

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
ARAPIRACA/AL	Plano Diretor Agenda 21 CONVIVER ZEE	
TRAIPÚ/AL	CONVIVER Plano Diretor ZEE	
SERRANA DOS QUILOMBOS/AL	Biodiesel mamona	
MATA ALAGOANA/AL	Agenda 21 Plano Diretor ZEE	
LITORAL NORTE ALAGOANO/AL	Agenda 21 Plano Diretor ZEE	
MACEIÓ/AL	Plano Diretor Agenda 21 ZEE APL	
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL	Plano Diretor Pólos de Ecoturismo ZEE	
PENEDO/AL	Programa Monumenta Pólos de Ecoturismo ZEE	
CATOLÉ DO ROCHA/PB	CONVIVER Plano Diretor	
CAJAZEIRAS/PB	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	
SOUSA/PB	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	
PATOS/PB	CONVIVER Plano Diretor	
PIANCO/PB	Biodiesel mamona CONVIVER	
ITAPORANGA/PB	Biodiesel mamona CONVIVER	
SERRA DO TEIXEIRA/PB	Biodiesel mamona CONVIVER	
SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO/PB	CONVIVER	Programa Monumenta
SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO/PB	CONVIVER	
CARIRI OCIDENTAL/PB	Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
CARIRI ORIENTAL/PB	CONVIVER ZEE	
CURIMATAU OCIDENTAL/PB	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	

CURIMATAU ORIENTAL/PB	Biodiesel mamona CONVIVER	
ESPERANÇA/PB	CONVIVER	

MRG/UF	PPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
BREJO PARAIBANO/PB	Biodiesel mamona CONVIVER	Programa Monumenta
GUARABIRA/PB	CONVIVER	
CAMPINA GRANDE/PB	Agenda 21 APL Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor Pólos de Ecoturismo	
ITABAIANA/PB	CONVIVER	
UMBuzeiro/PB	CONVIVER	
LITORAL NORTE/PB	Plano Diretor ZEE	
SAPE/PB	-	
JOÃO PESSOA/PB	Agenda 21 Plano Diretor ZEE	Programa Monumenta
LITORAL SUL/PB	Plano Diretor ZEE	
ARARIPINA/PE	Agenda 21 PROMESO Biodiesel mamona Plano Diretor ZEE	
SALGUEIRO/PE	PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
PAJEÚ/PE	Biodiesel mamona ZEE	
SERTÃO DO MOXOTÓ/PE	Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
PETROLINA/PE	Agenda 21 APL PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER Pólos de Ecoturismo ZEE	
ITAPARICA/PE	Agenda 21 PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER Pólos de Ecoturismo ZEE	
VALE DO IPANEMA/PE	Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
VALE DO IPOJUCA/PE	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
ALTO CAPIBARIBE/PE	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER	
MÉDIO CAPIBARIBE/PE	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	
GARANHUNS/PE	Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	
BREJO PERNAMBUCANO/PE	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER	
MATA SETENTRIONAL PERNAMBUCANA/PE	Agenda 21 Biodiesel mamona Plano Diretor ZEE	Programa Monumenta
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE	Agenda 21 Plano Diretor	
MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA/PE	Agenda 21 Biodiesel mamona Plano Diretor ZEE	
ITAMARACA/PE	Agenda 21 ZEE	Programa Monumenta
RECIFE/PE	Programa Monumenta Agenda 21 APL Plano Diretor ZEE	
SUAPE/PE	Agenda 21 Plano Diretor ZEE	
FERNANDO DE NORONHA/PE	-	
BARREIRAS/BA	Agenda 21 PROMESO Biodiesel mamona ZEE	
COTEGIPE/BA	Agenda 21 PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
SANTA MARIA DA VITÓRIA/BA	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Pólos de Ecoturismo ZEE	
JUAZEIRO/BA	Agenda 21 APL PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor Pólos de Ecoturismo ZEE	

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
PAULO AFONSO/BA	Agenda 21 PROMESO CONVIVER Plano Diretor Pólos de Ecoturismo ZEE	
BARRA/BA	Agenda 21 PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	
BOM JESUS DA LAPA/BA	Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
SENHOR DO BONFIM/BA	Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
IRECÊ/BA	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	
JACOBINA/BA	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	
ITABERABA/BA	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER	
FEIRA DE SANTANA/BA	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	Programa Monumenta
JEREMOABO/BA	PROMESO CONVIVER Plano Diretor Pólos de Ecoturismo ZEE	
EUCLIDES DA CUNHA/BA	PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER	Programa Monumenta
RIBEIRA DO POMBAL/BA	PROMESO Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	
SERRINHA/BA	Biodiesel mamona CONVIVER	
ALAGOINHAS/BA	Agenda 21 CONVIVER Plano Diretor ZEE	

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
ENTRE RIOS/BA	Agenda 21 Plano Diretor ZEE	
CATÚ/BA	Plano Diretor ZEE	
SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA	Agenda 21 CONVIVER Plano Diretor ZEE	Programa Monumenta
SALVADOR/BA	Agenda 21 Programa Monumenta Plano Diretor ZEE	
BOQUIRA/BA	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER ZEE	
SEABRA/BA	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor Pólos de Ecoturismo ZEE	Programa Monumenta
JEQUIÉ/BA	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor Pólos de Ecoturismo	
LIVRAMENTO DO BRUMADO/BA	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	Programa Monumenta
GUANAMBI/BA	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor ZEE	
BRUMADO/BA	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER	
VITÓRIA DA CONQUISTA/BA	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	
ITAPETINGA/BA	Agenda 21 Biodiesel mamona CONVIVER Plano Diretor	
VALENÇA/BA	Agenda 21 ZEE	
ILHEÚS-ITABUNA/BA	Agenda 21 Plano Diretor Pólos de Ecoturismo ZEE	Programa Monumenta

MRG/UF	PPPP's
--------	--------

	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
PORTO SEGURO/BA	Agenda 21 Pólos de Ecoturismo ZEE	Programa Monumenta
BARRA DE SÃO FRANCISCO/ES	ZEE PROMESO Agenda 21 Local	
NOVA VENECIA/ES	ZEE PROMESO Agenda 21 Local	
COLATINA/ES	ZEE CONSAD Planos Diretores PRONAT Agenda 21 Local	
MONTANHA/ES	ZEE PROMESO Agenda 21 Local	
SÃO MATEUS/ES	ZEE PROMESO Planos Diretores Agenda 21 Local	
LINHARES/ES	ZEE PROMESO Planos Diretores Agenda 21 Local	
AFONSO CLAÚDIO/ES	ZEE CONSAD PRONAT Agenda 21 Local	
SANTA TERESA/ES	ZEE CONSAD Planos Diretores PRONAT	
VITÓRIA/ES	Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais Planos Diretores Programa Monumenta Agenda 21 Local	
GUARAPARI/ES	ZEE Planos Diretores Arranjos Produtivos Locais	
ALEGRE/ES	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo CONSAD Planos Diretores PRONAT Agenda 21 Local	
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES	ZEE PROMESO Planos Diretores PRONAT Agenda 21 Local Arranjos Produtivos Locais	

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
ITAPEMIRIM/ES	ZEE	

	Planos Diretores Agenda 21 Local Arranjos Produtivos Locais	
UNAÍ/MG	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo PROMESO CONSAD PRONAT PRODECER ¹⁰	
PARACATU/MG	ZEE PROMESO Planos Diretores Agenda 21 Local PRODECER	
JANUÁRIA/MG	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo CONSAD Planos Diretores PRONAT	
JANAUBA/MG	ZEE CONSAD Planos Diretores	
SALINAS/MG	Planos Diretores Agenda 21 Local	
PIRAPORA/MG	ZEE PROMESO Planos Diretores	
MONTES CLAROS/MG	ZEE CONSAD Planos Diretores PRONAT	
GRÃO MONGOL/MG	-	
BOCAIÚVA/MG	ZEE	
DIAMANTINA/MG	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo PROMESO CONSAD Planos Diretores Programa Monumenta PRONAT	
CAPELINHA/MG	PROMESO CONSAD Programa Monumenta	
ARACUAI/MG	PROMESO CONSAD Planos Diretores PRONAT	
PEDRA AZUL/MG	PROMESO CONSAD	
ALMENARA/MG	PROMESO	
TEÓFILO OTONI/MG	PROMESO PRONAT	
NANUQUE/MG	PROMESO PRONAT	

MRG/UF	PPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos

¹⁰ PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado.

ITUIUTABA/MG	Planos Diretores	
UBERLÂNDIA/MG	Planos Diretores	
PATROCÍNIO/MG	Planos Diretores PRODECER	
PATOS DE MINAS/MG	ZEE PROMESO Planos Diretores	
FRUTAL/MG	Planos Diretores Agenda 21 Local	GESTAR
UBERABA/MG	Planos Diretores	GESTAR
ARAXÁ/MG	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores PRODECER	GESTAR
TRÊS MARIAS/MG	ZEE	
CURVELO/MG	Planos Diretores	
BOM DESPACHO/MG	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores	
SETE LAGOAS/MG	ZEE Planos Diretores Agenda 21 Local	
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/MG	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo CONSAD Planos Diretores Programa Monumenta PRONAT Agenda 21 Local Programa Brasil Patrimônio Cultural	
PARÁ DE MINAS/MG	ZEE Planos Diretores	
BELO HORIZONTE/MG	Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais ZEE Planos Diretores Programa Monumenta Agenda 21 Local Programa Brasil Patrimônio Cultural	
ITABIRÁ/MG	Planos Diretores Programa Monumenta Agenda 21 Local	
ITAGUARA/MG	ZEE Planos Diretores	
OURO PRETO/MG	ZEE Planos Diretores Programa Monumenta Agenda 21 Local Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos – URBIS	
CONSELHEIRO LAFAIETE/MG	Planos Diretores Programa Monumenta	
GUANHAES/MG	Programa Nacional de Ecoturismo PRONAT	

MRG/UF	PPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
PECANHA/MG	Planos Diretores	

GOVERNADOR VALADARES/MG	CONSAD Planos Diretores PRONAT Agenda 21 Local	
MANTENA/MG	Planos Diretores	
IPATINGA/MG	CONSAD Planos Diretores PRONAT	
CARATINGA/MG	Planos Diretores Agenda 21 Local	
AIMORES/MG	Planos Diretores Agenda 21 Local	
PIUI/MG	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo	
DIVINOPÓLIS/MG	ZEE Planos Diretores	
FORMIGA/MG	ZEE Agenda 21 Local	
CAMPO BELO/MG	Planos Diretores Agenda 21 Local	
OLIVEIRA/MG	Planos Diretores	
PASSOS/MG	Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores Agenda 21 Local	
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG	Agenda 21 Local	
ALFENAS/MG	Planos Diretores Agenda 21 Local	
VARGINHA/MG	Planos Diretores	
POÇOS DE CALDAS/MG	Planos Diretores	
POUSO ALEGRE/MG	Planos Diretores	
SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG	Planos Diretores Arranjos Produtivos Locais	
SÃO LOURENÇO/MG	Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores	
ANDRELÂNDIA/MG	Programa Nacional de Ecoturismo	
ITAJUBA/MG	Planos Diretores	
LAVRAS/MG	Agenda 21 Local	
SÃO JOÃO DEL REI/MG	ZEE Planos Diretores Programa Monumental Agenda 21 Local	
BARBACENA/MG	Planos Diretores	
PONTE NOVA/MG	Planos Diretores PRONAT	
MANHUACU/MG	CONSAD Planos Diretores	
VIÇOSA/MG	CONSAD Planos Diretores Programa Monumental PRONAT	
MURIAE/MG	CONSAD PRONAT Agenda 21 Local	
UBÁ/MG	Planos Diretores	

MRG/UF	PPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
JUIZ DE FORA/MG	Planos Diretores Agenda 21 Local	

CATAGUASES/MG	Planos Diretores	
ITAPERUNA/RJ	PROMESO CONSAD Planos Diretores Programa Monumenta PRONAT Agenda 21 Local	
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ	CONSAD Planos Diretores Agenda 21 Local PRONAT	
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	ZEE PROMESO CONSAD Planos Diretores PRONAT Agenda 21 Local	
MACAÉ/RJ	ZEE PROMESO Planos Diretores Agenda 21 Local	
TRÊS RIOS/RJ	Planos Diretores Agenda 21 Local	
CANTAGALO-CORDEIRO/RJ	Planos Diretores	
NOVA FRIBURGO/RJ	Programa Nacional de Ecoturismo Programa Monumenta Agenda 21 Local	
SANTA MARIA MADALENA/RJ	Agenda 21 Local	
BACIA DE SÃO JOÃO/RJ	ZEE Planos Diretores Agenda 21 Local Arranjos Produtivos Locais	
LAGOS/RJ	ZEE Planos Diretores Agenda 21 Local	
VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE/RJ	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores Agenda 21 Local	
BARRA DO PIRAI/RJ	ZEE Planos Diretores Agenda 21 Local	
BAÍA DA ILHA GRANDE/RJ	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores Programa Monumenta Agenda 21 Local	
VASSOURAS/RJ	Planos Diretores Programa Monumenta Agenda 21 Local	
SERRANA/RJ	Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores Programa Monumenta Agenda 21 Local	

MRG/UF	PPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
MACACU-CACERIBU/RJ	Planos Diretores Agenda 21 Local Arranjos Produtivos Locais	

ITAGUAI/RJ	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores Agenda 21 Local	
RIO DE JANEIRO/RJ	Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais ZEE Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores Programa Monumental Agenda 21 Local	
JALES/SP	Planos Diretores	
FERNANDOPÓLIS/SP	Planos Diretores Agenda 21 Local	
VOTUPORANGA/SP	Planos Diretores	
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP	Planos Diretores Agenda 21 Local	
CATANDUVA/SP	Planos Diretores	
AURIFLAMA/SP	-	
NHANDEARA/SP	Planos Diretores	
NOVO HORIZONTE/SP	-	
BARRETOS/SP	Planos Diretores	
SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP	Planos Diretores	
ITUVERAVA/SP	Planos Diretores Agenda 21 Local	
FRANCA/SP	Planos Diretores Arranjos Produtivos Locais	
JABOTICABAL/SP	Planos Diretores Agenda 21 Local	
RIBEIRÃO PRETO/SP	Planos Diretores	
BATATAIS/SP	Planos Diretores	
ANDRADINA/SP	CONSAD Agenda 21 Local	
ARACATUBA/SP	Planos Diretores	
BIRIGUI/SP	Planos Diretores	
LINS/SP	Planos Diretores	
BAURU/SP	Planos Diretores Agenda 21 Local	
JAÚ/SP	Arranjos Produtivos Locais	
AVARE/SP	Planos Diretores	
BOTUCATU/SP	Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores	
ARARAQUARA/SP	Planos Diretores Agenda 21 Local	
SÃO CARLOS/SP	Planos Diretores	
RIO CLARO/SP	Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores Agenda 21 Local	
LIMEIRA/SP	Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores	

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
PIRACICABA/SP	Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores Agenda 21 Local	

PIRACUNUNGA/SP	Planos Diretores	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA/SP	Planos Diretores	
MOJI-MIRIM/SP	Planos Diretores	
CAMPINAS/SP	Planos Diretores Agenda 21 Local	
AMPARO/SP	Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais Planos Diretores	
DRACENA/SP	CONSAD Planos Diretores	
ADAMANTINA/SP	-b	
PRESIDENTE PRUDENTE/SP	Planos Diretores	
TUPÃ/SP	Planos Diretores	
MARÍLIA/SP	ZEE Planos Diretores PRONAT Agenda 21 Local	
ASSIS/SP	Planos Diretores	
OURINHOS/SP	Planos Diretores	
ITAPEVA/SP	Programa Nacional de Ecoturismo CONSAD Planos Diretores PRONAT	
ITAPETININGA/SP	Planos Diretores	
TATUI/SP	Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores	
CAPÃO BONITO/SP	Programa Nacional de Ecoturismo PROMESO CONSAD Planos Diretores PRONAT Agenda 21 Local	
PIEADE/SP	Programa Nacional de Ecoturismo CONSAD Planos Diretores PRONAT Agenda 21 Local	
SOROCABA/SP	Planos Diretores Programa Monumenta	
JUNDIAÍ/SP	Planos Diretores Agenda 21 Local	
BRAGANÇA PAULISTA/SP	Planos Diretores Agenda 21 Local	
CAMPOS DO JORDÃO/SP	Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores	
SÃO JOSE DOS CAMPOS/SP	Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores	
GUARATINGUETA/SP	Programa Nacional de Ecoturismo	
BANANAL/SP	Programa Nacional de Ecoturismo	
PARAIBUNA/PARAITINGA/SP	Programa Nacional de Ecoturismo	

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
CARAGUATATUBA/SP	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores Programa Monumenta Agenda 21 Local	

REGISTRO/SP	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo PROMESO CONSAD Planos Diretores Agenda 21 Local	
ITANHAEM/SP	ZEE CONSAD Programa Nacional de Ecoturismo PROMESO Planos Diretores PRONAT Agenda 21 Local	
OSASCO/SP	Planos Diretores	
FRANCO DA ROCHA/SP	Planos Diretores	
GUARULHOS/SP	Planos Diretores Agenda 21 Local	
ITAPECIRICA DA SERRA/SP	Programa Nacional de Ecoturismo CONSAD Planos Diretores PRONAT Agenda 21 Local	
SÃO PAULO/SP	Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores Programa Monumenta Agenda 21 Local	
MOJI DAS CRUZES/SP	Planos Diretores	
SANTOS/SP	ZEE Programa Nacional de Ecoturismo Planos Diretores Programa Monumenta Agenda 21 Local	
SÃO MIGUEL D'OESTE/SC	PROMESO Planos Diretores Faixa de Fronteira Programa de Mesoregiões CONSAD	
CHAPECÓ/SC	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Mesoregiões Agenda 21 Local	

MRG/UF	PPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
XANXERE/SC	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Mesoregiões Agenda 21 Local CONSAD	

JOACABA/SC	PROMESO Planos Diretores PRONAT Programa de Messoregiões	
CONCÓRDIA/SC	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões Gestar	
CANOINHAS/SC	Planos Diretores PRONAT Regiões Metropolitanas	
SÃO BENTO DO SUL/SC	Planos Diretores PRONAT Regiões Metropolitanas	ZEE
JOINVILLE/SC	Planos Diretores Programa Monumenta Regiões Metropolitanas Agenda 21 Local ZEE	
CURITIBANOS/SC	PROMESO Planos Diretores PRONAT Programa de Messoregiões	
CAMPOS DE LAGES/SC	Planos Diretores Pacto de Concertamento PRONAT CONSAD	
RIO DO SUL/SC	Planos Diretores PRONAT	ZEE
BLUMENAU/SC	Planos Diretores PRONAT Regiões Metropolitanas Agenda 21 Local	
ITAJAÍ/SC	Planos Diretores APLs Regiões Metropolitanas Agenda 21 Local ZEE	
ITUPORANGA/SC	PRONAT Planos Diretores PRONAT	ZEE
TIJUCAS/SC	Planos Diretores PRONAT Regiões Metropolitanas ZEE	

MRG/UF	PPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
FLORIANOPÓLIS/SC	Planos Diretores Programa Monumenta Regiões Metropolitanas Agenda 21 Local ZEE	
TABULEIRO/SC	Planos Diretores PRONAT Regiões Metropolitanas Agenda 21 Local	

TUBARÃO/SC	Planos Diretores Programa Monumenta Agenda 21 Local ZEE	
CRICIÚMA/SC	Planos Diretores ZEE	
ARARANGUA/SC	Planos Diretores ZEE	Gestar
PARANAVAI/PR	Planos Diretores Faixa de Fronteira Agenda 21 Local	
UMUARAMA/PR	Planos Diretores Faixa de Fronteira CONSAD	
CIANORTE/PR	Planos Diretores Faixa de Fronteira CONSAD	
GOIOERE/PR	Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira CONSAD	
CAMPO MOURÃO/PR	Planos Diretores PRONAT Agenda 21 Local CONSAD	
ASTORGA/PR	Planos Diretores Regiões Metropolitanas	
PORECATU/PR	Planos Diretores	
FLORAI/PR	Planos Diretores	
MARINGÁ/PR	Planos Diretores Regiões Metropolitanas Agenda 21 Local	
APUCARANA/PR	Planos Diretores APLs	
LONDRINA/PR	Planos Diretores Regiões Metropolitanas Agenda 21 Local	
FAXINAL/PR	Planos Diretores	
IVAIOPORA/PR	Planos Diretores PRONAT Agenda 21 Local CONSAD	
ASSAI/PR	Planos Diretores Regiões Metropolitanas	
CORNÉLIO PROCÓPIO/PR	Planos Diretores	
JACAREZINHO/PR	Planos Diretores Agenda 21 Local	

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
IBAITI/PR	-	
WESCESLAU BRAZ/PR	-	
TELEMACO BORBA/PR	-	
JAGUARIAIVA/PR	Planos Diretores	
PONTA GROSSA/PR	Planos Diretores Agenda 21 Local	
TOLEDO/PR	Planos Diretores Faixa de Fronteira	
CASCABEL/PR	Planos Diretores	

	PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões ZEE	
FOZ DO IGUAÇU/PR	Pólos de Ecoturismo Planos Faixa de Fronteira Diretores Programa de Messoregiões ZEE	
CAPANEMA/PR	PROMESO Pólos de Ecoturismo Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões ZEE	
FRANCISCO BELTRÃO/PR	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões Agenda 21 Local ZEE	
PATO BRANCO/PR	PROMESO Planos Diretores Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões Agenda 21 Local ZEE	
PITANGA/PR	Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira	
GUARAPUAVA/PR	Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira ZEE CONSAD	
PALMAS/PR	PROMESO Planos Diretores Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões ZEE	
PRUDENTOPÓLIS/PR	Planos Diretores	
IRATI/PR	Planos Diretores	
UNIÃO DA VITÓRIA/PR	Planos Diretores Agenda 21 Local	
SÃO MATEUS DO SUL/PR	Planos Diretores	

MRG/UF	PPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
CERRO AZUL/PR	PROMESO Pólos de Ecoturismo Planos Diretores PRONAT Regiões Metropolitanas Programa de Messoregiões	
LAPA/PR	Planos Diretores Programa Monumental Agenda 21 Local	
CURITIBA/PR	PROMESO	

	Planos Diretores Programa Monumental PRONAT Regiões Metropolitanas Programa de Messoregiões Agenda 21 Local	
PARANAGUA/PR	PROMESO Pólos de Ecoturismo Planos Diretores Programa Monumental Programa de Messoregiões Agenda 21 Local ZEE	
RIO NEGRO/PR	Planos Diretores Regiões Metropolitanas	
SANTA ROSA/RS	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões	
TRÊS PASSOS/RS	PROMESO Planos Diretores Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões	
FREDERICO WESTPHALEN/RS	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões	
ERECHIM/RS	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões	
SANANDUVA/RS	PROMESO Planos Diretores Programa de Messoregiões	
CERRO LARGO/RS	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões CONSAD	

MRG/UF	PPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
SANTO ÂNGELO/RS	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões CONSAD	
IJUI/RS	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões	
CARAZINHO/RS	PROMESO	

	Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões	
PASSO FUNDO/RS	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões Agenda 21 Local	
CRUZ ALTA/RS	PROMESO Planos Diretores Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões Agenda 21 Local	
NÃO-ME-TOQUE/RS	PROMESO Planos Diretores Programa de Messoregiões	
SOLEDADE/RS	PROMESO Planos Diretores Programa de Messoregiões	
GUAPORÉ/RS	PROMESO Planos Diretores Programa de Messoregiões	
VACARIA/RS	PROMESO Pólos de Ecoturismo Planos Diretores APLs Programa de Messoregiões Agenda 21 Local	ZEE Gestar
CAXIAS DO SUL/RS	Planos Diretores APLs	ZEE
SANTIAGO/RS	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões CONSAD	
SANTA MARIA/RS	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões CONSAD	

MRG/UF	PPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
RESTINGA SECA/RS	PROMESO Planos Diretores PRONAT Programa de Messoregiões	
SANTA CRUZ DO SUL/RS	Planos Diretores Programa de Messoregiões Agenda 21 Local	
LAJEADO-ESTRELA/RS	Planos Diretores	
CACHOEIRA DO SUL/RS	PROMESO Planos Diretores PRONAT Programa de Messoregiões	
MONTENEGRO/RS	Planos Diretores	

	Regiões Metropolitanas Agenda 21 Local	
GRAMADO-CANELA/RS	Planos Diretores APLs Regiões Metropolitanas	ZEE
SÃO JERÔNIMO/RS	PROMESO Planos Diretores Programa Monumenta Regiões Metropolitanas Programa de Messoregiões	
PORTO ALEGRE/RS	Planos Diretores Programa Monumenta Regiões Metropolitanas Programa de Messoregiões Agenda 21 Local CONSAD	ZEE
OSÓRIO/RS	Planos Diretores Programa de Messoregiões CONSAD	ZEE Gestar
CAMAQUA/RS	PROMESO Planos Diretores Programa de Messoregiões	ZEE
CAMPANHA OCIDENTAL/RS	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões CONSAD	
CAMPANHA CENTRAL/RS	PROMESO Planos Diretores Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões Agenda 21 Local	
CAMPANHA MERIDIONAL/RS	PROMESO Planos Diretores PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões	

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
SERRAS DE SUDESTE/RS	PROMESO Planos Diretores Programa Monumenta PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões	
PELOTAS/RS	PROMESO Planos Diretores Programa Monumenta PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões Agenda 21 Local	ZEE
JAGUARÃO/RS	PROMESO Planos Diretores	ZEE

	PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões	
LITORAL LAGUNAR/RS	PROMESO Planos Diretores Programa Monumenta PRONAT Faixa de Fronteira Programa de Messoregiões Agenda 21 Local	ZEE
BAIXO PANTANAL/MS	Faixa de Fronteira Programa Monumenta	Trem Turístico do Pantanal Melhoria
AQUIDAUANA/MS	Faixa de Fronteira	Plano diretor
ALTO TAQUARI/MS	APLs APL de Cerâmica da Região Norte	
CAMPO GRANDE/MS	Faixa de Fronteira Agenda 21	Plano diretor Trem Turístico do Pantanal Melhoria
CASSILÂNDIA/MS		
PARANÁIBA/MS	APL do Turismo da Costa Leste	
TRÊS LAGOAS/MS	APL do Turismo da Costa Leste	
NOVA ANDRADINA/MS	APL do Turismo da Costa Leste	
BODOQUENA/MS	Faixa de Fronteira Agenda 21	
DOURADOS/MS	Faixa de Fronteira APL-Programa de Assistência Técnica aos Pequenos Psicultores APL de Erva-Mate	Plano diretor
IGUATEMI/MS	Faixa de Fronteira APL de Mandioca do Vale do Ivinhema Agenda 21	
ARIPUANA/MT	Agenda 21 local ZEE Proambiente (Proecotur)	
ALTA FLORESTA/MT	Programa BR-163 Agenda 21 local ZEE (Proecotur) (SPRN – Subprograma de Políticas de Recursos Naturais)	Gestar
MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
COLIDER/MT	Programa BR-163 Pronat Agenda 21 local (Guarantã do Norte e Terra Nova do Norte) ZEE (Proecotur) Projetos Demonstrativos – PDA (apoio a Práticas e Alternativas Sustentáveis para Agricultura Familiar em Comunidades)	Gestar
PARECIS/MT	Programa BR-163 Faixa de Fronteira Agenda 21 local (Sapezal) ZEE (Proecotur)	
ARINOS/MT	Programa BR-163 ZEE	Gestar

	(Proecotur)	
ALTO TELES PIRES/MT	Programa BR-163 Agenda 21 local ZEE APL de Móveis em Lucas do Rio Verde	Reestruturação Novo Programa BID - Pantanal
SINOP/MT	APLs Programa BR-163 Pronat Agenda 21 local ZEE	Gestar
PARANATINGA/MT	Programa BR-163 ZEE	
NORTE ARAGUAIA/MT	Pronat Agenda 21 local ZEE Programa BR – 163 GESTAR	Gestar
CANARANA/MT	Agenda 21 local ZEE	Gestar
MÉDIO ARAGUAIA/MT	ZEE	
ALTO GUAPORÉ/MT	Faixa de Fronteira ZEE (Proecotur) Agenda 21 APL – Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) – Turismo e Artesanato	
TANGARA DA SERRA/MT	Faixa de Fronteira Agenda 21 local (Denise eNova Olímpia) ZEE	
JAURU/MT	Pronat Faixa de Fronteira Agenda 21 local ZEE (Proecotur)	
ALTO PARAGUAI/MT	ZEE Programa BR 163 Agenda 21 (SPRN)	Reestruturação Novo Programa BID - Pantanal
ROSÁRIO OESTE/MT	ZEE (Consad)	Reestruturação Novo Programa BID - Pantanal
MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
CUIABÁ/MT	Faixa de Fronteira Agenda 21 local ZEE (Consad) APL de Turismo Pantanal / Chapada dos Guimarães	Reestruturação Novo Programa BID – Pantanal
ALTO PANTANAL/MT	Faixa de Fronteira ZEE (Proecotur)	Reestruturação Novo Programa BID - Pantanal
PRIMAVERA DO LESTE/MT	ZEE	
TESOURO/MT	Pronat Agenda 21 local ZEE	
RONDONOPÓLIS/MT	Pronat ZEE APL de Confecções em Rondonópolis	
ALTO ARAGUAIA/MT	ZEE	

SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA/GO	Agenda 21	ZEE Programa Cidade Pra Gente
RIO VERMELHO/GO	Programa Monumenta	ZEE Programa Cidade Pra Gente
ARAGARCAS/GO	Agenda 21 local	ZEE
PORANGATU/GO	APL de Açafrão em Mara Rosa Agenda 21	ZEE Programa Cidade Pra Gente
CHAPADA DOS VEADEIROS/GO	Agenda 21 Promeso Programa da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Biosfera de Goiás, na Chapada dos Veadeiros (GO) APL do Circuito da Biosfera de Goiás	Governo Federal – Contratos para construção de 2 mil novas moradias e melhorias sanitárias
CERES/GO		ZEE Programa Cidade Pra Gente
ANAPÓLIS/GO	APL Jaraguá – GO APL – Rio Verde Agenda 21	ZEE Programa Cidade Pra Gente
IPORA/GO	Agenda 21	ZEE Programa Cidade Pra Gente
ANICUNS/GO	Agenda 21	ZEE Programa Cidade Pra Gente
GÔIANIA/GO	ZEE Agenda 21	Programa Cidade Pra Gente
VÃO DO PARANÁ/GO		ZEE Programa Cidade Pra Gente
ENTORNO DE BRASÍLIA/GO	ZEE APL em parceria com o SENAI, SEBRAE e Associações Empresariais: APL de Artesanato Mineral em Cristalina (GO) APL de Hortifruticultura em Luziânia APL de Pedras Ornamentais em Pirenópolis APL do Pólo Moveleiro em Valparaíso APL de Vestuário em Águas Lindas Agenda 21 local (Luziânia e Valparaíso de Goiás)	

MRG/UF	PPPP's	
	Existentes e/ou em desenvolvimento	Previstos
SUDOESTE DE GOÍAS/GO	Agenda 21 local (Jataí e Mineiros)	ZEE Complexo Industrial Perdigão em Mineiros Programa Cidade Pra Gente
VALE DO RIO DOS BOIS/GO		ZEE Programa Cidade Pra Gente
MEIA PONTE/GO	Agenda 21 local (Caldas Novas)	ZEE Programa Cidade Pra Gente
PIRES DO RIO/GO		ZEE Programa Cidade Pra Gente
CATALÃO/GO	APL – Catalão (confecção)	ZEE Programa Cidade Pra Gente MMC – Mitsubishi Motors Company - Expansão da Unidade de Catalão Fosfertil- expansão
QUIRINOPÓLIS/GO		ZEE Programa Cidade Pra Gente
BRASÍLIA/DF	APL de Tecnologia de Informações no DF	ZEE

	APL de Tecnologia de Informação e Comunicação dentro do Programa Brasília Digital APL de Confecções – Brasília Agenda 21	
--	--	--

3.1 SAD/WEBGIS: Sistema de Apoio à Decisão com Informações Georreferenciadas para Internet

O grau de democratização do Estado pode ser medido pela sua transparência, que pressupõe o direito a informação. Disponibilizar a sociedade informações sobre serviços públicos vem se constituindo uma estratégia gerencial, na medida em que o Estado busca maior efetividade na execução de suas políticas públicas.

Desse modo, quanto maior acesso à informação governamental, mais democrática e liberal torna-se a relação do Estado com a sociedade, o que propicia ao cidadão maior conhecimento e participação nos processos decisórios.

O uso de um sistema de informações georreferenciadas possibilita entender melhor o comportamento de cidades, regiões e países, pela representação visual dos dados tabulares possibilitando a percepção de tendências e de informações que no formato textual não seriam percebidas devido ao grande volume de dados a serem analisados.

Portanto, o sistema desenvolvido neste trabalho, batizado de SAD/WEBGIS¹¹, torna-se uma ferramenta de grande utilidade, pois auxilia o usuário a analisar várias informações de formatos diferentes, integradas em uma ferramenta que as representa em forma de mapa.

O sistema teve como propósito contribuir para a observação do Brasil, consolidando as iniciativas públicas e privadas existentes. Ao utilizar informações georreferenciadas com abrangência de todo território nacional, permite entender as necessidades específicas do trabalho dos especialistas/analistas de informação, pois é uma ferramenta capaz de armazenar, recuperar, integrar, manipular, analisar, e principalmente, associar dados espaciais a um banco de dados textual e de imagens – técnicas de georreferenciamento e gestão do conhecimento.

Desse modo, o estudo das problemáticas que compõe um cenário de grande complexidade, a ser gerenciado no planejamento territorial, pode ser auxiliado pela geração de mapas temáticos personalizados, solicitados pelo usuário.

3.1.1 O Desenvolvimento do Sistema

O georreferenciamento e suas ferramentas vêm se mostrando extremamente úteis nas avaliações espaciais do território, no estudo de fenômenos em diversas áreas, principalmente em tomadas de decisões. Compreende uma disciplina do conhecimento que utiliza técnicas matemáticas

¹¹ SAD/WEBGIS – Sistema de Apoio a Decisão com Informações Georreferenciadas para Internet.

e computacionais para tratamento de informações geográficas juntamente com os dados textuais tabulares, incorporando ferramentas de: Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e Sensoriamento Remoto, com destaque para o Processamento Digital de Imagens (PDI).

O SAD/WebGIS foi desenvolvido em software livre. A interface de navegação do sistema é bastante “amigável”, capaz de rodar em qualquer computador, por estar baseada nos mesmos programas utilizados na Internet. O sistema permite a consolidação de um conjunto mínimo de ferramentas e modelos de dados para disponibilizar informações georreferenciadas, onde os usuários poderão consultar ou navegar pelas informações integradas a banco de dados textuais, mapas digitalizados, fotografias aéreas e bases cartográficas digitais. Também permite o cruzamento entre as informações armazenadas e camadas temáticas de interesse do usuário, com imagens de satélites disponíveis, gerando desta forma novos mapas personalizados.

O processo de plotagem agrega maior qualidade e precisão à informação gerada, permitindo maior presteza, efetividade e transparência na análise a ser realizada. Na figura 1 pode se verificar um exemplo da utilização do sistema SAD/WebGIS. No mapa gerado na figura foram selecionadas as camadas temáticas Brasil, taxa de eletrificação e microrregiões.

O acesso do sistema é via Internet. As informações utilizadas são provenientes de diversas origens: INPE, DNPM, IBAMA, FUNAI, IBGE, IPEA, entre outros, o que denota a capacidade do sistema de integração das informações.

O núcleo do programa SAD/WebGIS é o programa MapServer, o qual é programado por um arquivo texto, chamado mapfile, onde ficam as instruções de localização dos dados geocodificados (banco de dados textuais, imagens raster e temas shapesfiles), posição geográfica em Latitude e Longitude ou UTM, definições de consulta a banco de dados, nomes que vão aparecer nas legendas e rótulos. Os arquivos templates (páginas de Internet) proporcionam a interface da aplicação, definindo a posição de ferramentas de zoom, consulta, cores, logos etc. O MapServer apenas apresenta dados, não tem a capacidade de alterá-los. Para isto, ele precisa dos softwares de geoprocessamento como ArcGIS, Erdas Imagine ou Geomidia para fazer as alterações e inclusões necessárias.

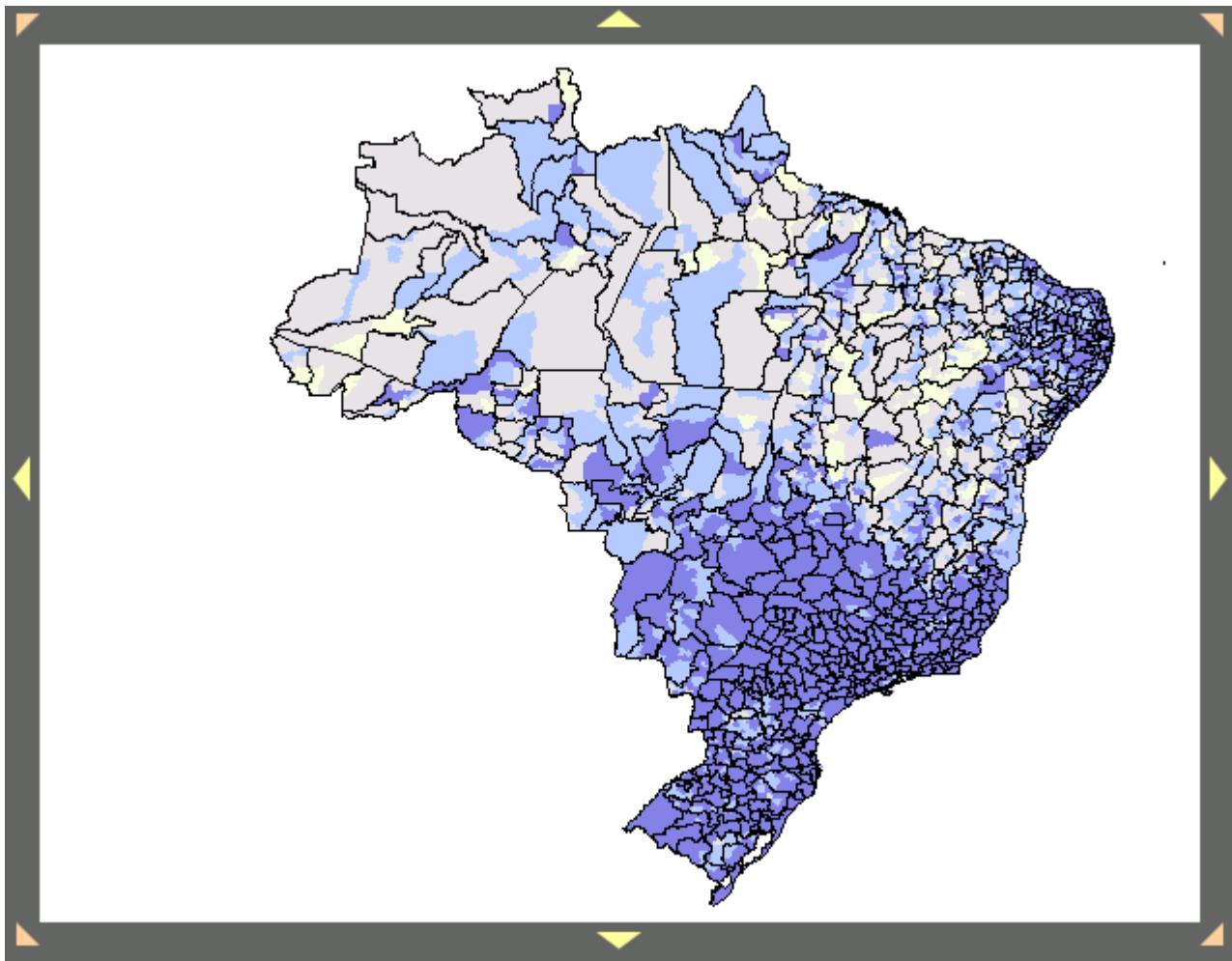


Figura 1 – Mapa gerado no SAD/WebGIS – **Fonte:** www.unbcds.pro.br/webgis/pnot/

As etapas envolvidas no desenvolvimento da aplicação foram:

- **Primeira Etapa:** processamento dos arquivos shapefiles e raster utilizando os softwares de geoprocessamento. Estes arquivos são armazenados em uma estrutura de diretórios que será interpretada na etapa seguinte pelos arquivos mapfile;
- **Segunda Etapa:** codificação dos arquivos mapfile, usando uma linguagem de definição do mapfile. Estes arquivos são criados através de programação realizada por um técnico especialista. A seguir, são criados os arquivos templates na linguagem HTML que permitirão a apresentação dos dados na aplicação WebGIS;
- **Terceira Etapa:** interpretação do MapServer. O software MapServer irá interpretar e executar o arquivo mapfile, gerar a aplicação WebGIS com base nos templates, arquivos shpefile e raster, e apresentá-los no browser.

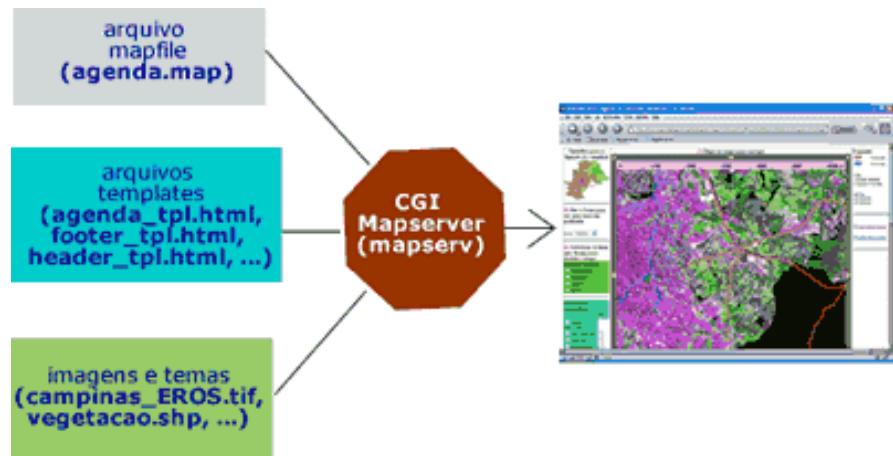


Figura 2 – Etapas de desenvolvimento do SAD/WebGis – **Fonte:** CARVALHO, 2004

3.1.2 Soluções de Software

O sistema foi desenvolvido para o Sistema Operacional Windows e com softwares livres:

- Sistema Operacional Windows 2000 Server;
- Servidor Web APACHE 4.3;
- MapServer para visualizar as camadas de informação georreferenciadas e ler os bancos de dados relacionados às camadas;
- Interface do aplicativo desenvolvido em HTML;
- JavaScript.

Possui integração com Perl, Java, JavaScript, Python, PHP, ASP e ColdFusion, e utiliza HTML para a interface e JavaScript para as consultas textuais ao banco de dados e para a otimização das ferramentas disponibilizadas, que são utilizadas para geração dos mapas temáticos.

Neste sentido, o sistema desenvolvido permite a captura, armazenamento, manipulação, análise e disponibilização de informações referenciadas geograficamente, agregando: efetividade no processo, ao permitir o acesso a grande quantidade de informações; integridade, ao permitir o controle de acesso simultâneo aos dados geográficos; e independência, permitindo a manutenção das informações independentemente dos aplicativos que acessam os dados.

Adicionalmente apresenta vantagens como: grande utilidade no foco social; baixo custo no desenvolvimento; liberdade de acrescentar a quantidade de informações que forem julgadas necessárias e realizar o cruzamento das mesmas sem importar a origem dos dados; obsolescência não-programada; robustez; adaptabilidade; suporte fácil e amigável.

A concepção do sistema permite o manuseio de qualquer tipo de informação georreferenciada, tais como shapes, pontos, linhas e imagens raster de satélites. Pode ser usado para múltiplas finalidades onde a sua utilização se diferenciará apenas pelo tipo de dados armazenados.

Além disso, não requer um treinamento específico para a sua utilização por ter sido desenvolvido em interface de navegador de Internet, o que reduz o tempo de treinamento dos usuários por ser uma tecnologia que a maioria já possui conhecimento. A tecnologia empregada no desenvolvimento do sistema permite que seja instalado em qualquer tipo de servidor de páginas de HTML, não necessitando a aquisição de licenças de algum software específico. Portanto possui portabilidade e interoperabilidade, devido ao uso de aplicações de Internet.

3.2 O Índice de Densidade Territorial

3.2.1 Metodologia

Para a realização deste estudo foi criado um índice¹², o qual foi denominado de **Índice de Densidade Territorial (IDT)**.

Este índice é composto de cinco indicadores¹³: Acessibilidade ao Crédito (IndAC), Densidade Populacional (IndDPop), IUR (IndIUR), PIB per capita (IndPIB) e Abrangência (IndAbr), porém, não existe restrição quanto à adição de mais indicadores, caso haja necessidade. No cálculo dos indicadores, que formam o índice proposto, foram utilizadas duas fórmulas:

Equação da fórmula 1:

$$Indicador_i = \left(\left(\frac{\log(P_i) - \log(P_{\min})}{\log(P_{\max}) - \log(P_{\min})} \right) + k \right) * 100 \quad Indicador_i = \left(\left(\frac{P_i - P_{\min}}{P_{\max} - P_{\min}} \right) + k \right) * 100$$

onde:

Equação da fórmula 2:

P_i = total da soma do(s) valor(es) da(s) variável(is) utilizada(s) para o indicador que se está calculando.

P_{\min} = valor mínimo da soma do(s) valor(es) da(s) variável(is) utilizada(s) para o cálculo do indicador.

P_{\max} = valor máximo da soma do(s) valor(es) da(s) variável(is) utilizada(s) para o cálculo do indicador.

A fórmula 1 é utilizada no cálculo de indicador que apresenta uma faixa de variação entre os valores P_{\min} e P_{\max} muito grande. Já a fórmula 2 é utilizada no cálculo de indicador que apresenta uma faixa de variação entre os valores P_{\min} e P_{\max} pequena. Nas duas equações, é somada uma constante “k” para retirar o resultado 0 (zero) quando P_i for igual ao P_{\min} na subtração. A constante “k” recebeu o valor de 0,01.

¹² **Índice:** Número com base em uma função estatística, que serve para realizar comparações com outros índices. Tradução realizada pelos autores. Disponível em: <http://www.scotiabankinverlat.com/scotiatarade/glosarioi.asp> Acessado em: 19/03/2006

¹³ **Indicador:** (1) São variáveis perfeitamente identificáveis, utilizadas para caracterizar (quantificar ou qualificar) os objetivos, metas ou resultados (ARRUDA *et allii*, 2001). (2) Nas ciências ambientais, indicador significa um organismo, comunidade biológica ou parâmetro, que serve como medida das condições ambientais de certa área ou de ecossistema (FEEMA, 1997). (3) Organismos, ou tipos de organismos, tão estreitamente associados a condições ambientais específicas, que sua presença é indicativa da existência dessas condições naquele ambiente (Encyclopedia Britannica, 1978). Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=/educacao/index.php3&conteudo=../glossario/i.html> Acessado em: 19/03/2006

Os valores obtidos nas fórmulas foram multiplicados por 100 para obter um número inteiro que pudesse ser utilizado no software de geração de mapas georreferenciadas – criado pelo grupo de trabalho para auxiliar na avaliação territorial do Brasil. Este software permite apresentação de dados textuais ou numéricos na forma de mapas temáticos que podem ser sobrepostos e associa dados espaciais de um banco de dados e de imagens para possibilitar as técnicas de georreferenciamento e gestão do conhecimento. Permitindo desta maneira, o estudo das problemáticas que compõe o cenário foco do estudo deste grupo de trabalho.

A fórmula 1 foi aplicada para a obtenção dos indicadores de Acessibilidade ao Crédito (IndAC), Densidade Populacional (IndDPop), IUR (IndIUR), PIB per capita (IndPIB) e Índice de Impacto Territorial (IIT). A fórmula 2 foi aplicada na obtenção do indicador de Abrangência (IndAbr).

Para a obtenção do **Índice de Densidade Territorial** foi criada uma terceira fórmula (fórmula 3), na qual são atribuídos pesos diferenciados (de 1 a 3) aos indicadores obtidos nas duas fórmulas anteriores. Foi atribuído peso 1 ao indicador que apresentava pouca relevância à ocupação do território, peso 2 ao indicador que apresentava uma relevância moderada e peso 3 ao indicador que apresentava muita relevância (quadro 4).

Quadro 4: Atribuição de pesos aos indicadores que compõe o Índice de Densidade Territorial.

Indicador	Peso
Abrangência	1
Acessibilidade ao Crédito	1
PIB per capita	2
Densidade Populacional 1998	3
Índice Utilização Rodoviário (IUR 2000)	3

Equação da fórmula 3:

$$IDT_i = \left(\frac{(\log(IndAC_i) + \log(IndAbr_i) + (\log(IndPIB_i) * 2) + (\log(IndDPop_i) * 3) + (\log(IndIUR_i) * 3)) - \log(P_{\min})}{\log(P_{\max}) - \log(P_{\min})} \right) * 100$$

A aplicação das duas primeiras fórmulas permite a obtenção de valores resultantes com grandezas iguais, dado que cada indicador trabalha com números de grandezas diferentes e é preciso combiná-los para a obtenção do índice proposto.

Para a criação da relação das microrregiões utilizadas no estudo foi consultado o site do IBGE, mais especificamente o Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA¹⁴. Esta relação foi exportada para o programa Excel e criada uma planilha onde foram realizados os cálculos dos indicadores. Após a obtenção dos indicadores, os dados precisavam ser exportados para o formato

¹⁴ Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>

DBF, o qual é utilizado no software de georreferenciamento para a criação dos mapas temáticos. Para realizar essa exportação de dados, da planilha Excel para o DBF, foi necessário primeiro converter a planilha em banco de dados Access e criar vários programas para ler e gravar os dados obtidos no banco do software de georreferenciamento.

Outro trabalho realizado foi a normalização e a agregação dos dados utilizados para a obtenção dos indicadores, haja vista que os mesmos foram coletados em fontes de informações primárias diferentes, tais como o Ministério da Integração Nacional, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, IBGE e Empresa de Correios e Telégrafos, e, portanto, possuíam chaves primárias de registros diferentes. Por exemplo, o Banco do Brasil faz referências às suas agências pelo código da agência e os Correios e CEF pela sigla de UF e nome do município sem acento, o IBGE possui um código numérico de seis e sete dígitos, o UIR faz referência a sigla da UF e nome do município com acentuação. Padronizou-se que a chave primária dos registros seria o código numérico adotado pelo IBGE, porque o banco de dados do software de georreferenciamento também utiliza este padrão, o que facilitou a exportação dos dados para este último e posteriormente a criação dos mapas temáticos.

3.2.2 Indicador de IUR (Índice de Utilização Rodoviária)

Este indicador de utilização foi construído com base nos princípios de que a utilidade da infra-estrutura rodoviária, para um determinado contexto geográfico, município, micro, ou mesorregião, estado, ou qualquer outra área geográfica, deve ser diretamente proporcional ao **PIB / Km²** do contexto geográfico e inversamente proporcional ao custo do transporte. O custo do transporte depende de muitos fatores tais como: o tipo de frota utilizada, custos da assistência técnica, nível de salários, topografia da área, rodovias pavimentadas, rodovias não pavimentadas, estado em que se encontram etc. O significado do **IUR_a** para a área “a” é quantas vezes o **PIB/Km²** da área “a” é maior (ou menor) que o **PIB/Km²** da área de referência, escolhida como unidade. Este índice **IUR** permite estudar a utilidade (e ociosidade) da infra-estrutura rodoviária¹⁵.

Portanto, a escolha desse índice, bem como o peso a ele atribuído, justifica-se pela possibilidade de se evidenciar a capilaridade e a acessibilidade em relação ao território incluído em cada microrregião. Diferentemente dos outros indicadores que compõe o índice, o IUR cumpre essa função. Observa-se que pelo fato desse indicador contemplar apenas o transporte rodoviário, o resultado mascara o dinamismo da acessibilidade em regiões onde prevalecem outros modais. É o caso do Amazônia, mas também em menor intensidade de outras regiões.

¹⁵ Para saber mais detalhes do cálculo do IUR consultar SEGÓVIA, R.M. **Índice de Utilização Rodoviária por mesorregião**. Brasília:IICA/MI/SDPR.

Os dados utilizados para obtenção deste indicador foram coletados das planilhas disponibilizadas no cálculo do Índice de Utilização Rodoviária por mesorregião. A fórmula abaixo foi utilizada para a criação do IndIUR.

$$IUR_a = \left(\frac{\frac{PIB_a}{K_a * S_a}}{\frac{PIB_u}{K_u * S_u}} \right) = \frac{PIB_a}{PIB_u} * \frac{K_u * S_u}{K_a * S_a}$$

onde:

a = Área geográfica para qual está sendo calculado o indicador.

u = Área geográfica referencial

K = Representa o custo médio do transporte por Km, na área em questão, considerando que o custo do transporte em rodovia não pavimentada é 70 % superior ao custo do transporte por rodovia pavimentada. Portanto:

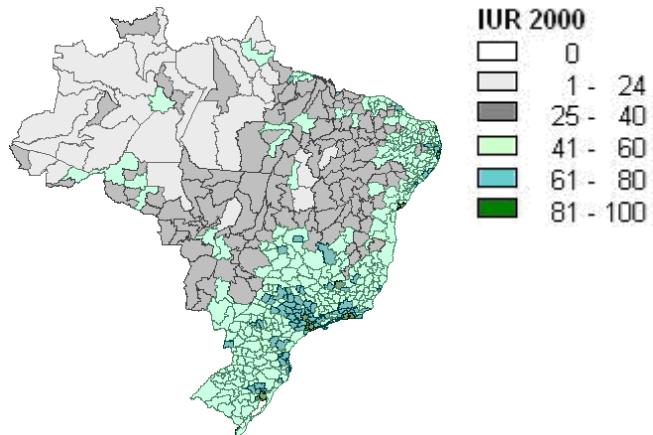
$$K = \frac{\text{Kms de rodovias pavimentadas} + 1,7 * \text{Kms de rodovias não pavimentadas}}{\text{Kms de rodovias pavimentadas} + \text{Kms de rodovias não pavimentadas}}$$

S = Área expressa em Km²

$$IndIUR_i = \left(\left(\frac{\log(P_i) - \log(P_{\min})}{\log(P_{\max}) - \log(P_{\min})} \right) + k \right) * 100$$

$$P_{\min} = 0,000127613$$

$$P_{\max} = 119,78348839$$



onde:

i = Linha na qual se está calculando o indicador

P_i = Valor do IUR

3.2.3 Indicador de Densidade Populacional (2000)

Este indicador foi considerado porque expressa a pressão que a população de uma determinada área exerce sobre o uso e ocupação do território. Sabe-se que elevadas densidades populacionais condicionam uma mais complexa divisão social do trabalho. Ao mesmo tempo pressionam a expansão de áreas urbanas, aumentam o mercado potencial de consumo e consequentemente pressionam também a ocupação de áreas rurais. Portanto, com base nessas características, não exaustivas, justifica o seu peso relativo (três) em relação aos demais

indicadores. Os dados utilizados para obtenção deste indicador foram coletados do censo IBGE 2000. A fórmula abaixo foi utilizada para a criação do IndDpop.

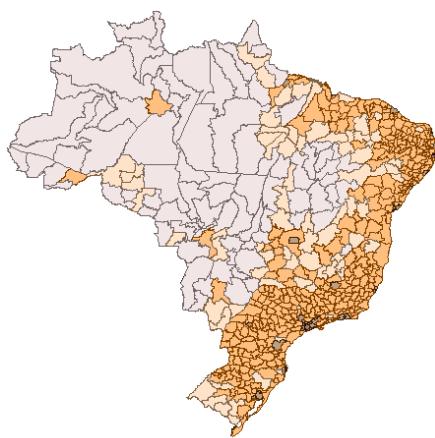
$$IndDPop_i = \left(\left(\frac{\log(P_i) - \log(P_{\min})}{\log(P_{\max}) - \log(P_{\min})} \right) + k \right) * 100$$

$$P_{\min} = 0,223$$

$$P_{\max} = 5.428,549$$

Densidade Populacional

■	0
■	1 - 30
■	31 - 40
■	41 - 70
■	71 - 90
■	91 - 100



onde:

i = Linha na qual se está calculando o indicador

$$P_i = \text{Total da área em Km}^2 \text{ da microrregião}_i / \text{Total da população da microrregião}_i$$

3.2.4 Indicador de PIB per Capita (1998)

O PIB per capita é um clássico indicador de medida de crescimento econômico. Sabemos que ele está sujeito a críticas, dado seu caráter geral – que não capta as particularidades e especificidades, bem como todas as dimensões dos processos econômicos em curso, sobretudo, fenômenos de natureza social, que são tradicionalmente impactados por atividades econômicas expressas no PIB.

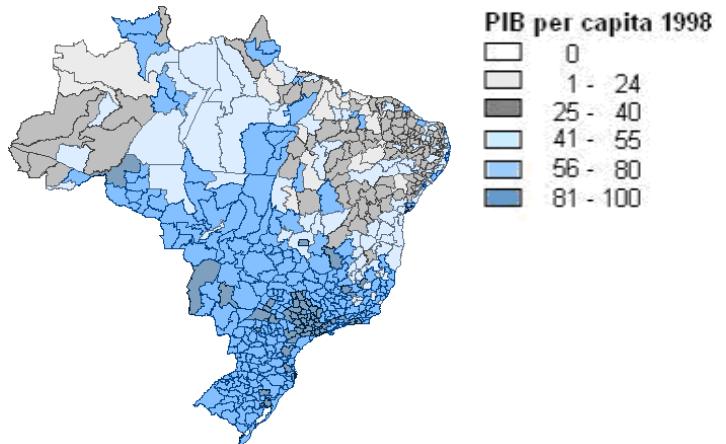
Na metodologia de construção do IDT foi estabelecido o uso da base dos dados de composição do IUR como referência no cálculo dos demais indicadores. Assim, como na composição do IUR foi utilizado o PIB do ano de 1998, usamos os mesmo dados na construção do IndPIB.

O peso 2 deste indicador foi atribuído porque a existência de recursos financeiros em uma determinada região determina a possibilidade de utilização desses recursos em benefício da própria região e sua população. A fórmula abaixo foi utilizada para a criação do IndPIB.

$$IndPIB_i = \left(\left(\frac{\log(P_i) - \log(P_{\min})}{\log(P_{\max}) - \log(P_{\min})} \right) + k \right) * 100$$

$$P_{\min} = 248,00$$

$$P_{\max} = 12.931,00$$



onde:

i = Linha na qual se está calculando o indicador

$P_i = \text{Total do PIB da microrregião}_i / \text{Total da população da microrregião}_i$

3.2.5 Indicador de Acessibilidade ao Crédito

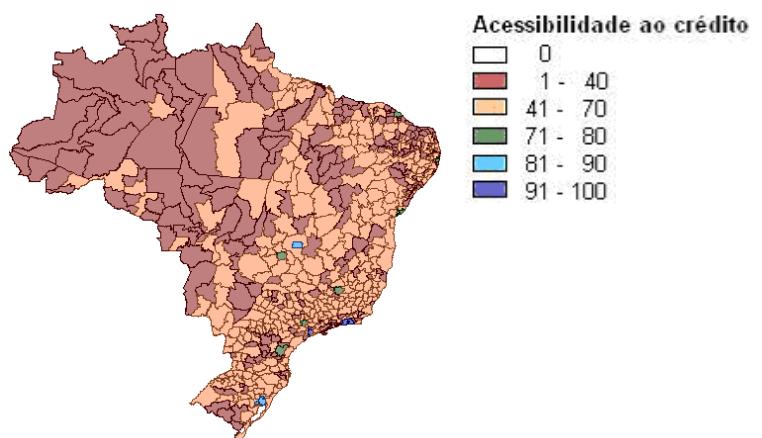
Acessibilidade ao crédito é significativa tendo em vista seu papel de ampliar e facilitar atividades econômicas e, consequentemente, a alteração do uso e ocupação do espaço. Devido à premência do tempo para a obtenção dos dados, optou-se que seria utilizado na constituição desse indicador o número de agências bancárias por microrregião, considerando que a existência de agências reflete um potencial econômico. Assim, este indicador é obtido pelo total dos números de agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e dos Correios em cada microrregião. As agências do correio foram acrescentadas por possuírem o Banco Postal. Os dados foram coletados diretamente dos sites institucionais dos órgãos em questão.

O peso 1 deste indicador foi atribuído porque a simples existência das agências não significa que a população está utilizando o potencial de acesso ao crédito. A fórmula abaixo foi utilizada para a criação do IndAC.

$$IndAC_i = \left(\left(\frac{\log(P_i) - \log(P_{\min})}{\log(P_{\max}) - \log(P_{\min})} \right) + k \right) * 100$$

$$P_{\min} = 1$$

$$P_{\max} = 469$$



onde:

i = Linha na qual se está calculando o indicador

$P_i = \text{Total de Agências do Banco do Brasil}_i + \text{Total de Agências da CEF}_i + \text{Total de Agências dos Correios}_i$

3.2.6 Indicador de Abrangência

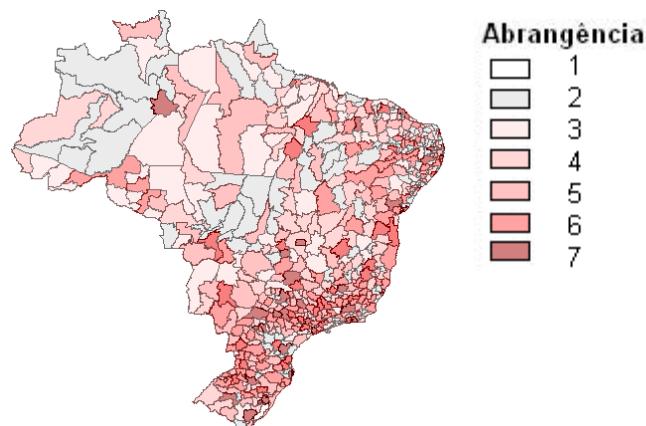
Este indicador teve como base o estudo realizado pelo IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC-93). A pesquisa REGIC-93 segue as orientações metodológicas de dois estudos anteriores do IBGE, Regiões Funcionais Urbanas (1972) e Regiões de Influência das cidades (1987). Seu objetivo é estimar os fluxos de bens e serviços existentes no território brasileiro segundo os preceitos teóricos dos lugares centrais e suas áreas de influência. Neste quadro analítico, as cidades são classificadas e hierarquizadas segundo seus níveis de centralidade, via mensuração de suas ligações pelas compras e vendas intermunicipais. Daí a importância desse indicador na composição do índice.

Para o nosso estudo foram considerados os níveis ‘Local Fraco’ a ‘Máximo’ da REGIC, e foram atribuídos valores de 1 a 7 na coluna “Valor PNOT”, pois na criação do indicador foi desconsiderado o nível municipal. O quadro 5 permite visualizar os níveis utilizados.

Quadro 5: Níveis de Centralidade das Cidades Brasileiras

Níveis	Valor REGIC	Valor PNOT	Padrões de Cidades
Máximo	8	7	Metropolitano
Muito Forte	7	6	Predominantemente de Centro Sub-metropolitano
Forte	6	5	Predominantemente de Centro Regional
Forte-médio	5	4	Predominantemente de Centro Sub-Regional
Médio	4	3	Tendendo a Centro Sub-Regional
Médio-Fraco	3	2	Predominantemente de Centro
Local Fraco	2	1	Tendendo a Centro Local
Muito Fraco	1	-	Municípios subordinados

A fórmula abaixo foi utilizada para a criação do IndAbr.



$$IndAC_i = \left(\left(\frac{\log(P_i) - \log(P_{\min})}{\log(P_{\max}) - \log(P_{\min})} \right) + k \right) * 100$$

$$P_{\min} = 1$$

$$P_{\max} = 469$$

onde:

i = Linha na qual se está calculando o indicador

P_i = Valor do indicador

O peso 1 deste indicador foi atribuído para corrigir possíveis vieses de importância, pois

quanto maior o isolamento de uma região, independentemente do seu tamanho, dinâmica e importância relativa no contexto nacional, maior será sua influência como polo econômico.

3.2.7 Índice de Densidade Territorial

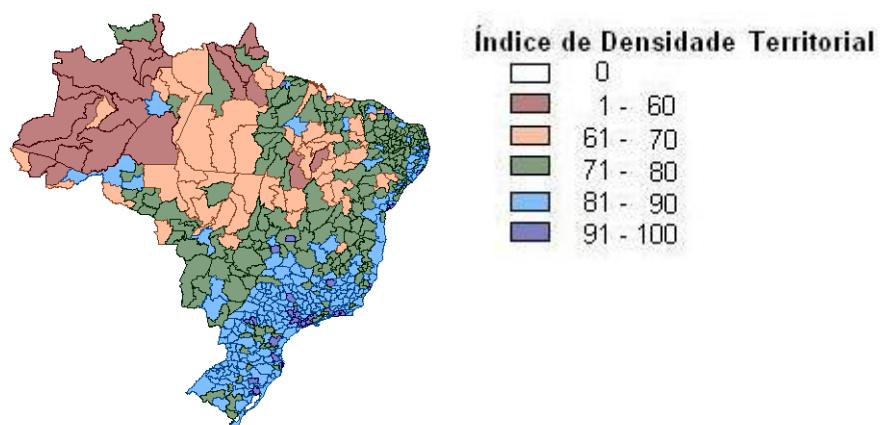
O índice aqui proposto teve como base o conceito¹⁶ de impacto territorial, elaborado Angela Fontes et. al., “*são indicadores construídos a partir de uma missão ou visão de fomentar o desenvolvimento local, são entendidos por aqueles que permitem valorar as modificações macroconcebidas com o propósito do desenvolvimento econômico local*”.

Este índice está intrinsecamente ligado a uma determinada visão de territorialidade, no nosso caso, a microrregião. Também está relacionado com a necessidade de formação de uma base de dados inicial, referente ao objeto do seu estudo e a tudo que fizer parte de seu entorno. Esta necessidade se constituiu na real dificuldade enfrentada pelas instituições que querem realizar este tipo de avaliação. Os estudos de dinâmica, sejam eles da ordem que forem, normalmente são realizados “*expost*”, ou seja, depois de implementadas as atividades é que se procura observar a dinâmica que aquela ação imprimiu no local. Os dados utilizados para obtenção deste índice são os valores calculados para os indicadores multiplicados com seus respectivos pesos, conforme quadro 4.

$$IDT_i = \left(\frac{(\log(IndAC_i) + \log(IndAbr_i) + (\log(IndPIB_i) * 2) + (\log(IndDPop_i) * 3) + (\log(IndIUR_i) * 3)) - \log(P_{\min})}{\log(P_{\max}) - \log(P_{\min})} \right) * 100$$

$$P_{\min} = 26,68$$

$$P_{\max} = 985,20$$



¹⁶ FONTES, Angela et. al. **Perspectivas de Expansão das Microfinanças no Brasil: Marco Legal, Capitalização e Tecnologia**. IBAM. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: www.desenvolvimentolocal.org.br/imagens/mapeamento/PDL198.pdf Acesso realizado em: 12/03/2006

4 Análises do IDT por MRG agrupadas em UF's e Macro Regiões

4.1 REGIÃO CENTRO-OESTE

A região Centro-Oeste apresenta grandes contrastes na configuração do seu Índice de Densidade Territorial (IDT), conforme evidencia as figuras 3 e 4. Os índices mais altos se evidenciam no Distrito Federal e na microrregião (MRG) de Goiânia (GO), o primeiro sendo um pólo de abrangência nacional e o segundo um pólo de abrangência inter-regional. Em uma faixa de IDT médio-alto estão as microrregiões de Cuiabá (MT), Campo Grande (MS) e Dourados (MS). A MRG de Dourados se destaca como a única MRG de IDT médio-alto da região que não é capital do estado. As regiões de IDT mais baixo situam-se no estado do Mato Grosso e pequena parte do norte de Goiás. O estado do Mato Grosso do Sul não apresenta faixa de baixo IDT.

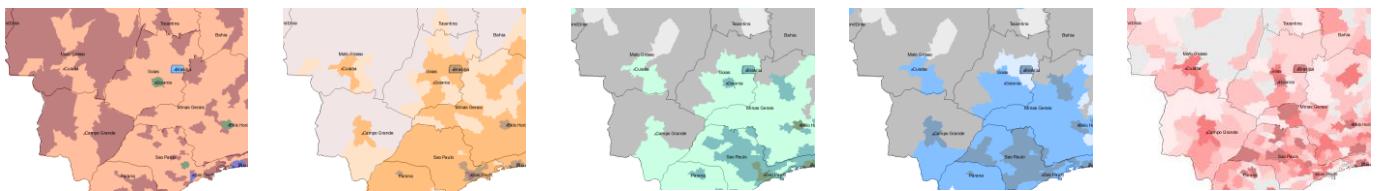
O estado do Mato Grosso apresenta maiores contrastes de IDT. A região norte do estado apresenta um baixo-médio IDT excetuando-se a MRG de Sinop com médio IDT. A região de faixa de fronteira do estado do Mato Grosso apresenta médio IDT, com exceção da MRG de Alto Guaporé com baixo-médio IDT. A MRG de Cuiabá mostra um IDT médio-alto, se destacando de todo o estado.

Quanto ao estado do Mato Grosso do Sul, o centro-sul (MRG's de Campo Grande e Dourados) se destaca das outras regiões do estado, por apresentar um IDT de faixa médio-alto. O restante do estado apresenta IDT médio, inclusive na sua faixa de fronteira, com exceção da MRG de Dourados.

Em Goiás o IDT se evidencia em 4 faixas: A MRG de Goiânia, o mais alto, seguido das MRG's de Anápolis, Meia Ponte e Catalão (centro, sul e sudeste do estado), com médio-alto IDT. O restante do estado apresenta IDT médio, com exceção da MRG Chapada dos Veadeiros que apresenta um baixo-médio IDT.

O Distrito Federal apresenta um alto IDT, contrastando com toda a região a sua volta de médio IDT.

Uma análise do IDT do Centro Oeste em relação ao contexto do IDT do país mostra uma região que, nas suas divisas com outros estados, apresenta as mesmas faixas de índices das outras regiões vizinhas. Por exemplo, ao norte da região Centro-oeste tem-se uma continuidade dos resultados do IDT da região Norte do país. No sudeste de Goiás, uma continuidade da região Sudeste do país. Exceção é o Mato Grosso do Sul, que na sua divisa com os estados do Paraná e São Paulo, não apresenta as mesmas faixas de índices, não se estabelecendo uma continuidade, uma integração.



Acessibilidade ao crédito Densidade populacional Utilização rodoviária PIB *per capita* Abrangência

Figura 3: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial na região Centro-Oeste.

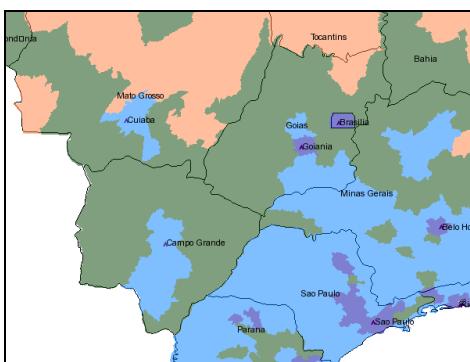
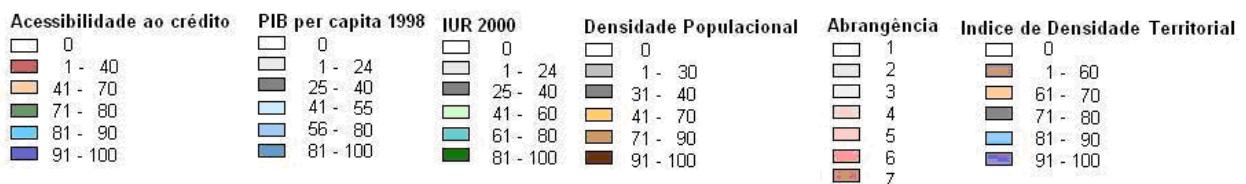


Figura 4: Índice de Densidade Territorial na região Centro-Oeste.

Os PPPP's federais na região Centro-Oeste mostram-se presente nas seguintes áreas:

- a) **PROMESO**, na mesorregião de Águas Emendadas, abrangendo no estado de Goiás, parte dos 99 municípios de Goiás e Minas Gerais.
- b) **Arranjo Produtivo Local**, presente em todos os estados e no DF. Faz parte também de outros programas como a BR 163 e PROMESO. No estado de MS abrange mais de 50% das microrregiões. Os estados de MT e GO possuem o mesmo número de microrregiões integrantes do APL, abrangendo 30% das MRG's destes estados. No DF o APL de Tecnologia de Informações se destaca.
- c) **Agenda 21** está mais distribuída nos estados de MT, GO e no DF. No estado de MS apenas 3 MRG's apresentam este plano.
- d) **Zoneamento Ecológico Econômico**, os estados de MT, Goiás e o DF abarcam este programa, sendo que o Mato Grosso é o único estado que o implementou. Os outros estão com seus termos de referência e diagnósticos realizados e as MGR's de Goiânia e Entorno de Brasília já tem o ZEE implementado. O estado do MS ainda não tem projeto de lei que legisle sobre a criação e o desenvolvimento do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul.

e) Plano diretor, Em Goiás o Programa ‘Cidade pra Gente’ é um Plano Diretor Democrático para 58 municípios do estado, a ser desenvolvido de 2005 a 2010. No MT e MS 21 municípios de cada estado ainda têm a obrigatoriedade de apresentar seus planos diretores até outubro de 2006. No DF, Brasília terá de apresentar também seu plano diretor.

f) Faixa de fronteira, por ser um programa específico para municípios localizados em faixa de fronteira, está presente nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em 12 microrregiões que correspondem a faixa de fronteira.

g) BR 163 – abrange 8 MRG’s no estado do Mato Grosso por onde a rodovia passa no Centro Oeste

h) Gestar, está presente em 5 MRG’s do estado do MT como PPPP futuro e implementado apenas em 1 MRG. Nos outros estados e no DF não está presente

i) Monumenta, presente na MRG Baixo Pantanal (MS) e Rio Vermelho (GO). Pode atuar em mais microrregiões.

j) PRONAT, está presente em 5 MRG’s, parte do norte e do sul do Mato Grosso, e em uma MRG de faixa de fronteira, Jauru.

l) Reestruturação Novo BID Pantanal, o programa após a reestruturação será implementado em 5 MRG’s do Mato Grosso.

m) Pró Ambiente, presente em uma microrregião do MT.

n) Trem Turístico do Pantanal, liga duas MRG’s do MS.

Os PPPP’s têm ações distintas nos estados da região Centro-Oeste, de acordo com a realidade local e suas necessidades. Mas as ações são poucas (poucos municípios de uma determinada MRG atuam em um programa) e não estão distribuídas pelo território. Os diversos programas e políticas poderiam atuar mais intensamente e estar distribuídos na extensão do território, haja vista estarem concentradas em algumas microrregiões. As ações de APL’s, Agenda 21, ZEE, Faixa de Fronteira e Plano Diretor foram os PPPP’s mais diversificados e distribuídos territorialmente na região.

4.1.1 Mato Grosso

Índice de Utilização Rodoviária

Conforme evidencia a figura 5, as microrregiões de Paranatinga (IUR-21,68) e Aripuanã (IUR-21,26), no centro e noroeste do estado, não são caracterizadas por manchas de áreas urbanas, devido ao baixo índice populacional. O IUR, por conseguinte, é baixo. A microrregião de Paranatinga se mostra como uma ilha anexada à península de IUR mais alto, de Cuiabá e

Rondonópolis (54,05 e 42,14). No noroeste do estado, a microrregião de Aripuanã comparada aos vizinhos do estado de Rondônia, apresenta índice mais baixo.

Densidade Populacional

Mais forte no entorno da capital do estado, Cuiabá, esta aglomeração urbana mostra um indicador populacional de índice 47 (742.000 habitantes na microrregião) e Rondonópolis, indicador populacional de índice 37 (224.000 habitantes). Destaca-se também a microrregião de Jauru com indicador populacional de 33 (105.000 habitantes). Na divisa com o estado de Rondônia não se vê a continuidade do indicador de população médio, como em Rondônia, mas sim um indicador mais baixo no MT. Os índices populacionais mais baixos encontram-se nas microrregiões de Paranatinga e Aripuanã. Parte destas regiões com baixo índice concentra terras indígenas (Paino do Xingu e Enawenô-nawo) e Aripuanã conta com uma unidade de conservação, a Estação Ecológica de Iqué.

PIB per capita

Existem duas faixas do PIB, como mostra a figura 5: o índice do PIB das regiões norte, noroeste e centro do estado (Colider, Aripuanã e Rosário Oeste), faixa de 49 a 55, e o resto do estado com faixa mais alta, concentrando-se o índice de PIB mais alto nas microrregiões de Cuiabá, Alto Araguaia e Parecis.

Acessibilidade ao Crédito

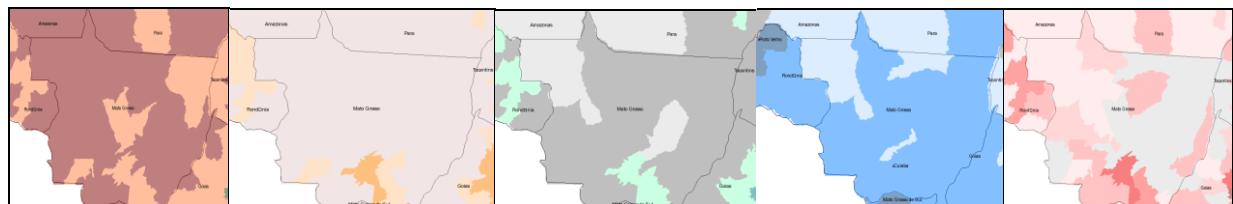
As regiões localizadas na faixa de fronteira do Estado, com exceção de Jauru, têm um índice de acessibilidade ao crédito relativamente baixo, sendo zonas de produção agrícola. Comparando-se as regiões de faixa de fronteira, Jauru (índice de 42,91) e Alto Guaporé (índice de 17,86), sendo esta uma zona de maior extensão que Jauru, Guaporé possui uma agência do Banco do Brasil e duas agências de correio, totalizando três, enquanto que Jauru, totaliza 10 agências na microrregião.

Abrangência

A partir do estudo REGIC-IBGE 1993, verifica-se que quanto à hierarquia urbana e à distribuição espacial se destacam as microrregiões de Sinop, Médio Araguaia, Tangará da Serra e Alto Pantanal, como faixa 4 (centro-sub-regional). São regiões em faixa de fronteira e com forte produção agrícola. A região do Alto Pantanal possui duas unidades de conservação: o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense e E.E. de Taiamã. Nas faixas 5 e 6 (predominantemente de centro regional e predominantemente de centro sub-metropolitano) identificam-se as microrregiões de Rondonópolis e Cuiabá. Notam-se os pólos de Brasília e Goiânia (faixa 7, padrão metropolitano) exercem forte influência sobre outras regiões do Estado que se classificam como faixas 1 e 2, levando em consideração a influência das regiões citadas como faixa 4.

Índice de Densidade Territorial

Na região de faixa de fronteira (figura 6) a microrregião de Alto Guaporé obteve um índice de densidade territorial mais baixo que o restante desta região de faixa de fronteira. Já na parte centro-norte do estado, a microrregião de Sinop se destaca com um IDT mais alto que o restante. Cuiabá e seu entorno obteve um IDT superior a todo o estado.



Acessibilidade ao crédito Densidade populacional Utilização rodoviária PIB per capita Abrangência

Figura 5: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Estado de Mato Grosso

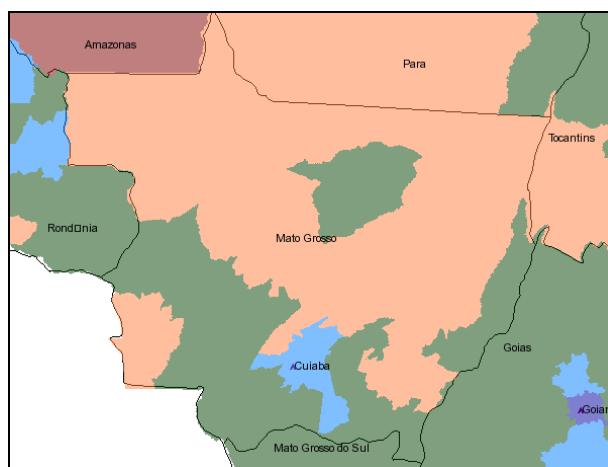
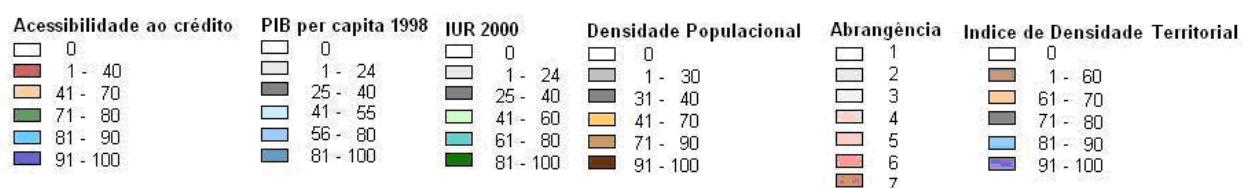


Figura 6: Índice de Densidade Territorial no Mato Grosso

Relação IDT e PPPP's Federais

Os Planos e Programas de Políticas Públicas no estado de Mato Grosso têm atuado com mais destaque nas seguintes frentes: Zoneamento Ecológico Econômico, Programa de Desenvolvimento Faixa de Fronteira, PRONAT, BR 163, Arranjos Produtivos Locais, Agenda 21, Gestar e Pro-Ambiente. Como futuros PPPP's no estado tem-se: pavimentação de rodovias (BR-364, BR-163 e BR-158) e Programas sócio-ambientais – como a reestruturação do Novo Programa BID Pantanal (centro-sul do estado) e investimentos na Ferro Norte no sudeste do estado. Através da Secretaria de Planejamento do estado foi elaborado, no ano de 2004, projeto de Zoneamento Sócio Econômico Ecológico, e 21 municípios no estado tem obrigatoriedade de apresentar seus planos diretores até outubro de 2006.

Ao cruzar informações de regiões que apresentam poucos PPPP's e com baixo-médio IDT no Mato Grosso evidencia-se a região central do estado (microrregião de Paranatinga) e centro-sul (microrregião de Rosário Oeste). A microrregião Primavera do Leste, adjacente a microrregião de Cuiabá, a microrregião do Médio Araguaia e a microrregião do Alto Araguaia, todas de IDT médio apresentam apenas um PPPP.

As regiões onde foram constatadas uma diversidade de PPPP's e uma faixa de médio-alto IDT são: Cuiabá e Sinop. As microrregiões que apresentaram uma diversidade de PPPP's atuais e futuros são: Alto Teles Pires (APL, BR 163, Agenda 21, ZEE e BID Pantanal) e Norte Araguaia (PRONAT, BR 163, Agenda 21, ZEE e GESTAR), que apresentam baixo-médio IDT.

4.1.2 Mato Grosso do Sul

Índice de Utilização Rodoviária

Claramente o estado apresenta duas faixas de IUR no território (figura 7). O primeiro, mais alto, representado pela região centro-sul do estado (índice na faixa de 41-60) – as microrregiões de Dourados, Iguatemi, Nova Andradina e Campo Grande. O segundo, representado pelas regiões norte, leste e oeste do estado (índice na faixa de 25 a 40).

Densidade Populacional

A região central do Estado, entorno de Campo Grande, aglutina a população em um índice superior às outras regiões, seguido do sul e depois o resto do estado. Na região sul e sudoeste do estado concentram-se terras indígenas e assentamentos do INCRA, além de grande parte do sudeste do estado se situar a Estação Ecológica Mico Leão Preto.

PIB *per capita*

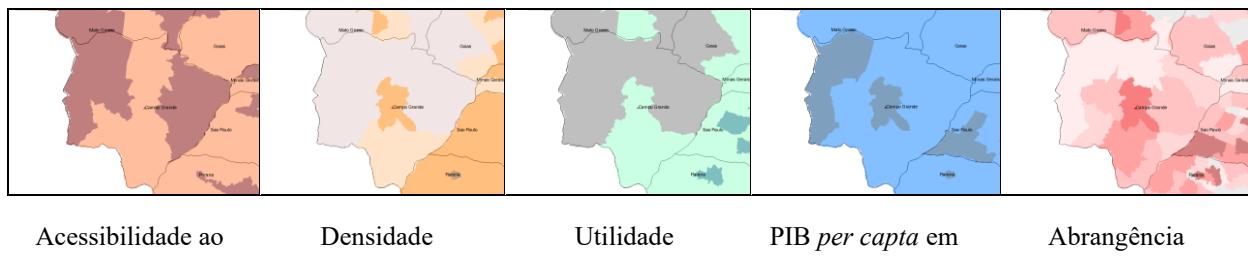
A parte oeste do estado, região de fronteira, apresenta um PIB na mesma faixa que a região da capital, Campo Grande.

Acessibilidade ao Crédito

A parte leste e oeste do estado se equiparam com um indicador de nível mais baixo que o centro e o sul do estado (Dourados, Iguatemi, Nova Andradina e Campo Grande). A região nordeste do estado apresenta índices mais baixos.

Abrangência

Quatro faixas se apresentam: Campo Grande – como pólo, indicador 6, Dourados (5), e Iguatemi, Três Lagoas e Aquidauana, faixa 4. Os indicadores mais baixos se concentram no norte e oeste do estado.



Acessibilidade ao crédito Densidade populacional Utilidade rodoviária PIB *per capita* em US\$ Abrangência
 0 0 0 0 1
 1 - 40 1 - 24 1 - 30 1 - 24 2
 41 - 70 25 - 40 31 - 40 25 - 40 3
 71 - 80 41 - 55 41 - 60 41 - 70 4
 81 - 90 56 - 80 61 - 80 71 - 90 5
 91 - 100 81 - 100 81 - 100 91 - 100 6
 100 - 100 100 - 100 100 - 100 100 - 100 7

Figura 7: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Estado de Mato Grosso do Sul

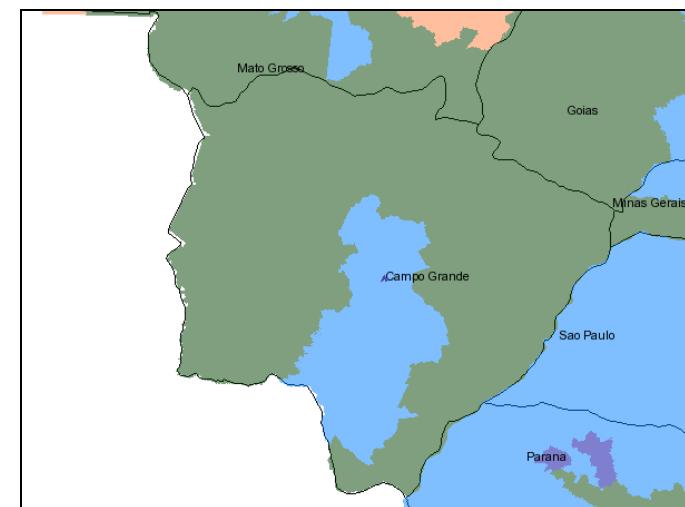
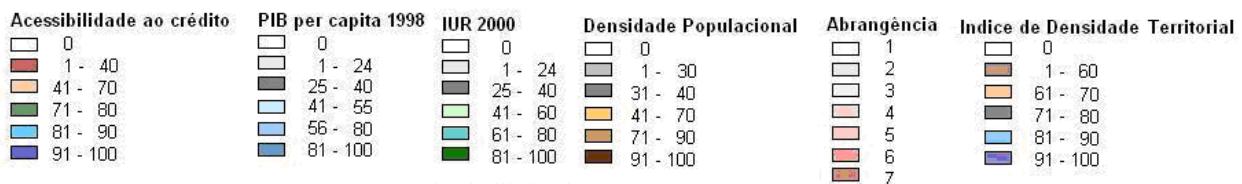


Figura 8: Índice de Densidade Territorial no Mato Grosso do Sul

Índice de Densidade Territorial

O centro-sul (Campo Grande e Dourados), conforme evidencia a figura 8, se destaca das outras regiões do estado por apresentar índices acima dos demais. O restante do estado apresenta IDT médio.

Relação IDT e PPPP's Federais

Os PPPP's no estado de Mato Grosso do Sul atuam com os programas: Faixa de Fronteira, Monumenta, APL's e Agenda 21 Local. Cabe destacar os diversos APL's como da cerâmica, do turismo, da erva-mate, piscicultura e mandioca, valorizando a cultura e a participação local. Como perspectivas de PPPP's no estado, o Trem Turístico do Pantanal a ser desenvolvido de 2005 a 2010 e os planos diretores municipais. Até outubro de 2006, 21 municípios no estado têm obrigatoriedade de apresentar seus planos diretores.

Não foi constatada nenhuma política pública de âmbito estadual para a implantação de zoneamento ecológico-econômico. Nas microrregiões de Aquidauana e Cassilândia foi constatada baixa atuação de PPPP's atuais ou previstos. Já as demais regiões apresentam dois a três PPPP's, com exceção de Campo Grande, com quatro PPPP's.

4.1.3 Goiás

Índice de Utilização Rodoviária

A microrregião de Goiânia e a influência de Brasília (figura 9) mostram que o entorno/anel a estas regiões sofre influência destas duas regiões metropolitanas, apesar deste entorno se situar em uma faixa de IUR abaixo de Goiânia. Estrategicamente localizada na região central do estado, é uma confluência para Brasília e as regiões norte, nordeste, oeste e sudeste do país.

Densidade Populacional

A figura 9 evidencia a existência de três faixas do indicador da densidade populacional, sendo que na faixa mais baixa estão as regiões que fazem divisa com os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Na faixa mais elevada encontra-se as microrregião Entorno de Brasília, Goiânia, Anápolis e adjacências.

PIB per capita

As microrregiões do Entorno de Brasília e Ceres estão em uma faixa média do PIB (41 e 54 respectivamente). O centro, sul e sudeste goiano estão na faixa mais elevada do PIB no estado (faixa de 56 a 80), sendo que o sudeste goiano obteve índice mais alto que Goiânia. As regiões norte, oeste e sudoeste do estado apresentam o indicador em faixa mais baixa.

Acessibilidade ao Crédito

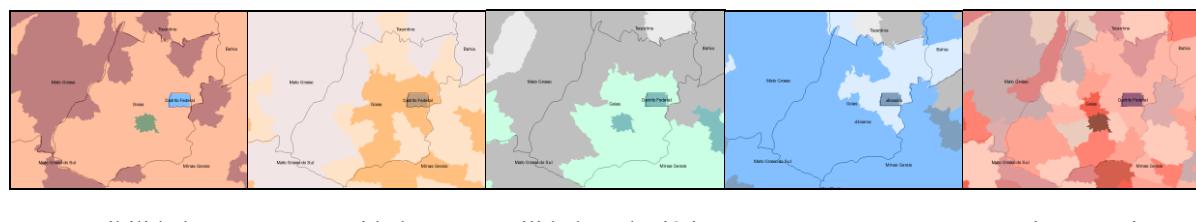
A microrregião de Goiânia evidencia este indicador mais elevado que o restante do estado, o qual apresenta faixa média deste indicador. Manchas no nordeste e norte do estado apresentam faixa mais baixa deste indicador.

Abrangência

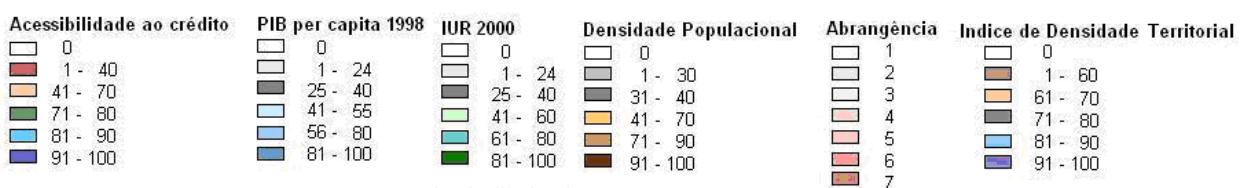
As sete faixas de abrangência estão representadas em Goiás. A microrregião de Goiânia apresenta faixa mais elevada, seguida de Anápolis e Meia Ponte. Na faixa de abrangência 4 está Catalão, Ceres e Sudoeste de Goiás. As regiões nordeste, oeste e centro sudoeste do estado apresentam índice deste indicador mais baixo.

Índice de Densidade Territorial

A microrregião de Goiânia se destaca de todo o estado com o IDT mais elevado, seguido por sua imediação norte, sul e sudeste (figura 10). As outras regiões têm o IDT médio, com exceção do norte (Chapada dos Veadeiros), que apresenta IDT de faixa mais baixa. Neste, se situa o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.



Acessibilidade ao crédito Densidade populacional Utilidade rodoviária PIB per capita em US\$ Abrangência
Figura 9: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Estado de Goiás



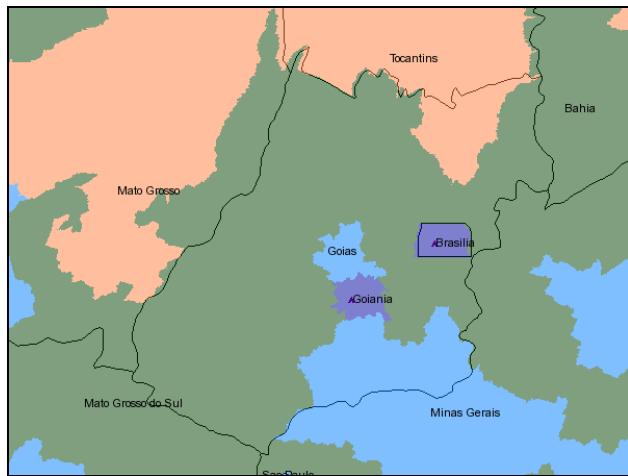


Figura 10: Índice de Densidade Territorial no Goiás

Relação IDT e PPPP's Federais

Os Planos e Programas de Políticas Públicas no estado de Goiás são: Agenda 21 Local, Arranjos Produtivos Locais, Programa Monumenta e Programa Biosfera de Goiás. Está previsto para 2006, projeto de moradias e melhoria de saneamento para comunidades de “povos históricos” brasileiros. Como perspectivas de PPPP's no estado, Programa Cidade pra Gente (Plano Diretor Democrático para 58 municípios do estado), a ser desenvolvido de 2005 a 2010. Também durante este período está programado melhorias em trechos da BR-060, BR-050 e BR-153. Existem APL's em diversos setores, desde novos mercados e novas tecnologias para o açafrão, turismo associado ao artesanato, turismo ecológico, confecções, grãos, aves, suínos, pólo moveleiro, hortifruticultura, vestuário, até pedras ornamentais. Foram iniciados levantamentos e diagnósticos para ZEE's em algumas regiões do estado e o termo de referência para o ZEE de Goiás.

As regiões que apresentam baixo-médio IDT e poucos PPPP's são: norte e centro-norte do estado (Vão do Paraná e Ceres), seguido do extremo oeste (Aragarças), adjacência oeste e leste de Goiânia (Vale do Rio dos Bois e Pires do Rio) e parte do sudoeste (Quirinópolis). As microrregiões que apresentam mais variedades de PPP's são Anápolis e Porangatu.

4.1.4 Distrito Federal

O Distrito Federal é analisado como um pólo nacional, portanto seus indicadores mostram índices maiores que as regiões adjacentes e serão analisados comparados com os outros estados da região Centro Oeste (figura 11).

Índice de Utilização Rodoviária / Densidade populacional

O IUR tem a faixa mais alta do Centro Oeste (90% de sua malha rodoviária é pavimentada), assim como a densidade populacional, que apresenta índice bem próximo à região de Goiânia. No DF se situam várias Unidades de Conservação como: APA do Planalto Central, (380 mil ha no DF) Apa do Descoberto (39.100 ha), Parque Nacional de Brasília (30566 ha), Floresta Nacional de Brasília (9.346 ha).

PIB per capita

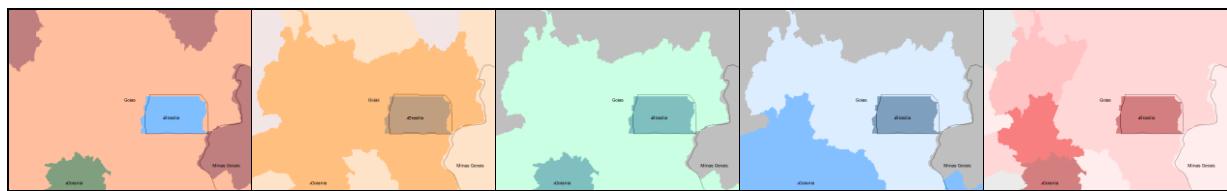
O PIB *per capita* do Distrito Federal, gerado principalmente pelo setor de serviços (91,9% do PIB, dados de 1999), é a maior renda *per capita* do País (R\$ 14.405,00 anuais), mais que o dobro da média nacional, que ficou em R\$ 6.473,00 (dados de 2000).

Acessibilidade ao Crédito

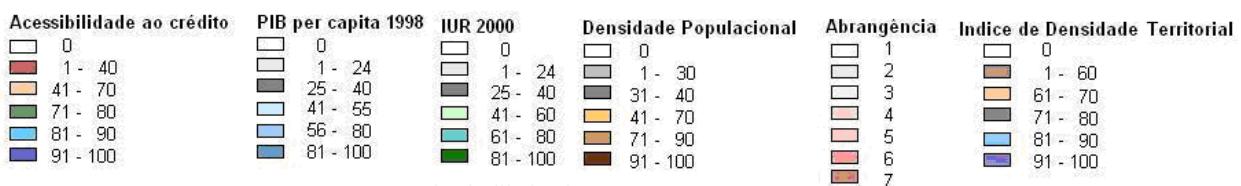
Na mesma faixa de classificação que a microrregião de Goiânia, o DF apresenta este indicador com índice 84, somando 166 agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Correios, comparadas as 79 agências de crédito da microrregião de Goiânia. Se somarmos o número de agências do BB, CEF e Correios das microrregiões onde se situam as capitais dos outros três estados do Centro Oeste (Cuiabá, Campo Grande e Goiânia), o número total passa um pouco a do DF – 172 agências.

Abrangência

Toda a região do entorno de Brasília tem uma faixa do índice de abrangência bem abaixo desta. O DF e a microrregião de Goiânia atuam como dois grandes pólos de influência na região, apesar de Goiânia estar em uma faixa de nível abaixo do DF.



Acessibilidade ao crédito Densidade populacional Utilização rodoviária PIB *per capita* em US\$ Abrangência
 Figura 11: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Distrito Federal



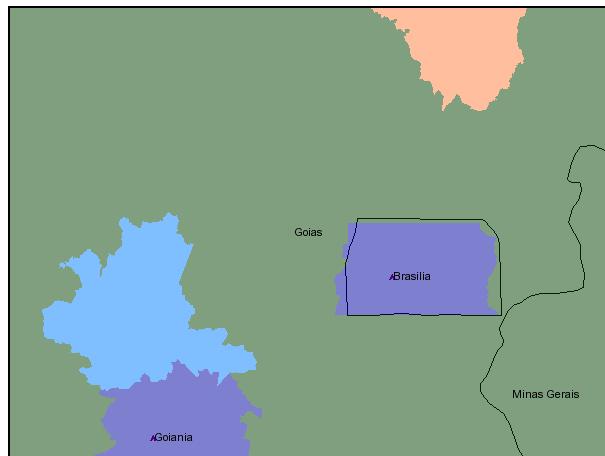


Figura 12: Índice de Densidade Territorial no Distrito Federal

Índice de Densidade Territorial

O DF apresenta IDT de duas faixas mais elevadas (91-100) que a região a seu redor (71-80), conforme evidencia a figura 12.

Relação IDT e PPPP's Federais

O DF é formado por 19 Regiões Administrativas (R.A.) e como não dispomos neste levantamento de informações sobre cada R.A., não podemos averiguar se estes índices elevados estão regularmente distribuídos no seu território. Em todos os índices o DF apresenta as faixas mais elevadas do Centro Oeste, equiparando-se à microrregião de Goiânia em relação aos índices de IUR, Acesso ao Crédito e IDT.

Sobre os PPPP's, tem-se os APL's de Tecnologia de Informação e Comunicação (Programa Brasília Digital), o APL de Confecções, além da Agenda 21 do DF e da R.A. de Planaltina. Até 2010, está prevista a duplicação de trecho da BR-060 entre Taguatinga (DF) e Anápolis (GO) e iniciado em 2004 o Zoneamento Ecológico-Econômico da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – ZEE RIDE – Fase I.

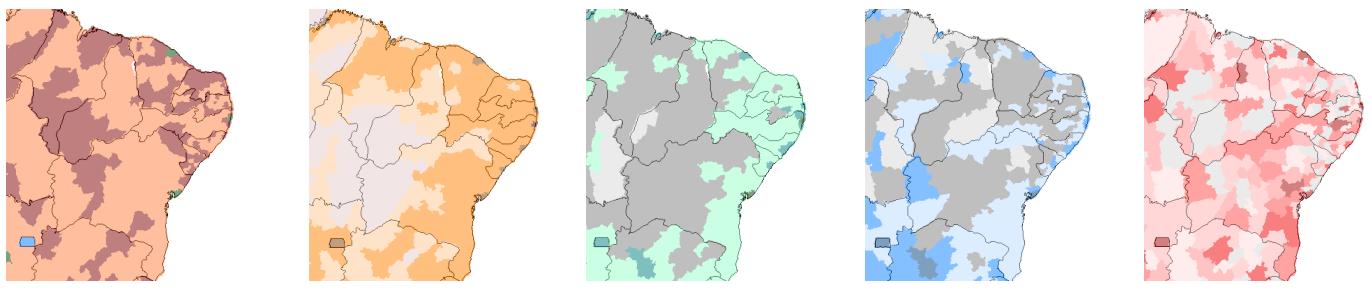
4.2 REGIÃO NORDESTE

A configuração do IDT no Nordeste (figuras 13 e 14) evidencia que os maiores índices se encontram nas Microrregiões (MRG's) localizadas no litoral. Mesmo assim, a maior parte da região classifica-se nas categorias de alto e médio-alto IDT. No entanto, no estado do Maranhão, a maior área está na categoria de baixo IDT – sendo o estado com a segunda menor média do índice da região Nordeste. Na classificação de alto IDT têm-se apenas 02 MRG's, São Luís e Imperatriz. O Piauí é o estado da região com menor IDT, com a maioria das suas MRG's classificada na categoria médio-baixo IDT, com uma MGR na categoria de baixo IDT – o Alto Parnaíba Piauiense. Apenas a MRG de Teresina apresenta alto IDT.

Nos casos da Paraíba e do Rio Grande do Norte, a maior parte dos estados está classificada na categoria de médio-alto IDT, não existindo MGR's em nenhuma das categorias de baixo IDT. Na Paraíba, destaca-se a MRG de João Pessoa, seguida das MRG's Campina Grande e Guarabira. No Rio Grande do Norte, destaca-se a MRG de Natal, seguida das MRG's Mossoró e Seridó Oriental.

Em relação ao Ceará, existem 05 MRG's com alto IDT: Fortaleza, Cariri, Sobral, Pacajus e Cascavel. A maior parte do estado está classificada na categoria médio-alto IDT, existindo duas MGR's, próximas ao litoral, na categoria de médio-baixo IDT. Em Pernambuco, tem-se o predomínio do alto IDT, sendo que a capital Recife apresenta índice muito alto – e também a maior densidade demográfica do Nordeste.

Tanto em Alagoas quanto em Sergipe, a maior parte das MRG's se apresenta com alto IDT, sendo o restante classificado na categoria médio-alto, não existindo nenhuma MGR nas categorias de baixo IDT. Isso pode ser justificado pela elevada densidade demográfica dos estados, bem como pela densa capilaridade viária. Observa-se que o índice diminui à medida que se afasta do litoral. Isso também é verificado na Bahia, onde os mais elevados índices estão nas MRG's localizadas no litoral. A maior parte desse estado possui médio-alto IDT, existindo 05 MRG's na classificação de baixo índice.



Acessibilidade ao crédito Densidade populacional Utilização rodoviária PIB *per capita* em US\$ Abrangência
 Figura 13: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial na região Nordeste.

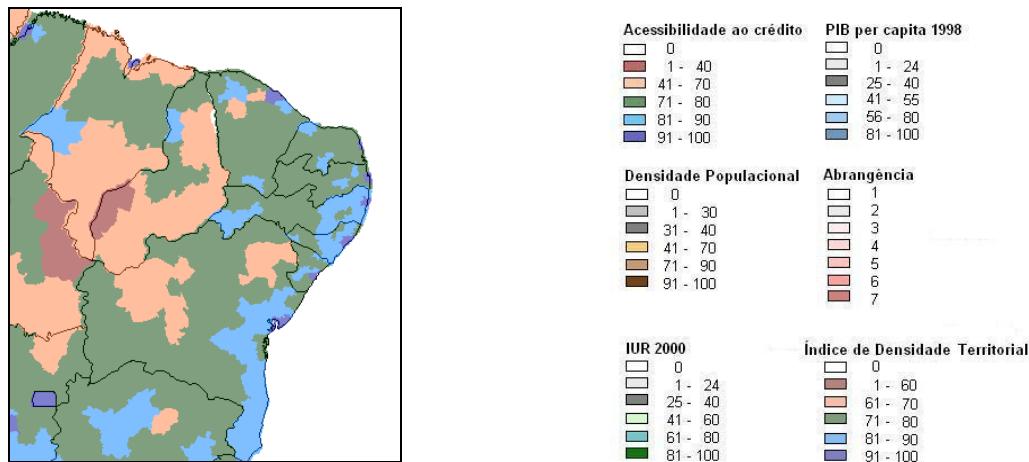


Figura 14: Índice de Densidade Territorial na região Nordeste

Dentre os PPPP's federais na região Nordeste, considerados com rebatimento territorial, destacam-se:

- 1. Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido/CONVIVER** (do Ministério da Integração Nacional), presente quase todos os estados (exceto o Maranhão). Abrange cerca de 80% das MRG's dos estados Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia. Em Pernambuco, o Programa está presente em 60% das suas MRG's;
- 2. Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD)**, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, presente em todos os estados da região, com destaque nos Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, onde mais da metade das MRG's o possui;
- 3. Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)**, presente em todos os estados, sendo que no Piauí está em andamento em todas as MRG's. Em Pernambuco, Alagoas e Bahia, está presente em mais da metade das MRG's, além de concluído na maior parte do Ceará;
- 4. Plano Diretor**, mais da metade das MRG's do Nordeste já possui algum município com Plano Diretor. Destacam-se os estados do Ceará (31 das 33 suas MRG's) e Bahia (20 das 32 existentes), com o maior número de MRG's que possuem algum município com esse Plano;

5. **Programa Biodiesel/Mamona**, presente em todos os estados da região, principalmente no Ceará, Pernambuco, Paraíba e Bahia, nas MRG's do agreste e semi-árido classificadas na categoria de médio-alto IDT;

6. **Assentamentos do INCRA**, no Piauí, Paraíba, Pernambuco e Bahia se concentram nas áreas de maior IDT do estado.

No entanto, existem outros PPPP's significativos em desenvolvimento na região, mas atingindo um menor número de MRG's, sendo:

a. **PROMESO**/Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia. No entanto, abrange poucas MRG's, cerca de cinco em cada um deles – todas localizadas no semi-árido – possuindo baixo IDT no Maranhão, Piauí e Ceará, e médio-alto ou alto IDT em Pernambuco e na Bahia;

b. **Agenda 21**, com poucas MGR's possuindo municípios com esse plano concluído. Destaca-se a Bahia com o maior número de municípios com Agenda 21;

c. **Pólos de Ecoturismo**, poucas MGR's apresentam municípios com esse programa. No entanto, ele está presente em todos os estados (exceto Sergipe), em pelo menos uma MRG, localizada no semi-árido ou litoral; e

d. **Programa de Promoção de APL's** (Arranjo Produtivos Locais), que está presente em todos os estados, mas geralmente em apenas uma MRG's de elevado IDT.

Conclui-se que apenas no estado do Piauí as PPPP's federais com rebatimento territorial, do atual governo, estão presentes, em sua maioria, nas MRG's com menor IDT. Nos demais estados da região, principalmente em Alagoas e na Paraíba, elas estão presentes principalmente nas MRG's com IDT mais elevado, ou nas de médio-alto. A seguir têm-se as análises por estado.

4.2.1 Maranhão ¹⁷

Índice de Utilização Rodoviária

A representação do Índice de Utilização Rodoviária (figura 15) evidencia a capital, São Luís. Na seqüência têm-se as microrregiões (MRG's) de Imperatriz, Codó e Coelho Neto, que aparem com médio-alto IUR. O restante do estado, a grande maioria das MRG's, possui baixo índice.

Densidade demográfica

A figura da densidade demográfica do estado do Maranhão explicita a concentração populacional na MRG de São Luís, com 717 hab/km². A metade do estado está na categoria de média densidade, numa variação de 14 a 25 hab/km². As MRG's de Gerais de Balsas e Chapada das Mangabeiras, no extremo sul do estado, apresentam as menores densidades – em torno de 03 hab/km². O estado possui a menor densidade demográfica da região Nordeste.

PIB per capita

A figura do PIB revela a elevada concentração de renda do estado. Destacam-se apenas 04 MRG's na categoria de elevada renda per capita: São Luís, com renda de US\$ 3.592,00; Coelho Neto, US\$ 2.506,00; Imperatriz, US\$ 1.765 e Gerais das Balsas, US\$ 1.468,00. O restante do estado está na categoria de baixo PIB, sendo 03 MRG's com média per capita de US\$ 1.200,00; 09 MRG's, com renda menor de US\$ 700,00; e 03 MRG com PIB em torno de US\$ 450,00. A MRG do Litoral Ocidental Maranhense possui o menor PIB do estado, US\$ 417,00.

Acessibilidade ao crédito

Em relação ao número de agências bancárias, o estado está dividido entre médio-baixa e baixa acessibilidade. Na região centro-norte se concentram as MRG's com maior possibilidade de acesso ao crédito. No entanto, 13 das suas 21 MRG's possuem menos de 15 agências, isto é, mais de 60% do estado. A MRG com maior número de agências é São Luís, com 45, e com menor número é Porto Franco, com 05 agências bancárias.

¹⁷ O estado do Maranhão possui 21 MRG's, sendo elas: Litoral Ocidental Maranhense; Aglomeração Urbana De São Luís; Rosário; Lençóis Maranhenses; Baixada Maranhense; Itapecuru-Mirim; Gurupi; Pindaré; Imperatriz; Médio Mearim; Alto Mearim e Grajaú; Presidente Dutra; Baixo Parnaíba Maranhense; Chapadinha; Codo; Coelho Neto; Caxias; Chapadas do Alto Itapecuru; Porto Franco; Gerais de Balsas e Chapada das Mangabeiras.

Abrangência

Pela configuração exibida na figura 15, o estado apresenta poucas cidades-pólos. Observa-se que a maioria das MRG's do estado se enquadra no nível de fraca influência, o que se verifica em 13 das suas 21 MRG's. Destacam-se a capital São Luís, de influência metropolitana, seguida da MRG Imperatriz, de influência centro submetropolitana, e das MRG's Médio Mearim e Caxias, de influência centro regional. As MRG's Gerais das Balsas, Chapadinha e Pindaré possuem influência centro sub-regional.

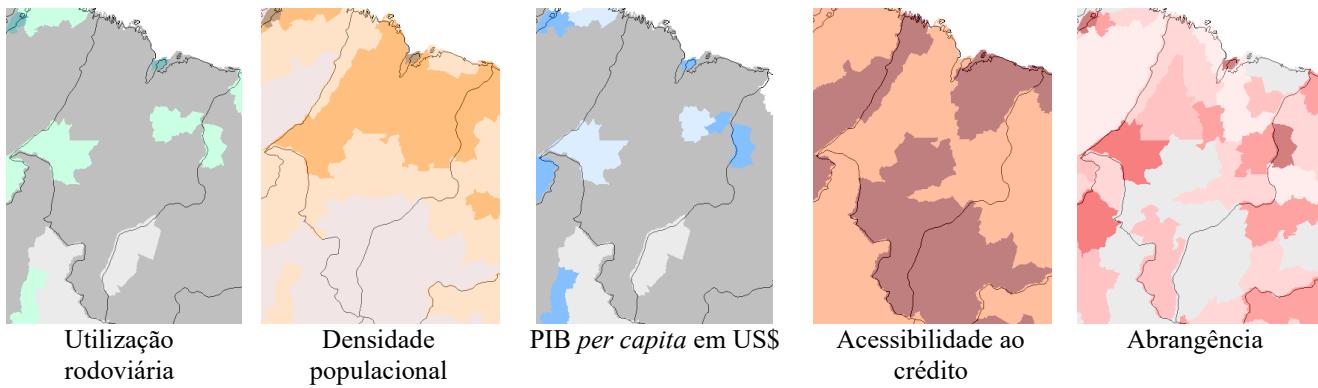


Figura 15: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Estado do Maranhão.

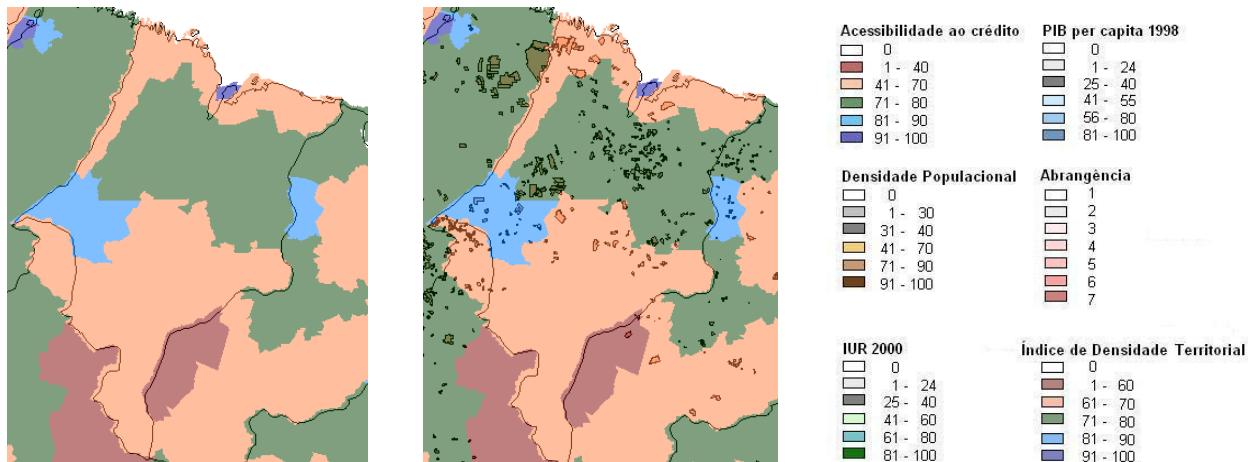


Figura 16: Índice de Densidade Territorial no Maranhão

Figura 17: Assentamentos do INCRA x IDT
Concentração no norte e centro, em MRG's de maior IDT

Índice de Densidade Territorial

A figura 16 revela que a maior área do estado, ou seja, 10 MRG's, está na categoria de baixo IDT – sendo o Maranhão o estado com a segunda menor média do índice da região Nordeste. Na classificação de alto IDT têm-se apenas 02 MRG's: São Luís (IDT igual a 93, que caracteriza um índice muito elevado), e Imperatriz, com IDT igual a 82. Na classificação de médio-alto IDT têm-se 09 MRG's, sendo elas: Itapecuru-Mirim; Pindaré; Médio Mearim; Presidente Dutra; Baixo Parnaíba Maranhense; Chapadinha; Codo; Coelho Neto e Caxias.

Relação IDT e PPPP's Federais

Dentre as PPPP's federais, consideradas com rebatimento territorial, existentes no estado, destaca-se o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), presente em 60% das MRG's – em fase de andamento na maioria delas. Apenas as MRG's do Litoral Ocidental Maranhense, São Luís, Rosário, Lençóis Maranhenses, possuem o ZEE concluído.

Mais da metade das MRG's, 13 das 21 existentes, possui algum município com Plano Diretor. A maior parte desses municípios está localizada em MRG's de baixo IDT. Em relação à Agenda 21, somente 03 MGR's, incluindo São Luís, apresentam municípios com esse plano concluído, que também são MRG's de baixo IDT (exceto a capital).

O Programa Biodiesel/Mamona está presente em 08 das 21 MRG's do estado, no agreste e semi-árido, classificadas na categoria baixo IDT. Os Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estão presentes em 04 MGR's, localizadas no litoral e agreste, com baixos e médios IDT's. O Programa de Promoção de APL's (Arranjo Produtivos Locais) está presente apenas na MRG do Alto Mearim e Grajaú, que possui baixo IDT. Os Pólos de Ecoturismo, presente 03 MRG's, se localizam no litoral, em áreas de baixo IDT. O PROMESO, Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais, está presente em 03 MRG's, todas no semi-árido (sudoeste do estado).

Desse modo, no Maranhão as PPPP's federais do atual governo, com rebatimento territorial, estão presentes em sua maioria nas MRG's com menor IDT. Exceto os assentamentos do INCRA (ver figura 17), concentrados no norte e centro do estado, que correspondem às áreas de maior IDT do estado.

4.1.2 Piauí¹⁸

Índice de Utilização Rodoviária

A representação do Índice de Utilização Rodoviária do estado (figura 18) é bastante semelhante a do PIB per capita, onde se evidencia a capital Teresina e o Litoral, com elevados índices. O restante do estado apresenta baixo IUR. A MRG Alto Parnaíba Piauiense se destaca pelo índice muito baixo.

Densidade demográfica

¹⁸ O estado do Piauí possui 15 MRG's, sendo elas: Baixo Parnaíba Piauiense; Litoral Piauiense; Teresina; Campo Maior; Médio Parnaíba Piauiense; Valença do Piauí; Alto Parnaíba Piauiense; Bertolinia; Floriano; Alto Médio Gurgueia; São Raimundo Nonato; Chapadas do Extremo Sul Piauiense; Picos; Pio IX; e Alto Médio Canindé.

Ao analisar a figura da densidade demografia do estado do Piauí, verifica-se que a maior concentração populacional está na MRG de Teresina (96 hab/km²), seguida do Baixo Parnaíba Piauiens (24 hab/km²) e de Picos (18 hab/km²). As outras regiões se dividem nas categorias de baixa densidade, onde as menores taxas se concentram no sul do estado, que corresponde ao semi-árido, onde a densidade varia de 01 a 13 hab/km².

PIB per capita

A figura do PIB revela a elevada concentração de renda do estado. Apenas a MRG de Teresina se destaca, por possuir renda per capita de US\$ 2.628,00. A grande parte do estado, equivalente a 14 MRG's, apresenta baixo PIB, em torno de US\$ 750,00 per capita – existindo MRG com renda de US\$ 549,00 per capita (Baixo Parnaíba Piauiense). As MRG's com cores mais escuras apresentam PIB próximo a US\$ 950,00. Desse modo, o Piauí é o estado com a menor média do PIB per capita/MRG da região Nordeste.

Acessibilidade ao crédito

Em relação ao número de agências bancárias, a categoria de médio número de agências está presente na maior parte do estado. Apenas as MRG's de Alto Parnaíba Piauiense, Bertolinia, Alto Médio Gurgueia, São Raimundo Nonato e Chapadas do Extremo Sul Piauiense, localizadas no sul do estado, bem como a MRG do Litoral Piauiense, apresentam baixa possibilidade de acesso ao crédito, com um número de agências variando entre 05, caso da MRG do Alto Parnaíba Piauiense, e 12.

Abrangência

O estado do Piauí apresenta diversificadas configurações em relação à capacidade de influência de suas cidades. Observa-se que a maioria das MRG's do estado se enquadra no nível de fraca influência. Destaca-se a capital Teresina, como de influência metropolitana, seguida das MRG's Litoral Piauiense, Picos e Floriano, que aparecem como de influência centro regional.

Índice de Densidade Territorial

A maior parte do estado está classificada na categoria médio-baixo IDT (figura 19), existindo uma MGR na categoria de baixo IDT, o Alto Parnaíba Piauiense. Na classificação de alto IDT tem-se apenas a MRG de Teresina (88). Cinco MRG's se apresentam com médio-alto IDT, com índice variando entre 73 e 78, sendo elas: Floriano, Picos, Médio Parnaíba Piauiense, Baixo Parnaíba Piauiense e Litoral Piauiense.

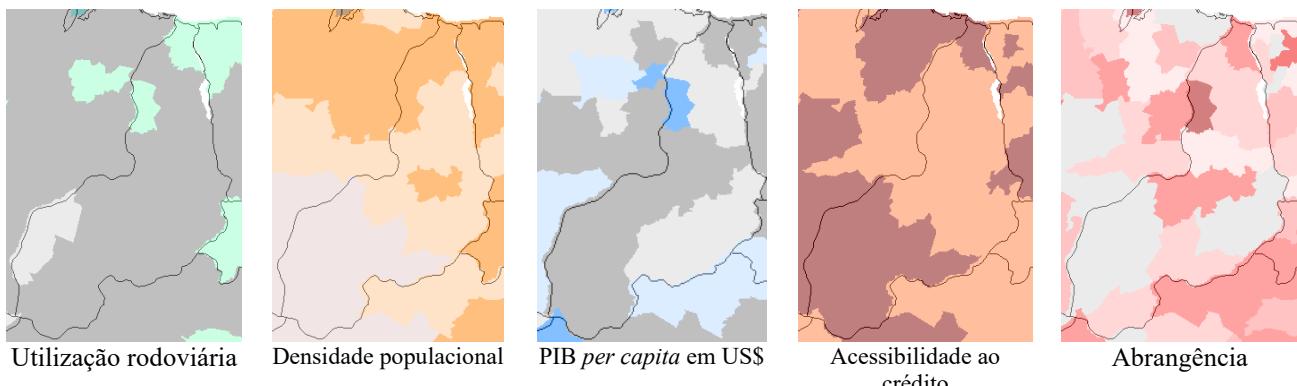


Figura 18: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Estado do Piauí.

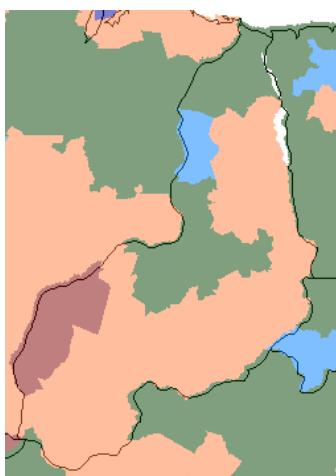
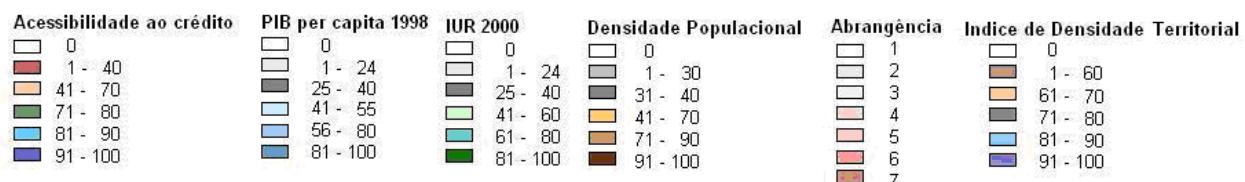


Figura 19: Índice de Densidade Territorial no Piauí

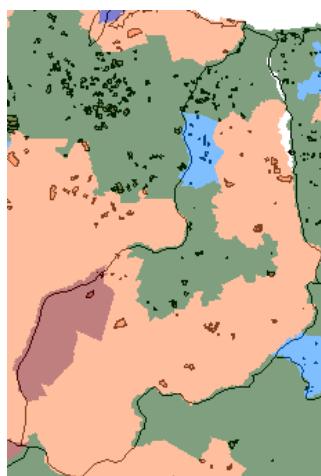


Figura 20: Assentamentos do INCRA x IDT Concentração no norte e centro do estado, que correspondem com o maior IDT

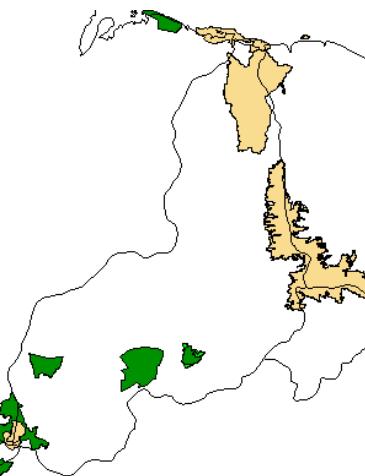


Figura 21: Unidades de Conservação APA's em bege e UC's Federais em verde, principalmente nas áreas de menor IDT.

Relação IDT e PPPP's Federais

Dentre as PPPP's federais, consideradas com rebatimento territorial, existentes no estado, destaca-se o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), em fase de andamento em todas as MRG's, bem como o Projeto do Vale do Parnaíba. O Programa Biodiesel/Mamona também está presente na maior parte do estado. Apenas 04 das 15 MRG's não o possuem – sendo essas localizadas em MRG's de elevado IDT. O mesmo acontece com o Programa CONVIVER/Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (do Ministério da Integração Nacional), presente em praticamente todo o estado, ou seja, em 11 das suas 15 MRG's. Somente uma MRG de baixo IDT não possui esse programa, o Alto Parnaíba Piauiense.

Os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estão presentes em 09 MGR's, sendo 02 no agreste, 07 no semi-árido. Todas, exceto a capital Teresina, com baixo IDT.

Mais da metade das MRG's, 08 das 15 existentes, possui algum município com Plano Diretor. A maior parte desses municípios está localizada em MRG's de elevado IDT. Em relação à Agenda 21, somente 03 MGR's, localizadas norte do estado, apresentam municípios com esse plano concluído, que também são MRG's de elevado IDT.

Os Pólos de Ecoturismo, presente 06 MRG's, se localizam tanto em áreas de baixo como de médio IDT, isto é, no litoral e no semi-árido. Já o PROMESO, aparece em 05 MRG's, todas no semi-árido e com baixo IDT. O Programa de Promoção de APL's (Arranjo Produtivos Locais) está presente apenas em Picos, que se apresenta com médio-alto IDT. Os assentamentos do INCRA (ver figura 20), concentrados no norte e centro do estado, correspondem às áreas de maior IDT do estado.

Desse modo, no Piauí as PPPP's federais, com rebatimento territorial, em sua maioria estão presentes nas MRG's com menor IDT. Apenas os programas Agenda 21, Plano Diretor e APL se encontram nas regiões de índice mais elevado.

4.1.3 Ceará ¹⁹

Índice de Utilização Rodoviária

A representação do Índice de Utilização Rodoviária (figura 22) evidencia a capital, Fortaleza. O restante do estado aparece dividido entre médio (incluindo litoral) e baixo (principalmente no semi-árido) índices.

Densidade demográfica

A figura da densidade demográfica do estado do Ceará explicita a concentração populacional na MRG de Fortaleza, com 842 hab/km². A maior parte do estado está na categoria de

¹⁹ O estado do Ceará possui 33 MRG's, sendo elas: Litoral de Camocim e Acaraú; Ibiapaba; Coreau; Meruoca; Sobral; Ipu; Santa Quitéria; Itapipoca; Baixo Curu; Uruburetama; Mediocuru; Canindé; Baturite; Chorozinho; Cascavel; Fortaleza; Pacajus; Sertão de Crateús; Sertão de Quixeramobim; Sertão de Inhamuns; Sertão de Senador Pompeu; Litoral de Aracati; Baixo Jaguaripe; Medio Jaguaripe; Serra do Pereiro; Iguatu; Várzea Alegre; Lavras da Mangabeira; Chapada do Araripe; Caririacu; Barro; Cariri e Brejo Santo.

média densidade, numa variação de 18 a 179 hab/km². As MRG's de Santa Quitéria e Sertão de Inhamuns apresentam as menores densidades, 11 e 12 hab/km², respectivamente.

PIB per capita

A figura do PIB revela a extrema concentração de renda do estado. Destacam-se apenas 04 MRG's: Fortaleza, com renda per capita de US\$ 3.554,00; Sobral, US\$ 1.646,00; Baixo Curu, US\$ 1.381,00; Litoral de Aracati, US\$ 1.332,00 e Cariri, US\$ 1.371,00. O restante do estado está dividido entre baixo PIB – sendo Ipu a MRG de menor PIB (US\$ 649,00). As demais 27 MRG's apresentam renda per capita em torno de US\$ 900,00.

Acessibilidade ao crédito

Em relação ao número de agências bancárias, a maior parte do estado se encontra na categoria de médio número de agências. Destaca-se a MRG Fortaleza com 100 agências bancárias. As MRG's Coreau, Meruoca, Ipu, Santa Quitéria, Itapipoca, Baixo Curu, Uruburetama, Mediocuru, Canindé, Chorozinho, Cascavel, Pacajus, Sertão de Inhamuns, Litoral de Aracati, Médio Jaguaribe, Serra do Pereiro, Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Chapada do Araripe, Caririacu, Barro e Brejo Santo, apresentam baixa possibilidade de acesso ao crédito, com um número variando entre 03 – caso das MRG's Meruoca e Chorozinho – e 09 agências.

Abrangência

Pela configuração exibida na figura 22, o estado apresenta poucas cidades-pólos. Observa-se que a maioria das MRG's do estado se enquadra no nível de fraca influência, o que se verifica em 20 das suas 33 MRG's. Destacam-se a capital Fortaleza, de influência metropolitana, seguida das MRG's Sobral e Cariri, de influência centro submetropolitana, e da MRG Iguatu, de influência centro regional.

Índice de Densidade Territorial

Conforme figura 23, na classificação de alto IDT tem-se 05 MRG's: Fortaleza (IDT igual a 94, que caracteriza um índice muito elevado), Cariri (85), Sobral (83), Pacajus e Cascavel (ambas com IDT igual a 81). A maior parte do estado está classificada na categoria médio-alto IDT, existindo duas MGR's, localizadas próximas ao litoral, na categoria de médio-baixo IDT – Santa Quitéria e Mediocuru, com índices 69 e 68, respectivamente.

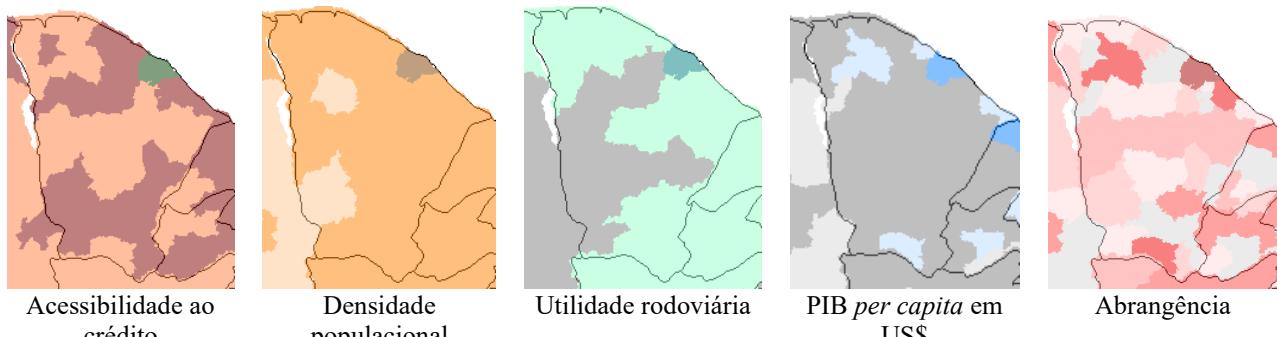


Figura 22: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Estado do Ceará

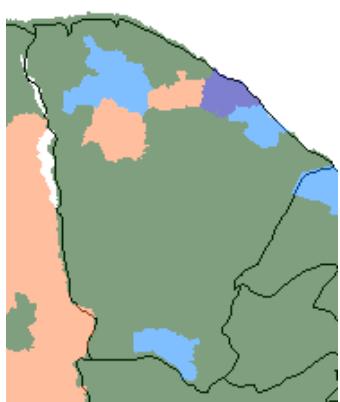
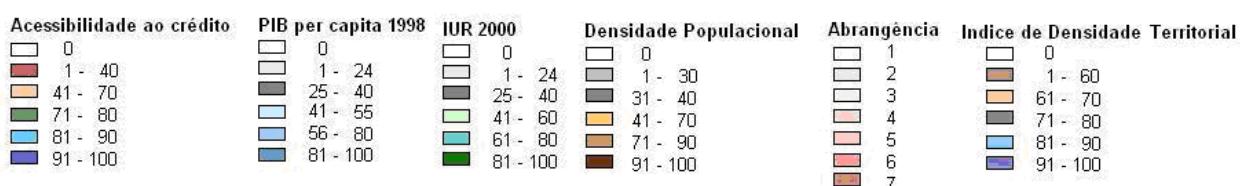


Figura 23: Índice de Densidade Territorial no Ceará

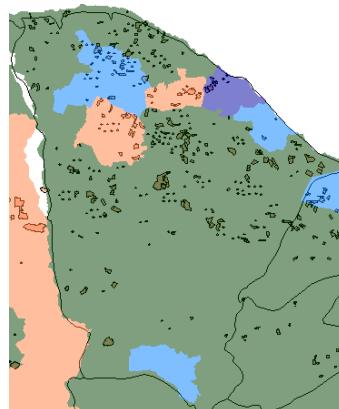


Figura 24: Assentamentos do INCRA x IDT Concentração no norte, nordeste e sudeste do estado, incluindo nas regiões de maior IDT.



Figura 25: Unidades de Conservação APA's em bege, incluindo nas áreas de menor IDT.

Relação IDT e PPPP's Federais

Dentre as PPPP's federais, consideradas com rebatimento territorial, existentes no estado, destaca-se o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), presente em 27 das 33 MRG's – em fase de andamento em 05 delas. Este programa só não se apresenta em 06 MRG's do agreste cearense. O mesmo acontece com o Programa CONVIVER (Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido), presente em praticamente todo o estado, ou seja, em 26 das suas 33 MRG's.

Praticamente todas as MRG's, 31 das 33 existentes, possuem algum município com Plano Diretor. As únicas MRG's que não possuem estão localizadas no extremo sul do estado. O Programa Biodiesel/Mamona está presente na metade das MRG's do estado, no agreste e semi-árido, classificadas na categoria médio-alto IDT.

Os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) estão presentes em 11 MGR's, numa faixa que vai do litoral ao semi-árido tanto com baixo, como médio

e elevado IDT's. Já o PROMESO, Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais, está presente em apenas 04 MRG's, todas no extremo sul do estado, no semi-árido.

O Programa de Promoção de APL's (Arranjo Produtivos Locais) está presente apenas no Cariri, que se apresenta com alto IDT. Em relação à Agenda 21, somente 04 MGR's, incluindo Fortaleza, apresentam municípios com esse plano concluído, que também são MRG's de elevado IDT. Os Pólos de Ecoturismo, presente 02 MRG's, se localizam no litoral em áreas de médio IDT. Os assentamentos do INCRA (figura 24) se concentram no norte, nordeste e sudeste do estado, incluindo nas regiões de maior IDT.

Desse modo, no Ceará as PPPP's federais, com rebatimento territorial, em sua maioria estão presentes nas MRG's com médio-alto e elevado IDT.

4.1.4 Rio Grande do Norte²⁰

Índice de Utilização Rodoviária

Analizando a representação do Índice de Utilização Rodoviária do estado (figura 26) observa-se uma configuração aproximada a da figura da densidade demográfica: destaca-se a MGR de Natal, com alto índice. Contudo, a maior parte do estado se encontra na categoria de médio IUR. Apenas a MRG Serra de Santana apresenta-se com baixo índice.

Densidade demográfica

Observando a figura da densidade, verifica-se que a maior concentração populacional está na MRG de Natal (1.984 hab/km²). As demais MGR's do estado apresentam densidade variando de 17 a 115 hab/km², com exceção da MRG de Angicos, com 13 hab/km².

PIB per capita

O mapa do PIB revela desigualdade e a concentração de renda do estado. Destacam-se as MRG's de Natal, com renda per capita maior de US\$ 5.000,00; e Mossoró, com US\$ 2.700,00 per capita. No outro extremo, quase a metade da área do estado se encontra na categoria de baixa renda, em torno de US\$ 900,00 per capita. As MRG's localizadas no centro-sul e centro-norte apresentam renda per capita em torno de US\$ 1.600,00, sendo uma categoria média alta.

Acessibilidade ao crédito

²⁰ O estado do Rio Grande do Norte possui 19 MRG's, sendo elas: Mossoró; Chapada do Apodi; Médio Oeste; Vale do Açu; Serra de São Miguel; Pau dos Ferros; Umarizal; Macau; Angicos; Serra de Santana; Seridó Ocidental; Seridó Oriental; Baixa Verde; Borborema Potiguar; Agreste Potiguar; Litoral Nordeste; Macaíba; Natal e Litoral Sul.

Em relação ao número de agências bancárias, há predomínio da categoria de baixo número de agências na maior parte do estado. Apenas as MRG's de Serra São Miguel, Pau dos Ferros, Umarizal, Seridó Oriental, Natal, Agreste Potiguar e Borborema Potiguar, localizadas no sul do estado, apresentam média-baixa possibilidade de acesso ao crédito, com um número de agências variando entre 13 e 47.

Abrangência

Em relação à abrangência, o estado apresenta diversificadas configurações. Natal se destaca como cidade de influência Centro Submetropolitana, seguido das MRG's de Mossoró e Seridó Ocidental, que aparecem como de influência Centro Regional. As MRG's de Vale do Açu, Seridó Oriental e Pau dos Ferros, apresentam indicador 4 – forte-média centralidade – no padrão de cidades de influência centro sub-regional. Macau e Borborema Potiguar apresentam indicador 3, que representam média centralidade, no padrão de cidades de influência tendendo a centro sub-regional. As MRG's de menor influência estão localizadas na região central do estado e algumas no litoral leste.

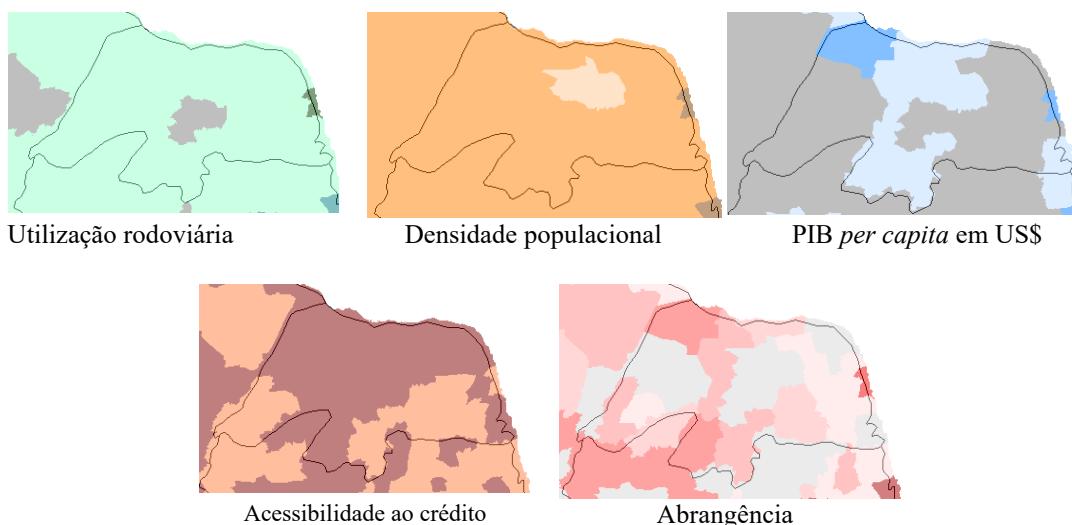
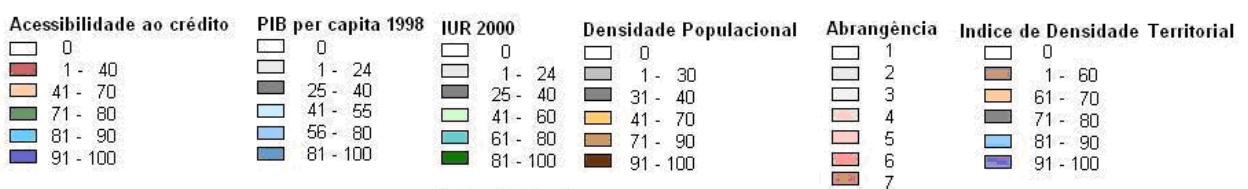


Figura 26: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial do estado do Rio Grande do Norte



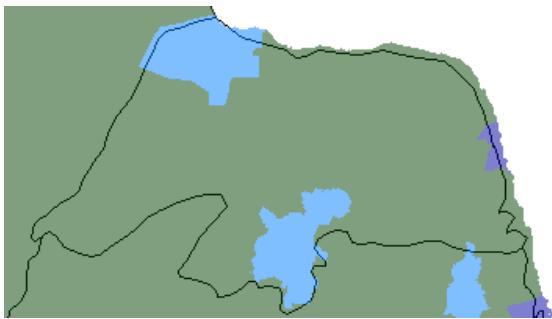


Figura 27: Índice de Densidade Territorial no Rio Grande do Norte

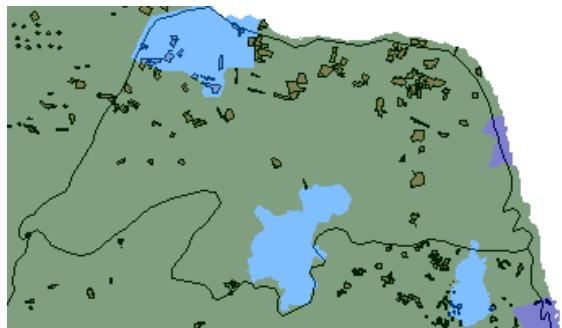


Figura 28: Assentamentos do INCRA x IDT
Concentração no norte do estado

Índice de Densidade Territorial

Conforme figura 27, a maior parte do estado está classificado na categoria médio-alto, não existindo MGR's em nenhuma das categorias de baixo IDT. Na classificação de alto IDT se destaca a MRG de Natal (94), seguida das MRG's Mossoró e Seridó Oriental, com IDT em torno de 80.

Relação IDT e PPPP's Federais

Dentre as PPPP's federais, consideradas com rebatimento territorial, existentes no estado, destaca-se o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido/CONVIVER (do Ministério da Integração Nacional), presente em praticamente todo o estado, ou seja, em 16 das suas 19 MRG's. Apenas as MGR's localizadas no litoral leste, no entorno da capital Natal, não possuem o programa.

Os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estão presentes em apenas seis MGR's, sendo duas no agreste, duas no semi-árido e duas no litoral. A maioria com médio IDT.

Observa-se que todas as MRG's localizadas no litoral do estado possuem Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), em andamento – no litoral norte – ou concluído, no litoral leste. As MRG's do interior do estado não o possuem.

Em relação aos Pólos de Ecoturismo, apenas a MRG de Natal, que apresenta o maior IDT do estado, o possui. Já o Programa Biodiesel/Mamona está presente em seis MRG's, todas com o IDT na categoria médio, distribuídas no agreste e no semi-árido. O Programa de Promoção de APL's (Arranjo Produtivos Locais) está presente apenas em Mossoró, que se apresenta com alto IDT.

A maioria das MRG's possui algum município com Plano Diretor. Apenas seis das 19 MRG's não possuem municípios com Plano Diretor. Em relação à Agenda 21, somente sete MGR's, localizadas nos litorais (norte e leste), apresentam municípios com esse plano concluído. Os assentamentos do INCRA (ver figura 28), concentrados no norte do estado, correspondem às áreas de menor IDT do estado.

Conclui-se que no Rio Grande do Norte as PPPP's federais, com rebatimento territorial, se concentram nas regiões do litoral e no semi-árido, incidindo tanto em MRG's com IDT mais elevado, como nas de médio-alto.

4.1.5 Paraíba²¹

Índice de Utilização Rodoviária

A representação do Índice de Utilização Rodoviária do estado apresenta diferentes configurações, conforme figura 29. Destacam-se as MGR's de João Pessoa e Campina Grande, com elevado índice. Contudo, a maior parte do estado se encontra na categoria de médio IUR. Apenas as MRG's do Cariri Ocidental e do Cariri Oriental apresentam baixo índice.

Densidade demográfica

Observando a figura da densidade, verifica-se que a maior concentração populacional está na MRG de João Pessoa (690 hab/km²). As demais MGR's do estado apresentam densidade variando de 14 a 218 hab/km².

PIB per capita

A figura do PIB evidencia a baixa renda per capita do estado. Destaca-se apenas a MRG de João Pessoa, com renda per capita maior que US\$ 3.500,00. Em seguida, quatro MRG's aparecem na categoria médio-alta, sendo elas: Pianco, Campina Grande, Litoral Sul e Litoral Norte, que apresentam renda per capita em torno de US\$ 1.500,00. No outro extremo, mais da metade da área do estado (16 MRG's) se encontra na categoria de baixa renda, em torno de US\$ 800,00 per capita – existindo uma MRG com renda de US\$ 558,00 per capita (Serra do Teixeira). As MRG's Cariri Ocidental e Cariri Oriental, localizadas no centro-sul, apresentam renda per capita em torno de US\$ 1.000,00, classificadas na categoria médio-baixo.

²¹ O estado da Paraíba possui 23 MRG's, sendo elas: Catole do Rocha; Cajazeiras; Sousa; Patos; Pianco; Itaporanga; Serra do Teixeira; Seridó Ocidental Paraibano; Seridó Oriental Paraibano; Cariri Ocidental; Cariri Oriental; Curimatau Ocidental; Curimatau Oriental; Esperança; Brejo Paraibano; Guarabira; Campina Grande; Itabaiana; Umbuzeiro; Litoral Norte; Sape; João Pessoa; Litoral Sul.

Acessibilidade ao crédito

Em relação à disponibilidade de agências bancárias, há predomínio da categoria médio-baixo. As MRG's com o menor número de agências, variando entre 06 a 12, estão localizadas principalmente na região central do estado (brejo e semi-árido) sendo elas: Sape; Litoral Sul; Esperança; Curimatau Oriental; Seridó Oriental Paraibano; Cariri Oriental; Umbuzeiro; Seridó Oriental Paraibano; Patos; Pianco e Itaporanga.

Abrangência

A representação da abrangência no estado da Paraíba destaca as MRG's de João Pessoa e Campina Grande como cidades de influência Metropolitana, não existindo nenhuma MRG caracterizada como de influência Centro Submetropolitana. Em seguida, têm-se as MRG's de Cajazeiras, Sousa e Patos, com influência Centro Regional. As MRG's de Vale do Açu, Seridó Oriental e Pau dos Ferros apresentam indicador 4 – forte-média centralidade – no padrão de cidades de influência centro sub-regional. Macau e Borborema Potiguar apresentam indicador 3, que representam média centralidade, no padrão de cidades de influência tendendo a centro sub-regional.

Vale ressaltar que este é o estado da região Nordeste com o maior número de MRG's (15) consideradas de fraca abrangência, ou seja, a maior parte da área do estado é constituída por MRG's com pouca capacidade de influência, o que evidencia a existência de poucas cidades-pólo no estado (apenas cinco).

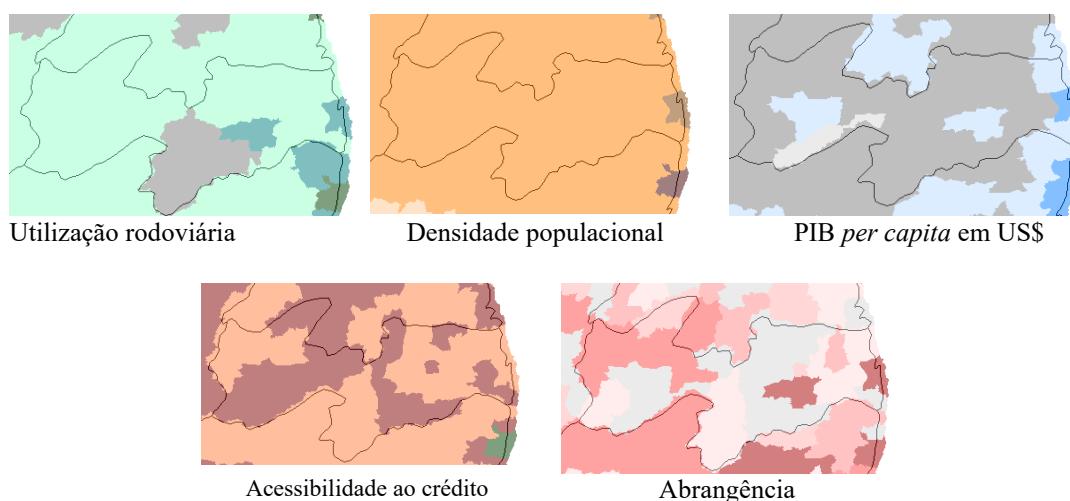
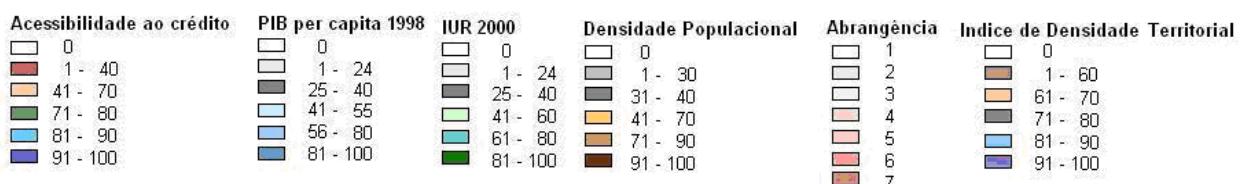


Figura 29: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial do estado da Paraíba



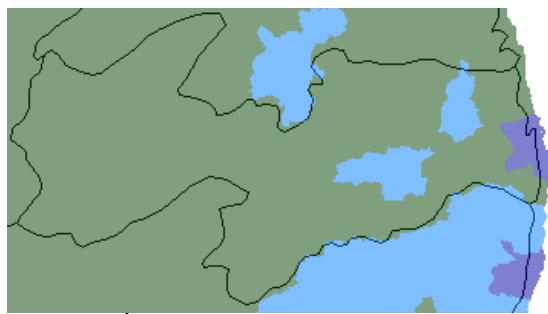


Figura 30: Índice de Densidade Territorial na Paraíba

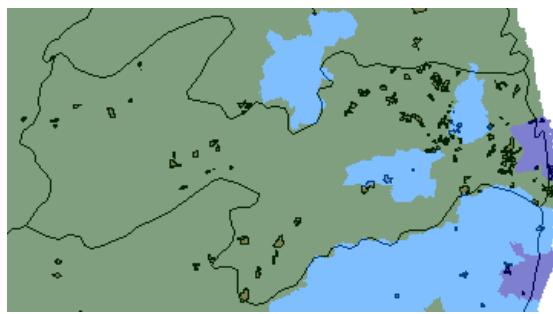


Figura 31: Assentamentos do INCRA x IDT
Concentração no nordeste e sudoeste do estado.

Índice de Densidade Territorial

A maior parte do estado está classificada na categoria médio-alto, não existindo MGR's em nenhuma das categorias de baixo IDT (figura 30). Na classificação de alto IDT se destaca a MRG de João Pessoa (93), seguida das MRG's Campina Grande e Guarabira, com IDT em torno de 85.

Relação IDT e PPPP's Federais

Dentre as PPPP's federais, consideradas com rebatimento territorial, existentes no estado, destaca-se o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido/CONVIVER (do Ministério da Integração Nacional), presente em praticamente todo o estado, ou seja, em 19 das suas 23 MRG's. Apenas as MGR's localizadas no litoral, no entorno da capital, não possuem o programa.

Os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) estão presentes em doze MGR's, localizadas no centro e litoral. Já o Programa Biodiesel/Mamona está presente em dez MRG's, distribuídas no agreste e no semi-árido, incluindo Campina Grande (elevado IDT).

Apenas nove das 23 MRG's possuem algum município com Plano Diretor. Eles estão presentes nas MRG's localizadas no litoral e alto semi-árido, além de Campina Grande. Em relação à Agenda 21, apenas quatro MGR's, apresentam municípios com esse plano concluído, entre elas as de maior IDT (João Pessoa e Campina Grande).

Observa-se que poucas MRG's do estado possuem Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Apenas quatro MRG's, duas no litoral e duas na região central, apresentam o ZEE em andamento ou concluído, entre elas a capital João Pessoa.

O Programa de Promoção de APL's (Arranjo Produtivos Locais), assim como o Pólos de Ecoturismo, estão presentes apenas em Campina Grande, que apresenta o segundo maior IDT do estado. Os assentamentos do INCRA (ver figura 31), concentrados no nordeste e sudoeste do estado, que correspondem às áreas onde estão as MRG's com maior IDT do estado.

Desse modo, pode-se concluir que na Paraíba as PPPP's federais, com rebatimento territorial, incidem tanto em MRG's com IDT mais elevado, como nas de médio-alto. Destaque à MRG de Campina Grande, que dentro os PPPP's analisados, apenas não possui o ZEE.

4.1.6 Pernambuco ²²

Índice de Utilização Rodoviária

A representação do Índice de Utilização Rodoviária (figura 32) evidencia a capital Recife, com índice muito alto, seguida das MRG's Suape, Itamaracá e Mata Setentrional Pernambucana, com índices altos. Todo o restante do estado possui médio IUR.

Densidade demográfica

A figura da densidade demográfica do estado de Pernambuco explicita a concentração populacional na MRG de Recife, com 2.393 hab/km² – maior concentração do Nordeste. No entanto, a maior parte do estado está na categoria de média densidade, numa variação de 17 a 246 hab/km². A MRG de Itaparica apresenta a menor densidade, em torno de 12 hab/km².

PIB per capita

A figura do PIB revela a divisão territorial da renda no estado. Destacam-se 12 MRG's na categoria de renda per capita alta ou média-alta, sendo elas: Suape, com renda de US\$ 4.423,00; Itamaracá, US\$ 4.222,00; Recife, US\$ 3.761,00; Fernando de Noronha, US\$ 3.367,00; Petrolina, US\$ 2.062,00; Mata Setentrional Pernambucana, US\$ 1.888,00; Itaparica, US\$ 1.644,00; Mata Meridional Pernambucana, US\$ 1.443,00; Vale do Ipojuca, US\$ 1.389,00 e Vitória de Santo Antão, US\$ 1.289,00. O restante do estado está na categoria de baixo PIB, sendo a MRG do Alto Capibaribe a de menor PIB do estado, US\$ 877,00.

²² O estado de Pernambuco possui 19 MRG's, sendo elas: Araripina; Salgueiro; Pajeú; Sertão do Moxotó; Petrolina; Itaparica; Vale do Ipanema; Vale do Ipojuca; Alto Capibaribe; Médio Capibaribe; Garanhuns; Brejo Pernambucano; Mata Setentrional Pernambucana; Vitória de Santo Antão; Mata Meridional Pernambucana; Itamaracá; Recife; Suape; e Fernando de Noronha.

Acessibilidade ao crédito

Em relação ao número de agências bancárias, o estado está quase integralmente inserido na categoria de médio-baixa acessibilidade. A MRG com maior número de agências é Recife, com 87. São 05 as MRG's de menor possibilidade de acesso ao crédito, sendo elas: Suape, Itamaracá, Vitória de Santo Antão e Itaparica, numa média de 08 agências bancárias, e Fernando de Noronha, com apenas 01 agência.

Abrangência

Pela configuração exibida na figura 32, o estado apresenta diversas cidades-pólos. Observa-se que a maioria das MRG's do estado se enquadra nos níveis de forte a média influência, o que se verifica em 13 das suas 19 MRG's. Destacam-se as MRG's Recife e Vale do Ipojuca, com influência metropolitana, seguidas de 06 MRG's com influência centro regional, sendo elas: Salgueiro; Pajeú; Sertão do Moxotó; Petrolina; Garanhuns e Mata Setentrional Pernambucana. Apenas 05 MRG's se enquadram no nível de fraca influência.

Índice de Densidade Territorial

Na classificação de alto IDT (figura 33) têm-se 11 MRG's, sendo que a capital Recife apresenta índice muito alto, e as demais alto, sendo elas: Suape, Itamaracá, Petrolina, Mata Setentrional Pernambucana, Vitória de Santo Antão, Mata Meridional Pernambucana, Vale do Ipojuca, Alto Capibaribe, Médio Capibaribe e Garanhuns. Na classificação de médio-alto IDT têm-se 09 MRG's. Desse modo, Pernambuco é o estado com maiores índices da região Nordeste.

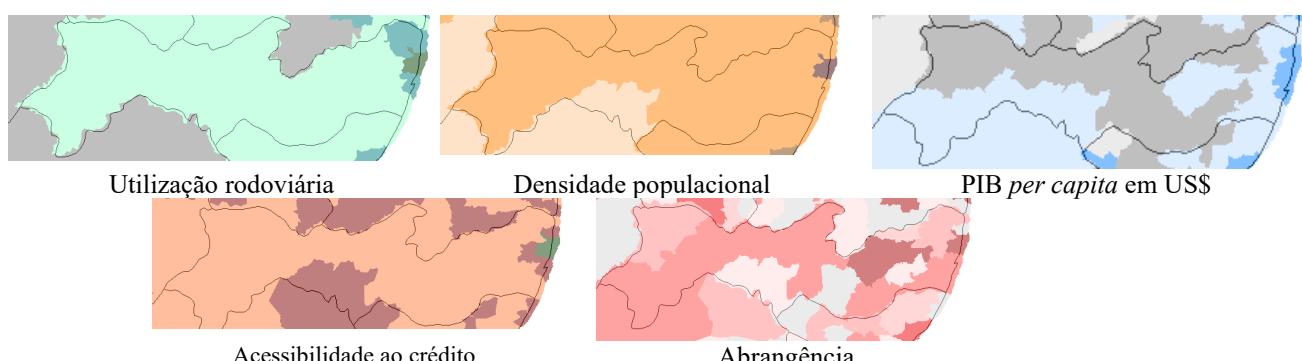


Figura 32: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial do estado de Pernambuco

Acessibilidade ao crédito	PIB per capita 1998	IUR 2000	Densidade Populacional	Abrangência	Índice de Densidade Territorial
0	0	0	0	1	0
1 - 40	1 - 24	1 - 24	1 - 30	2	1 - 60
41 - 70	25 - 40	25 - 40	31 - 40	3	61 - 70
71 - 80	41 - 55	41 - 60	41 - 70	4	71 - 80
81 - 90	56 - 80	61 - 80	71 - 90	5	81 - 90
91 - 100	81 - 100	81 - 100	91 - 100	6	91 - 100

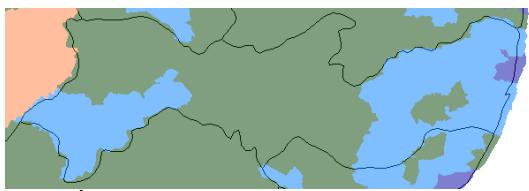


Figura 33: Índice de Densidade Territorial de Pernambuco



Figura 34: Assentamentos do INCRA x IDT
Concentração no norte e centro, principalmente nas regiões de maior IDT.

Relação IDT e PPPP's Federais

Dentre as PPPP's federais, consideradas com rebatimento territorial, existentes no estado, destaca-se o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), em fase de andamento em 14 das suas 19 MRG's. Apenas o agreste pernambucano ainda não o possui.

O Programa Biodiesel/Mamona também está presente em 14 das 19 MRG's do estado, no agreste e semi-árido, inclusive na categoria de alto IDT. O mesmo acontece com o Programa CONVIVER (Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido), presente em 10 das suas 19 MRG's, no agreste e semi-árido.

Os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) estão presentes em 10 MGR's, mais da metade do estado. Já o PROMESO, aparece em 05 MRG's, todas no semi-árido, com médio-alto ou alto IDT. Os assentamentos do INCRA (ver figura 34), concentrados no leste e oeste do estado, correspondem às áreas de maior IDT do estado.

Em relação à Agenda 21, 15 MGR's, localizadas no litoral e no semi-árido do estado, apresentam municípios com esse plano concluído, que também são MRG's de elevado e médio IDT. Em 09 das 19 MRG's existe algum município com Plano Diretor. A maior parte desses municípios está localizada no litoral, em MRG's de elevado IDT.

Os Pólos de Ecoturismo, presente em apenas 02 MRG's, se localizam tanto em áreas de médio como de alto IDT's, isto é, no semi-árido. O Programa de Promoção de APL's (Arranjo Produtivos Locais) está presente apenas nas MRG's de Recife e de Petrolina, que possuem IDT muito alto e alto, respectivamente. Desse modo, em Pernambuco as PPPP's federais, com rebatimento territorial, em sua maioria estão presentes nas MRG's de alto e muito alto IDT's.

4.1.7 Alagoas²³

Índice de Utilização Rodoviária

Verifica-se na representação do Índice de Utilização Rodoviária (figura 35), o realce das MGR's de Maceió e de São Miguel dos Campos, evidenciando a concentração e o uso de infra-estrutura viária no entorno da capital. No entanto, não se verifica contrastes acentuados, já que devido à reduzida extensão do estado, o mesmo se apresenta bem servido de rodovias.

Densidade demográfica

A concentração populacional se evidencia na MRG de Maceió (534 hab/km²). As demais MGR's do estado apresentam densidade variando de 15 a 250 hab/km².

PIB per capita

O mapa do PIB revela a concentração de renda gritante do estado. Destacam-se as MRG's de Maceió, São Miguel dos Campos e Alagoana do Sertão do São Francisco, que apresentam uma renda per capita em torno de US\$ 3.400,00; e no outro extremo, mais da metade da área do estado se encontra na categoria de baixa renda, em torno de US\$ 800,00 per capita, existindo uma MRG com renda per capita menor de US\$ 600,00, a Serrana do Sertão Alagoano. As MRG's localizadas no litoral, juntamente com a MRG de Palmeira dos Índios (que faz divisa com Pernambuco, junto à região de Garanhuns), apresentam renda per capita em torno de US\$ 1.500,00, sendo uma categoria média alta. Observa-se que nas regiões de menor PIB se concentram os assentamentos do INCRA.

Acessibilidade ao crédito

Em relação ao número de agências bancárias, a maior parte do estado está na categoria médio-baixa. O quadro se agrava nas MRG's: Litoral norte, Penedo, Traipú, Batalha, Serrana dos Quilombos, Serrana do Sertão São Francisco e Alagoana do Sertão São Francisco, quais possuem uma baixa possibilidade de acesso ao crédito, pelo pouco número de instituições inanceiras instaladas nesses territórios.

Abrangência

²³ O estado de Alagoas possui 13 MRG's, sendo elas: Serrana do Sertão Alagoano; Alagoana do Sertão do São Francisco; Santana do Ipanema; Batalha; Palmeira dos Índios; Arapiraca; Traipu; Serrana dos Quilombos; Mata Alagoana; Litoral Norte Alagoano; Maceió; São Miguel dos Campos e Penedo.

Em relação à influência das cidades, a capital do estado, Maceió, se destaca como de influência centro submetropolitano, seguida da MRG de Arapiraca – a segunda maior cidade do estado – que aparece como de influência centro regional. No extremo sul do estado, a MRG de Penedo (devido à ligação com Sergipe pelo litoral), juntamente com as MRG's de Palmeira dos Índios (que faz divisa com Pernambuco, junto à região de Garanhuns) e de Santana do Ipanema (que se caracteriza como uma cidade-pólo do semi-árido alagoano) apresentam indicador 4, que representa forte-média centralidade, no padrão de cidades de influência centro sub-regional. As MRG's de menor influência estão localizadas na região Serrana do Sertão Alagoano, do médio São Francisco e do Litoral Norte/AL, que são também caracterizadas pelo baixo IDH.

Índice de Densidade Territorial

Conforme a figura 36, a maior parte do estado se apresenta com alto IDT, sendo o restante classificado na categoria médio-alto, não existindo MGR em nenhuma das categorias de baixo IDT. Isso pode ser justificado pela elevada densidade demográfica do estado, bem como sua capilaridade viária. O que se observa é que na medida em que nos direcionamos ao interior do estado, afastando-se do litoral, diminui-se o índice. Destaca-se a região de Arapiraca (centro do estado), que vem se tornando um pólo econômico significativo, assim como Palmeira dos Índios e São Miguel dos Campos.

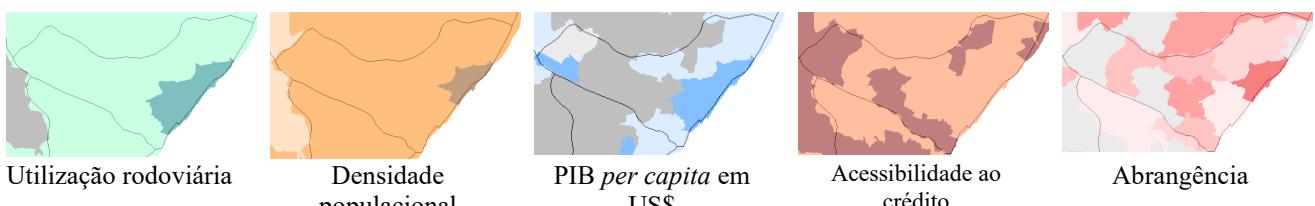


Figura 35: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial do estado de Alagoas.

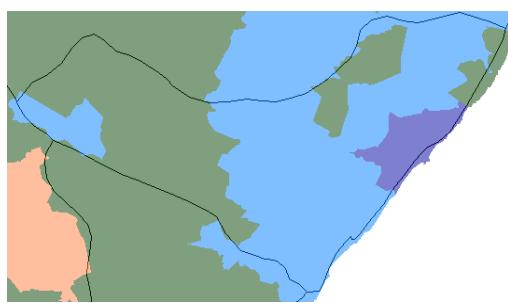
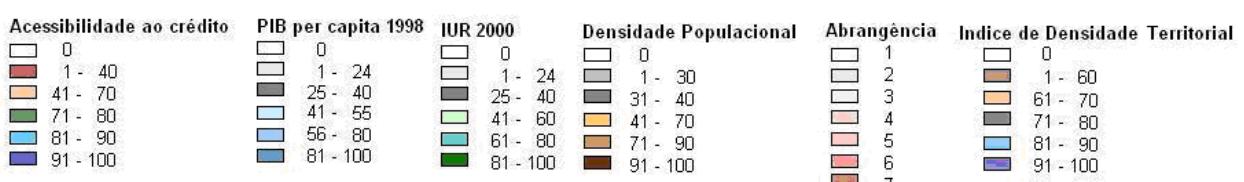


Figura 36: Índice de Densidade Territorial em Alagoas

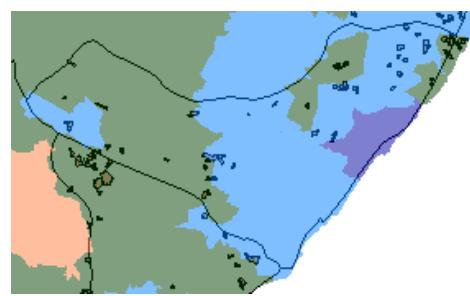


Figura 37: Assentamentos do INCRA x IDT
Concentração no norte e nordeste do estado (zona da mata e litoral norte)

Relação IDT e PPPP's Federais

Dentre as PPPP's federais, consideradas com rebatimento territorial, existentes no estado, destaca-se o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido/CONVIVER (do Ministério da Integração Nacional), presente em todo o Agreste e Semi-árido, assim como os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Observa-se que grande parte das MRG's do estado possui Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) em andamento. As MRG's que ainda não iniciaram sua elaboração são as localizadas na área da Zona da Mata que faz divisa com o estado de Pernambuco. Além disso, mais da metade das MRG's já possui algum município com Plano Diretor. Apenas as MRG's localizadas no alto e médio semi-árido e litoral sul ainda não possuem.

O Programa Biodiesel/Mamona só está presente em duas MRG's, ambas com IDT na categoria médio-alto, uma no Semi-árido e outra na Zona da Mata. Em relação aos Pólos de Ecoturismo, as MRG's de Penedo e São Miguel dos Campos, devido à existência das APA's estaduais da Várzea da Marituba e de Sta. Rita, o integram. O Programa de Promoção de APL's (Arranjo Produtivos Locais) está presente apenas em Maceió, que coincide com o elevado IDT.

Conclui-se que em Alagoas as PPPP's federais, com rebatimento territorial, do atual governo, estão presentes nas MRG's com IDT mais elevado. Exceto os assentamentos do INCRA (ver figura 37), concentrados no norte e nordeste do estado (zona da mata e litoral norte), que correspondem às áreas de menor IDT do estado.

4.1.8 Sergipe²⁴

Índice de Utilização Rodoviária

A configuração do Índice de Utilização Rodoviária (figura 38) ressalta as MGR's de Aracajú e Baixo Cotinguiba, evidenciando a concentração e o uso de infra-estrutura viária no entorno da capital. No entanto, não se verifica contrastes acentuados, já que devido à reduzida extensão do estado, o mesmo se apresenta bem servido de vias.

Densidade demográfica

²⁴ O estado de Sergipe possui 13 MRG's, sendo elas: Sergipana do Sertão do São Francisco; Carira; Nossa Senhora das Dores; Agreste de Itabaiana; Tobias Barreto; Agreste de Lagarto; Própria; Cotinguiba; Japaratuba; Baixo Cotinguiba; Aracaju; Boquim e Estância.

Observando o mapa de densidade (figura 38), verifica-se que a maior concentração populacional está MRG Aracajú (786 hab/km²). As demais MGR's do estado apresentam densidade variando de 25 a 130 hab/km².

PIB per capita

O mapa do PIB revela a desigualdade estadual pela concentração de renda. Destacam-se as MRG's de Aracajú, Baixo Cotinguiba e Cotinguiba, que apresentam uma renda per capita variando entre US\$ 2.300,00 a US\$ 4.300,00; e no outro extremo, mais da metade da área do estado se encontra na categoria de baixa renda, em torno de US\$ 1.000,00 per capita. As MRG's localizadas no litoral (exceto Aracajú), juntamente com a MRG de Agreste de Lagarto, apresentam renda per capita em torno de US\$ 1.400,00, se enquadrando na categoria médio-alto.

Acessibilidade ao crédito

Em relação ao número de agências bancárias, o estado se divide nas categorias médio-baixo e baixo. As MRG's que margeiam o Rio São Francisco (Sergipana do Sertão do São Francisco e Propriá), juntamente com Aracaju, Agreste de Itabaiana e Boquim, apresentam o maior número de agências, variando de 13 a 40.

Abrangência

Em relação à influência das cidades, Aracajú se destaca como de influência Centro Submetropolitana, seguida das MRG's Agreste de lagarto e Agreste de Itabaiana, que aparecem como de influência Centro Sub-Regional. As MRG's de Estância e Tobias Barreto (que fazem divisa com a Bahia) e de Propriá (divisa com Alagoas, pelo litoral) apresentam indicador 3, média centralidade, no padrão de cidades com influência de centro. As MRG's de menor influência estão localizadas em regiões distintas do estado, sendo elas: Boquim, no extremo sul; Carira, no semi-árido; Japaratuba, no litoral norte; Baixo Cotinguiba e Cotinguiba, no entorno de Aracajú.

Índice de Densidade Territorial

A maior parte do estado está classificado na categoria médio-alto (figura 39), não existindo MGR's em nenhuma das categorias de baixo IDT. Isso pode ser justificado pela densidade demográfica elevada do estado, bem como a capilaridade da infra-estrutura viária. Na classificação de alto IDT se destaca a MRG de Aracajú (92), seguida das MRG's Baixo Cotinguiba, Agreste de Lagarto e Agreste de Itabaiana, com IDT próximo a 80.

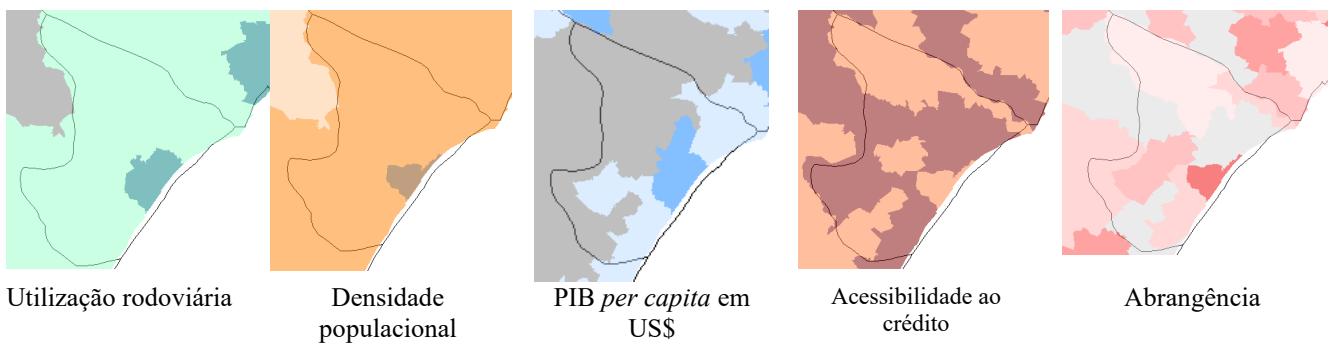


Figura 38: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial do estado de Sergipe

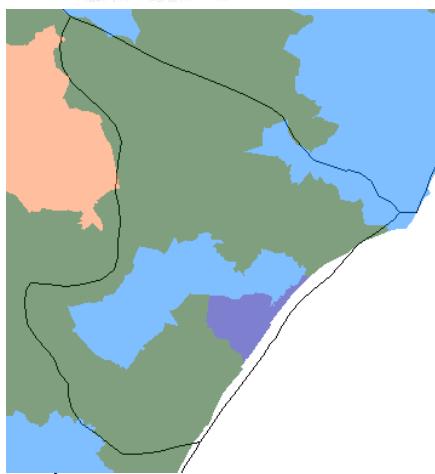
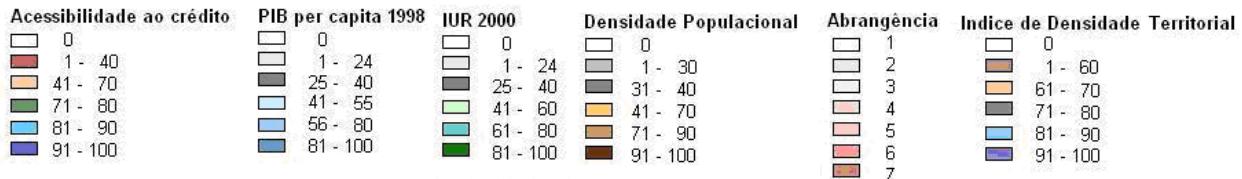


Figura 39: Índice de Densidade Territorial em Sergipe

Relação IDT e PPPP's Federais

Dentre as PPPP's federais, consideradas com rebatimento territorial, existentes no estado destaca-se o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido/CONVIVER (do Ministério da Integração Nacional), presente em todo o Agreste e Semi-árido, assim como os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Observa-se que menos da metade das MRG's do estado possui Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) em andamento, as MRG's localizadas no litoral e as que fazem divisa com o estado de Alagoas. Além disso, poucas MRG's possuem algum município com Plano Diretor. Apenas as MRG's localizadas no centro do estado, além de Aracajú, possuem municípios com Plano Diretor.

Já o Programa Biodiesel/Mamona só está presente em três MRG's, ambas com IDT na categoria médio-alto, todas no Semi-árido; assim como o PROMESO, Programa de

Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais. O Programa de Promoção de APL's (Arranjo Produtivos Locais) está presente apenas em Tobias Barreto, que se apresenta com médio IDT. Conclui-se que em Sergipe as PPPP's federais, com rebatimento territorial, do atual governo, não estão presentes nas MRG's com IDT mais elevado, e sim nas de médio-alto.

4.1.9 Bahia²⁵

Índice de Utilização Rodoviária

A representação do Índice de Utilização Rodoviária (figura 40) evidencia a capital Salvador, com índice muito alto, seguida de 14 MRG's com índices altos. No entanto, a maior parte do estado, 17 das 32 MRG's, incluindo todo o semi-árido, possui baixo IUR.

Densidade demográfica

A figura da densidade demográfica do estado da Bahia demonstra a concentração populacional na MRG de Salvador, com 985 hab/km². No entanto, a metade do estado está na categoria de baixa densidade, numa variação de 4 a 15 hab/km². A MRG de Barreiras apresenta a menor densidade, em torno de 3 hab/km².

PIB per capita

A figura do PIB revela a divisão territorial da renda no estado. Destacam-se 03 MRG's, na categoria de renda per capita alta, sendo elas: Salvador, com renda de US\$ 6.376,00; Barreiras, US\$ 3.446,00 e Catu, US\$ 2.907,00. As MRG's localizadas no litoral (exceto Salvador e Alagoinhas), juntamente com as MRG's de Santa Maria da Vitória, Juazeiro, Paulo Afonso, Jequié, Feira de Santana, Brumado, Vitória da Conquista e Itapetinga, apresentam renda per capita em torno de US\$ 1.500,00, se enquadrando na categoria médio-alto. O restante do estado está na categoria de baixo PIB, sendo a MRG de Euclides da Cunha a de menor PIB do estado, US\$ 642,00.

Acessibilidade ao crédito

Em relação ao número de agências bancárias, o estado está quase integralmente inserido na categoria de médio-baixa acessibilidade. A MRG com maior número de agências é Salvador com

²⁵ O estado da Bahia possui 32 MRG's, sendo elas: Barreiras; Cotelândia; Santa Maria da Vitória; Juazeiro; Paulo Afonso; Barra; Bom Jesus da Lapa; Senhor do Bonfim; Irecê; Jacobina; Itaberaba; Feira de Santana; Jerônimo Abreu; Euclides da Cunha; Ribeira do Pombal; Serrinha; Alagoinhas; Entre Rios; Catu; Santo Antônio de Jesus; Salvador; Boquira; Seabra; Jequié; Livramento do Brumado; Guanambi; Brumado; Vitória da Conquista; Itapetinga; Valença; Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro.

100. São 07 as MRG's de menor possibilidade de acesso ao crédito, sendo elas: Barra, Bom Jesus da Lapa, Cotelândia, Paulo Afonso, Entre Rios, Jeremoabo e Vitória da Conquista, variando de 04 a 11 agências bancárias.

Abrangência

Pela configuração exibida na figura 40, o estado possui diversas cidades-pólos. Observa-se que a maioria das suas MRG's se enquadra nos níveis de forte a média influência, o que se verifica em 24 das suas 32 MRG's. Destacam-se as MRG's Salvador e Feira de Santana, com influência metropolitana, seguidas de Vitória da Conquista e Ilhéus-Itabuna, com influência Centro Submetropolitana. São 08 as MRG's com influência Centro Regional, sendo elas: Barreiras; Juazeiro; Jacobina; Alagoinhas; Santo Antônio de Jesus; Jequié; Guanambi e Porto Seguro. Apenas 07 MRG's se enquadram no nível de fraca influência, localizadas principalmente na região central do estado.

Índice de Densidade Territorial

Na classificação de alto IDT (figura 41) têm-se 11 MRG's, sendo que a capital Recife apresenta índice muito alto, e as demais alto, sendo elas: Suape, Itamaracá, Petrolina, Mata Setentrional Pernambucana, Vitória de Santo Antão, Mata Meridional Pernambucana, Vale do Ipojuca, Alto Capibaribe, Médio Capibaribe e Garanhuns. Na classificação de médio-alto IDT têm-se 09 MRG's. Desse modo, Pernambuco é o estado com maiores índices da região Nordeste.

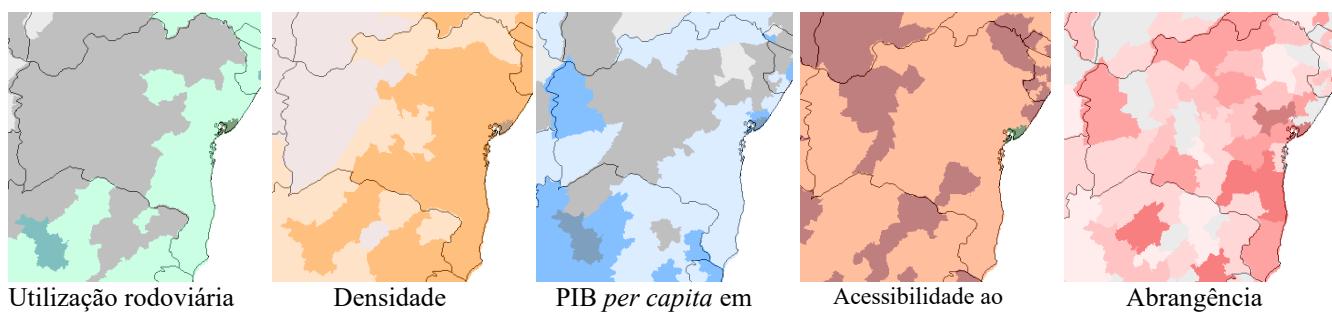
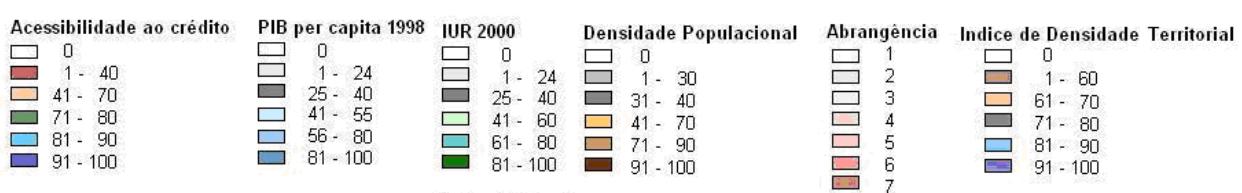


Figura 40: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial do estado da Bahia



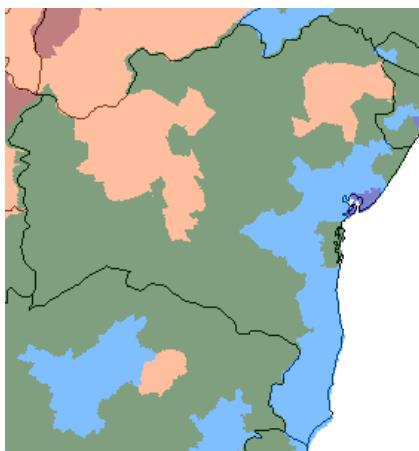


Figura 41: Índice de Densidade Territorial na Bahia

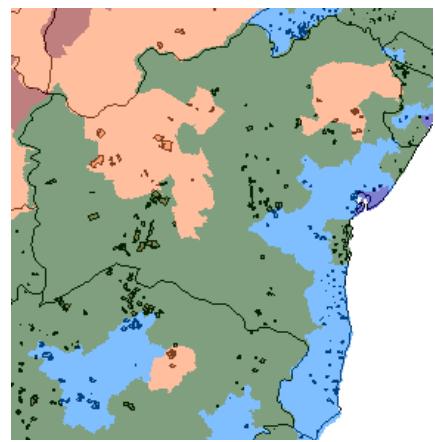


Figura 42: Assentamentos do INCRA x IDT
Concentração no litoral e semi-árido, principalmente nas regiões de maior IDT.

Relação IDT e PPPP's Federais

Dentre as PPPP's federais, consideradas com rebatimento territorial, existentes no estado, destaca-se o Programa CONVIVER, presente em praticamente todo o estado, ou seja, em 25 das suas 32 MRG's, tanto em áreas de elevado IDT, como de médio e baixo. O Programa Biodiesel/Mamona está presente em 22 das 32 MRG's do estado, localizadas principalmente no semi-árido, classificadas na categoria de médio IDT.

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) está concluído em todas as MRG's do litoral baiano. Apresenta-se em fase de andamento em 14 MRG's do semi-árido do estado. No entanto, não se apresenta em 50% das MRG's – sendo o estado de menor incidência do programa no Nordeste. Em relação à Agenda 21, 25 MGR's das 32 MRG's apresentam municípios com esse plano – a maioria de elevado IDT. As MRG's que ainda não o possuem se localizam no norte do estado.

Mais da metade das MRG's, 20 das 32 existentes, possui algum município com Plano Diretor. A maior parte desses municípios está localizada no litoral e agreste, tanto em MRG's de elevado IDT, como de médio e baixo. Assim como os Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), presentes em 15 MGR's, no semi-árido e litoral sul do estado.

Já o PROMESO, aparece em 08 MRG's, no agreste e no semi-árido, em áreas de baixo e médio IDT's. Os assentamentos do INCRA (ver figura 42) estão presentes principalmente nas áreas de maior IDT do estado. O Programa de Promoção de APL's (Arranjo Produtivos Locais) está presente apenas na MRG em Juazeiro, que possui médio-alto IDT. Os Pólos de Ecoturismo, presente 06 MRG's, se localizam tanto em áreas de médio como de alto IDT's, isto é, no litoral sul, agreste e no semi-árido. Desse modo, na Bahia as PPPP's federais, com rebatimento territorial, em sua maioria estão presentes nas MRG's com médio-alto IDT.

4.3 REGIÃO NORTE

Historicamente, a ocupação da região norte do Brasil ocorreu tardiamente no contexto de um projeto de integração nacional, que incluiu o estabelecimento dos chamados “eixos” e “pólos” de desenvolvimento, apropriação de terras para projetos agropecuários, reforma agrária e mineração (BECKER, 1997). Mais recentemente, já sem os incentivos e políticas governamentais da década de 70 e 80, a agroindústria, caracterizada pela pecuária extensiva e a produção e exportação de grãos, acelerou o processo de ocupação.

O estado do Amazonas, por exemplo, por sua localização e por apresentar extensas áreas de florestas, muitas delas inundadas em grande parte do ano, bem como possuir unidades de conservação de proteção integral e terras indígenas, não oferece condições favoráveis à densa ocupação humana.

Dessa forma, por razões históricas e geográficas, a Região Norte do Brasil apresenta em geral valores mais baixos para os índices apresentados neste trabalho (ver figuras 43 e 44) quando comparado às regiões ao sul do país. Nos estados, os melhores índices concentram-se nas microrregiões ao redor das capitais, já que são nelas que existem as maiores densidades populacionais, os maiores PIB do estado, as maiores oportunidades de acesso ao crédito e as melhores infra-estruturas. Dessa forma, as capitais exercem maior influência nas demais cidades do estado.

Além da MRG da capital, o estado do Amazonas apresenta IDT mais elevado nas MRG's de Tefé, Coari e Juruá, no centro do estado, e na MRG de Itacoatiara adjacente à capital. No estado do Acre, além da capital, destaca-se também a MRG de Cruzeiro do Sul, no extremo oeste do estado. O estado de Rondônia, assim como o Pará, apresenta o maior IDT da Região Norte com destaque para as MRG's de Porto Velho e Ji-Paraná, ao centro do estado, bem como as MRG's de Ariquemes, Alvorada do Oeste, Cacoal e Vilhena no sudeste do estado, e Guajará-Mirim, a oeste do estado. No Pará, destacam-se as MRG's de Belém e Castanhal, no norte do estado, Santarém e Itaituba a noroeste do estado e as MRG's ao leste, incluindo Paragominas, Marabá e Redenção.

Já os estados de Roraima e Amapá apresentam o menor IDT da Região Norte. As MRG's das capitais, Boa Vista e Macapá, exercem maiores impactos no território. No estado do Tocantins, o maior IDT está em torno da BR-153, com destaque para as MRG's de Araguaína, Palmas e Gurupi.

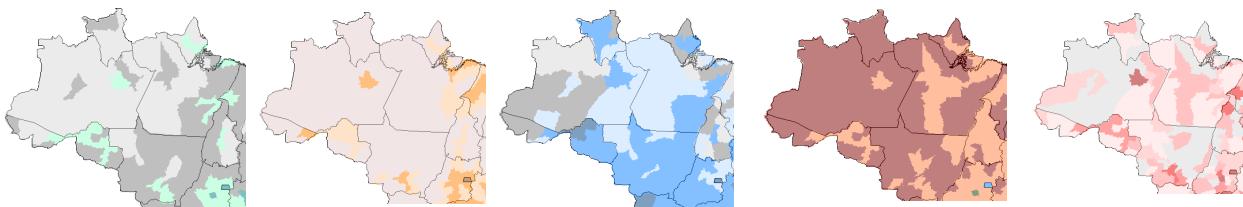


Figura 43: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial na região Norte

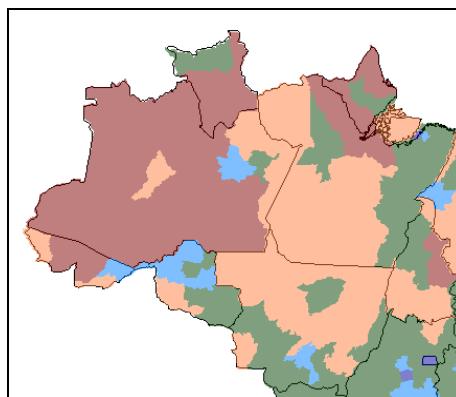
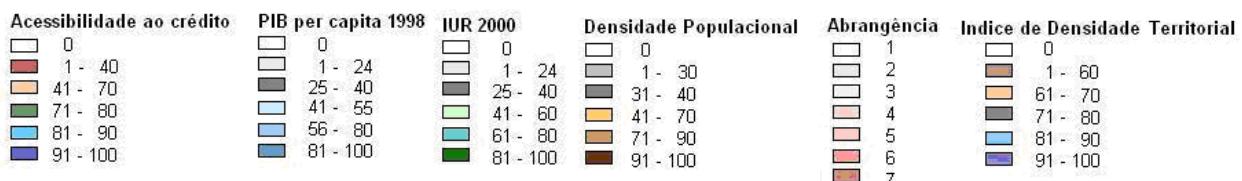


Figura 44: Índice de Densidade Territorial na região Norte

Relação IDT e PPPP's Federais

A atuação dos PPPP's federais na Região Norte apresenta a seguinte configuração:

- Faixa de Fronteira: O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) – que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento da faixa de fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul – abrange grande parte das MRG's de Rondônia, Amapá, Roraima, Acre e Amazonas. No estado do Pará, apenas 3 MRG's apresentam este programa, que não contempla o estado do Tocantins.
- PROAMBIENTE: O Programa de Desenvolvimento Sócio Ambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia, voltado para a produção em sistemas equilibrados com manejo integrado de recursos ambientais, está presente em algumas (2 a 4) MRG's do estado do Pará, Amazonas e Roraima. Nos demais estados, apenas 1 MRG apresenta este programa.
- PROECOTUR: O Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – cuja meta é desenvolver o ecoturismo na Região Amazônica Brasileira, de forma responsável e adequada, com planejamento, assistência técnica e capacitação – está mais distribuído no estado do

Pará, atingindo 8 MRG's. No Amazonas e Roraima, apenas 3 MRG's apresentam este programa, e no Tocantins, apenas a MRG do Jalapão. Os demais estados da região norte não são contemplados pelo PROECOTUR.

d. PRONAT: O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – cujos objetivos visam promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia – está fortemente presente no estado do Tocantins, abrangendo 8 MRG's. Nos estados de Rondônia e Pará apenas 2 MRG's apresentam este programa, e nos estados do Amazonas e Amapá, apenas 1. Os estados do Acre e Roraima não possuem ações do PRONAT.

e. PROMESO: O Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (que busca aumentar a autonomia e a sustentabilidade desses espaços por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno) está presente em todos os estados da Região Norte, com maior ênfase em Rondônia, Acre e Tocantins, abrangendo em média 2 MRG's por estado.

f. CONSAD: O Projeto CONSAD (que está inserido no Programa Acesso à Alimentação, contemplado na ação Formação de Consórcios de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local, busca a promoção do desenvolvimento territorial, em áreas periféricas do país, com ênfase na segurança alimentar e nutricional e na geração de trabalho e renda) também está presente em todos os estados da Região Norte, com maior ênfase em Rondônia, Acre e Tocantins, abrangendo em média 2 MRG's por estado.

g. APL's: O programa de promoção dos Arranjos Produtivos Locais (APL), que possui ações na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio, está presente na Região Norte em apenas 1 MRG de cada estado, em geral, na MRG que compreende a capital.

h. Plano BR-163 Sustentável: Este plano – que contempla quatro grandes eixos temáticos: ordenamento territorial e gestão ambiental; fomento às atividades produtivas; infra-estrutura para o desenvolvimento; e inclusão social e cidadania – abrange apenas 2 estados, Amazonas e Pará, atingindo 6 MRG's neste último.

i. Agenda 21 Local: Este instrumento de planejamento de políticas públicas, que envolve também a sociedade civil, está fortemente presente no estado do Pará, abrangendo 13 MRG's. No Amazonas abrange 3 MRG's, já no Acre, Rondônia e Tocantins abrange apenas 2 MRG's, e no estado do Amapá somente 1, estando ausente no estado de Roraima.

j. ZEE: O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, que tem sido, nos últimos anos, uma proposta do Governo brasileiro para subsidiar as decisões de planejamento social, econômico e ambiental do desenvolvimento e do uso do território nacional em bases sustentáveis, abrange todas as MRG's do Pará, Rondônia e Roraima, e apenas 2 MRG's no estado do Acre. Este programa

ainda não está presente no estado do Amazonas, Amapá e Tocantins, mas existe previsão para algumas MRG's destes estados.

Ainda está previsto para o estado do Pará, o Programa de Gestão Ambiental Rural (Gestar), que tem como objetivo a criação de alternativas de desenvolvimento para melhorar a qualidade de vida nas comunidades rurais, e deverá abranger as MRG's de Itaituba e Altamira.

4.3.1 Amazonas

Índice de Utilização Rodoviária

A região norte do Brasil difere-se das demais regiões do país por apresentar uma grande quantidade de rios trafegáveis e baixa acessibilidade por estradas e rodovias. Em muitos casos o principal meio de transporte são os barcos e os rios exercem o papel das rodovias. Desse modo, para o estado do Amazonas o *índice de utilização rodoviária* (conforme figura 45) na maior parte do território é baixo, variando entre 1 e 24%. As microrregiões de Itacoatiara e Rio Preto da Eva, adjacentes a capital, bem como as microrregiões de Tefé, Coari e Juruá, ao centro do estado apresentam índices um pouco maiores que podem variar de 25 a 40%. A microrregião da capital, Manaus apresenta o maior índice do estado, em torno de 41 e 60%.

Densidade Populacional

Por razões históricas e geográficas, a região norte do Brasil apresenta os menores índices de *densidade populacional* do país. O estado do Amazonas, por apresentar extensas áreas de florestas, muitas delas inundadas em grande parte do ano, bem como possuir unidades de conservação e terras indígenas, não oferece condições favoráveis à densa ocupação humana, apresentando baixa densidade populacional. Na maior parte do estado, a densidade populacional não ultrapassa os 30%. Na microrregião da capital Manaus, a densidade populacional apresenta-se maior, em torno de 41 a 70%.

PIB per capita

Em relação ao indicador de *PIB per capita*, em 1998 o maior PIB do estado do Amazonas concentrava-se nas microrregiões de Manaus, Rio preto da Eva e Itacoatiara com valores variando de 56 a 80%. Em seguida, as microrregiões de Coari e Tefé, mais ao centro do estado, e Boca do Acre, ao sul do estado, com índice em torno de 41 e 55%. Nas microrregiões de Purus, Juruá e Madeira os índices variam de 25 a 40%, e nas demais microrregiões do estado do Amazonas estão o

menor PIB, podendo variar de 1 a 24%. Vale ressaltar que nestes valores não está incluída boa parte da riqueza do estado que provém da exploração ilegal de madeira.

Acessibilidade ao crédito

Em relação ao indicador de *acessibilidade ao crédito*, o estado do Amazonas apresenta uma situação homogênea, onde grande parte do estado apresenta baixa acessibilidade ao crédito, variando de 1 a 40%. A microrregião da capital, Manaus, é uma exceção apresentando índices em torno de 41 a 70%.

Abrangência

Conforme explicado na metodologia, o indicador *abrangência* considera a capacidade de influência das microrregiões dentro de uma escala de Local Fraco a Máximo, atribuindo valores de 1 a 7. No Amazonas, a microrregião da capital Manaus apresenta a maior capacidade de influência do estado, com índice 6, considerado muito forte, predominantemente de centro sub metropolitano. Em seguida a microrregião de Parintins apresenta a segunda maior capacidade de influência do estado com valor 4, forte-médio, predominantemente de centro sub regional. A microrregião de Itacoatiara, próxima a capital, bem como as microrregiões de Juruá, Tefé e Coari, apresentam valor 3, médio, tendendo a centro sub regional. A região ao sul da capital que compreende as microrregiões de Purus e Madeira até a fronteira dos estados de Rondônia e Mato Grosso apresentam nível de abrangência 2, médio-fraco, predominantemente de centro. As demais cidades possuem fraca capacidade de influência, com valor 1, local fraco, tendendo a centro local.

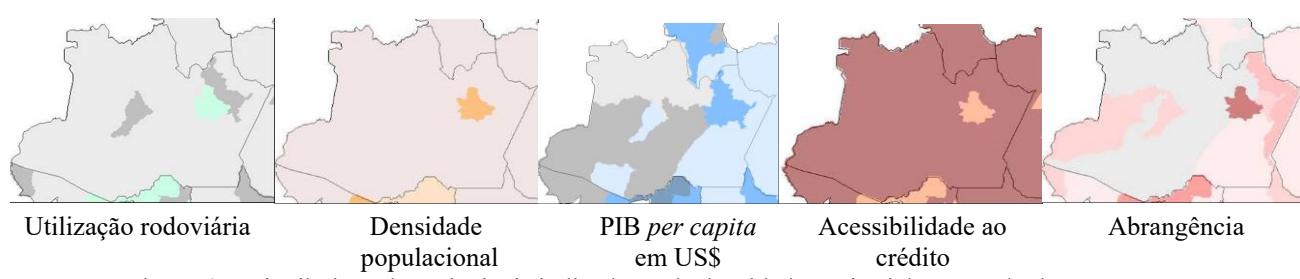


Figura 45: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Estado do Amazonas

Acessibilidade ao crédito	PIB per capita 1998	IUR 2000	Densidade Populacional	Abrangência	Índice de Densidade Territorial
0	0	0	0	1	0
1 - 40	1 - 24	1 - 24	1 - 30	2	1 - 60
41 - 70	25 - 40	25 - 40	31 - 40	3	61 - 70
71 - 80	41 - 55	41 - 60	41 - 70	4	71 - 80
81 - 90	56 - 80	61 - 80	71 - 90	5	81 - 90
91 - 100	81 - 100	81 - 100	91 - 100	6	91 - 100
				7	

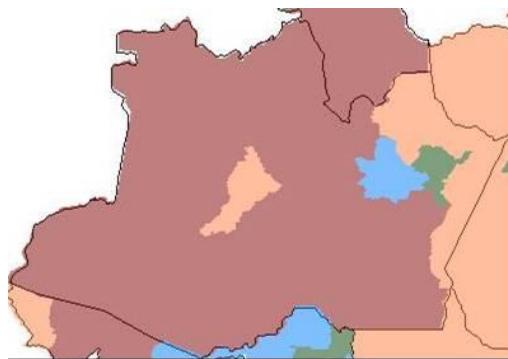


Figura 46: Índice de Densidade Territorial no Amazonas

Índice de Densidade Territorial (IDT)

Em referência ao índice de densidade territorial (figura 46), a microrregião de Manaus apresenta o maior impacto no território com índice variando entre 81 a 90%. Em seguida, a MRG de Itacoatiara apresenta valores que podem variar de 71 a 80%. Ao centro do estado, as MRG's de Juruá, Tefé, Coari e Purus apresentam capacidade de impactar o território que podem variar de 61 a 70%. As demais microrregiões do estado apresentam índices inferiores, podendo variar de 1 a 60%.

Relação IDT e PPPP's Federais

Em relação à atuação das PPPP's federais no estado do Amazonas, tem-se o seguinte:

- a. Faixa de Fronteira: O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) – que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento da faixa de fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul – abrange as microrregiões do Rio Negro, Japurá, Alto Solimões e Juruá, no centro-norte do estado; Parintins, a leste da capital; Boca do Acre e Purus, mais ao sul do estado.
- b. PROAMBIENTE: O Programa de Desenvolvimento Sócio Ambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia, voltado para a produção em sistemas equilibrados com manejo integrado de recursos ambientais, está presente nas microrregiões do Rio Negro, Manaus e Rio Preto da Eva, próximo a capital.
- c. PROECOTUR: O Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – que tem como meta o desenvolvimento do ecoturismo na Região Amazônica Brasileira, de forma responsável e adequada, com planejamento, assistência técnica e capacitação – abrange as microrregiões de Rio Negro (ao norte do estado), Manaus, e Rio Negro da Eva e Itacoatiara, próximos à capital.
- d. PRONAT: O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – cujos objetivos visam promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de

desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia – está presente apenas na MRG do Alto Solimões.

e. PROMESO: Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais, que busca aumentar a autonomia e a sustentabilidade desses espaços por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, abrange somente a MRG do Alto do Solimões.

f. CONSAD: O Projeto CONSAD – que está inserido no Programa Acesso à Alimentação, contemplado na ação Formação de Consórcios de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local – busca a promoção do desenvolvimento territorial, em áreas periféricas do país, com ênfase na segurança alimentar e nutricional e na geração de trabalho e renda, e está presente no estado do Amazonas apenas na MRG de Juruá.

g. APL's: O programa de promoção de Arranjos Produtivos Locais (APL), que possui ações na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio, abrange a microrregião da capital, Manaus.

h. Agenda 21 Local: A Agenda 21 Local – um instrumento de planejamento de políticas públicas que envolve tanto a sociedade civil e o governo em um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais – está presente no estado do Amazonas nas microrregiões de Parintins, Boca do Acre e Purus.

i. Plano BR-163 Sustentável: Este plano, que contempla quatro grandes eixos temáticos (ordenamento territorial e gestão ambiental; fomento às atividades produtivas; infra-estrutura para o desenvolvimento; e inclusão social e cidadania), abrange, no estado do Amazonas, as microrregiões de Parintins e Madeira.

Ainda está previsto para o Amazonas, o Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que deve abranger as microrregiões de Rio Negro, Japurá, Alto Solimões, Manaus e Madeira.

4.3.2 Acre

Índice de Utilização Rodoviária

No estado do Acre, o maior IUR está na microrregião da capital, Rio Branco, com índice variando entre 41 e 60% (figura 47). Ao sul da capital, a microrregião de Basiléia, com destaque para a BR-317, apresenta IUR um pouco mais baixo, variando entre 25 e 40 %. A microrregião do município de Cruzeiro do Sul, a noroeste do estado, apresenta IUR semelhante ao anterior. Nas demais regiões do estado, o IUR não ultrapassa os 24%.

Densidade Populacional

O estado do Acre também apresenta baixa densidade populacional, com índice que varia de 1 a 30%. Apenas na microrregião da capital, Rio Branco, este índice aumenta, variando entre 41 e 70%. Além de possuir extensas fazendas de gado, o estado do Acre ainda possui terras indígenas e importantes unidades de conservação.

PIB *per capita*

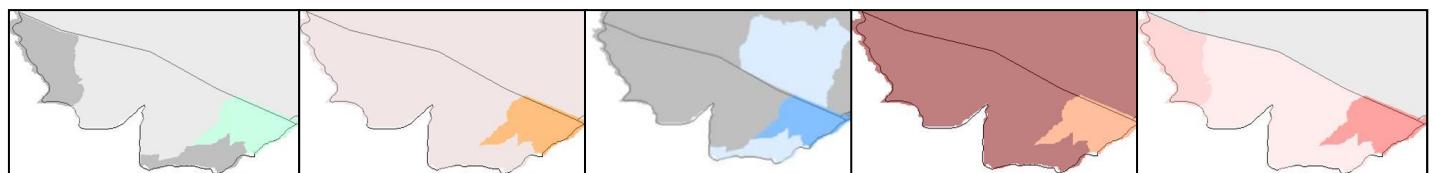
A maior concentração do PIB no estado do Acre é na microrregião da capital, Rio Branco, o que corresponde a 56 a 80% do PIB do estado. Na microrregião de Basiléia, ao sul da capital, este índice apresenta-se em torno de 41 a 55%. Nas demais regiões do estado, o índice pode variar de 25 a 40%.

Acessibilidade ao crédito

Em relação ao indicador de *acessibilidade ao crédito*, a microrregião da capital, Rio Branco, apresenta o índice de acessibilidade ao crédito em torno de 41 a 70% devido à existência de diversos bancos na cidade. As demais microrregiões do estado apresentam índices menores, variando de 1 a 40% devido ao baixo desenvolvimento urbano do território.

Abrangência

A microrregião de Rio Branco possui a maior capacidade de influência do estado do Acre, apresentando índice 5, forte, predominantemente de centro regional. A microrregião do município de Cruzeiro do Sul, a noroeste do estado, apresenta a segunda maior capacidade de abrangência com valor 3, médio, tendendo a centro sub regional. As demais microrregiões do estado apresentam nível 2, médio-fraco, predominantemente de centro.



Utilização rodoviária Densidade populacional PIB *per capita* em US\$ Acessibilidade ao crédito Abrangência

Figura 47: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Estado do Acre

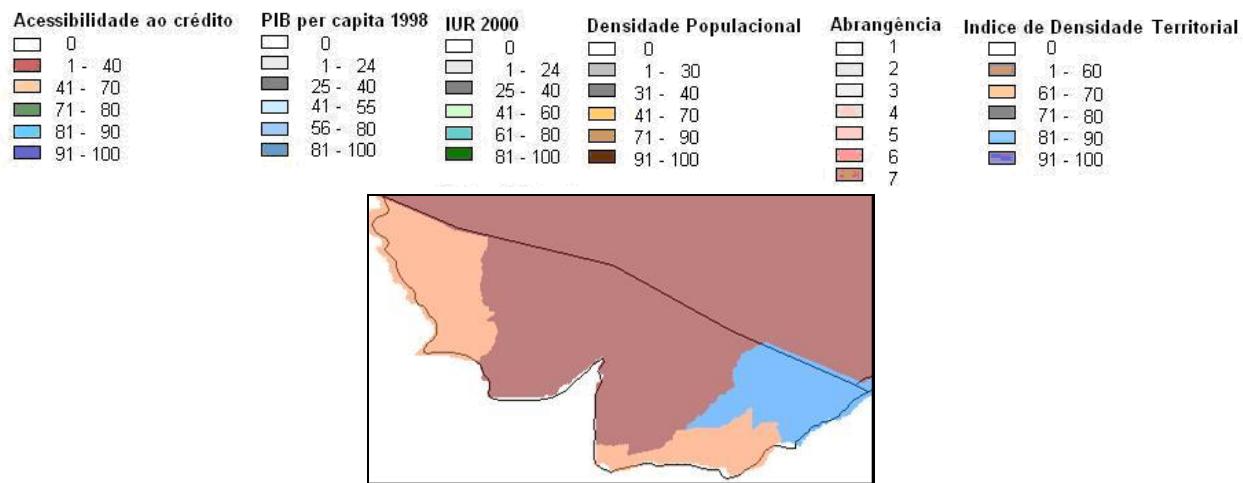


Figura 48: Índice de Densidade Territorial no Acre

Índice de Densidade Territorial (IDT)

Em referência ao índice de densidade territorial (figura 48), a microrregião de Rio Branco apresenta o maior impacto no território com índice variando entre 81 a 90%. Em seguida, as microrregiões de Cruzeiro do Sul, a oeste do estado, e Brasiléia, ao sul da capital, apresentam o segundo maior índice do estado, podendo variar entre 61 a 70%. As demais MRG's do estado apresentam índices que variam de 1 a 60%.

Relação IDT e PPPP's Federais

Em relação à atuação das PPPP's federais no estado do Acre, tem-se o seguinte quadro:

- Faixa de Fronteira – O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) abrange todas as microrregiões do estado, o que inclui Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Sena Madureira, Rio Branco e Brasiléia.
- PROAMBIENTE – O Programa de Desenvolvimento Sócio Ambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia está presente apenas na microrregião da Brasiléia, ao sul da capital.
- CONSAD – O Projeto CONSAD que está inserido no Programa Acesso à Alimentação está presente nas microrregiões da Brasiléia e Rio Branco.
- APL's – O tema Arranjos Produtivos Locais (APL) que possui ações na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio abrange apenas a microrregião da capital, Rio Branco.
- Agenda 21 Local – Este instrumento de planejamento de políticas públicas que envolve também a sociedade civil está presente nas microrregiões de Cruzeiro do Sul, a noroeste do estado, e Brasiléia, ao sul da capital.
- ZEE – O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, que tem sido, nos últimos anos, uma proposta do Governo brasileiro para subsidiar as decisões de planejamento social, econômico e ambiental do

desenvolvimento e do uso do território nacional em bases sustentáveis, abrange, no estado do Acre, as microrregiões de Rio Branco e Brasiléia, e está previsto para as microrregiões de Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Sena Madureira.

4.3.3 Rondônia

Índice de Utilização Rodoviária

Em Rondônia, o *Índice de Utilização Rodoviária* apresenta-se entre 41 e 60%, em torno da BR-364 que atravessa todo o estado, abrangendo as microrregiões de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Cacoal, bem como a microrregião de Guajará-mirim. Nas demais áreas do território o IUR apresenta-se entre 21 e 40% (figura 49).

Densidade Populacional

Grande parte do estado de Rondônia apresenta índices de *densidade populacional* que variam em torno de 31 a 40%, abrangendo as microrregiões de Guajará-mirim (sudoeste do estado), a capital Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste e Cacoal. As demais microrregiões do estado, a sudoeste e sudeste, apresentam índices mais baixos, em torno de 1 a 30%.

PIB *per capita*

Em relação ao PIB *per capita*, em 1998 as microrregiões de Porto Velho e Guajará-mirim apresentavam o maior PIB do estado e um dos maiores da região norte, com valores entre 81 e 100%. As demais microrregiões apresentavam índices também elevados para a região, podendo variar entre 56 e 80%.

Acessibilidade ao crédito

No estado de Rondônia, as microrregiões de Porto Velho, Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Cacoal apresentam os maiores índices de *acessibilidade ao crédito*, variando entre 41 e 70%. Os centros urbanos normalmente possuem agências bancárias de diferentes redes. As demais microrregiões do estado apresentam índice em torno de 1 a 40%.

Abrangência

Em Rondônia, as microrregiões com maior capacidade de influência são Porto Velho, Ji-Paraná e Cacoal, bem como Guajará-mirim, com nível 5, considerado forte, característico de centro regional. Já as microrregiões de Vilhena e Colorado do Oeste apresentam valor 4, forte-médio,

predominantemente de centro sub regional. As demais regiões do estado apresentam nível 2, médio-fraco, predominantemente de centro.

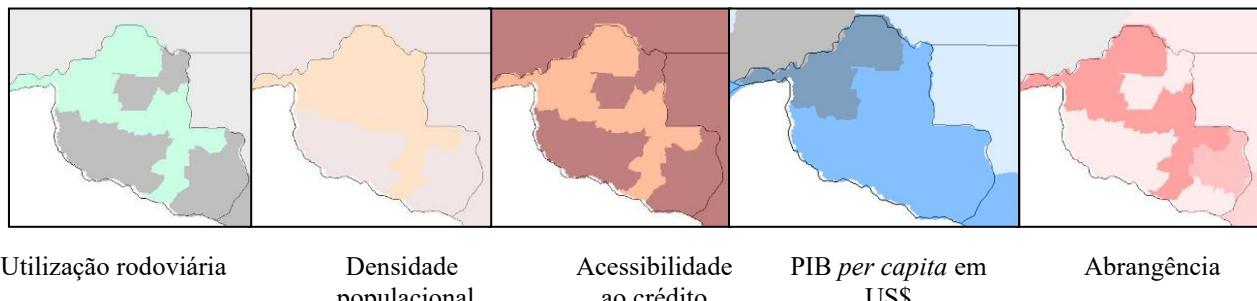


Figura 49: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Estado de Rondônia

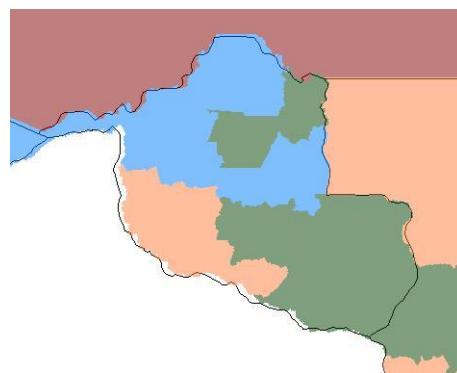
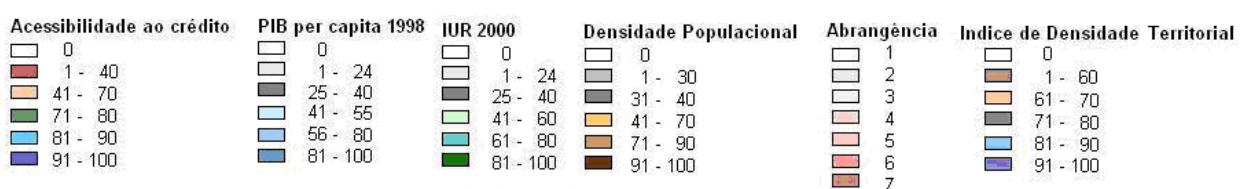


Figura 50: Índice de Densidade Territorial em Rondônia

Índice de Densidade Territorial (IDT)

Em referência ao índice de densidade territorial (figura 50), as microrregiões de Porto Velho e Ji-Paraná, ao centro do estado, apresentam o maior impacto no território com índice variando entre 81 a 90%. Em seguida, as microrregiões de Ariquemes, Alvorada do Oeste, Cacoal e Vilhena, no extremo sudeste do estado, apresentam o segundo maior índice, podendo variar entre 61 a 70%. A microrregião de Guajará-Mirim, a oeste do estado, na fronteira com a Bolívia, apresenta IDT que pode variar de 61 a 70%.

Relação IDT e PPPP's Federais

Os PPPP's federais no estado de Rondônia se apresentam nas seguintes áreas:

a. Faixa de Fronteira – O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) abrange a maioria das microrregiões do estado, incluindo a capital, Porto Velho, Guajará-Mirim, a leste do estado, Alvorada d'Oeste e Cacoal, no centro-leste do estado, Vilhena e Colorado do Oeste, no

sudeste. b. PROAMBIENTE – O Programa de Desenvolvimento Sócio Ambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia está presente apenas na microrregião de Ji-Paraná, no centro-oeste do estado. c. PROECOTUR – O Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal abrange três microrregiões do estado: Porto Velho, Guajará-Mirim e Colorado do Oeste. d. PRONAT – O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios está presente apenas nas microrregiões de Ji-Paraná e Cacoal. e. CONSAD – O Projeto CONSAD abrange as MRG's de Ji-Paraná, Alvorada d'Oeste e Cacoal. f. APL's – Presente apenas na microrregião de Ji-Paraná. g. Agenda 21 Local – Presente nas microrregiões de Ji-Paraná e Vilhena. h. ZEE – O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico abrange todas as microrregiões do estado de Rondônia (Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Alvorada d'Oeste, Cacoal, Vilhena e Colorado do Oeste).

4.3.4 Roraima

Índice de Utilização Rodoviária

Com referência ao *Índice de Utilização Rodoviária* no estado de Roraima, a microrregião de Boa Vista apresenta o maior IUR, podendo variar entre 21 e 40%. Nas demais áreas do território, o índice pode variar entre 1 e 24% (figura 51).

Densidade Populacional

O estado de Roraima também apresenta os menores índices de densidade populacional da região norte, que variam de 1 a 30% em todo o estado, inclusive na capital.

PIB per capita

Em relação ao PIB, as microrregiões de Boa Vista e Caracaraí apresentam o maior PIB do estado, entre 56 e 80%. A microrregião Sudeste de Roraima apresenta o segundo maior PIB do estado com valores entre 41 e 55%. As demais microrregiões apresentam índices que podem variar de 25 a 40%.

Acessibilidade ao crédito

Em relação ao indicador de *Acessibilidade ao crédito*, o estado de Roraima apresenta situação homogênea, com índice em torno de 1 a 40%. É um estado pouco urbanizado, onde a própria capital, com pouco mais de 200 mil habitantes, possui poucos bancos.

Abrangência

No estado de Roraima, a microrregião de Boa Vista apresenta a maior capacidade de influência, com nível 4, forte-médio, predominantemente de centro sub regional. Já as microrregiões de Caracaraí e Sudeste de Roraima apresentam nível 2, médio-fraco, predominantemente de centro. As demais áreas do estado apresentam o menor valor da escala, 1, local fraco, tendendo a centro local.

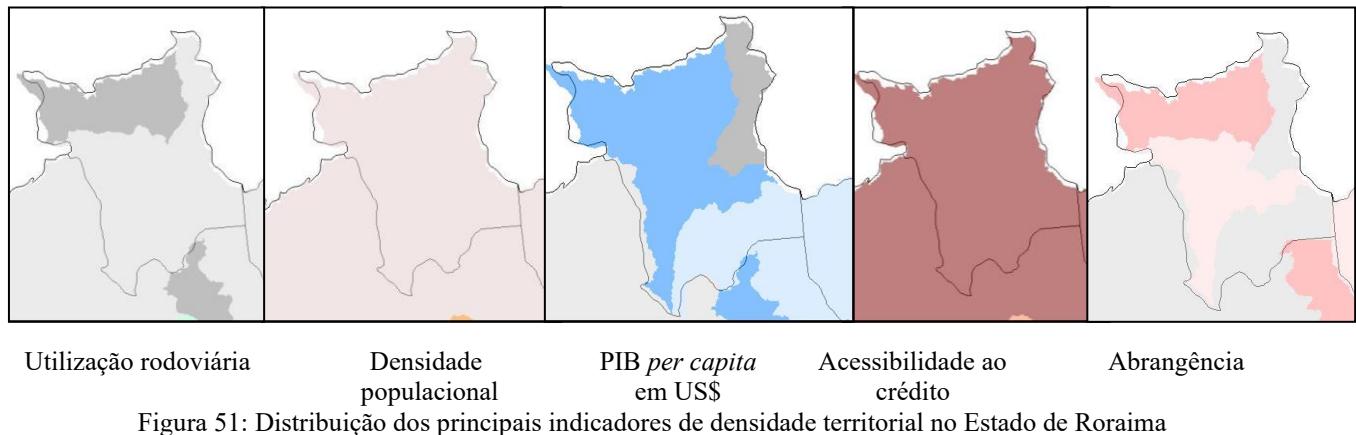


Figura 51: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Estado de Roraima

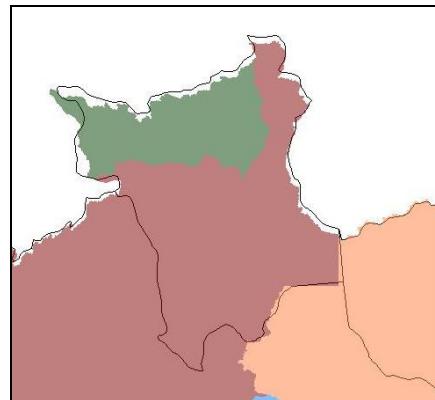
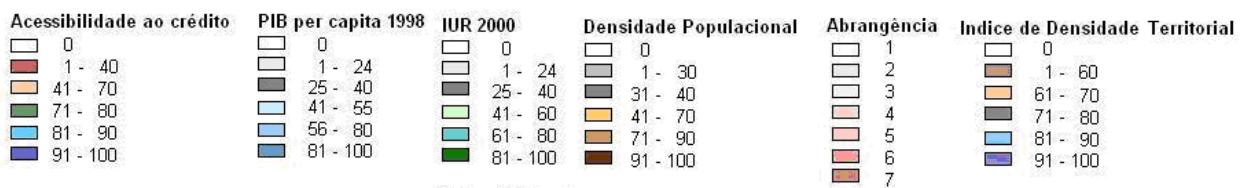


Figura 52: Índice de Densidade Territorial em Roraima

Índice de Densidade Territorial (IDT)

Em referência ao índice de densidade territorial, a microrregião de Boa Vista, ao norte do estado, apresentam o maior impacto no território com índice variando entre 71 a 80%. Nas demais microrregiões, incluindo Caracarai, este índice apresenta-se entre 1 e 60% (figura 52).

Relação IDT e PPPP's Federais

Os PPPP's federais no estado de Roraima apresentam-se nas seguintes áreas: a. Faixa de Fronteira – O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) abrange todas as microrregiões do estado, Boa Vista, Nordeste de Roraima, Caracaraí e Sudeste de Roraima. b. PROAMBIENTE – O Programa de Desenvolvimento Sócio Ambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia está presente nas microrregiões de Nordeste de Roraima e Caracaraí. c. CONSAD – Abrange apenas a microrregião de Caracaraí. d. APL's – Presente apenas na microrregião da capital, Boa Vista. e. ZEE – O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, também como o Programa Faixa de Fronteira supracitado, abrange todas as microrregiões do estado de Roraima.

4.3.5 Amapá

Índice de Utilização Rodoviária

A microrregião de Macapá apresenta o maior *Índice de Utilização Rodoviária* do estado do Amapá, que varia entre 41 e 60%. Também neste mesmo patamar está a microrregião noroeste da capital, ao longo da BR-210, que compreende dentre outros, os municípios de Porto Grande e Serra do Navio. Nas demais regiões do estado, o IUR apresenta-se menor, com índice variando entre 21 e 40% (figura 53).

Densidade Populacional

Em relação à densidade populacional, as microrregiões do estado do Amapá que englobam a capital, Macapá, e a cidade de Mazagão, apresentam os maiores índices de densidade populacional do estado, entre 41 e 70%. As demais áreas do estado possuem índices que variam de 1 a 30%.

PIB per capita

Com referência ao *PIB per capita*, as microrregiões de Macapá e Amapá, ao norte da capital, apresentam o maior PIB do estado que pode variar de 41 a 55%. As demais regiões do estado apresentam índices que variam de 1 a 24%.

Acessibilidade ao crédito

As microrregiões ao norte, incluindo Oiapoque, e ao sul do estado possuem índice de acessibilidade ao crédito variando entre 1 e 40%. Já nas microrregiões da capital, Macapá, e Mazagão, este índice apresenta-se mais alto, em torno de 41 e 70%.

Abrangência

A microrregião que compreende Macapá e os municípios ao redor da capital apresenta a maior capacidade de influência do estado do Amapá, com nível 4, forte-médio, predominantemente de centro sub regional. Já a microrregião que compreende os municípios ao sul da capital e os próximos a fronteira com o Amazonas, apresenta nível 2 de abrangência, médio-fraco, predominantemente de centro. As demais áreas do estado apresentam o menor valor da escala, 1, local fraco, tendendo a centro local.

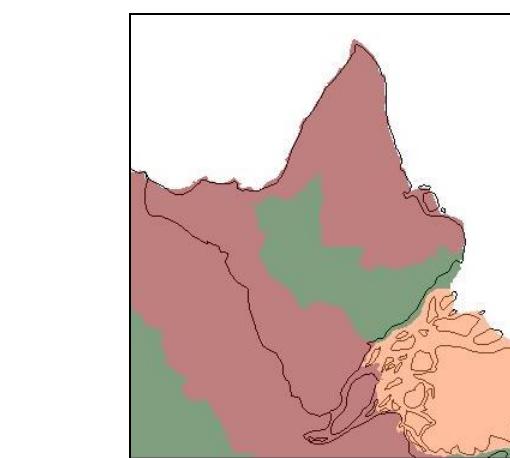
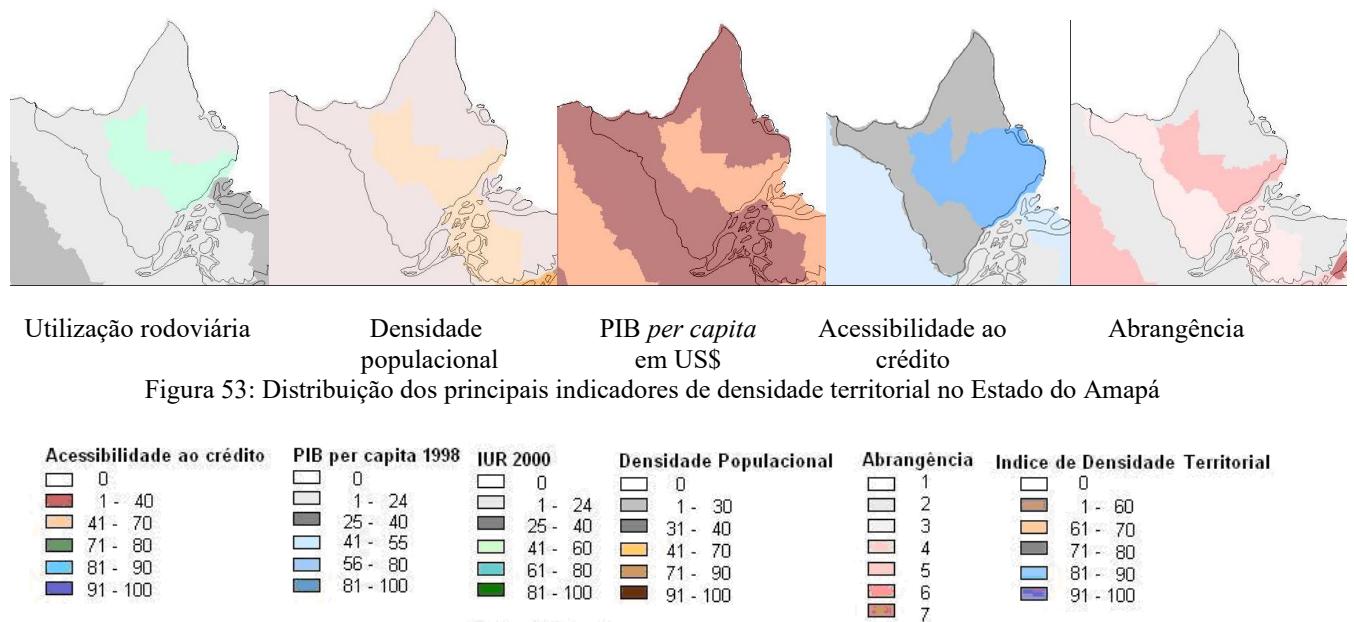


Figura 54: Índice de Densidade Territorial no Amapá

Índice de Densidade Territorial (IDT)

Em referência ao índice de densidade territorial, as microrregiões de Macapá e Mazagão, centro-sul do estado, apresentam o maior impacto no território com índice variando entre 71 a 80%. Nas demais microrregiões, incluindo Oiapoque este índice pode variar entre 1 e 60% (figura 54).

Relação IDT e PPPP's Federais

Em relação à atuação dos PPPP's federais no estado do Amapá, tem-se o seguinte quadro: a. Faixa de Fronteira – O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) abrange todas as microrregiões do estado consideradas (Oiapoque, no extremo norte; Amapá, no centro-norte; Macapá, ao sul; e Mazagão, próximo a capital). b. PROAMBIENTE, Programa de Desenvolvimento Sócio Ambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia, presente apenas na microrregião de Mazagão. c. Agenda 21 Local, apenas na microrregião de Mazagão. Os programas CONSAD, APL e PRONAT estão presentes apenas a microrregião da capital, Macapá. Ainda está previsto para o Amapá, o Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que deve abranger todas as suas microrregiões, Oiapoque, Amapá, Macapá e Mazagão.

4.3.6 Pará

Índice de Utilização Rodoviária

O maior *índice de utilização de rodovias* no estado do Pará concentra-se na microrregião de Belém, com índices em torno de 61 a 80%. Já a microrregião de Castanhal, adjacente a capital, bem como as microrregiões a sudeste do estado, como Marabá e Conceição do Araguaia, apresentam índice entre 41 e 60%. A microrregião de Santarém e Itaituba, a leste do estado, e Tucuruí e Parauapebas a oeste, apresentam índices em torno de 25 a 40%. No restante do território, o IUR fica entre 1 e 24% (figura 55).

Densidade Populacional

A microrregião da capital Belém e de Castanhal, próximo ao litoral, apresentam os maiores índices de *densidade populacional* do estado que variam de 41 a 70%. Em seguida, a sudeste do estado, as microrregiões de Paragominas, Tucuruí, Marabá e Parauapebas apresentam índices que podem variar de 31 a 40%. As demais áreas do território apresentam índices que variam de 1 a 30%.

PIB *per capita*

Os maiores PIB's do Pará encontram-se na microrregião de Belém, e também mais ao sul nas MRG's de Paragominas, Marabá, Parauapebas e Conceição do Araguaia, cujo índice varia de 56 a 80%. Nas MRG's de Castanhal e Bragança encontram-se o PIB mais baixo do estado com valores entre 25 e 40%. Nas demais microrregiões do estado o PIB médio apresenta valores de 41 a 55%.

Acessibilidade ao crédito

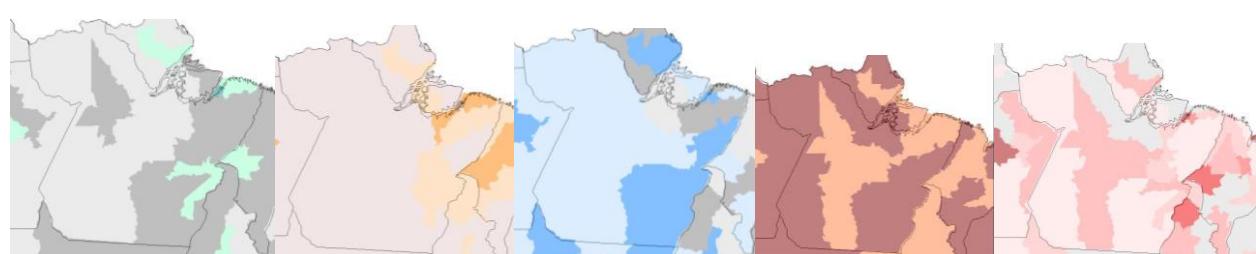
As microrregiões de Belém e Castanhal, ao norte do estado, bem como as de Altamira, Santarém e Itaituba, mais ao centro do estado, apresentam índices de *Acessibilidade ao crédito* em torno de 41 a 70%. As demais microrregiões do estado apresentam valores menores que podem variar de 1 a 40%.

Abrangência

Em relação ao indicador de *Abrangência*, a microrregião de Belém apresenta a maior capacidade de influência do estado, com nível 6 de influência, considerado muito forte, predominantemente de centro submetropolitano. Em seguida, as microrregiões de Santarém, Itaituba, Altamira e Marabá apresentam nível de abrangência 4, forte-médio, predominantemente de centro sub regional. As microrregiões de Castanhal, Tucuruí e Parauapebas apresentam nível 3, médio, tendendo a centro sub-regional. As demais áreas do estado apresentam nível 2, médio-fraco, predominantemente de centro.

Índice de Densidade Territorial (IDT)

O maior índice de densidade territorial do estado (figura 56) encontra-se na microrregião de Belém, podendo variar de 91 a 100%. Em seguida a microrregião de Castanhal apresenta índice em torno de 81 a 90%. As microrregiões de Santarém e Itaituba a noroeste do estado e as microrregiões ao leste, desde Paragominas até Redenção, incluindo Marabá e Parauapebas, apresentam índice variando entre 71 e 80%. A microrregião de Altamira apresenta índice entre 1 e 60%. As demais microrregiões apresentam índices que variam de 61 a 70%.



Utilização rodoviária Densidade populacional PIB *per capita* em US\$ Acessibilidade ao crédito Abrangência
Figura 55: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Estado do Pará

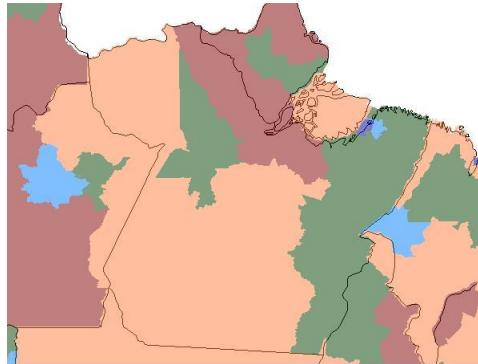
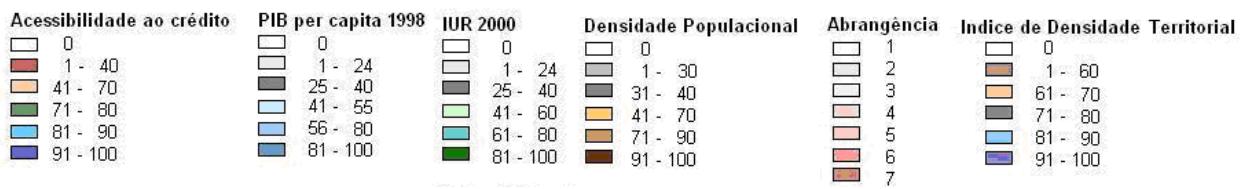


Figura 56: Índice de Densidade Territorial no Pará

Relação IDT e PPPP's Federais

Em relação aos PPPP's federais no estado do Pará têm-se:

- Faixa de Fronteira – O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) abrange três microrregiões: Óbidos e Santarém, a oeste do estado, e Almerim no centro-norte do estado.
- PROAMBIENTE – O Programa de Desenvolvimento Sócio Ambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia está presente nas microrregiões de Arari, a noroeste de Belém, próximo a Ilha de Marajó, Guamá, próximo a Castanhal e Altamira, no centro do estado.
- PROECOTUR – O Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal abrange a maioria das microrregiões do Pará, que inclui Óbidos e Santarém, no noroeste do estado, Portel, Furos de Breves e Arari, na mesorregião Marajó, Belém, Salgado, Bragantina, Cametá e Guamá, no norte e Itaituba, a oeste do estado.
- PRONAT – O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais está presente nas microrregiões de Almerim, Castanhal, Salgado e Guamá.
- PROMESO – Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais abrange somente as microrregiões de Marabá e Redenção, a sudeste do estado.
- CONSAD – O Projeto CONSAD que está inserido no Programa Acesso à Alimentação contempla somente a microrregião de Arari.
- APL's – Apenas na microrregião de Paragominas, no nordeste do estado.
- Agenda 21 Local – A Agenda 21 Local está presente em diversas microrregiões do Pará que inclui: Santarém, Almerim, Portel, Furos de Breves, Arari, Belém, Itaituba, Tucuruí, ao sul da capital, Paragominas, Parauapebas, no sudeste do estado, Marabá, Redenção e Conceição do Araguaia, na divisa com Tocantins.

- i. Plano BR-163 Sustentável – Este plano (que contempla quatro grandes eixos temáticos: ordenamento territorial e gestão ambiental; fomento às atividades produtivas; infra-estrutura para o desenvolvimento; e inclusão social e cidadania) abrange várias microrregiões do Pará: Óbidos, Santarém, Almerim, Itaituba, Altamira e São Félix do Xingu, no centro-sul do estado.
- j. ZEE – O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) abrange todas as microrregiões do Pará, sendo elas: Óbidos, Santarém, Almerim, Portel, Furos de Breves, Arari, Belém, Castanhal, Salgado, Bragantina, Cametá, Tome-Açu, Guamá, Itaituba, Altamira, Tucuruí, Paragominas, São Félix do Xingu, Parauapebas, Marabá, Redenção e Conceição do Araguaia.

Ainda está previsto para o estado do Pará, o Programa de Gestão Ambiental Rural (Gestar), que tem como objetivo a criação de alternativas de desenvolvimento para melhorar a qualidade de vida nas comunidades rurais, e deverá abranger as microrregiões de Itaituba e Altamira.

4.3.7 Tocantins

Índice de Utilização Rodoviária

Em relação ao *IUR* no Tocantins (figura 57), a BR-153 divide o estado em dois segmentos: a oeste tem-se um IUR entre 25 e 40%, e a leste tem-se o IUR um pouco mais baixo, podendo variar entre 1 e 24%. Do lado oeste destacam-se os municípios de São João do Araguaia (ao norte), Conceição do Araguaia (ao centro) e São Félix do Araguaia (ao sul). A partir da BR-153, estes municípios são alcançados por rodovias estaduais. Do lado leste, com IUR menor, destaca-se o município de Dianópolis. O centro do estado, no entanto, apresenta o maior IUR do estado, com valores entre 41 e 60%, destacando-se as microrregiões de Miracema do Norte, Palmas e Porto Nacional.

Densidade Populacional

Em relação à *densidade populacional*, o norte do estado, que compreende a microrregião de Araguaína, bem como do centro ao sul, abrangendo as microrregiões de Palmas, Porto Nacional e Gurupi, apresentam os maiores índices do estado, em torno de 41 e 70%. As demais áreas do estado de Tocantins apresentam índices menores, que podem variar de 1 a 30%.

PIB *per capita*

O maior *PIB* do estado do Tocantins encontra-se na microrregião da capital Palmas, com valores entre 56 e 80%. No sudoeste do estado, microrregião do Araguaia, o PIB varia de 41 a 55%. Ao norte e ao sul de Palmas, as microrregiões de Araguaína e Gurupi respectivamente, apresentam PIB com valores entre 25 e 40%. Já a microrregião leste do estado, o PIB não ultrapassa os 24%, com destaque para a Reserva Nacional dos Craôs e o Jalapão.

Acessibilidade ao crédito

Com referência ao indicador de *Acessibilidade ao crédito*, o estado do Tocantins apresenta índice em torno de 1 a 40%. Apenas nas microrregiões da capital, Palmas, e de Gurupi, este índice encontra-se mais elevado, podendo variar de 42 a 71%.

Abrangência

A microrregião com maior *capacidade de influência* do Tocantins é aquela que compreende a microrregião de Araguaína, no norte do estado, com nível de abrangência 5, considerado forte, predominantemente de centro regional. As microrregiões de Palmas e Conceição do Araguaia apresentam nível 4, forte-médio, predominantemente de centro sub regional. Partindo da capital para o sul, ao longo da BR-153, com destaque para a microrregião de Gurupi, o nível de

abrangência é de 3, médio, tendendo a centro sub regional. A microrregião de Dianópolis, a sudeste do estado, apresenta nível 2, médio-fraco, predominantemente de centro. As demais cidades possuem fraca capacidade de influência, com valor 1, local fraco, tendendo a centro local.

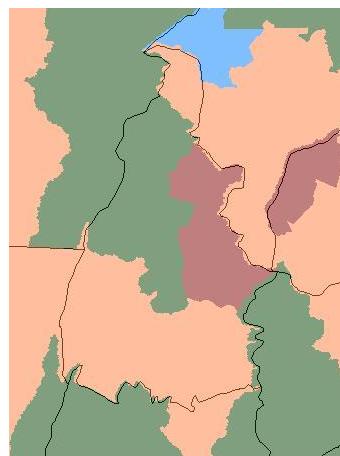
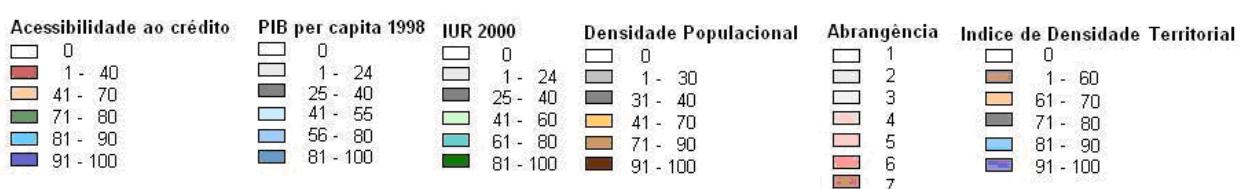
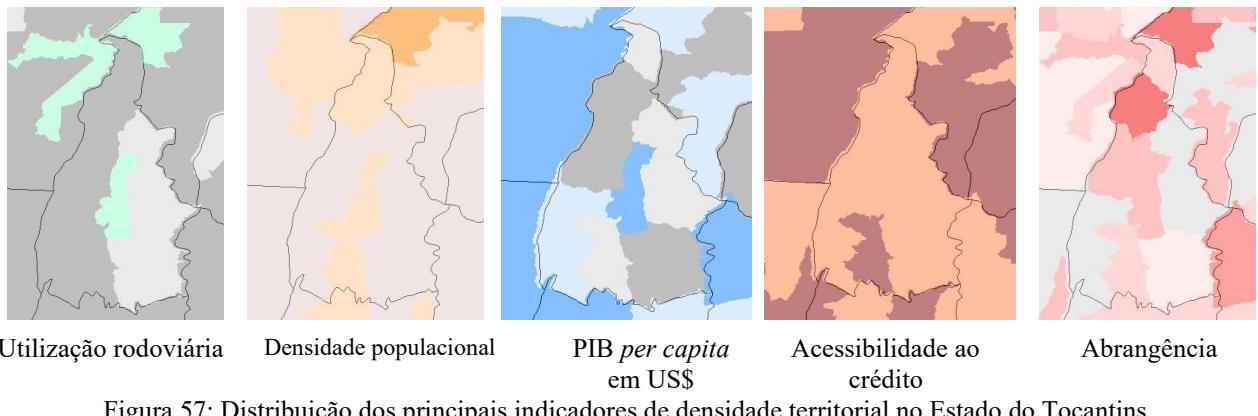


Figura 58: Índice de Densidade Territorial no Tocantins

Índice de Densidade Territorial (IDT)

Em relação ao *índice de densidade territorial* (figura 58), as microrregiões de Araguaína, Palmas e Porto Nacional apresentam o maior índice do estado, podendo variar entre 71 e 80%. As microrregiões ao sul do estado, incluindo Gurupi, apresentam índices entre 61 e 70%. As microrregiões a leste do estado apresentam os menores índices compreendidos entre 1 e 60%. Destaca-se o Jalapão.

Relação IDT e PPPP's Federais

Os PPPP's federais no estado de Tocantins apresentam a seguinte distribuição territorial: a. PROAMBIENTE – Presente apenas na microrregião de Bico do Papagaio, no norte do estado. b. PROECOTUR – Abrange apenas a microrregião do Jalapão, no lado leste do estado. c. PRONAT – É o programa federal de maior abrangência no estado e contempla todas as microrregiões do estado, sendo elas: Bico do Papagaio, Araguaína, Miracema do Tocantins, Rio Formoso, Gurupi, Porto Nacional, Jalapão e Dianópolis. d. PROMESO – Abrange as microrregiões de Bico do Papagaio e Araguaína ao norte, e Jalapão, a leste do estado. e. CONSAD – Contempla as microrregiões de Bico do Papagaio e Porto Nacional. f. APLs – Apenas na microrregião de Miracema do Tocantins, ao norte da capital, Palmas. g. Agenda 21 Local – Está presente nas microrregiões de Bico do Papagaio e Araguaína. Ainda está previsto para o Tocantins o Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) que deve abranger as microrregiões de Bico do Papagaio e Miracema do Tocantins.

4.4 REGIÃO SUDESTE

Composta pelos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, a Região Sudeste é a que concentra, entre as regiões brasileiras, as maiores populações. A região contava no ano 2.000 com uma população de 75.207.261 hab. distribuídos numa área ocupada de 930.908,8 Km². Seu Produto Interno Bruto (PIB) foi estimado em US\$ 49,3 bi. Estes e outros aspectos contribuem para variações de média a alta nas densidades territoriais microrregionais, conforme os Índices de Densidade Territorial (IDT's) obtidos por este trabalho, apresentadas pelas figuras 59 e 60, exceto na MRG de Grão Mongol (MG) que possui um IDT médio-baixo.

Os índices mais altos se encontram nas MGR's que envolvem as Capitais Estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Belo Horizonte), no Vale do Paraíba Fluminense (RJ) e no Estado de São Paulo se concentram nas MGR's de São José dos Campos, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Santos, Osasco, Itapecirica da Serra, Campinas, Limeira, Jundiaí, Sorocaba, Piracicaba e Ribeirão Preto.

Os índices microrregionais mais baixos encontram-se nos Estados de Minas Gerais (Peçanha, Oliveira, Aracuaí, Pedra Azul e Salinas) e Espírito Santo (Afonso Cláudio, Santa Teresa, Nova Venécia, Montanha e Itapemirim). Além dessas, as outras MRG's da região encontram-se na faixa média-alta.

O Estado de Minas Gerais apresenta os maiores contrastes de IDT. A região norte do estado apresenta microrregiões, em sua maioria, com médios IDT's. O restante do Estado possui uma configuração mais uniforme, com médio-altos IDT's.

No Estado do Espírito Santo, os índices mais baixos encontram-se a noroeste do Estado, junto à divisa com os estados de Minas Gerais e Bahia, na região centro-oeste (região serrana do Estado) e no extremo sudeste, junto à costa e ao Estado do Rio de Janeiro.

Os IDT's no Estado do Rio de Janeiro apresentam-se médio-altos e altos, com exceção da MRG de Santa Maria Madalena que apresenta um índice médio. As MRG's do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba Fluminense, no sudeste do Estado, apresentam índices altos e as outras MRG's estaduais possuem índices médio-altos.

São Paulo é o Estado com os maiores IDT's da Região Sudeste. Os maiores índices (altos) encontram-se nas MRG's de São Paulo e seu entorno, incluindo os eixos norte e oeste à capital. As outras áreas possuem IDT's médio-altos.

Pode-se observar, no comportamento do IDT na Região Sudeste em relação ao contexto do país, que nas suas divisas com outros estados, apresenta faixas de índices similares às outras regiões vizinhas, exceto com Mato Grosso do Sul, que na sua divisa com o estado de São Paulo, assim como nas relações entre Minas Gerais e Espírito Santo com as microrregiões localizadas no Estado

da Bahia, não apresentam as mesmas faixas de índices, não se evidenciando continuidade, uma possível carência de integração territorial.

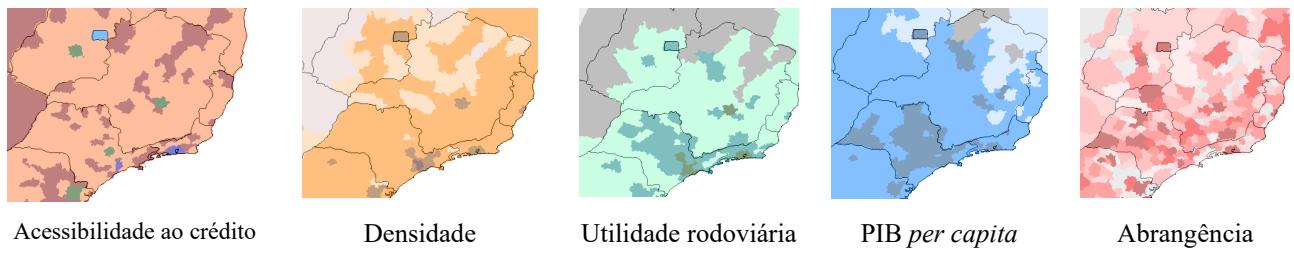


Figura 59: Distribuição dos principais indicadores da Região Sudeste

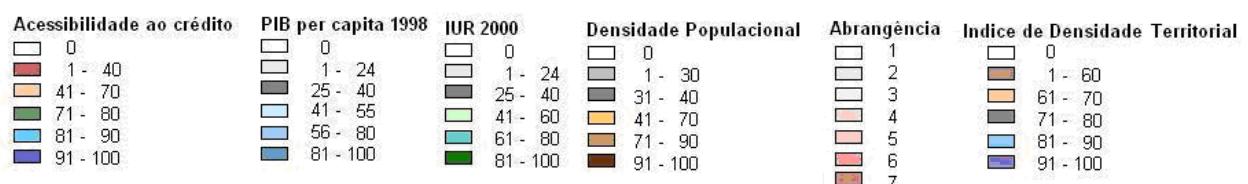


Figura 60: Índices de Densidade Territorial da Região Sudeste por microrregião geográfica.

Na Região Sudeste, a atuação dos PPPP's federais destacam-se nas seguintes áreas:

- Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO)**, presente em todos os Estados da Região. No Espírito Santo, nas MRG's de Nova Venécia, Barra de São Francisco, Montanha, São Mateus, Linhares, e Cachoeiro do Itapemirim; em Minas Gerais, presente nas MRG's de Almenara, Nanuque, Pedra Azul, Teófilo Otoni, Aracuaí, Diamantina, Capelinha, Unaí, Pirapora e Paracatu; no Estado do Rio de Janeiro, nas MRG's de Itaperuna e Macaé e; em São Paulo, nas MRG's Capão Bonito, Registro e Itanhaém;
- Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD)**, atuante nos Estados do Espírito Santo, nas MRG's de Colatina, Afonso Cláudio, Santa Teresa e Alegre; No Rio de Janeiro, nas MRG's de Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Campos dos Goytacazes e Macaé;

No Estado de Minas Gerais, atuante em 14 MRG's e, em São Paulo, nas MRG's de Registro, Itanhaem, Itapecirica da Serra, Itapeva, Dracena, Capão Bonito, Piedade e Andradina;

c) Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT) está sendo desenvolvido em todos os Estados da Região Sudeste. No Espírito Santo, nas MRG's de Colatina, Afonso Cláudio, Santa Teresa, Alegre e Cachoeiro do Itapemirim; No Rio de Janeiro, nas MRG's de Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Campos dos Goytacazes; Em Minas Gerais, presente em 14 MRG's e; em São Paulo, nas MRG's de Itapecirica da Serra, Itanhaem, Itapeva, Capão Bonito, Piedade e Marília;

d) Programa Nacional de Ecoturismo, que contempla todos os Estados da Região Sudeste, no Espírito Santo, atuante na MRG de Alegre (onde localiza-se o Parque Nacional do Caparaó); no Estado do Rio de Janeiro, nas MRG's de Nova Friburgo, Vale do Paraíba Fluminense, Bahia da Ilha Grande, Serrana, Itaguaí e Rio de Janeiro; em 11 MRG's de Minas Gerais e; ainda, em 17 MRG's do Estado de São Paulo (não concentradas no território);

e) Arranjos Produtivos Locais (APL's) em desenvolvimento em todos os Estados. No Espírito Santo, nas MRG's de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim (mármore e granito); Em Minas Gerais, somente na MRG de Santa Rita do Sapucaí; No estado do Rio de Janeiro, nas MRG's de Bacia de São João e Macacu-Caceribu e; no Estado de São Paulo, somente na MRG de Franca;

f) Programa Monumenta, no Espírito Santo, na MRG de Vitória; no Estado do Rio de Janeiro, presente nas MRG's de Bahia de Ilha Grande, Vassouras, Serrana e Rio de Janeiro; em Minas Gerais, em 9 MRG's; e no Estado de São Paulo, nas MRG's de Santos, São Paulo, Caraguatatuba e Sorocaba;

g) Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, presente em todos os Estados da Região, no Estado do Espírito Santo, na MRG de Vitória; No Rio de Janeiro, na MRG do Rio de Janeiro; Em Minas Gerais, na MRG de Belo Horizonte; no Estado de São Paulo, nas MRG's de Piracicaba, Amparo e São Paulo;

h) Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), atuante no Estado de Minas Gerais nas MRG's de Unaí, Paracatu, Patrocínio e Araxá;

i) Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos (URBIS), nos estados de Minas Gerais (Ouro Preto);

j) Programa Brasil Patrimônio Cultural, em Minas Gerais, nas MRG's de Conceição do Mato Dentro e Belo Horizonte;

l) Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), implantados e/ou previstos em todos os Estados. No Espírito Santo, em todas as MRG's; no Rio de Janeiro, presente em 9 MRG's; no Estado de Minas

Gerais, contempla 16 MRG's e; em São Paulo, nas MRG's de Registro, Itanhaém, Santos e Caraguatatuba;

m) Agenda 21, em todos os Estados do Sudeste. No Espírito Santo, presente em todas as MRG's, exceto na MRG de Guarapari; no Estado do Rio de Janeiro, em quase todas as MRG's, com exceção de Cordeiro-Cantagalo, Barra do Piraí e Três Rios; em Minas Gerais, presente em 20 MRG's; No Estado de São Paulo, contempla 22 MRG's;

n) Planos Diretores, no Estado do Espírito Santo, nas MRG's de em Colatina, São Mateus, Linhares, Santa Teresa, Vitória, Guarapari, Alegre, Cachoeiro do Itapemirim e Itapemirim; No Rio de Janeiro, em todas as MRG's, exceto na MRG de Santa Maria Madalena; no Estado de Minas Gerais, em 46 MRG's e; em São Paulo os Planos Diretores estão implementados, previstos ou em implementação em 55 MRG's do Estado.

Pode-se observar que os PPPP's federais atuam de forma bastante diversificada sobre o território. No Espírito Santo, verifica-se uma tênue concentração nas MRG's de Cachoeiro e Alegre, no sul do Estado e que possuem IDT's médio-altos, e na região serrana, em Santa Teresa e Afonso Cláudio, que possuem IDT's médios.

Apesar de atuantes sobre regiões de grandes capacidades de transformação territorial, estão implementados, em elaboração ou previstos, diversos instrumentos que podem colaborar para um uso mais racional do território.

No Estado do Rio de Janeiro, os resultados mostram que a MRG do Rio de Janeiro, com o maior IDT é também a maior contemplada pelos PPPP's, o que pode impulsionar de forma relevante às transformações territoriais. Todavia, com a exceção da MRG do Rio de Janeiro, os PPPP's contemplam principalmente MRG's com os mais baixos indicadores do Estado. Da mesma forma, em Minas Gerais os PPPP's com rebatimento territorial, estão presentes, em sua grande maioria, nas MRG's com IDT's mais baixos.

Constata-se que os PPPP's federais atuam de forma bastante diversificada sobre o território do Estado de São Paulo. Percebe-se, todavia, uma tênue concentração nas MRG's de Itapecirica da Serra, Registro, Itanhaem, Capão Bonito e Piedade, possuem IDT's médio-altos. Entretanto, são nas mesmas MRG's que se concentram os instrumentos de gestão ambiental, colaborando para a mitigação de possíveis efeitos indesejados e a maximização das externalidades positivas, assim como ocorre no Estado do Espírito Santo. Deve-se atentar para a necessidade da efetivação destes instrumentos antes da implementação daqueles PPPP's, a fim de minimizar externalidades prejudiciais e promover o bem comum.

4.4.1 Espírito Santo²⁶

O Estado do Espírito Santo possui uma área ocupada de 46.995,5 Km² e contava com uma população de 3.764.378 hab. em 2000. Seu Produto Interno Bruto (PIB) foi estimado em US\$ 1.429.958.882,00. As figuras 61 e 62 revelam respectivamente seus Índices de Densidade Territorial (IDT's) e os indicadores que o compõem.

Índice de Utilização Rodoviária

O Índice de Utilização Rodoviária (IUR) é médio em quase todo o território estadual, com exceção da MRG de Vitória, por ter uma privilegiada localização geográfica, entre outros fatores. Este contexto ressalta a alta capilaridade rodoviária do Estado, aspecto que impulsiona sua potencialidade de transformação do uso e ocupação do território.

Densidade Populacional

A figura 61 apresenta os resultados da densidade demográfica no estado. Percebem-se em geral densidades médias no estado, exceto na MRG de Vitória onde a densidade demográfica é média-alta (905,8 hab/Km²). Nas outras MRG's as densidades variam de 21,4 hab/Km² em Barra de São Francisco a 75,7 hab/Km² na MRG de Guarapari.

PIB per capita

A distribuição microrregional do PIB *per capita* apresenta-se alta, entre US\$ 2.367,70 na MRG de São Mateus e US\$ 4.501,60 na MRG da Capital do Estado, Vitória, evidenciando um relativo equilíbrio na distribuição das riquezas no estado. Entretanto, Alegre (US\$ 2.214,70) e Itapemirim (US\$ 2.004,70), no sul do estado; e, Barra de São Francisco (US\$ 2.048,8) e Nova Venécia (US\$ 1.963,30), no norte, apresentam PIB *per capita* médios.

Acessibilidade ao Crédito

No Espírito Santo, em relação à possibilidade de acesso ao crédito, os resultados evidenciam baixas acessibilidades. Em 10 das 13 MRG's do estado, o número de estabelecimentos de créditos oficiais varia entre (13) em Nova Venécia e em Santa Teresa e (68) na MGR de Vitória. De forma ainda menos expressiva, Montanha (7) e São Mateus (8) no norte do estado, e Itapemirim (9), no sul, são as MRG's que possuem maior dificuldade no acesso a este serviço.

Abrangência

²⁶ O Espírito Santo possui 13 MRG's: Barra de São Francisco, Montanha, São Mateus, Nova Venécia, Colatina, Linhares, Santa Teresa, Afonso Cláudio, Vitória, Alegre, Cachoeiro do Itapemirim, Guarapari e Itapemirim.

A MRG de Vitória (7) destaca-se como a de maior influência das cidades. De influência forte, Cachoeiro do Itapemirim (5), no sul do estado, e Colatina (5) e Linhaires (5), no centro-norte, destacam-se como centros regionais. Com menores influências, e distribuídas aleatoriamente no território, tem-se São Mateus (4), Alegre (3), Guarapari (2), Barra de São Francisco (2) e Nova Venécia. As MGR's de menores influências (1) localizam-se na região serrana do estado, Santa Teresa e Afonso Cláudio; no extremo noroeste, Montanha e; no extremo sudeste, Itapemirim.

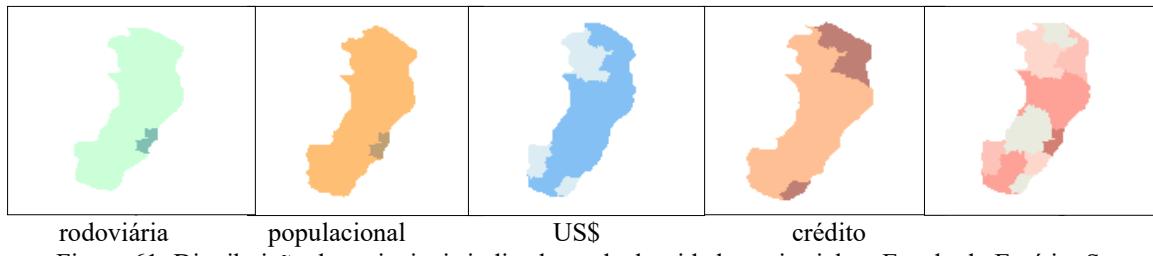


Figura 61: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Estado do Espírito Santo.

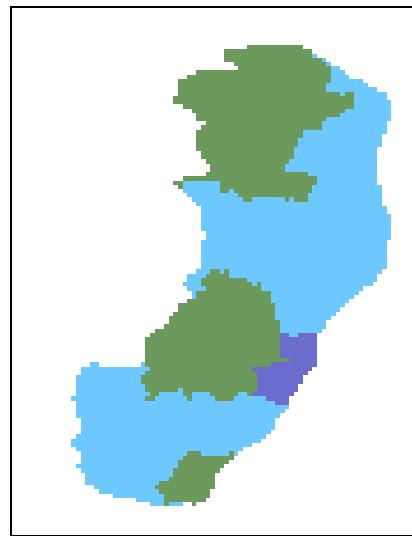
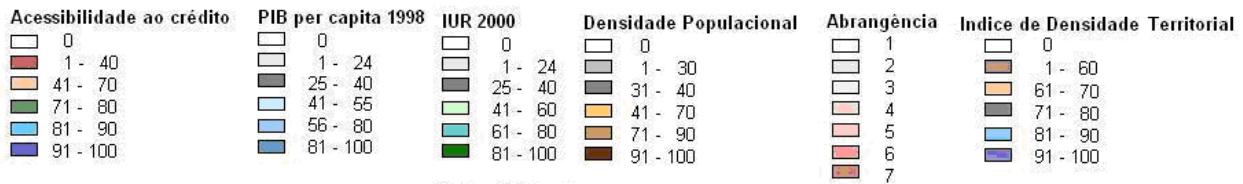


Figura 62: Índices de Densidade Territorial no Espírito Santo.

Índice de Densidade Territorial

As densidades territoriais das microrregiões geográficas do Espírito Santo são evidenciadas por intermédio de seus Índices de Densidade Territorial (IDT's) (Figura 62). Verificam-se potencialidades de transformação territorial médias a altas. A MRG de Vitória possui o maior IUR (8,04). No sul do Estado, as MRG's apresentam IDT's médio-altos, exceto a MRG de Itapemirim (72,92). Na região serrana, as MRG's de Afonso Cláudio (73,81) e Santa Teresa (73,04) possuem índices médios enquanto as outras, médio-altos. No norte do Estado, Linhaires (84,49), Colatina

(83,63) e São Mateus (79,07) são as MRG's com maior potencial de transformação, enquanto Nova Venécia (76,99) e Montanha (72,15) possuem IDT's médios.

Relação IDT e PPPP's Federais

Dentre os PPPP's federais que contemplam o Estado (em implementação ou previstas), considerados com relevante capacidade de rebatimento territorial, destacam-se: o Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO), atuante em Nova Venécia, Barra de São Francisco, Montanha, São Mateus, Linhares, e Cachoeiro; o Programa Monumenta e o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais na MRG de Vitória; o Programa Nacional de Ecoturismo em Alegre, Arranjos Produtivos Locais em Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim (Mármore e Granito); Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) em Colatina, Afonso Cláudio, Santa Teresa e Alegre; o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT) em Colatina, Afonso Cláudio, Santa Teresa, Alegre e Cachoeiro.

Observa-se que os PPPP's federais atuam de forma bastante diversificada sobre o território estadual, atingindo todas as suas MRG's. Percebe-se, todavia, uma tênue concentração nas MRG's de Cachoeiro e Alegre, no sul do Estado e que possuem IDT's médio-altos, e na região serrana, em Santa Teresa e Afonso Cláudio, que possuem IDT's médios.

Apesar de atuantes sobre regiões de grandes capacidades de transformação territorial, estão implementados, em elaboração ou previstos, diversos instrumentos que podem colaborar para um uso mais racional do território, tais como: Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), previsto em todo o estado exceto na MRG de Vitória; Agenda 21, em todas as MRG's exceto Guarapari e; Planos Diretores, em Colatina, São Mateus, Linhares, Santa Teresa, Vitória, Guarapari, Alegre, Cachoeiro do Itapemirim e Itapemirim.

Deve-se atentar para a necessidade da efetivação destes instrumentos antes da implementação daqueles PPPP's, a fim de minimizar externalidades prejudiciais ao bem comum no Estado do Espírito Santo.

4.4.2 Rio de Janeiro²⁷

Estado com a maior densidade populacional da região, o Rio de Janeiro possui uma área ocupada de 50.423 Km² e uma população de 16.573.810 hab. Seu PIB foi estimado em US\$ 9.746.808.836,00. Os Índices de Densidade Territorial (IDT's) são destacados pela figura 64 e os indicadores que o compõem, pela figura 63.

²⁷ O Estado possui em 19 MRG's: Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Campos dos Goytacazes, Macaé, Três Rios, Cantagalo-Cordeiro, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Bacia de São João, Lagos, Vale do Paraíba Fluminense, Barra do Piraí, Jales, Baía da Ilha Grande, Vassouras, Serrana, Macacu-Caceribu, Itaguaí e Rio de Janeiro

Índice de Utilização Rodoviária

Em relação ao IUR, os resultados (figura 63) evidenciam variações de média a alta bem definidas no território. A MRG do Rio de Janeiro (20,80) apresenta a maior utilidade (alta). As MRG's que possuem média capilaridade encontram-se na região norte, inclusive, junto à divisa com o Estado do Espírito Santo. São estas: Campos dos Goytacazes (0,43), Itaperuna (0,34), Santo Antônio de Pádua (0,35), Cantagalo-Cordeiro (0,43), Nova Friburgo (0,11) e Bacia de São João (0,30).

Densidade Populacional

De maneira geral, a densidade demográfica no Estado do Rio de Janeiro pode ser considerada média-alta. A maior concentração populacional ocorre na MRG do Rio de Janeiro (1.941,82). Nas outras MRG's do Estado, as densidades variam de 16,23hab/Km² em Santa Maria Madalena a 225,20hab/Km² na MRG de Lagos.

PIB *per capita*

A distribuição do PIB apresenta-se com maior concentração *per capita* na MRG do Vale do Paraíba Fluminense (US\$ 12.931,1). As MRG's do Rio de Janeiro (US\$ 5.992,50) e Cordeiro-Cantagalo (US\$ 6.038,70) também possuem altas concentrações. As outras MRG's do Estado possuem PIB *per capita* médio-altos. Os menores encontram-se nas MRG's de Bacia de São João (US\$ 3.414,00) e em Campos dos Goytacazes (US\$ 3.554,60).

Acessibilidade ao Crédito

A figura 63 mostra a desigualdade em relação à possibilidade de acesso ao crédito no Estado. Podem ser identificadas MRG's com acessibilidades baixas a alta. Destaca-se a MRG do Rio de Janeiro (378) com alta acessibilidade. As acessibilidades mais baixas do estado encontram-se nas MRG's de Santa Maria Madalena (4) e Bahia de Ilha Grande (5).

Abrangência

A figura 63 destaca que a MRG do Rio de Janeiro (7) é no Estado, a de maior influência das cidades. Com abrangências média-altas, as MRG's de Itaperuna (5) e Campos dos Goytacazes (5) no norte do Estado, Nova Friburgo (5) na região serrana, e Vale do Paraíba Fluminense (5) cumprem o papel de centros sub-regionais. Por outro lado, as MRG's de menor influência são Bacia de São João (1) Cantagalo-Cordeiro (1) e Santa Maria Madalena (1) no norte do Estado.

Índice de Densidade Territorial

Apenas a MRG de Santa Maria Madalena, no território do Estado do Rio de Janeiro possui uma média propensão à transformação territorial. A MRG do Rio de Janeiro (97,62) apresenta o IDT muito alto. As outras MRG's do Estado são consideradas de média-alta capacidade.

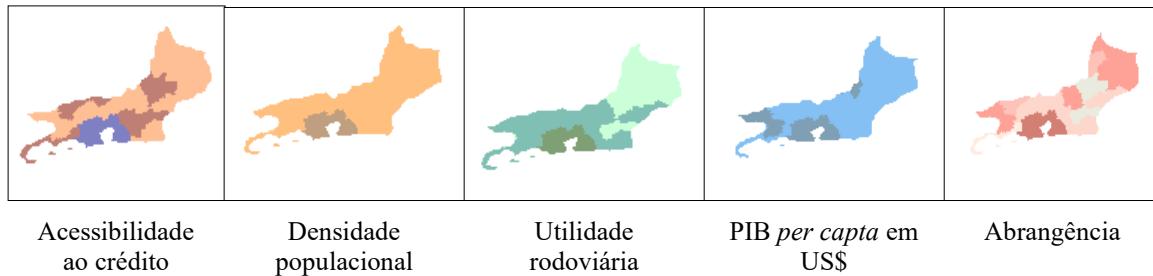


Figura 63: Principais indicadores de propensão à transformação territorial.

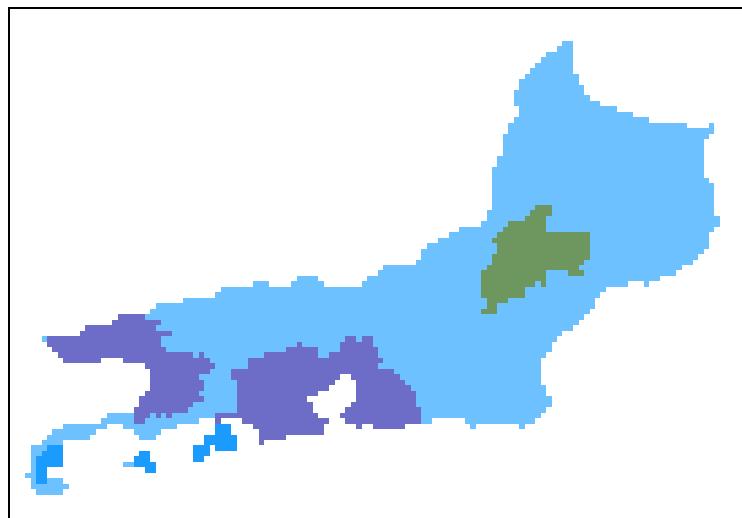
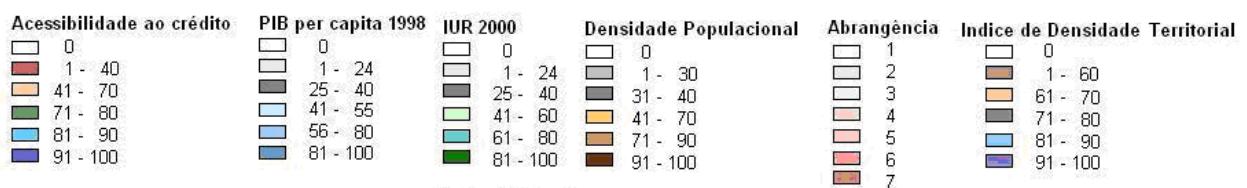


Figura 64: Índices de Densidade Territorial no Rio de Janeiro.

Relação IDT e PPPP's Federais

Os principais PPPP's federais, considerados com relevante capacidade de rebatimento territorial, existentes no estado, destaca-se: Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) nas MRG's de Itaperuna e Macaé; Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) nas MRG's de Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Campos dos Goytacazes e Macaé; Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT) nas MRG's de Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Campos dos Goytacazes; Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais na MRG do Rio de Janeiro; Programa Monumenta presente nas MRG's de Itaperuna, Bahia de Ilha Grande, Vassouras, Serrana e Rio de Janeiro e; Programa Nacional de Ecoturismo nas MRG's de Nova Friburgo, Vale do Paraíba Fluminense,

Bahia da Ilha Grande, Serrana, Itaguaí e Rio de Janeiro. Os Arranjos Produtivos Locais estão presentes nas MGR's de Bacia de São João e Macacu-Caceribu. O Estado ainda apresenta o Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico, Agenda 21 Local e Planos Diretores, previstos, em elaboração ou implementados.

Observa-se que a MRG do Rio de Janeiro, com o maior IDT é a maior contemplada pelas PPPP's, o que pode impulsionar de forma relevante as transformações territoriais. Todavia, com a exceção da MRG do Rio de Janeiro, os PPPP's contemplam principalmente MRG's com os mais baixos indicadores do Estado.

4.4.3 Minas Gerais²⁸

Maior Estado em área da região, Minas Gerais possui uma área ocupada de 566.111,7 Km². Tinha uma população de 17.873.961 hab. em 2000, e seu Produto Interno Bruto (PIB) ultrapassa US\$ 8.482.561.172,00. As figuras 65 e 66 destacam respectivamente os resultados do IDT e de seus indicadores sobre o território de Minas Gerais por intermédio dos resultados microrregionais.

Índice de Utilização Rodoviária

A maior parte do território de Minas Gerais possui utilização rodoviária média. Nenhuma MRG foi considerada com baixa utilização. A MRG de Belo Horizonte se destaca com um alto IUR, assim como as MRG's de Divinópolis, Ouro Preto, Ipatinga e Pirapora, consideradas média-altas.

Densidade Populacional

As concentrações populacionais são destacadas pela figura 65. A densidade demográfica em quase todo o Estado pode ser considerada média-alta. A MRG de Belo Horizonte destaca-se como a de densidade muito alta (730,9 hab/Km²). As MRG's de menor densidade situam-se na região norte do Estado, com destaque para Grão Mongol, com somente 4,5 hab/Km².

²⁸ O Estado é composto por 66 MRG's, sendo estas: Unaí, Paracatu, Januária, Janaúba, Salinas, Pirapora, Montes Claros, Grão Mogol, Bocaiúva, Diamantina, Capelinha, Araçuaí, Pedra Azul, Almenara, Teófilo Otoni, Nanuque, Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Uberaba, Araxá, Três Marias, Curvelo, Bom Despacho, Sete Lagoas, Conceição do Mato Dentro, Pará de Minas, Belo Horizonte, Itabira, Itaguara, Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete, Guanhães, Peçanha, Governador Valadares, Mantena, Ipatinga, Caratinga, Aimorés, Piuí, Divinópolis, Formiga, Campo Belo, Oliveira, Passos, São Sebastião do Paraíso, Alfenas, Varginha, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, Andrelândia, Itajubá, Lavras, São João Del Rei, Barbacena, Ponte Nova, Manhuaçu, Viçosa, Muriaé, Ubá, Juiz de Fora e Cataguases.

PIB per capita

O mapa do PIB (figura 65) mostra a distribuição do PIB *per capita* nas MRG's do Estado. Observam-se grandes disparidades regionais. As MRG's de concentração consideradas altas são Belo Horizonte (US\$ 7.630,80), Ouro Preto (US\$ 7.821,90), Pirapora (US\$ 6.747,20), Poços de Caldas (US\$ 7.314,10) e Ipatinga (US\$ 6.500,70). As MRG's com as concentrações média-baixas encontram-se geralmente no norte do Estado. As de concentração baixa são Araçuaí (US\$ 1.063,60) e Januária (US\$ 1.201,40).

Acessibilidade ao Crédito

A presença de serviços oficiais de crédito é expressa pelo número de estabelecimentos bancários. Os resultados (figura 65) mostram que em geral, as MRG's de Minas Gerais possuem acessibilidades média-baixa ao crédito. A MRG de Belo Horizonte possui uma acessibilidade considerada média (116), enquanto as menores acessibilidades encontram-se nas MRG's de Grão Mongol (6), Bocaiúva (4), Pará de Minas (7) e Peçanha (7).

Abrangência

Quanto à abrangência, os resultados evidenciam grandes variações (baixas a altas). As MRG's de Uberlândia (7), Belo Horizonte (7) e Juiz de Fora (7) apresentam as maiores influências, enquanto que de forma relevante, os de menores influências (1), são as MRG's de Grão Mongol, Pedra Azul, Três Marias, Dentro, Itaguará, Peçanha e Campo Belo.

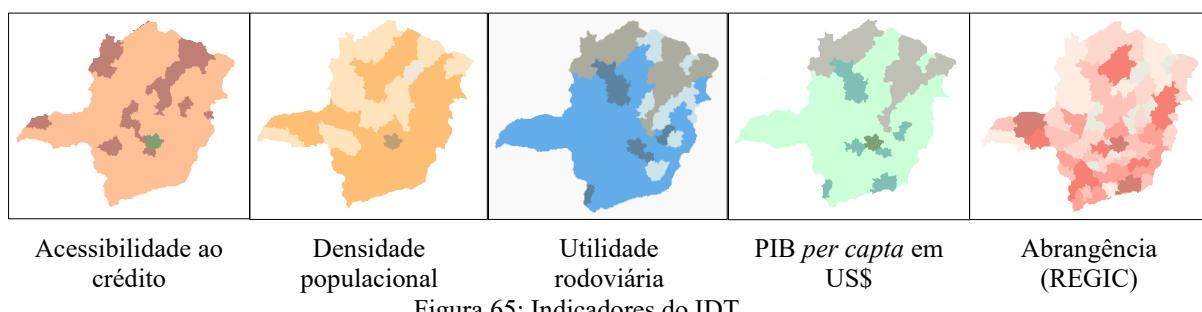


Figura 65: Indicadores do IDT.

Acessibilidade ao crédito	PIB <i>per capita</i> 1998	IUR 2000	Densidade Populacional	Abrangência	Índice de Densidade Territorial
0	0	0	0	1	0
1 - 40	1 - 24	1 - 24	1 - 30	2	1 - 60
41 - 70	25 - 40	25 - 40	1 - 30	3	61 - 70
71 - 80	41 - 55	41 - 60	31 - 40	4	71 - 80
81 - 90	56 - 80	61 - 80	41 - 70	5	81 - 90
91 - 100	81 - 100	81 - 100	71 - 90	6	91 - 100
			91 - 100	7	

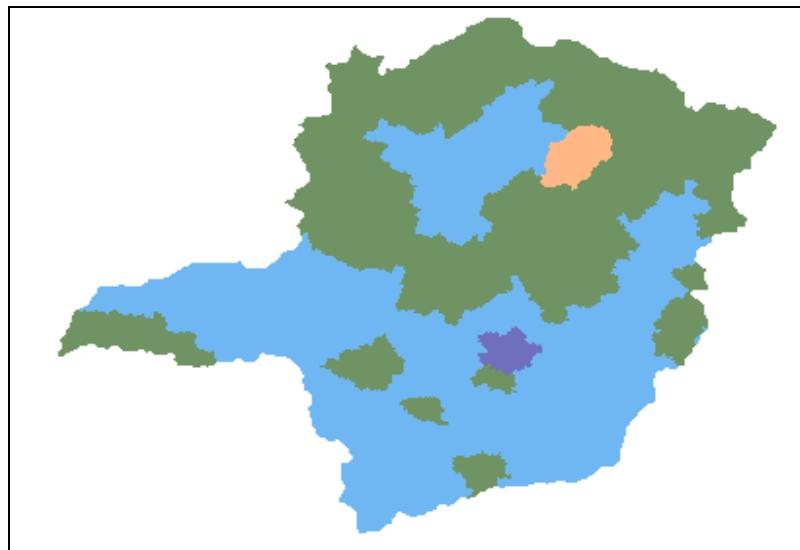


Figura 66: Índices de Densidade Territorial em Minas Gerais.

Índice de Densidade Territorial

Os resultados dos IDT's para as microrregiões de Minas Gerais (figura 66) mostram variações de média a alta nas propensões a transformações territoriais. A MRG de Belo Horizonte (95,83) possui o maior IDT do Estado. Os maiores índices encontram-se no sul do Estado, onde se destaca enquanto que os menores, no norte, onde se destaca Juiz de Fora (91,11). No norte, as MRG's com os menores IDT's são: Grão Mongol (62,04), Araçuaí (69,63) e Peçanha (67,97).

Relação IDT e PPPP's Federais

Dentre os PPPP's federais, considerados com relevante potencial de rebatimento territorial, existentes no estado, destacam-se: Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - (PROMESO) presente em 11 MRG's, o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) atuante em 14 MRG's, o Programa Nacional de Ecoturismo, que contempla 11 MRG's, o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), atuante nas MRG's de Unaí, Paracatu, Patrocínio e Araxá, o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT), presente em 14 MRG's, o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais na MRG de Belo Horizonte, o Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos (URBIS), na MRG de Ouro Preto, o Programa Brasil Patrimônio Cultural, nas MRG's de Conceição do Mato Dentro e Belo Horizonte, o Programa Monumenta, atuante em 9 MRG's. Foi identificado Arranjo Produtivo Local somente em Santa Rita do Sapucaí.

Estão ainda previstos, em elaboração ou implementados os seguintes instrumentos: Agenda 21 Local (20 MRG's), Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico (19 MRG's) e Planos Diretores (46 MRG's).

Identifica-se que em Minas Gerais as PPPP's federais, com rebatimento territorial, do atual governo, estão presentes principalmente nas MRG's com IDT's menos elevados.

4.4.4 São Paulo²⁹

Com um PIB estimado em US\$ 30.113.900.000, São Paulo é considerado o Estado que acumula as maiores riquezas econômicas do país. Sua área ocupada é de 267.418,2 Km² e sua população foi estimada em 36.995.112 de habitantes no ano 2000. Seus IDT's microrregionais e os indicadores que os compõem são apresentados respectivamente nas figuras 67 e 68.

Índice de Utilização Rodoviária

O Índice de Utilização Rodoviária (IUR) sofre variações de médios a altos no Estado de São Paulo, percebem-se três diferentes níveis de utilidade espacialmente bem definidos. A região da Capital do Estado e seu entorno possui as maiores capilaridades e utilidades. Evidenciam-se com altos índices as MRG's de São Paulo, Santos, Osasco, Campinas, Guarulhos, Jundiaí e Itapecerica da Serra. As MRG's com índices médios encontram-se localizadas no sudoeste do estado, as MRG's de Presidente Prudente, Ourinhos, Assis, Adamantina e Tupã; no noroeste, Fernandópolis, Votuporanga, Auriflama e Andradina; no nordeste do Estado, Paraibuna/Paraitinga e Bananal são as que apresentam médias capilaridades.

Densidade Populacional

Como evidencia a figura 67, grande parte do território do Estado de São Paulo possui densidade populacional média. Exceções encontram-se na MRG de São Paulo (5.428,95 hab/Km²) com densidade muito alta; no seu entorno, nas MRG's de Osasco (2.298,5 hab/Km²), Guarulhos (1.511,1 hab/Km²), Santos (976,3 hab/Km²), Campinas (714,9 hab/Km²) e Jundiaí (658,9 hab/Km²). Com as Menores densidades do Estado, Bananal (12,3 hab/Km²), Pirassununga (6,7 hab/Km²) e Paraibuna/ Paraitinga (15,9 hab/Km²) destoam na região.

PIB per capita

²⁹ São Paulo possui em seu território 62 MRG's: Fernandópolis, Votuporanga, São José do Rio Preto, Catanduva, Auriflama, Nhandeara, Novo Horizonte, Barretos, São Joaquim da Barra, Ituverava, Franca, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Batatais, Andradina, Araçatuba, Birigui, Lins, Bauru, Jaú, Avaré, Botucatu, Araraquara, São Carlos, Rio Claro, Limeira, Piracicaba, Pirassununga, São João, a Boa Vista, Moji-Mirim, Campinas, Amparo, Dracena, Adamantina, Presidente Prudente, Tupã, Marília, Assis, Ourinhos, Itapeva, Itapetininga, Tatuí, Capão Bonito, Piedade, Sorocaba, Jundiaí, Bragança Paulista, Campos do Jordão, São José dos Campos, Guaratinguetá, Bananal, Paraibuna/Paraitinga, Caraguatatuba, Registro, Itanhaém, Osasco, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapecerica da Serra, São Paulo, Moji das Cruzes e Santos.

Observa-se na distribuição microrregional do PIB *per capita*, que se apresenta alto em todo o território estadual, que este varia entre US\$ 3.574,70 na MRG de Bananal a US\$ 10.478 na MRG de Moji-Mirim, evidenciando um relativo equilíbrio na distribuição das riquezas no estado. Destacam-se ainda pela concentração do PIB, as MRG's de São Paulo (US\$ 9698,30), Jundiaí (US\$ 9.920,60) e Campinas (US\$ 9.463,80).

Acessibilidade ao Crédito

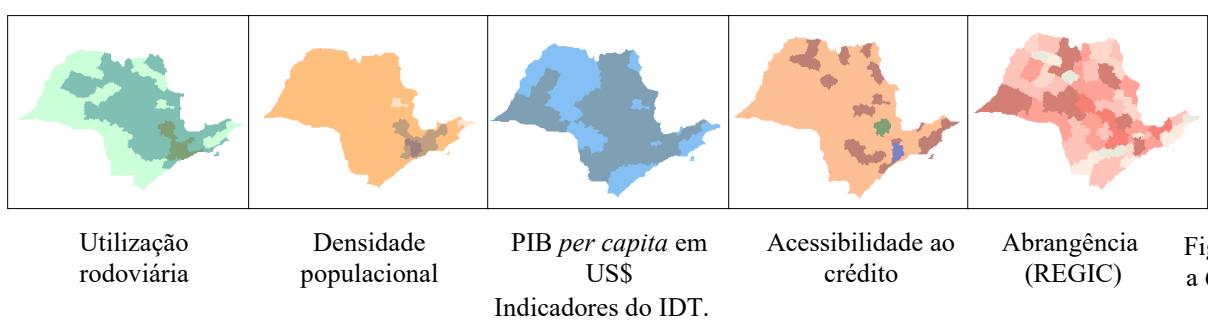
O potencial de acesso ao crédito é representado por seus serviços oficiais de crédito. Em São Paulo, os resultados evidenciam acessibilidades muito variadas, de baixas a alta. A maior acessibilidade encontra-se na MRG de São Paulo (462). Destaca-se ainda, Campinas (92) com média acessibilidade. As MRG's com menores acessibilidades ao crédito são Barretos (6), Bananal (6) e Campos do Jordão (7).

Abrangência

As MRG's de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Marília e São Paulo destacam-se como as de maiores influências das cidades (7). As MGR's de menores influências (1) localizam-se de forma não contínua ou concentrada no território, são Auriflama, Piedade e Bananal.

Índice de Densidade Territorial

A Figura 68 destaca os IDT's das MRG's de São Paulo. Todo o território do Estado de São Paulo possui alta propensão a transformações territoriais (IDT's). As MRG's de IDT's muito altos são: São Paulo (100), Jundiaí (91,9), Sorocaba (92,1), Piracicaba (91,3), Campinas (96,0), Ribeirão Preto (92,6) e Santos (93,1).



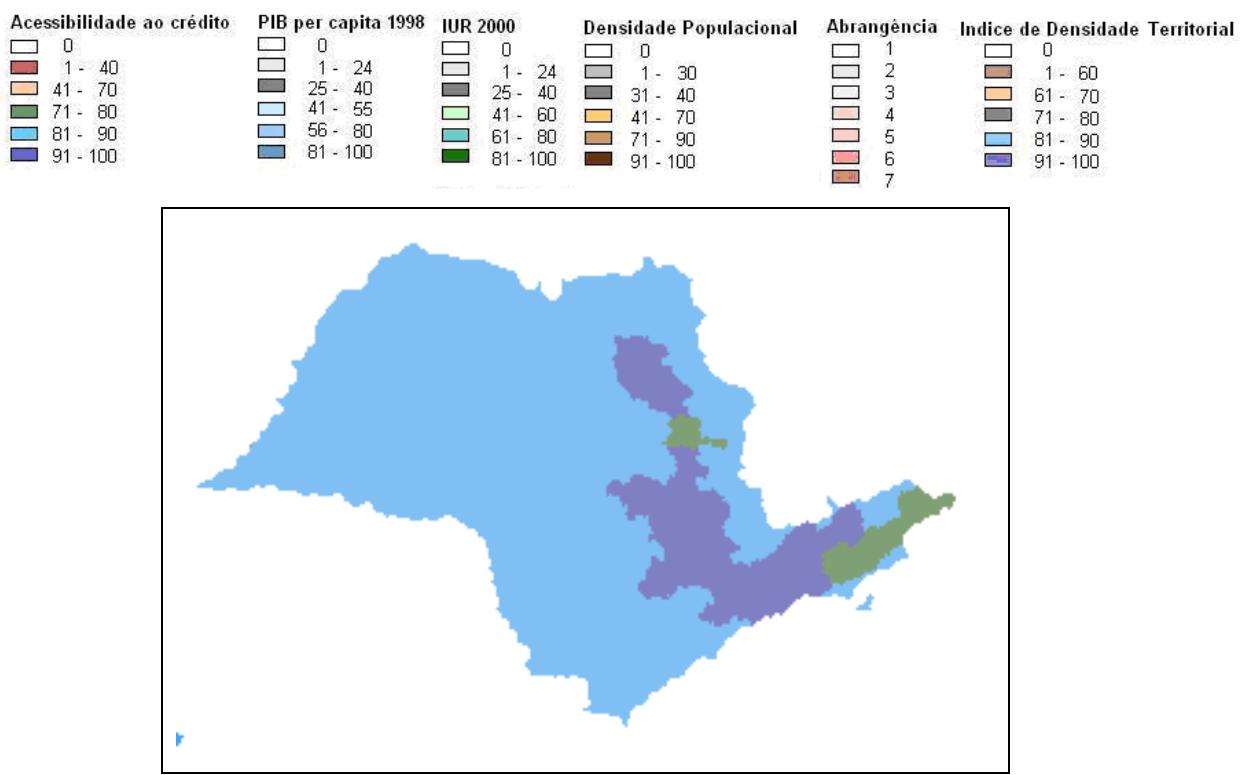


Figura 68: Distribuição microrregional do IDT no Estado de São Paulo.

Relação IDT e PPPP's Federais

Os PPPP's federais que contemplam o Estado (Implementadas, em implementação ou previstas), considerados com relevante capacidade de rebatimento territorial, destacam-se: o Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO), que contempla as MRG's de Capão Bonito, Registro e Itanhaém; o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), atuante em Registro, Itanhaém, Itapecirica da Serra, Itapeva, Dracena, Capão Bonito, Piedade e Andradina; o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT), presente em Itapecirica da Serra, Itanhaém, Itapeva, Capão Bonito, Piedade e Marília; o Programa Nacional de Ecoturismo, em 17 MRG's não concentradas no território; o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, nas MRG's de Piracicaba, Amparo e São Paulo; o Programa Monumenta, presente nas MRG's de Santos, São Paulo, Caraguatatuba e Sorocaba. Identificou-se arranjo produtivo na MRG de Franca.

Além disso, o Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico está presente em Santos, Caraguatatuba, Registro, Itanhaém e Marília. A Agenda 21 contempla 22 MRG's, e os Planos Diretores estão implementados, previstos ou em implementação em 55 MRG's do Estado. Constatase que as PPPP's federais atuam de forma bastante diversificada sobre o território estadual. Percebe-se, todavia, uma tênue concentração nas MRG's de Itapecirica da Serra, Registro, Itanhaém, Capão Bonito e Piedade, possuem IDT's médio-altos. Entretanto, são nas mesmas

MRG's que se concentram os instrumentos de gestão ambiental, colaborando para a mitigação de possíveis efeitos indesejados e maximizando as externalidades positivas.

4.5 REGIÃO SUL

A região Sul, de modo geral, apresenta de um alto Índice de Densidade Territorial, que se estende de forma homogênea em grandes porções nos estados, com destaque para Santa Catarina (figura 70) e a faixa de fronteira que percorre todos os estados. A maior heterogeneidade se encontra nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

No caso do estado do Paraná, o IDT apresenta um padrão espacial semelhante ao observado no indicador de abrangência e de acessibilidade ao crédito (figuras 69 e 70), ou seja, muito alto na MRG da capital, diminuindo no anel que se forma no seu entorno (considerado de médio IDT) e voltando a aumentar no restante do estado. As exceções são as MRG's de Maringá e de Londrina, ao norte do estado, com IDT igual ao da capital e as MRG's de Pitanga e Palmas, com IDT médio fora da área do anel, formado pelas MRG's de Jaguariaiva, Prudentópolis, Faxinal, Telêmaco Borba, Irati, Lapa e Rio Negro (citando apenas algumas), mostrando um processo de forte concentração na capital. No que se refere às políticas com impacto territorial selecionadas, observa-se a grande atuação do **Programa Faixa de Fronteira**, presente em todo o oeste do estado e a presença de **Planos Diretores** em 36 das suas 39 MGR's. Outro destaque é para os **Pólos de Ecoturismo**, o que, comparativamente aos outros estados da região sul, é o estado com o maior número desses projetos, presente nas MRG's de Foz do Iguaçu, Paranaguá, Capanema e Cerro Azul, estando estas duas últimas MGR's na faixa de IDT mais baixo do estado. Projetos como o **PRONAT** e o de **Regiões Metropolitanas** também são significativos, sendo este último de grande importância, presente não só na região do entorno da MRG de Curitiba, como também na de Maringá.

No estado de Santa Catarina parece haver uma menor centralidade da capital, que junto com a MRG de Blumenau, divide o maior IDT do estado. No entanto, é no seu entorno que também se observa o menor IDT, na MRG de Tabuleiro. Assim, o IDT do estado se apresenta em três faixas, a muito alta, a média e a alta, formada pela maioria do estado. Quanto aos PPPP's federais, o estado de Santa Catarina tem **Planos Diretores** em todas as suas microrregiões e, comparativamente aos outros estados da região sul, é o estado de maior presença do **Programa de Agenda 21**, do **Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)** e do **Programa de Região Metropolitana**, todos presentes na MRG de Tabuleiro, a de menor IDT do estado. O **PRONAT** também aparece como programa de grande incidência no estado.

O estado do Rio Grande do Sul apresenta variação quanto ao IDT, com a maioria das MRG's de IDT alto, porém com manchas de IDT médio e muito alto. Assim, os mais baixos índices (IDT médio) se encontram no extremo sul do estado. Caxias do Sul e Porto Alegre são as MRG's de maior densidade territorial. Entre os PPPP's Federais destacam-se aqui os **Planos Diretores**,

presente em todas as 35 MRG's do estado, do **Programa de Messoregiões**, em 31 MRG's, do **PROMESO**, em 27 MRG's e do **Programa Faixa de Fronteira**, em 19. **Agenda 21** e **ZEE** não parecem muito significativos no estado. Outro programa a destacar é o **PRONAT**, com significativa incidência em toda a região sul. Entre as MRG's de menor IDT, as que mais apresentam PPPP's federais selecionadas como de rebatimento territorial são as de Campanha Central, Serras de Sudeste, Jaguarão e Restinga Seca, ao passo que Sananduva e Soledade apresentam um pequeno número dessas políticas e programas.



Figura 69: Distribuição dos principais indicadores da Região Sul

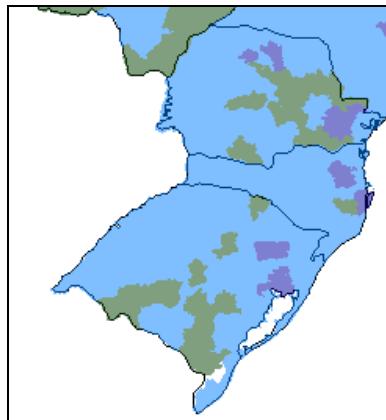
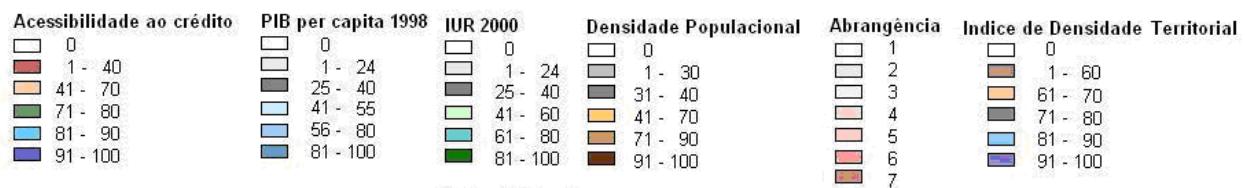


Figura 70: Índice de Densidade Territorial da Região Sul

4.5.1 Paraná

Índice de Utilização Rodoviária

O índice de utilização rodoviária é bastante homogêneo (ver figura 71), considerado médio em praticamente todo o estado (41-60). É considerado alto (61-80) apenas nas MRG's de Curitiba e Ponta Grossa, no entorno da capital, além das MRG's de Maringá, Apucarana e Londrina ao norte e na MRG de Foz do Iguaçu, no extremo oeste.

Densidade Populacional

Nota-se também homogeneidade no estado quanto à densidade demográfica, considerada como média. Os maiores índices aparecem nas MRG's de Curitiba e Maringá com concentração alta e na MR de Cerro Azul, que aparece como baixa.

PIB *per capita*

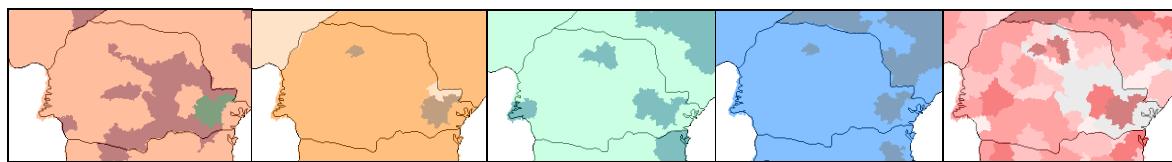
O PIB *per capita* em todo o estado é alto, na ordem de 56-80, com manchas de concentração consideradas muito altas apenas nas MRG's de Curitiba e Maringá, na ordem de 81-100. Mais uma vez observa-se a tendência de concentração e centralização em apenas alguns pontos do território.

Acessibilidade ao Crédito

De espacialidade semelhante à abrangência, a acessibilidade ao crédito no estado do Paraná também apresenta um ponto de grande concentração na capital formando um anel de baixa concentração no seu entorno. Nota-se também esses baixos índices na faixa que se estende ao sul, além das manchas formadas pelas MRG's de Pitanga e de Capanema, esta última no extremo oeste do estado. O acesso ao crédito é considerado muito baixo nessas MRG's (1-40 em marrom), médio na capital (71-80 em verde), e baixo no restante do estado (41-70 em bege), com destaque para Ponta Grossa e Paranaguá, únicas MRG's do entorno da capital com este índice.

Abrangência

Ao se observar a abrangência das Microrregiões, nota-se o seu caráter centralizador, tendo em vista que é exatamente no entorno das MRG's de maior abrangência que se dá também as MRG's de menor abrangência, numa diferença da ordem da maior para a menor de 7 para 2 (ver escala). O que não ocorre nas MRG's de abrangência mediana, onde a diferença de abrangência entre as MRG's do entorno é menor, variando de 5 para 3. As MRG's de maior abrangência (nível 7) são as de Curitiba - com destaque para Ponta Grossa, única MRG de abrangência 6 no seu entorno e as de Maringá e Londrina ao norte, com destaque também para a MRG de Cascavel, de maior abrangência (nível 6) no oeste do estado.



Acessibilidade ao crédito Densidade populacional Utilização rodoviária PIB *per capita* em US\$ Abrangência
 Figura 71: Distribuição dos principais indicadores de densidade territorial no Estado do Paraná

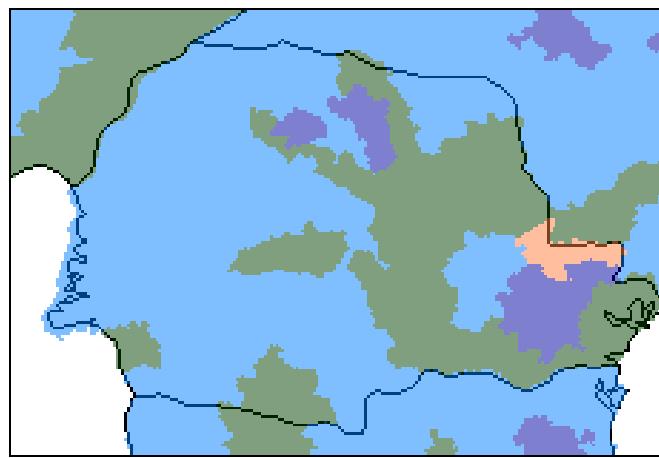
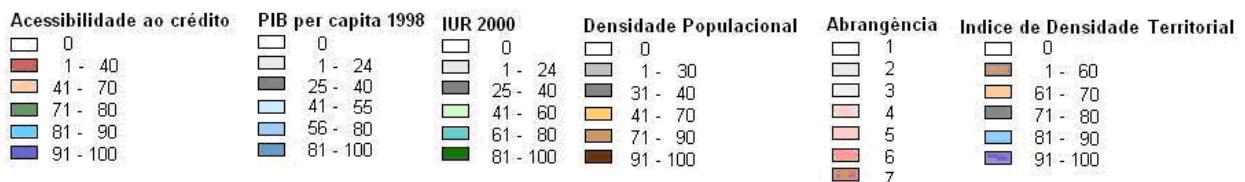


Figura 72: Índice de Densidade Territorial no Paraná

Índice de Densidade Territorial (IDT)

O Índice de Densidade Territorial no estado do Paraná (figura 72) apresenta um padrão espacial semelhante ao observado no indicador de abrangência e de acessibilidade ao crédito, ou seja, muito alto na MRG da capital (91-100), diminuindo no anel do entorno, considerado de médio IDT (71-80) e voltando a aumentar no restante do estado, considerado de alto IDT (81-90). As exceções ficam por conta das MRG's de Maringá e de Londrina ao norte do estado, com IDT igual ao da capital e as MRG's de Pitanga e Palmas, com IDT médio fora da área do anel, formado pelas MRG's de Jaguariaiva, Prudentópolis, Faxinal, Telêmaco Borba, Irati, Lapa e Rio Negro (apenas para citar algumas).

Relação IDT e PPPP's Federais

No que se refere às políticas com impacto territorial selecionadas, observa-se a grande atuação do Programa Faixa de Fronteira, presente em todo o oeste do estado e a presença de Planos

Diretores em 36 das suas 39 MGR's. Outro destaque é para os Pólos de Ecoturismo, o que, comparativamente aos outros estados da região sul, é o estado com o maior número desses projetos, presente nas microrregiões de Foz do Iguaçu, Paranaguá, Capanema e Cerro Azul, estando estas duas últimas MGR's na faixa de IDT mais baixo do estado. Projetos como o PRONAT e o de Regiões Metropolitanas também são significativos, sendo este último de grande importância, presente não só na região do entorno da MRG de Curitiba, como também na de Maringá.

4.5.2 Santa Catarina

Índice de Utilização Rodoviária

O Índice de Utilização Rodoviária é considerado médio em todo o estado (41-60), se apresentando como alto (61-80) na grande mancha formada pelas MRG's de Joinville, São Bento do Sul, Blumenau e Itajaí, e nas MRG's de Florianópolis e Criciúma, ao sul do estado (figura 73).

PIB *per capita*

O PIB *per capita* visto pelas microrregiões é alto (56-80) e se apresenta de forma bastante homogênea em todo o estado. Destaca-se também o processo de concentração nas MRG's de Florianópolis e Blumenau, considerado como muito alto (81-100).

Acessibilidade ao crédito

A acessibilidade ao crédito é considerada média em todo o estado, onde se destacam apenas as MRG's de baixa acessibilidade, formada pelas de Tijucas, Tabuleiro e Ituporanga, no entorno da capital e a de Xanxere, no oeste do estado. Observa-se aqui que diferente dos outros estados da região sul, a capital não se diferencia das demais MGR's.

Abrangência

A única MGR de abrangência muito alta (7) é a de Florianópolis, exercendo forte influência nas MRG's de Tijuca e Tabuleiro, que apresentam os menores índices (2). Parece haver maior equilíbrio sobre a abrangência das MRGs neste estado, com destaque para Blumenau e Joinville a nordeste, e Chapecó a oeste, com altos índices de abrangência (6).

Índice de Densidade Territorial (IDT)

De acordo com a figura 74, parece haver uma menor centralidade da capital, que junto com a MRG de Blumenau, divide os maiores IDT do estado (91-100). No entanto, é no seu entorno que

também se observa o menor IDT (71-80), na MRG de Tabuleiro. Assim, o IDT do estado se apresenta em três faixas, a muito alta, a média e a alta, formada pela maioria do estado.

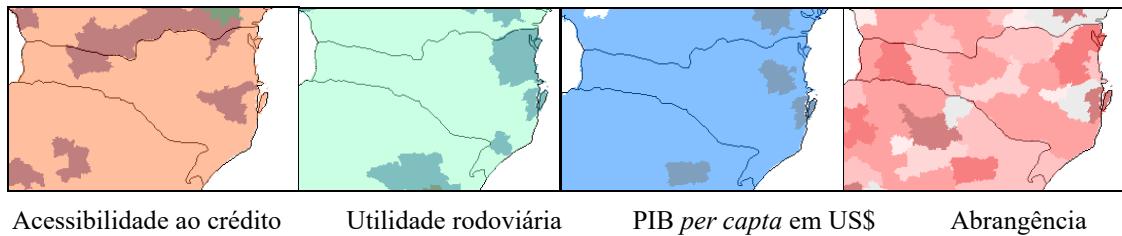


Figura 73: Distribuição dos principais indicadores de dinâmica territorial no Estado de Santa Catarina

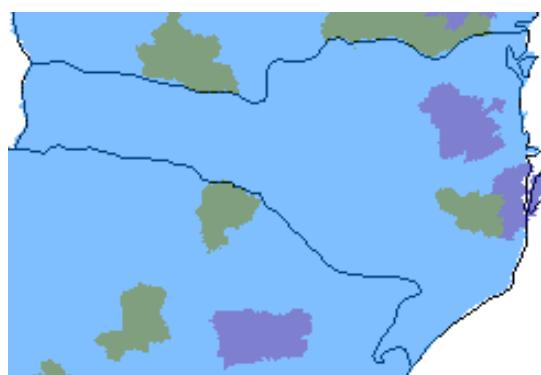
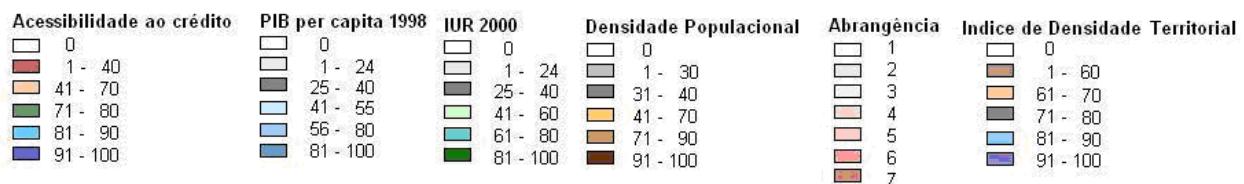


Figura 74: Índice de Dinâmica Territorial na Santa Catarina

Relação IDT e PPPP's Federais

Quanto aos PPPP's federais, o estado de Santa Catarina tem Planos Diretores em todas as suas microrregiões e, comparativamente aos outros estados da região sul, é o estado de maior presença do Programa de Agenda 21, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e do Programa de Região Metropolitana, todos os presentes na MRG de Tabuleiro, a de Menor IDT do estado. O PRONAT também aparece como programa de grande incidência no estado.

4.5.3 Rio Grande do Sul

Índice de Utilização Rodoviária

Assim como os demais estados da região sul, o IUR do estado é considerado médio (41-60), conforme evidencia a figura 75. Porém, diferente destes, tem forte centralização na MRG da capital,

considerada muito alta (81-100) e do seu entorno, composto pelas MRG's de Lajeado-Estrela, Caxias do Sul, Gramado-Canela e Montenegro, considerado de alto IUR (61-80).

Densidade Populacional

A densidade demográfica tem no estado de Rio Grande do Sul a sua maior variação, sobretudo nas regiões do extremo sul do estado, como densidades menores nas MRG's de Santiago, Campanha Ocidental, Campanha Central, Campanha Meridional, Serras de Sudeste e Jaguarão, além da MRG de Vacaria, a única da porção norte do estado também com menores índices. A maior densidade fica na MRG de Porto Alegre, com densidades moderadas na faixa central do estado.

PIB *per capita*

Nota-se aqui que o PIB *per capita* é alto no estado, porém com concentrações nas MRG's de Porto Alegre e Caxias do Sul, considerado muito alto, o que se contrapõem com a abrangência das MRG's, mais distribuídas.

Acessibilidade ao crédito

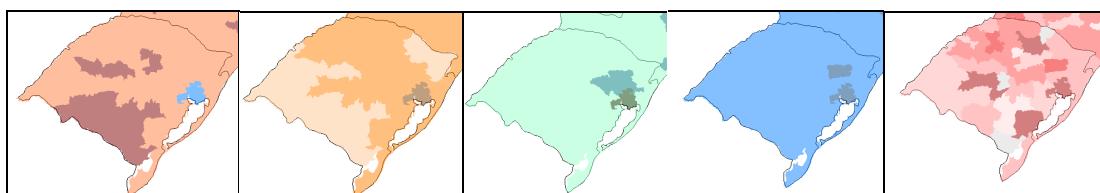
A acessibilidade ao crédito aparece de forma bastante diferenciada no estado, com concentração na MRG de Porto Alegre, considerada como alta, e baixa em todo o norte do estado, com exceção das MRG's de Santiago, Não-Me-Toque e Soledade, que junto da grande mancha no sul do estado, composta pelas MRG's de Campanha Central, Campanha Meridional, Serras de Sudeste e Jaguará, são consideradas de acessibilidade ao crédito muito baixa.

Abrangência

Observa-se um fenômeno diferente quanto à abrangência das MRG's no estado do Rio Grande do Sul. De forma bastante distribuída, as MRG's de maior abrangência (7), composta pelas de Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria e Passo Fundo parecem indicar para um maior equilíbrio regional. Destaque também para as MRG's de Ijuí e Caxias do Sul, de abrangência 6.

Índice de Densidade Territorial (IDT)

O estado apresenta variação quanto ao índice de densidade territorial, com a maioria das MRG's de IDT alto, porém com manchas de IDT médio e muito alto (figura 76). Assim, os mais baixos índices do estado (IDT médio) se encontram no extremo sul - MRG de Campanha Central, Serras de Sudeste e Jaguarão, e nas manchas da porção central referentes às MRG's de Soledade, Sananduva e Restinga Seca. Caxias do Sul e Porto Alegre são as MRG's de maior densidade territorial do estado.



Acessibilidade ao crédito

Densidade populacional

Utilização rodoviária

PIB *per capita* em US\$

Abrangência

Figur
a 75:

Distribuição dos principais indicadores do Estado de Rio Grande do Sul

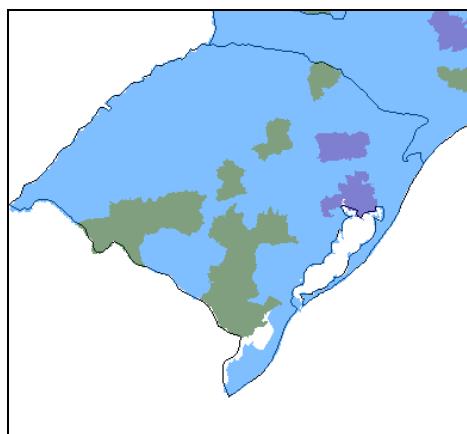
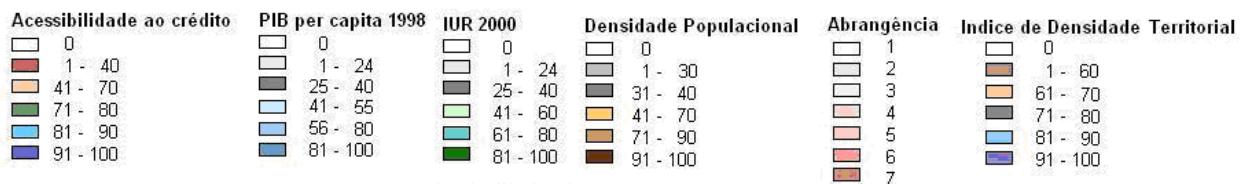


Figura 76: Índice de Densidade Territorial no Rio Grande do Sul

Relação IDT e PPPP's Federais

Entre os PPPP's Federais, destacam-se aqui os Planos Diretores, presente em todas as 35 MRG's do estado, do Programa de Messoregiões, em 31 MRG's, do PROMESO, em 27 MRG's e do Programa Faixa de Fronteira, em 19. Agenda 21 e ZEE não parecem muito significativos no estado. Outro programa a destacar é o PRONAT, com significativa incidência em toda a região sul. Entre as MRG's de menor IDT as que mais apresentam PPPP's federais selecionadas como de impacto territorial são as de Campanha Central, Serras de Sudeste, Jaguarão e Restinga Seca, ao passo que Sananduva e Soledade apresentam um pequeno número dessas políticas e programas.

5 Análise dos PPPP's Privados

Este item busca analisar o comportamento do setor privado e sua dinâmica territorial, o que passa necessariamente pela questão dos investimentos. Como fontes principais de informações foram usados: a Rede Nacional de Investimentos (RENAI), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, os dados dos Fundos Constitucionais (FCO, FNO, FNE), bem como

o Anuário Exame de Infra-Estrutura, publicação que tem como fonte e público-alvo o próprio setor privado.

Foi utilizada para essa avaliação dados da RENAI do primeiro e segundo semestres de 2004. Por meio desses dados é possível fazer uma estimativa dos investimentos privados nas regiões, estados, e, em alguns casos, municípios. O maior problema dos dados RENAI é que muitos dos investimentos previstos em 2004, em torno de 33,67% , não houve definição do local. Assim, a análise procederá dentro do que foi localizado em termos estaduais. Os valores selecionados foram aqueles superiores a 10 milhões de reais, pois, supostamente, representariam os maiores impactos em termos de ordenamento territorial.

Nos dados que se referem aos Fundos Constitucionais, do Centro Oeste, Norte e Nordeste, foram analisados: valores relativos por estado, por programas, contratação por porte do empreendimento e o número de empregos gerados (últimos 10 anos). Em geral, os dados correspondem aos anos de 1989 a 2004.

Quanto à infra-estrutura, buscou-se organizar as informações de modo a revelar os interesses e necessidades do setor privado, tanto em termos de ramo de atividade como sua espacialização, por meio da utilização da Revista Exame Infra Estrutura, ano 2004-2005. Por último, houve a tentativa de revelar dados, ainda muito agregados, do BNDES e ilustrar a situação do financiamento do agronegócio no Centro Oeste via setor privado/privado.

5.1 RENAI – 2004 (primeiro e segundo semestres)

Quando se observa os investimentos do RENAI/2004, em nível regional, os investimentos privados se apresentam ainda concentrados na região Sudeste (34,79%), conforme gráfico 1. Em ordem decrescente aparecem a região Nordeste, Norte, Sul e Centro Oeste, respectivamente. Na participação por estado, também se percebe uma desigualdade regional significativa. Na região Sudeste o destaque é para o estado de São Paulo; no Nordeste, os maiores investimentos são na Bahia e Pernambuco; no Norte sobressai o Pará; no Sul, o Paraná e no Centro Oeste o Mato Grosso é o estado onde os maiores investimentos estão previstos.

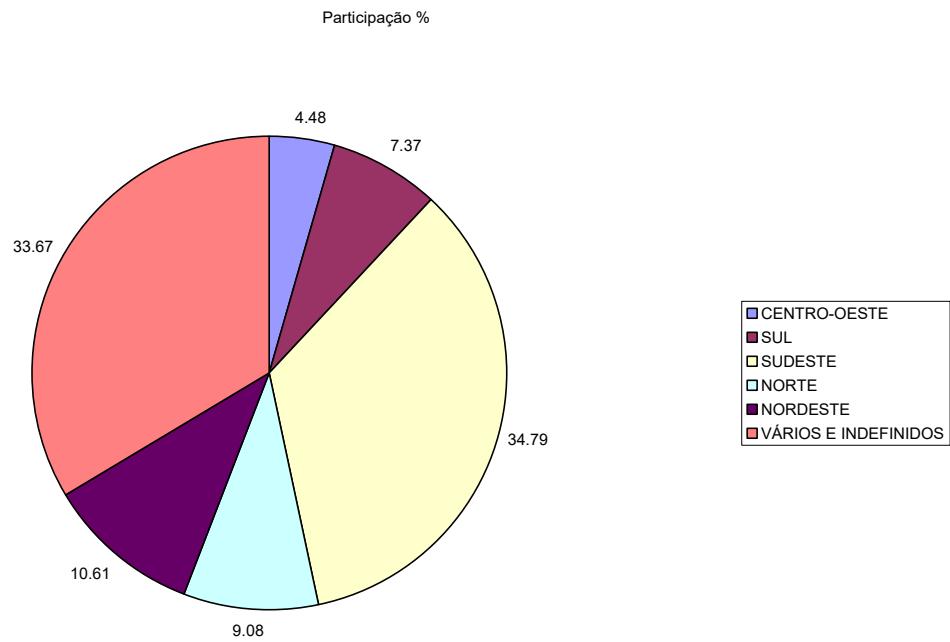


Gráfico 1: participação regional na previsão de investimentos RENAI 2004

Na participação por estado (quadro 6), também se percebe uma desigualdade regional significativa. Na região Sudeste o destaque é para o estado de São Paulo; no Nordeste, os maiores investimentos são na Bahia e Pernambuco; no Norte sobressai o Pará; no Sul, o Paraná e no Centro Oeste o Mato Grosso é o estado onde os maiores investimentos estão previstos.

Quadro 6: Participação nos projetos de investimento por regiões e estados

REGIÃO/ESTADO	Valor (US\$)	% região	% total
CENTRO-OESTE	4,826,941,316	100.000	4.481
GOIÁS	1,670,759,871	34.613	1.551
DISTRITO FEDERAL	41,468,531	0.859	0.038
MATO GROSSO DO SUL	391,485,986	8.110	0.363
MATO GROSSO	2,723,226,928	56.417	2.528
SUL	7,940,344,211	100.000	7.371
PARANÁ	4,632,016,450	58.335	4.300
RIO GRANDE DO SUL	2,186,147,173	27.532	2.029
SANTA CATARINA	1,122,180,588	14.133	1.042
SUDESTE	37,476,398,707	100.000	34.789
ESPÍRITO SANTO	5,436,519,215	14.507	5.047
MINAS GERAIS	9,697,702,758	25.877	9.002
RIO DE JANEIRO	9,861,047,362	26.313	9.154
SÃO PAULO	12,481,129,372	33.304	11.586
NORTE	9,781,753,676	100.000	9.080
AMAZONAS	3,487,347,460	35.652	3.237

PARÁ	6,280,443,952	64.206	5.830
RONDÔNIA	13,962,264	0.143	0.013
NORDESTE	11,425,474,118	100.000	10.606
ALAGOAS	64,574,509	0.565	0.060
BAHIA	4,551,259,706	39.834	4.225
CEARÁ	933,957,775	8.174	0.867
MARANHÃO	3,766,201,320	32.963	3.496
PARAÍBA	124,018,984	1.085	0.115
PERNAMBUCO	1,567,481,257	13.719	1.455
PIAUÍ	4,000,000	0.035	0.004
RIO GRANDE DO NORTE	192,980,567	1.689	0.179
SERGIPE	221,000,000	1.934	0.205
VÁRIOS E INDEFINIDOS	36,275,267,837	—	33.674
TOTAL	107,726,179,865		100.000

Fonte: RENAI 2004

O RENAI cadastrou projetos de 43 segmentos da economia. De todos os setores os que tiveram maiores participações nos dois semestres de 2004 foram: o setor de *indústria de transformação*, seguido pelo *de transporte, armazenagem e comunicações*. Em terceiro lugar, no primeiro semestre teve destaque a *indústria extrativa* e no segundo semestre, o setor de *eletricidade, gás e água quente* (quadro 7).

Quadro 7: Setores com maiores previsões de investimento

Setor	1º semestre		2º semestre	
	TOTAL (US\$ mil)	Part. %	Total (US mil)	Part %
Agricultura, pecuária e serviços relacionados com essas atividades	-	-	39,648	0.1
Alojamento e alimentação	733,285,714	1.30	2,601,766	4.8
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	563,552,002	1.00	14,203	0.03
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	536,720,478	0.95	1,685,466	3.1
Educação	-	-	2,098	0.00
Indústrias de transformação	32,028,323,526	56.71	29,304,026	54.1
Indústrias extractivas	7,364,000,000	13.04	3,395,918	6.3
Intermediação financeira	22,500,000	0.04	116,475	0.2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	172,024,306	0.30	639,976	1.2
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	6,892,310,566	12.20	7,496,129	13.8
Transporte, armazenagem e comunicações	8,157,384,757	14.44	8,866,265	16.4
Saúde e serviços sociais	10,204,082	0.02	-	-
TOTAL DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO	56,480,305,431	100.00	54,161,971	100

Fonte: RENAI/ 1º e 2º sem. 2004

No primeiro semestre, considerando os subsetores (divisão CNAE – Classificação Nacional das Atividades Econômicas), as maiores participações, no total, são: a *fabricação de coque, refino*

de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool, com 11% de participação do total de projetos, grande parte em função dos anúncios da Petrobrás para os próximos anos. Com os mesmos níveis de participação, estão a *Metalurgia Básica* e a atividade de *Extração de Minerais Metálicos*, impulsionados pelos grandes conglomerados, que começam a anunciar investimentos para atender ao aumento nas exportações e na demanda interna, buscando diminuir a sua crescente limitação na capacidade produtiva. Outros setores que vêm anunciando a intenção de investir são os de *produtos químicos* (US\$ 3.800 milhões) e de *papel e celulose* (US\$ 2.000 milhões) (RENAI, 2004/1). Nota-se que são setores considerados os mais poluentes e intensivos em recursos naturais.

De acordo com a análise dos investimentos para 2003, realizadas por RODRIGUES & CARDOSO (2004), o setor de papel e celulose já havia demonstrado uma recuperação (128%) de 2003 em relação a 2002. As autoras observam que “O novo ciclo de crescimento do setor previsto, para o período de 2003-2012, implicará em investimentos no valor de US\$ 14,4 bilhões, de modo a ampliar a capacidade produtiva para suprir a demanda externa e o aquecimento da demanda interna”. A previsão para 2003 era a construção até 2005 de uma indústria no sul da Bahia, gerando aproximadamente 10 mil empregos diretos e indiretos. Em 2004 esse ciclo expansivo parece realmente em curso, com implantação de diversas plantas industriais em várias localidades do país. É importante a localização dessas empresas porque são plantas grandes que atraem pessoas e têm impacto no território, sobretudo no ambiente físico. Assim, a previsão para 2004 inclui as seguintes empresas e localidades: Cenibra, em Belo Horizonte (MG), a Bahia Sul, em Mucuri (BA), a Votorantim Celulose e Papel, em Jacareí (SP) e a Aracruz, em Guaíba (RS). Além de produtores de celulose, as indústrias produtoras de papel como a Klabin, em Telêmaco Borba (PR) e em Otacílio Costa (SC), o Grupo Orsa, em Rio Verde (GO) e a Ripasa, em Limeira (SP) (RODRIGUES, CARDOSO, CRUZ, 2005).

No segundo semestre de 2004, considerados os subsetores, a maior participação no total são de segmentos atualmente próximos ao limite da utilização da capacidade produtiva, tais como a *metalurgia básica* (US\$ 9,3 bilhões), com 17,5% de participação do total de projetos e o de *produtos químicos*, com projetos de US\$ 5,2 bilhões. Além disso, setores de infra-estrutura com fortes necessidades de investimento como o *setor de eletricidade, gás e água quente* (US\$ 7,5 bilhões), com 13,8 % e o *setor de telecomunicações* (US\$ 6,8 bilhões), com 12,8 %. Estes quatro sub-setores respondem por mais de 50% dos projetos acompanhados, demonstrando uma grande concentração dos projetos de investimentos (RENAI, 2004/2).

Fazendo um cruzamento entre setor/ divisão e regiões/ estados da federação, notam-se alguns aspectos significativos que podem impactar o ordenamento do território, seja por manutenção de uma tendência socioeconômica ou pela introdução de um novo ciclo econômico. Um destaque especial refere-se à indústria extrativa, na divisão de mineração. Segundo

RODRIGUES & CARDOSO (2004), houve um crescimento significativo do setor de mineração de 2002 para 2003 (107%) e de 2003 para 2004 cresceu mais ainda (457,5 %). A única região em que o setor extrativo foi o mais significativo em programação de investimentos privados foi a Norte, com a maior concentração para o estado do Pará. As outras regiões se concentraram na indústria de transformação. Nesse setor, o Centro Oeste teve o maior volume (em valores monetários) de projetos na divisão de *fabricação de celulose, papel e produtos de papel* (Mato Grosso do Sul). No Nordeste na divisão de metalurgia básica (Maranhão); no Sudeste na divisão de *metalurgia básica* (Minas Gerais) e *fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool* (Rio de Janeiro); e no Sul, na divisão de *fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações* (Paraná).

A única região em que o setor extrativo foi o mais significativo em programação de investimentos privados foi a Norte, com a maior concentração para o estado do Pará. As outras regiões se concentraram na indústria de transformação. Nesse setor (indústria de transformação) o Centro Oeste teve o maior volume (em valores monetários) de projetos na divisão de *fabricação de celulose, papel e produtos de papel* (Mato Grosso do Sul); No Nordeste na divisão de metalurgia básica (Maranhão); no Sudeste na divisão de *metalurgia básica* (Minas Gerais) e *fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool* (Rio de Janeiro); e no Sul, na divisão de *fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações* (Paraná).

Sobre a origem do capital, há uma diversidade de participações, no entanto os países com maior participação nos investimentos diretos no Brasil, em 2004, foram os Países Baixos (38,0%) e os Estados Unidos (19,6%)³⁰. Em Anexo (5), estão apresentadas as tabelas por estado com o setor e divisão que mais investiram em cada estado, além das empresas e origem do capital. Numa primeira análise percebe-se ainda um forte investimento de capital estrangeiro, no entanto, em 2004, esses investimentos parecem estar em setores cuja capacidade ociosa encontra-se pequena, como o ramo da siderurgia, por exemplo. Ainda se percebe os maiores investimentos em regiões consideradas mais dinâmicas, como do sul e sudeste. Ressalva para o estado do Pará, com investimentos fortes na mineração de capital norte americano, Chinês e brasileiro. Na região sul, os maiores anúncios foram feitos na divisão na fabricação e montagem de automóveis, sendo todos de origem estrangeira, sobretudo Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido. A Petrobrás também se destaca em vários estados com pesados investimentos na área de fabricação de coque, refino de petróleo, indústria química, entre outros. Estados como Rio de Janeiro e São Paulo foram contemplados.

³⁰ Fonte: MDIC / Investimentos diretos no Brasil. Disponível em: http://sistemasweb.desenvolvimento.gov.br/investimento_web/index.asp. Acesso: 17/03/06

Considerando um espaço temporal mais amplo, “a participação do setor industrial no total dos Investimentos Externos Diretos (IED) subiu de 18%, no período 1996-2000, para 40,3%, no período 2001-2004. As indústrias internacionalizadas como a dos produtos químicos, veículos automotores, material eletrônico e alimentos e bebidas aportaram fortes recursos no período gerando a expectativa de confiabilidade no futuro do mercado consumidor brasileiro. Destas, porém, somente a indústria de material eletrônico apresentou anúncios de investimentos significativos. Ou seja, as indústrias internacionais presentes no Brasil não planejam investimentos significativos para os próximos anos” (RODRIGUES, CARDOSO, CRUZ, 2005).

5.2 Fundos Constitucionais

Os Fundos Constitucionais abrangem as regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste, sendo um percentual de 3% sobre circulação de mercadorias e produtos industrializados divididos da seguinte maneira: Fundo do Centro Oeste (FCO) – 0,6%; Fundo do Norte (FNO) – 0,60% e Fundo do Nordeste (FNE) – 1,8%. Eles foram criados em 1989 e servem de incentivo para o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Fazendo uma compilação do ano de 1989 até 2004, por unidade da federação dentro de cada região que abrangem os fundos, tem-se o resultado do quadro 8.

Dentro do FCO, o estado com maior número de operações foi Mato Grosso, porém o que mais recebeu recursos foi Goiás. No FNO, o estado com o maior número de operações e de recursos foi o Pará. No FNE, a Bahia foi o estado que igualmente recebeu o maior numero de operações e recursos. Dentre os programas previstos nos fundos estão àqueles ligados aos setores rurais, mais voltados à agropecuária e os outros voltados aos setores industriais. Até o ano de 2003, no subtotal rural, eram incluídos: programa da terra, rural, Pronaf – A, Especiais rurais e outros programas. No subtotal que inclui “outros” estão inseridos os programas: agroindustrial, industrial, turismo, comércio/serviço e infra-estrutura.

Quadro 8: Contratações por Unidades da Federação dos Fundos Constitucionais – período 1989-2004

	Total acumulado dos anos 1989 a 2004			
	Nº de op	%	R\$ mil	%
FCO total	278.390	100,0	8.203.136	100,0
DF	4.249	1,5	540.115	6,6
GO	80.876	29,1	3.047.201	37,1
MT	107.725	38,7	2.777.988	33,9
MS	85.540	30,7	1.837.832	22,4
FNO total	228.521	100,0	7.101.559	100,0
AC	17.458	7,6	285.034	4,0
AP	5.095	2,3	110.613	1,6
AM	17.781	7,8	568.902	8,0
PA	99.884	43,7	3.377.072	47,6
RO	49.077	21,5	980.146	13,8
RR	6.275	2,7	145.253	2,0
TO	32.951	14,4	1.634.539	23,0
FNE total	921.565	100,0	16.237.279	100,0
(*)	17.325	1,9	-	-
AL	58.592	6,3	890.409	5,5
BA	194.935	21,2	4.131.942	25,5
CE	137.134	14,9	2.775.841	17,1
ES (1)	2.664	0,3	109.861	0,7
MA	53.247	5,8	1.166.572	7,2
MG (1)	55.978	6,1	909.924	5,6
PB	72.430	7,9	995.480	6,1
PE	99.350	10,8	1.985.518	12,2
PI	68.511	7,3	1.257.755	7,7
RN	96.789	10,5	1.148.152	7,1
SE	64.610	7,0	865.825	5,3

Fonte: Relatório 2005 Fundos Constitucionais – Ministério da Integração / Valores atualizados pelo BTN e pela TR a preços de junho de 2005

(*) Dados não diferenciados por estados no período de 1989-1990

(1) municípios incluídos na área de atuação da SUDENE

Em todos os fundos as maiores contratações (em número de operações e valor monetário) foram para o subtotal rural, como mostra o quadro 9. Os fundos que registraram a menor diferença foram o do Nordeste.

Quadro 9: Contratações por programa (% em relação ao valor total liberado por fundo no período de 1989-2004)

%	FCO	FNO*	FNE
Subtotal rural	73,3	66,8	58,4
Subtotal outros	26,7	33,2	41,6
Total	100,0	100,0	100,0

* os valores do FNO referem-se ao período de 1989-2003

Fonte: Relatório 2005 Fundos constitucionais

Em relação ao porte do empreendimento, os números mostram um paradoxo: apesar do número de contratações dos micros e pequenos serem bem maiores, os valores liberados aos grandes ultrapassam em muito os liberados aos pequenos. No quadro 10 se observam os valores liberados por porte de acordo com os fundos. Na média total, os empreendimentos de grande porte são os que recebem os maiores volumes de financiamento privado (36% do valor total contratado). Um aspecto a se destacar é o baixíssimo valor contratado pelas cooperativas (3,5% do total).

Quadro 10: Contratações por porte no período de 1989 a 2004 (em R\$ Mil)

	FCO		FNE		FNO		TOTAL	
	valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cooperativa	43.946	0,7	951.712	5,5	57.627	0,9	1.053.285	3,5
Mini/ micro	814.074	13,5	5.390.372	31,4	1.837.998	27,2	8.042.444	26,8
Pequeno	1.354.550	22,4	1.938.646	11,3	1.219.004	18,1	4.512.200	15,1
Médio	1.717.678	28,4	1.938.263	11,3	1.862.181	27,6	5.518.122	18,4
Grande	2.114.428	35,0	6.949.490	40,5	1.769.853	26,2	10.833.771	36,2
Total	6.044.676	100,0	17.168.483	100,0	6.746.663	100,0	29.959.822	100,0

Fonte: Relatório dos fundos constitucionais de financiamento, 2005 (informações gerenciais fornecidas pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia)

Quanto ao número de empregos gerados pelos fundos constitucionais, estima-se que do total gerado na média, entre empregos diretos e indiretos, no período (desde 1989 a 2004), seja de aproximadamente 6,5 milhões de empregos. O fundo do Nordeste tem aplicado os recursos em investimentos que geram emprego com maior eficiência econômica, haja vista ser o maior número de emprego ao menor custo. Contudo, esses dados devem ser analisados com reserva, por conta da variação nos valores salariais de acordo com as regiões. Os dados sobre as o número de empregos gerados estão no quadro abaixo (quadro 11).

Quadro 11: Estimativa de geração de empregos e custo médio

Fundos	Nº de empregos estimados	%	Custo médio por emprego (1990-2004) R\$1,00
FCO ⁽¹⁾	1.216.236	18,4	15.561
FNE ⁽²⁾	3.997.341	60,3	3.217
FNO ⁽³⁾	1.413.613	21,3	9.215
Total	6.627.193	100,0	9.331

(1) 1989 a 30.9.2005 (empregos diretos e indiretos)

(2) jan. 1995 a 30.06.2005 (empregos diretos e indiretos)

(3) 1989 a 30.06.2005 (empregos diretos e indiretos)

5.3 Investimentos BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento)

Quando se observa os dados dos investimentos do BNDES, sem a distinção de obras públicas ou privadas e ainda numa desagregação em macro regiões, verifica-se ainda uma grande concentração desses investimentos para a região Sudeste – mesmo com a redução observada de 2003 para 2004. Ou seja, o BNDES, que deveria fomentar regiões menos desenvolvidas e tentar minorar as desigualdades inter-regionais, não tem conseguido alcançar esse intento. Como se observa no quadro 12 existe uma redução de investimentos na região Nordeste, que segundo relatório 2004 do BNDES, está associada a operações ligadas ao setor energético que ocorreram em 2003 e não se repetiram em 2004.

Quadro 12: Desembolso Anual do BNDES por Macro região

	2001		2002		2003		2004		2005 (jan./junho)		
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%							
Norte	860	3,3	1.881	4,9	712	2	1.954	4,9	574	3	5.981
Nordeste	3.334	13	3.784	9,9	3.112	8,8	2.737	6,8	1.432	7	14.399
Sudeste	14.494	56	23.074	61	20.036	57	21.299	53	12.452	62	91.355
Sul	4.825	19	6.092	16	6.842	20	8.683	22	4.416	22	30.858
Centro-Oeste	1.703	6,6	2.589	6,8	2.831	8	5.161	13	1.124	6	13.408
Total	25.216		37.420		33.533		39.834		19.998		156.001

Fonte: AS/DESOP – Sistema OPE

Quando se analisa o desembolso do BNDES por setor (quadro 13), se observa um vigoroso crescimento no financiamento destinado à agropecuária do ano 2000 em diante, tendo decrescido no ano de 2005. Isso provavelmente aconteceu por conta dos *superávits* que o setor do agronegócio vem propiciando à balança comercial. No entanto, o setor de transformação e de comércio/ serviços historicamente são os mais favorecidos, pelo próprio volume de demanda, que é bem superior ao outros.

Quadro 13: Desembolso do BNDES por setor (período 10 anos) em R\$ milhões (Divisão CNAE)

Discriminação	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Agropecuária	731,2	729,4	1.390,9	1348,6	1.286,6	1.908
Ind. extrativa	71,7	146,5	752,0	282,2	258,5	120,9
Ind. Transform.	4.001,4	4.243,3	6.040,8	7.280,5	8.165,5	10.282,1
Comercio/serv.	2.293,7	4.554,4	9.710,4	10.079,6	8.340,9	10.734,9
Total geral	7.097,9	9.672,6	17.894,1	18.990,9	18.051,5	23.045,8

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005
Agropecuária	2.762	4.508,9	4.595	6.930,2	4.058,8
Ind. extrativa	396,3	250,3	157,3	242,6	337,7
Ind. Transform.	12.760,3	17.177,7	15.937,4	15.539,4	23.104,3
Comercio/serv.	9.297,9	15.482,3	12.843,8	17.121,6	19.479,5
Total geral	25.216,5	37.419,3	33.533,6	39.833,9	46.980,2

Fonte: BNDES, 2006. Disponível em:
<http://www.bnDES.gov.br/estatísticas/download/Desembolso%20anual%20ramo%20e%20genero%20CNAE.pdf>. Acesso: 19/03/06.

Na sinopse de investimento publicada em novembro de 2005, o editorial comenta o medíocre desempenho econômico no ano e sinaliza que há uma conjugação de fatores que colaboraram com isso, sobretudo a valorização do real frente ao dólar e o efeito-China – que submete a indústria brasileira, em diversos segmentos, a uma pressão competitiva insuportável. Segundo os autores, algumas divisões da indústria brasileira realizaram enormes avanços desde o início da abertura, e se as condições fossem menos adversas estariam contribuindo muito mais para reforçar o potencial de crescimento da indústria brasileira (CASTRO & SOUZA, 2005).

5.4 Setor Privado e Infra-Estrutura

É ainda o Estado o maior responsável pela infra-estrutura no país. No entanto, como aponta SOARES & NETO (2004), é o setor de infra-estrutura aquele que mais envolve projetos de parceria

público-privada (PPP), representando 81,9% do total de ações de PPP previstas no PPA 2000/2003. No quadro que se segue, construída a partir do Anuário Exame³¹, podemos visualizar a participação tanto do setor público como do setor privado, bem como as parcerias em cada ramo, no quadro abaixo.

Quadro 14: Participação do Setor Público e do Setor Privado na Origem dos Recursos e Projetos Indicados

	ORIGEM DOS RECURSOS			INDICADOS COMO PRIORITÁRIOS					
	Público	Privado	Público/ Privado	GF	GE	PPA	Total setor público	Setor Privado	PPP
Energia Distribuição	04	00	06	00	05	10	10	05	00
Geração	11	51	10	52	05	20	75	06	02
Transmissão	17	00	08	00	09	25	25	05	00
Petróleo& Gás Distribuição	02	02	00	00	02	03	04	00	00
Gasoduto	01	02	07	00	03	11	11	04	00
Produção de petróleo	01	00	01	00	00	00	00	02	00
Saneamento Adutoras	13	00	12	00	01	25	26	07	00
Barragens e açudes	07	00	01	00	00	08	08	01	00
Drenagem urbana	01	00	00	00	00	01	01	00	00
Irrigação	19	00	01	00	05	19	20	06	04
Saneamento e abastecimento de água	15	00	04	00	11	15	18	00	01
Transportes Aeródromos	11	00	01	00	10	12	12	05	00
Aeroporto	24	00	02	00	08	25	25	08	03
Ferrovias	05	01	18	00	12	14	20	11	13
Hidrovias	09	00	00	00	04	02	06	09	00
Pontes e viadutos	08	00	00	00	01	04	04	01	00
Portos	14	03	05	00	01	06	10	05	03
Rodovias	72	02	22	00	30	83	93	16	13

O que podemos observar é que são os recursos públicos a principal fonte financeira para praticamente todos os ramos, com exceção da geração de energia (apontando para uma tendência de auto-geração de energia pelas empresas) e os gasodutos, onde predominam os recursos privados. Outro destaque é com relação à complementariedade entre recursos públicos e privados, principalmente nos ramos de distribuição de energia, gasodutos, produção de petróleo, adutoras, ferrovias e o metrô.

³¹ De acordo com o Anuário, a lista se deu a partir de dados do PPA 2004-2007, de consulta a todos os governos estaduais, empresas estatais do setor de infra-estrutura bem como as entidades representativas do setor privado, considerando também o valor dos projetos. (a lista de fonte consultadas consta no Anuário).

O quadro mostra também projetos indicados como prioritários pelo setor público, pelo setor privado bem como projetos indicados pelo Governo Federal para parceria público-privado. Nos ramos apontados como prioritários pelo setor privado que superam aqueles indicados pelo setor público, pode-se destacar o de produção de petróleo bem como as hidrovias, sendo esta última totalmente financiada por recursos públicos.

Pode-se observar também que nem sempre os projetos indicados para PPPP correspondem aos interesses do setor privado, com destaque para as ferrovias, onde alguns projetos não são apontados como prioritários pelo setor privado. No entanto, dos 30 projetos de PPPP listados, 24 são apontados como prioritários tanto pelo setor público como privado, revelando também acertos na escolha dos projetos para PPPP pelo GF.

Por fim, dos 403 projetos elencados, 93 foram apontados como prioritários pelo setor privado (em Anexo 5), com enfoque principal para o setor de transportes, mais especificamente as rodovias, hidrovias e aeroportos. Observando a localização desses projetos podemos observar a tendência, ao menos em termos do que aponta o setor privado, de expansão da rede de infra-estrutura no país. O quadro 15 faz uma síntese por região dos projetos de infra-estrutura prioritários segundo a iniciativa privada:

Quadro 15: Projetos indicados com prioritários pelo Setor Privado por Região

Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Total
29	23	17	22	02	93

Fonte: Anuário Revista Exame de Infra-Estrutura (2004/2005)

Na região norte, o destaque é para os estados do Amazonas, Pará e Tocantins. Para a região nordeste, é o estado da Bahia que tem o maior número de projetos indicados. Na região sudeste, o estado de Minas Gerais, com destaque para o setor de geração de energia e na região sul, o que o estado do Paraná sozinho tem 10 projetos indicados. Tal resultado coincide em certa medida com análises feitas por RODRIGUES (2000) ao analisar os investimentos no país. Para esta autora, há uma “tendência à desconcentração geográfica da produção em relação a São Paulo, especialmente em direção a seis outros estados: Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul” (p.24). Aponta também para a possibilidade de São Paulo e Rio de Janeiro tornarem-se cidades mundiais, o que “a forte concentração de investimentos no eixo Rio de Janeiro - São Paulo poderá indicar não para a reconcentração industrial, mas para a desconcentração da produção de bens e uma concentração das decisões estratégicas e da prestação de serviços especializados às empresas” (IDEM, p.24).

Considerações

A partir da identificação dos principais planos, políticas, programas e projetos de grande porte – PPPP's (públicos e privados), que de alguma forma tenham incluído em sua formulação e/ou em sua implementação alguma estratégia ou rebatimento territorial, foi possível elaborar um diagnóstico da intervenção pública e privada no País.

No que se refere à análise dos impactos resultantes das PPPP's, dois produtos podem ser considerados como significativos quanto ao resultado deste trabalho: a criação do “índice de densidade territorial – IDT” e o desenvolvimento do sistema SAD/WebGis – que permite a captura, armazenamento, manipulação, análise e disponibilização de informações referenciadas geograficamente, agregando: efetividade no processo, ao permitir o acesso a uma grande quantidade de informações; integridade, ao permitir o controle de acesso simultâneo aos dados geográficos; e persistência e independência, permitindo a manutenção das informações independentemente dos aplicativos que acessam os dados. Adicionalmente, apresenta vantagens como: grande utilidade no foco social, baixo custo no desenvolvimento, liberdade de acrescentar a quantidade de informações que forem julgadas necessárias e de realizar cruzamentos sem importar a origem dos dados, obsolescência não-programada, robustez, adaptabilidade, além do suporte fácil e amigável.

Em relação ao setor privado, existem várias teorias que buscam explicar o comportamento dos investimentos privados, procurando dar conta dos motivos que levam a decisão de investir. Pela bibliografia consultada, parece haver um consenso entre estabilidade econômica e o papel do Estado. Na última década houve forte crescimento dos investimentos, tanto via BNDES (de 3,2 bilhões em 1992 passou para 12,6 bilhões em 2000), como dos investimentos externos diretos (MELO & RODRIGUES: 2001), explicado pela literatura em boa parte pela abertura econômica e pelas privatizações, sobretudo nos setores de infra-estrutura.

Por outro lado, também não se deve esquecer de uma prática historicamente consolidada nos países em desenvolvimento, onde “a criação de infra-estrutura é uma maneira indireta de implantação da indústria moderna. Sem dúvida é necessário distinguir as infra-estruturas indispensáveis à modernização de um Estado daquelas que são criadas com o objetivo deliberado de atrair investimentos” (SANTOS, 2001).

Como setor estratégico na organização do espaço, de interface direta entre o público e o privado, cabe ainda as considerações de NONNENBERG & MENDONÇA (2004) onde “o investimento direto externo não tem efeito sobre o PIB. Ao contrário, o PIB do país é que tem efeito sobre a entrada dos investimentos externos”. Entender a participação da infra-estrutura na composição do PIB, bem como de que maneira o Estado pode criar novas relações com o setor privado é um tema que deve ser objeto de estudos posteriores, considerando, por exemplo, uma

melhor sistematização das informações, com o cruzamento dos dados das diferentes fontes aqui apresentadas.

Bibliografia

ANUÁRIO Exame 2004-2005 de infra-estrutura. Editora Abril. Novembro 2004.

Banco do Brasil: <http://www21.bb.com.br/appbb/portal/red/Agencias1.jsp>

BECKER, B. K. **Novos Rumos da Política Regional: Por Um Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica**. In: Becker, B.; Miranda, M. (Org.). *Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. 1 ed. Rio de Janeiro, 1997, v. 1, p. 421-443.

BNDES. **Relatório Anual 2004**. Disponível em:

<http://www.bnDES.gov.br/empresa/desempenho/relatorio/ra2004/index.htm> Acesso: 19/03/06.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **O desafio do planejamento governamental / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos**. Brasília: MP, 2002. 86p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Rede Nacional de Investimentos**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2004.

Caixa Econômica Federal: http://www1.caixa.gov.br/atendimento/encontre_acaixa.asp?
TipoParametro=agencia_sem_penor

CARVALHO, Carlos Alberto. **Desenvolvimento de Aplicações WebGIS em MapServer**. EMBRAPA, Campinas, 2004.

CASTRO; SOUZA. Editorial In: Sinopse de Investimento BNDES. n. 2, nov, 2005. Disponível em: http://www.bnDES.gov.br/conhecimento/sinopse_inv/SINV02.pdf. Acesso: 20/03/06.

CEDEPLAR. **Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro**. Relatório Final. 2004. 78p.

Correios: <http://www.correios.com.br/servicos/agencias/default.cfm>

ECOPLAN. **Consultoria para avaliação do grau de concretização das oportunidades de investimento do portfólio do estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento**. Relatório Final – 3 volumes.

FERREIRA, Anderson Soares. **Guia de instalação do FreeBSD**. EMBRAPA, Campinas, 2004.

FONTES, Ângela et. al. **Perspectivas de Expansão das Microfinanças no Brasil: Marco Legal, Capitalização e Tecnologia**. IBAM. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: www.desenvolvimentolocal.org.br/imagens/mapeamento/PDL198.pdf Acesso realizado em: 12/03/2006

FREGONA, Marcelo. **Mapas**. CPqD, Campinas, 2004.

GATTO, Sandro Danilo. **O CpqD e Software Livre em GIS: ISIG/WEB e SIGPPT-RadCom**. CPqD, Campinas, 2004.

GISData, 2004. **GISData**. <http://www.gisdata.com.br>

GISMaps, 2004. **GISMaps**. <http://www.gismaps.com.br>

IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. **Produto interno bruto dos municípios: 1999 - 2003 n.16**. Rio de Janeiro. 2005.

IBGE, **Regiões de Influência das Cidades**. Brasília. 1993 (2000: 25) ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/ Dados do Universo/

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Brasília. 2000. Disponível em:

JAYME, Jr., F.G. & CROCCO, M. **Projeto diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro. Relatório avaliação das condições de financiamento de políticas regionais**. Belo Horizonte:CEDEPLAR. 2005. 58p.

MAGALHÃES, Geovane C. "et al". **Sistema de Informações Geográficas**. CPqD, Campinas, 2004.

MANEGUETTE, Arlete A. C. **Visita guiada ao software de cartografia temática Philcarto 4**. UNESP, Presidente Prudente, 2004.

MANEGUETTE, Arlete A. C. **Introdução à Cartografia Temática**. UNESP, Presidente Prudente, 2003.

MAPSERVER, 2004. **MapServer Documentation Project**. <http://mapserver.cttmar.univali.br>

MELO, L.P. RODRIGUES, D.A. **Uma análise dos anúncios de investimento em 2000: aspectos setoriais e regionais**. Julho/2001.

NOGUEIRA, R. N. "et al". **Georreferenciamento de mapas temáticos e imagens de satélite no aplicativo IDRISI**. Revista Brasileira de Agrociência 3, nº3, pág 99-106, Santa Maria, 1997.

NONNENBERG, M.J. B E MENDONÇA, M.: **Determinantes dos investimentos diretos externos em países em desenvolvimento**. Texto para discussão 1016. IPEA, Rio de Janeiro, 2004.

RENAI (2004/1) – Rede Nacional de Informações sobre o Investimento. Projetos de Investimentos: 1º semestre 2004. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC/SDP.

RENAI (2004/2) – Rede Nacional de Informações sobre o Investimento. Projetos de Investimentos: 2º semestre 2004. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC/SDP.

RODRIGUES, CARDOSO, CRUZ. **A volta do crescimento como sinalizado pelos anúncios de investimentos em 2004**. Disponível em:

<http://sistemasweb.desenvolvimento.gov.br/investimentoweb/arquivos/invAnuBndes.pdf> Acesso em: 18/03/06.

RODRIGUES; CARDOSO. **Os anúncios de investimento em 2003**. Sinopse Econômica 133, março 2004. Disponível: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/estudos/anuncios.pdf>. Acesso em: 18/03/06.

RODRIGUES, D.A.: **Os investimentos no Brasil nos anos 90: cenários setorial e regional**. Revista Bndes, Rio de Janeiro, v.7, n 13, p.107-136. jun.2000.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

SCARDUA, F. P; BURSZTYN, M; Delorme, J. P.; MOREIRA, L. de L. B.; e DAVISON, P. **Ações do Governo Federal no espaço territorial do Brasil, organização e evolução atual.** Brasília. 2004. 119p. mimeo.

SEGÓVIA, R.M. **Índice de Utilização Rodoviária por mesorregião.** Brasília:IICA/MI/SDPR. 67p.

SOARES, R.P. & NETO, C.A.S.C. **Considerações sobre o projeto de lei de parcerias público-privado (PPP) em face a experiência recente do Brasil.** *Texto para discussão 1010.* Brasília: IPEA, março/ 2004.

TEIXEIRA, Marta Duarte. **Padrões OpenGIS Componentes Open Source.** CPqD, Campinas, 2004.

THÉRY, Hervé, 2004. **Curso: SIG – Cours HT1.** <http://www.atmos.ggf.br>

TOURNEAU, François-Michael Le, 2004. **Curso de Informações Georreferenciadas.** <http://www.fmlt.org>

WANIEZ, Philippe, 2004. **Philcarto.** <http://perso.club-internet.fr/philgeo>

ZACKSESKI, N. F. & RODRIGUES, M.L.O.F. **Uma aproximação à atual política regional no Brasil.** Brasília:IPEA. 1999. 32p. (Texto para Discussão nº 694)

Anexo 1. Quadros sintéticos das principais políticas, planos, programas e projetos do governo federal.

Programas	Pactos de Concertamento
Temporalidade (décadas e ano de início)	PPA 2004-2007
Instituição Responsável Contato	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP
Parcerias	Governos Federal, Estadual e Municipal, Sociedade civil organizada
Objetivo	Elaboração de planos de desenvolvimento integrado, com ações dos três níveis de governo mais a sociedade civil, partindo-se de um Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território – PDST.
Meta	Espera-se aumentar a eficácia, a eficiência e a efetividade da ação pública, por meio da definição e da convergência de prioridades dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, de modo a promover a redução das desigualdades regionais, o equilíbrio no acesso aos serviços essenciais e a reversão da situação de exclusão e precariedade de populações residentes em territórios em risco social e estagnação econômica.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	 <p>Áreas piloto</p>
Resultados Alcançados	2004: assinados dois pactos de concertamento, em territórios distintos, um no Estado do Ceará (13 municípios) e o outro em Santa Catarina (6 municípios).
Instrumentos	Operacionais PPAs Federal, Estadual, Municipal, sociedade civil e iniciativa privada
	Gestão Planos de Desenvolvimento Integrado Regional (a ser construído)
	Financeiros Obtidos pelos recursos orçamentários dos entes federados

Política de Origem	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	
Programas	Planos Diretores	
Temporalidade (décadas e ano de início)	2003	
Instituição Responsável Contato	Ministério das Cidades - MCidades	
Parcerias	MinC, M.Turismo,MMA, Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).	
Objetivo	Reforçar a capacidade de gestão territorial e urbana, de forma a reduzir as desigualdades territoriais e promover a inclusão social.	
Meta	Até 2006 cerca de 1700 municípios devem realizar ou atualizar seus Planos Diretores	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	 <p><i>Municípios com Planos Diretores</i></p>	
Resultados Alcançados	<p>2001: 980 municípios com planos diretores, de um total de 5.560 municípios.</p> <p>2003: foram apresentados 122 propostas; em 2004, esse número passou para 638.</p>	
Instrumentos	Operacionais	Articulação entre governo federal e municípios; Apoio técnico de funcionários do MCidades e da CAIXA
	Gestão	Conselho Municipal de Política Urbana, órgão colegiado que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, permanente e deliberativo, é parte integrante do Sistema Nacional de Conselhos de Cidades e do Sistema Municipal de Planejamento, e vinculado funcionalmente ao Órgão Gestor da Política Urbana Municipal.
	Financeiros	Orçamento dos Governos Federal e Municipais

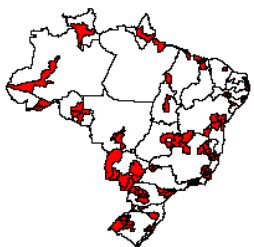
Política de Origem	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
Programas	Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais
Temporalidade (décadas e ano de início)	Criado em 2003
Instituição Responsável Contato	Ministério. das Cidades - MCidades
Parcerias	Min. Cultura, Min. Planejamento, Min. Turismo Min. Cidades
Objetivo	<p>Em 2003 (quando criado): Reverter o processo de esvaziamento e degradação das áreas centrais a partir do estímulo à utilização de imóveis ociosos, atendendo prioritariamente famílias com renda de até seis salários-mínimos.</p> <p>Em 2005: Promover a reabilitação urbana e a utilização de áreas desocupadas nos centros urbanos, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, conservando o patrimônio cultural e imobiliário, e reduzindo o esvaziamento habitacional</p>
Meta	Aproveitar parte dos 4,5 milhões de imóveis urbanos subutilizados ou em desuso localizados nas áreas centrais
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	<p>2003: Cidades prioritárias: São Luiz (MA), Recife (PE), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).</p> <p>2004: São Luiz (MA), Recife (PE), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Porto Alegre (RS), Piracicaba (SP), Amparo e Pelotas (RS).</p> <p>2005: municípios-sede das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Belém, Salvador, João Pessoa, Natal, São Luis, Vitória e nos municípios de Amparo/SP, Pelotas/RS, Piracicaba/SP e Terezinha/PE</p>
Resultados Alcançados	Desenvolvimento de um sistema de monitoramento e avaliação e a criação de uma rede de informações que possibilite a troca de experiências entre cidades. Alienação de imóveis vazios ou subutilizados pertencentes à União, ao INSS, ao INCRA e à Rede Ferroviária Federal (RFFSA) para uso habitacional nas áreas centrais. Para cada um dos organismos federais foi estabelecida uma maneira de alienação dos terrenos, permitindo reverter em parte o modelo de urbanização e divulgando mecanismos e instrumentos para uma nova prática urbana.
Instrumentos	Operacionais Planos de reabilitação de áreas urbanas centrais
	Gestão Gestão condominial, com a participação comunitária e dos parceiros: Min.Cultura/IPHAN, MMA, Min. Turismo, Min. Ação Social e CAIXA
	Financeiros Orçamento do Governo Federal
Indicadores (no PPA)	Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção (percentagem)

Política de Origem	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
Programas	Programa Monumenta
Temporalidade (décadas e ano de início)	Início 2000
Instituição Responsável Contato	Ministério da Cultura - MinC
Parcerias	MinC, IPHAN e UNESCO
Objetivo	Atacar as causas da degradação do patrimônio histórico, geralmente localizado em áreas com baixo nível de atividade econômica e de reduzida participação da sociedade, elevando a qualidade de vida das comunidades envolvidas.
Meta	1) Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano: <i>3.877 Pessoas capacitadas até dez/207</i> 2) Educação Patrimonial na Área do Monumenta: <i>1.708.514 Pessoas conscientizadas até dez/207</i> 3) Preservação do Patrimônio Histórico Urbano: <i>26 Conjuntos históricos preservados até dez/207</i>
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	83 municípios brasileiros, detentores de 101 Sítios Urbanos Nacionais considerados patrimônio histórico, artístico ou arquitetônico
Resultados Alcançados	2004: Conclusão de 31 (trinta e uma) obras em 17 (dezessete) Municípios, sendo 18 (dezoito) em monumentos e 13 (treze) em espaços públicos, praças, pontes e fontes.
Instrumentos	Operacionais Ações definidas pelo Regulamento Operativo do Programa
	Gestão Equipe Monumenta, vinculada à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura
	Financeiros Contrato de Empréstimo específico celebrado entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID: BID (50%); Governo Federal (25%); Governos Estadual, Municipais, ONG, Iniciativa Privada (25%)
Indicadores (no PPA)	Taxa de Conhecimento do Patrimônio Histórico e Cultural sob Proteção Federal pela População; Taxa de Centros Históricos conservados de forma sustentável

Política de Origem	Política de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS
Programas	Programa Cultura Afro-Brasileira Projeto Comunidades de Tradição Afro-Brasileira
Temporalidade (décadas e ano de início)	2000
Instituição Responsável Contato	Ministério da Cultura - MinC
Parcerias	MDA/Incra, MS/Funasa, Mcidades, MEC, UNB, MDS, SEPPIR.
Objetivo	Implementar ações voltadas para o desenvolvimento das comunidades de tradição afro-brasileira, inclusive as comunidades remanescentes de quilombo, os terreiros, de modo a assegurar seu etno-desenvolvimento coerente com suas necessidades histórica, religiosa e cultural.
Meta	1) de 01/2000 a 12/2015: Construção do Centro Nacional de Informações de Referência da Cultura Negra 2) Até 2007: implantação de 02 unidades do centro nacional de cidadania negra
Resultados Alcançados	2004: Outorga de certidões de auto-reconhecimento a 100 (cem) comunidades; Capacitação de 650 (seiscentos e cinqüenta) pessoas no desenvolvimento da Cultura Afro-Brasileira.
Instrumentos	Operacionais Parcerias: CNPq, Min. Relações Exteriores, MEC, MS, UNESCO, MDS, SEPPIR, MTE/FAT, Mcidades,...
	Gestão Fundação Palmares/MinC
	Financeiros Governo Federal; FNC
Indicadores (no PPA)	Taxa de Desenvolvimento Socioeconômico-Cultural das Comunidades Remanescentes de Quilombos (percentagem)

Política de Origem	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
Programas	Programa Brasil Patrimônio Cultural Projeto Patrimônio Material
Temporalidade (décadas e ano de início)	2004
Instituição Responsável Contato	Ministério da Cultura - MinC
Parcerias	MinC; IPHAN; MinC, Ministério das Cidades, MCT, Prefeituras, ONGs, Governos Estaduais, Programa Monumenta, entre outros.
Objetivo	Preservar bens materiais do patrimônio cultural brasileiro
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	São Luís/MA, Recife/PE, Serro/MG, João Pessoa/PB, Sabará/MG, Goiás Velho/GO, São Raimundo Nonato/PI
Resultados Alcançados	2004: recuperação de 22 edifícios históricos pelo IPHAN; desenvolvimento de 144 projetos de preservação em diversas localidades do território nacional, destacando-se as seguintes iniciativas na área de patrimônio material, como: Rotas da alforria: identificação e tombamento de áreas remanescentes de quilombos; e Apoio financeiro e técnico ao sítio arqueológico de São Raimundo Nonato, na Serra a Capivara (PI), incluindo criação e instalação de escritório técnico.
Instrumentos	Operacionais Orientações estratégicas do Governo Federal e que atendem ao objetivo setorial do Ministério da Cultura, conforme diretrizes setoriais estabelecidas no PPA 2004/2007
	Gestão IPHAN, Ministério Público, Ministério da Cultura
	Financeiros Recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, ONGs e iniciativa privada
Indicadores (no PPA)	Taxa de preservação de bens móveis edificados do Patrimônio Histórico-Cultural tombados pela União

Política de Origem	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
Programas	URBIS <i>Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos</i>
Temporalidade (décadas e ano de início)	Início 2001
Instituição Responsável Contato	IPHAN
Parcerias	MinC; Min.Trabalho; MMA; Min.Saúde; CAIXA; EMBRATUR; SEBRAE; BNDES; FINEP;
Objetivo	Incentivar e apoiar à formulação de planos de preservação de sítio histórico, por meio de concessão de financiamentos ao setor público, privado e cooperativo, voltados para a reabilitação urbana, assistência técnica ao poder local no desenvolvimento de projetos e na captação de recursos financeiros, fomento à participação da população local no processo, incentivando uma nova prática preservacionista nessas áreas e consolidando uma cultura urbanística do patrimônio.
Meta	25 Sítios históricos reabilitados até dez/2007
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Cidades selecionadas na 1ª fase do Programa (2001/2002) Manaus/AM Sobral/CE Mariana/MG Parati/RJ Cuiabá/MT Laguna/SC Pirenópolis/GO
Instrumentos	Operacionais Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbanos
	Gestão Comissões gestoras locais, envolvendo representantes do poder público e da sociedade civil; Estatuto da Cidade
	Financeiros Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART) / Ministério da Fazenda

Política de Origem	Fome Zero Política de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS
Programas	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD)
Temporalidade (décadas e ano de início)	2003
Instituição Responsável Contato	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
Parcerias	Federal: MDS, MDA, MMA e MI; ONGs e Universidades locais
Objetivo	Fortalecimento e ampliação das ações de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento local nas áreas de maior necessidade do país.
Meta	80 territórios em 2007; 2004-2007: 120 CONSADS (PPA)
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	40 territórios selecionados, em 26 Estados Brasileiros, ocupando 591 municípios 
Resultados Alcançados	2004: implantação de 40 consórcios, envolvendo aproximadamente 600 municípios.
Instrumentos	Operacionais A UNESCO é a agência que viabiliza a organização dos CONSADS, porém cabe ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM a articulação nacional e preparação das ações para sua operacionalização de fato
	Gestão Associação civil, sem fins lucrativos, com estrutura básica de um fórum, um conselho fiscal e uma comissão executiva; Planos de ação;
	Financeiros Orçamento federal (MDS) e municipal (FPM)

Política de Origem	Fome Zero Política de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS
Programas	Apoio às Comunidades Quilombolas
Temporalidade (décadas e ano de início)	2004
Instituição Responsável Contato	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
Parcerias	MDS; Fundação Cultural Palmares; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento)
Objetivo	Reducir a situação de vulnerabilidade alusiva à Segurança Alimentar das comunidades remanescentes de quilombos e afro-brasileiras.
Meta	Aquisição e distribuição de cestas alimentares básicas, realizada em parceria com a CONAB, nas mesmas 150 comunidades remanescentes de quilombos, bem como a execução de ações estruturantes, com vistas à auto-sustentabilidade e superação da situação de insegurança alimentar dessas comunidades.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	150 comunidades remanescentes de quilombos, consideradas prioritárias pela Fundação Cultural Palmares e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
Resultados Alcançados	Realização de um levantamento da realidade socioeconômico e cultural de cada comunidade e implantação de um banco de dados sobre quilombos no Brasil. Atualmente estão sendo desenvolvidas ações voltadas para a produção de alimentos nessas comunidades, por meio de aquisição de equipamentos para instalação de casas de farinha, aquisição de implementos agrícolas, aquisição de materiais para pesca artesanal e apicultura e sistemas de irrigação para pequenas lavouras.
Instrumentos	Operacionais Duas linhas operacionais: 1) aquisição e distribuição de cestas alimentares básicas, realizada em parceria com a CONAB, a 150 comunidades remanescentes de quilombos, consideradas prioritárias pela Fundação Cultural Palmares e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; 2) execução de ações estruturantes, nas mesmas 150 comunidades remanescentes de quilombos, com vistas à auto-sustentabilidade e superação da situação de insegurança alimentar dessas comunidades.

Política de Origem	Fome Zero Política de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS
Programas	Apoio às Comunidades Indígenas
Temporalidade (décadas e ano de início)	2004
Instituição Responsável Contato	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS
Parcerias	MMA, FUNAI, EMBRAPA, CONAB, Fundação Nacional do Índio.
Objetivo	Promover ações estruturantes que garantam segurança alimentar em comunidades indígenas por meio da Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas.
Resultados Alcançados	2003: firmou-se convênio entre o ex-Mesa e Embrapa visando sistematizar ações de pesquisa e troca de conhecimentos e de tecnologias direcionadas à segurança alimentar das populações indígenas a serem atendidas pelo Programa Fome Zero, abrangendo inicialmente a reserva indígena de Krahô por meio da reintrodução e circulação de sementes/mudas tradicionais escassas ou desaparecidas, como também introduzir variedades de fruteiras em seus quintais.
Instrumentos	Operacionais Duas linhas de ação: 1) de caráter emergencial, é a aquisição e distribuição de cestas alimentares básicas, realizada em parceria com a CONAB, para comunidades consideradas em situação aguda de carência alimentar. A Fundação Nacional do Índio acompanha esta ação, por meio de suas administrações regionais. 2) A outra linha é a Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas - Carteira Indígena, uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente que prevê um investimento de R\$ 7 milhões de reais para apoio e fomento a projetos de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas.
	Gestão Parceria: MMA, FUNAI, EMBRAPA, CONAB, Fundação Nacional do Índio
	Financeiros Investimento de sete milhões de reais para apoio e fomento a projetos de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas, parceria MMA/MDS
Indicadores	

Política de Origem	PPA 2004-2007
Programas	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais - PRONAT
Temporalidade (décadas e ano de início)	2003 até 2007
Instituição Responsável Contato	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
Objetivo	Promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento
Meta	Gestão social dos territórios; Fortalecimento do Capital Social; Dinamização das Economias Territoriais; Articulação interinstitucional
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	município – densidade demográfica até 80 hab/km ² e população total até 50.000 habitantes; microrregião geográfica até 80 hab./km ² e população média por município componente da microrregião de 50.000 habitantes.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR



Política de Origem	Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA
Programas	Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF
Temporalidade (décadas e ano de início)	
Instituição Responsável	Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA
Contato	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
Objetivo	Diminuir a pobreza no campo e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais por meio da concessão de linhas de crédito para a compra de imóvel e investimentos em infra-estrutura básica e projetos comunitários. Ampliação e consolidação da agricultura familiar.
Meta	A meta é beneficiar 130 mil famílias até 2006.
Instrumentos	Operacionais Ação Estratégica: descentralização para os Estados, Municípios e Sociedade Civil CONDRAF Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável CMDR
	Gestão Linhos de crédito: Combate à Pobreza Rural (trabalhadores rurais sem terra), Nossa Primeira Terra (jovens rurais de 18 a 24 anos) e Consolidação da Agricultura Familiar (pequenos produtores).
	Financeiros Fundo de Terras e da Reforma Agrária, (Governo Federal) para aquisição de imóveis. Banco Mundial para investimentos comunitários

Programas	Programa de apoio ao desenvolvimento rural – PRONAF
Instituição Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
Contato	Secretaria da Agricultura Familiar - SAF
Parcerias	
Objetivo	Construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando o aumento e a diversificação da produção, com o consequente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida.
Meta	Promover negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, o financiamento de infra-estrutura e serviços públicos nos municípios, o financiamento da produção da agricultura familiar (por meio do crédito rural), e a profissionalização dos agricultores familiares.
Instrumentos	Operacionais
	PRONAF Infra-estrutura e Serviços PRONAF Financiamento da Produção Agropecuária PRONAF B - microcrédito instituído para combater a pobreza rural PRONAF Semi-árido – recursos para a construção de pequenas obras hídricas, como cisternas, barragens para irrigação e dessalinização do semi-árido nordestino PRONAF Jovem – para jovens rurais (entre 16 e 25 anos) que estejam cursando o último ano de escolas agrotécnicas
Financeiros	Governo federal e agentes financeiros credenciados

Política de Origem	PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
Programas	Programa Vendas em Balcão
Instituição Responsável	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
Contato	
Objetivo	O Programa de Vendas em Balcão, que concentra suas atividades na comercialização de milho em grãos, tem o propósito de viabilizar o acesso dos pequenos criadores rurais e de agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos, por meio de venda direta e praticando preços correntes de mercado.
Meta	Milho em Grãos: 10 t/cliente/mês; Arroz em Casca: 100 t/cliente/mês Para participar do programa, o cliente deve se cadastrar previamente junto à CONAB, no respectivo Pólo de Venda (município), registrando sua identificação, endereço e qualificando suas atividades em escala de produção/consumo.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	O programa tem registrado presença em todas as regiões, com maior volume de negócios nas regiões nordeste (44%) e sul (39,4%). Até dezembro/2000 as operações abrangeram 20 estados, concentrando sua atuação na região nordeste, face o período de safra nas demais regiões. <i>No caso do arroz, somente os estados do Mato Grosso, Santa Catarina e Rondônia comercializaram o produto.</i>
Instrumentos	Financeiros AGF e Contratos de Opções

Programas	II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	
Temporalidade (décadas e ano de início)	2003 – 2006	
Instituição Responsável contato	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA	
Objetivo	Democratização do acesso à terra pelos trabalhadores rurais de forma a proporcionar a implantação de Projetos de Assentamentos baseados na lógica da sustentabilidade econômica, social e ambiental.	
Meta	<p>META 1 - 400.000 novas famílias assentadas</p> <p>META 2 - 500.000 famílias com posses regularizadas</p> <p>META 3 - 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário</p> <p>META 4 - Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos</p> <p>META 5 - Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado</p> <p>META 6 - Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais</p> <p>META 7 - Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas</p> <p>META 8 - Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas</p> <p>META 9 - Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária</p> <p>META 10 - Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas</p> <p>META 11 - Universalizar o direito à educação, à cultura e à segurança social nas áreas reformadas</p>	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	O PNRA trabalha com o conceito de desenvolvimento territorial. O objetivo é acabar com a idéia de um modelo único de assentamento a ser adotado em todo o País, mas sim a instalação e desenvolvimento dos assentamentos de acordo com as potencialidades e características de cada região.	
Instrumentos	Operacionais	Instrumentos de redistribuição de terras, regularização de posses e reordenamento agrário, de fornecimento dos meios indispensáveis à exploração racional da terra aos beneficiários da reforma e aos agricultores familiares, de dinamização da economia e da vida social e cultural dos territórios.
	Financeiros	Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Governo Federal PRONAF

Política de Origem	Plano Plurianual 2004-2007
Programa	Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento
Projeto	Localização e Proteção Etno-ambiental de Índios Isolados e de Recente Contato
Instituição Responsável Contato	FUNAI
Objetivo	Localizar geograficamente índios isolados; dimensionar e definir seu território; exercer vigilância e fiscalização; promover ações de proteção física, ambiental e cultural; assistir índios de recente contato; dotar as Frentes de Proteção Etno-ambientais de infra-estrutura física, transporte e comunicação; executar expedições aos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso.
Meta	Realização de expedições em selva para averiguar a existência de índios isolados, identificar/propor interdição de seus territórios, exercer fiscalização/vigilância nas TI habitadas por índios isolados e/ou de recente contato; assistir/garantir sua saúde; proteger sua cultura; construir bases de apoio/postos de vigilância; adquirir equipamentos para expedições em selva (mochilas, redes, calças, botas, cobertores, mosquiteiros, uniformes, tralhas de cozinha, armas, munições, material de caça e pesca para sobrevivência, materiais de primeiros socorros, medicamentos, equipamentos de visão noturna infra-vermelho, etc.); material de camping (lonas, barracas, cordas, cabos, lanternas, baterias, pilhas, facas, facões, machados), barcos, motores de popa e de centro, vadeiras, etc, ferramentas de marcenaria, mecânica e carpintaria, equipamentos/acessórios para registro de índios isolados e/ou de recente contato (câmera fotográfica, filadórica, videocassete, gravadora, etc.); outros equipamentos (tifort, talhas, cabos de aço, extintores de incêndio, etc.); meios de transporte terrestres e fluviais; gêneros alimentícios, combustíveis e lubrificantes, material de expediente, móveis e utensílios, etc., peças de reposição, material de limpeza e higiene, material de construção; equipamentos de comunicação (rádios, telefones, fax, etc.); material cartográfico e de orientação (GPS, bússolas, mapas, curvímetros, réguas, transferidores, compassos, etc.), equipamentos de informática (computadores, transformadores, estabilizadores, monitores, programas, disquetes, CD-ROM, DVD, placa de molden, software, etc.), fontes de energia solar ou a motores de combustão, (placa solar, cabos, terminais de fios, tomadas, plugs, conjuntos motogeradores, a diesel ou gasolina, etc.); contratar por produto profissionais como antropólogos, advogados, médicos, especialistas em computação, odontólogos, sertanistas, técnicos indigenistas, auxiliares de campo, mateiros, índios/intérpretes; pagar aluguel, fretes de aeronaves, de veículos terrestres e fluviais, serviços de revelação fotográfica, diárias/passagens, manutenção de máquinas, veículos, motores, barcos e equipamentos em geral.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso.
Instrumentos	Operacionais
	Expedições terrestres, fluviais e realização de sobrevôos, objetivando localizar geograficamente índios isolados, ações de vigilância e fiscalização das terras indígenas habitadas por índios isolados e/ou de recente contato, visando sua proteção cultural e etno-ambiental.
	Financeiros
	Projeto de Lei Orçamentária

Política de Origem	Plano Plurianual 2004-2007
Programa	Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento
Projeto	Regularização e Proteção de Terras Indígenas na Amazônia Legal – PPTAL (Programa-Piloto)
Temporalidade (décadas e ano de início)	Início: 01/11/1995 Fim: 01/12/2008 Duração: 159 meses
Instituição Responsável Contato	FUNAI
Objetivo	Promover a regularização fundiária de Terras Indígenas na Amazônia Legal e apoiar as comunidades indígenas na proteção e conservação dos recursos naturais nelas existentes.
Meta	Regularização fundiária de Terras Indígenas na Amazônia Legal mediante a identificação antropológica, delimitação, demarcação, indenização e remoção de ocupantes não-índios; ações de vigilância; promoção de estudos que visam ao aperfeiçoamento dos procedimentos adotados pela FUNAI; capacitação de servidores da FUNAI e de lideranças indígenas; estudos etno-ecológicos voltados à gestão participativa das terras indígenas; implantação de sistema de informações geográficas, de gerenciamento e de monitoria; custeio de despesas como deslocamento de servidores e de colaboradores.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Amazônia Legal (Área integrada pelos Estados do Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins).
Instrumentos	Operacionais Identificação, demarcação e homologação de terras indígenas. A ação é implementada de acordo com os compromissos elencados em tratado internacional de recursos destinados à regularização e proteção de terras indígenas na Amazônia Legal.
	Gestão Acordo intragovernamental Brasil-Alemanha assinado em 06/04/1995, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 109 de 15/09/95 e promulgado pelo Decreto nº 1671, de 1995.
	Financeiros Banco Mundial – BIRD Banco de Desenvolvimento do Governo Alemão – KfW Contrapartida do Governo do Brasil

Política de Origem	Plano Plurianual 2004-2007	
Programa	Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento	
Projeto	Identificação, Delimitação e Revisão de Terras Indígenas	
Instituição Responsável	FUNAI	
Contato		
Objetivo	Realizar estudos, inclusive preliminares, que identifiquem áreas territoriais necessárias à proteção e preservação das populações indígenas.	
Meta	Realização de estudos e de levantamentos etnográficos, antropológicos, ambientais, diagnósticos preliminares de ocupações não-indígenas, dentre outros, perícias judiciais contemplando inclusive, o acordo formalizado no Projeto PPTAL-PPG7 no que diz respeito às Terras Indígenas da Amazônia Legal, com a finalidade de identificar áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios; avaliação da necessidade de ampliação territorial de terras já demarcadas; identificação e delimitação de áreas; elaboração dos documentos necessários ao processo de regularização dessas terras; contratação, quando necessário, de especialistas, técnicos e consultores. Serviços de Terceiros – Pessoa Física (diárias, hospedagem, contratação de serviços de mateiro, condutor de voadeira, guia, acompanhante indígena). Custeio de despesas com deslocamento (aquisição de passagens aéreas, terrestres e fluviais; locação de veículos e barcos). Material de Consumo (combustível, filmes fotográficos, material de campo, medicamentos). Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (contratação de aeronave/sobrevôo; aquisição e mapas, fotocópias, revelação de filmes fotográficos, transcrição de material registrado em áudio e outras despesas necessárias para a logística das atividades em campo dos Grupos de Trabalho).	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Amazônia Legal (Área integrada pelos Estados do Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins).	
Instrumentos	Operacionais	Estudos e levantamentos bibliográficos, documentais e de campo, de caráter etno-histórico, etnográfico, sociológico, populacional, ambiental, cartográfico e fundiário (diagnóstico preliminar de ocupações não-indígenas). A etapa de identificação e delimitação prevê diversos procedimentos e antecede a demarcação de uma terra indígena. Conforme descrição do projeto, são realizadas diversas atividades de gabinete e em campo. Na fase de preparação dos trabalhos de campo, são reunidos dados e informação – de preferência por meios remotos, visando antecipar possíveis problemas e questões a serem enfrentados pelo antropólogo na identificação e pelo grupo técnico na etapa de estudos complementares e delimitação. A etapa de campo, dependendo da situação local (conflitos entre índios e não-índios) pode vir a ser cumprida em duas etapas. Uma segunda etapa em gabinete inclui a elaboração dos relatórios antropológicos, ambiental, cartográfico e fundiário de identificação e sua análise pelos técnicos. Os procedimentos de análise, cumpridos entre a execução orçamentária para os grupos técnicos e a publicação do resumo (produto final da ação de identificação, delimitação/revisão de terra indígena) não implicam em custos. Na publicação dos resumos também há execução orçamentária.

Programas	PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NIPO-BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CERRADO – PRODECER
Temporalidade (décadas e ano de início)	PRODECER I – 1979 a 1984 – MG PRODECER II – 1985 a 1993 – MG, MT, MS, GO e BA PRODECER III – 1995 a 2001 – MA e TO
Instituição Responsável Contato	Coordenador político – institucional: MAPA Executor: Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO)
Objetivo	Estimular a implantação de agricultura moderna e eficiente para o desenvolvimento da região do Cerrado, mediante o assentamento de agricultores sem terra, com visão empresarial, organizados em cooperativas e em unidades de produção de médio porte, com a utilização de processo produtivo embasado em enfoque holístico de sustentabilidade.
Meta	Incorporar 350.000 (trezentos e cinqüenta mil) hectares ao processo produtivo, nos distintos projetos constitutivos do Programa
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	
Resultados Alcançados	<p>Os Acordos de Projetos encerraram-se em 29/03/01, enquanto os de Empréstimos tem seu cronograma de amortização previsto para o PRODECER II até 2005 e para o III até 2014. Por esta razão, a ação de Financiamento para a Expansão Agrícola do Cerrado extinguiu-se na mesma data, permanecendo a de Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários. Este fato, gerou a elaboração de Termos de Referência do Estudo de Impacto do Programa em suas diferentes fases entre a JICA e o MAPA em 26/10/2000. Esta avaliação foi concluída no início de 2002, com indicativos de obtenção dos objetivos propostos.</p> <p>Foram implementados 21 (vinte e um) projetos nos estados de MG, GO, MS, MT, BA, MA e TO totalizando 353.748 (trezentos e cinqüenta e três mil e setecentos e quarenta e oito) hectares, beneficiando 758 (setecentos e cinqüenta e oito) colonos, nas culturas de Soja, Milho, Feijão, Algodão, Arroz, Trigo, Café, Frutíferas e Olerícolas. Existem 16.182 (dezesseis mil cento e oitenta e dois) hectares irrigados e 20.093 (vinte mil e noventa e três) irrigáveis.</p>
Instrumentos	Operacionais Acordos de Projetos Acordos de Empréstimos Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários Termos de Referência do Estudo de Impacto do Programa
	Financeiros Financiamento pelos Governos do Brasil e do Japão (JICA/OECF) e bancos privados japoneses, desprovido de formas de subvenção e/ou doação.

Programas	Programa Produtividade do Algodão e Outras Fibras
Instituição Responsável	Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo - MAPA
Objetivo	Capacitar e profissionalizar pequenos agricultores envolvidos na cultura algodoeira de forma racional, politicamente sustentável e economicamente compatível com a realidade das comunidades assistidas, com ênfase na formação “em serviço”
Meta	<ul style="list-style-type: none"> incorporar 16,6 mil hectares abandonados profissionalizar aproximadamente 14700 produtores direta e indiretamente produzir aproximadamente 25 mil toneladas de algodão
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Abrangência regional – Nordeste Semi-Árido: CE,PE,PB,BA,RN,SE, MA,SE.
Instrumentos	Financeiros Convênio - DESAGRO/BA - R\$200.000,00 Estado da Bahia – 09 Utd Convênio PNUD - Us272.265,00/Mapa) – 48 Utd Estados:Ce/Pe/Ba/Rn

Programas	Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura
Instituição Responsável Contato	conservacaodesolos@agricultura.gov.br
Objetivo	Promover o desenvolvimento rural de forma integrada e sustentável, tendo a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e a organização dos produtores como estratégia para promover a melhoria da produtividade agrícola e o uso de tecnologias adequadas sob o ponto de vista ambiental, econômico e social.
Meta	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação de pessoal técnico e agricultores em Planejamento de Bacias Hidrográficas e Conservação de Solo e Água; - Validação e difusão de tecnologias apropriadas em manejo e conservação de solo; - Introdução de práticas de cobertura de solo; - Práticas de agricultura orgânica e agroflorestais; - Implantação de viveiros de plantas; - Recomposição de matas ciliares e proteção de áreas frágeis; - Práticas de preservação e uso sustentável dos recursos hídricos; - Adequação de estradas vicinais de terra; - Calagem e gessagem do solo agrícola; - Práticas de contenção e controle de voçorocas; - Demarcação de curvas de nível e construção de sistemas de terraceamento; - Implantação de projetos demonstrativos de manejo integrado de pragas (MIP); - Produção e difusão de material técnico/educativo; - Apoio e realização de eventos técnicos (dias-de-campo, seminários, reuniões de trabalho); - Recuperação de áreas degradadas; - Introdução do Sistema Plantio Direto.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	O Programa atua em todo o território nacional, obedecendo às peculiaridades regionais e locais.

Política de Origem	PPA 2004-2007
Programas	Plano Agrícola e Pecuário 2004-2005
Temporalidade (décadas e ano de início)	2004 - 2005
Instituição Responsável Contato	Secretaria de Política Agrícola Ivan Wedekin (ivanwedeckin@agricultura.gov.br) spa@agricultura.gov.br 61-3218 2505 e 3218 2507
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir novos aumentos da produção, por meio de ganhos de produtividade e de incorporação de áreas de modo ambientalmente sustentável, possibilitando mais e melhores alimentos aos brasileiros e crescimento na exportação e no saldo comercial do agronegócio; • Potencializar o processo de crescimento econômico do País, promovendo a interiorização do desenvolvimento e ampliando as oportunidades de inclusão social por meio do aumento da renda e do emprego, no campo e na cidade; • Alavancar a modernização e a competitividade do agronegócio, financiando maciçamente o investimento produtivo e a melhoria da infra-estrutura no meio rural; • Inserir, cada vez mais, a agropecuária e o agronegócio nos mercados financeiro e de capitais, atraindo novos investidores utilizando-se mecanismos inéditos de financiamento, comercialização e seguro, e reduzindo os custos e os riscos das atividades
Instrumentos	Operacionais instrumentos de crédito e comercialização
	Financeiros MAPA-BNDES: Modeagro, Moderfrota, Moderinfra, Prodeagro, Prodefruta, Propflora, Prodecoop, Proleite, Finame Especial, AGF, EGF, LEC

Política de Origem	Política Nacional de Desenvolvimento Regional. (Planos Regionais de desenvolvimento, o Macroregionais – Nordeste semi-árido e Centro-Oeste; e o mesoregionais
Instituição Responsável	Ministério da Integração Nacional - MI
Objetivo	Redução das desigualdades regionais e ativação dos potenciais de desenvolvimento das regiões.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Regiões brasileiras, atendimento de 401 municípios (7,2%).

Programas	Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais- PROMESO
Instituição Responsável	Ministério da Integração Nacional - MI
Objetivo	Aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Sem critério específico, + com atuação em 12 áreas 1115 municípios, sendo 5 prioritárias.

Programas	Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões- PROMOVER
Instituição Responsável	Ministério da Integração Nacional - MI
Objetivo	promover, em espaços sub-regionais dinâmicos, a inserção competitiva de atividades econômicas potenciais nas economias local, regional, nacional e internacional.
Meta	iniciativas do governo de parcerias, nas diversas áreas existentes, implementadas pela sociedade civil voltadas para os arranjos produtivos locais

Programas	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido- CONVIVER
Temporalidade (décadas e ano de início)	1989
Instituição Responsável	Ministério da Integração Nacional - MI
Objetivo	redução das vulnerabilidades socioeconômicas da população das áreas com maior incidência de seca.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	abrangência definida pelo Semi-Árido, 1.031 municípios.

Programas	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
Instituição Responsável	Ministério da Integração Nacional - MI
Objetivo	promover a estruturação física, social e econômica das áreas situadas na Faixa de Fronteira, com ênfase na ativação das potencialidades locais.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	11 estados, estando presente em 588 municípios, cobrindo 27% do território nacional. o arco norte, com 6 áreas homogêneas, o arco central – com 8 áreas homogêneas e o arco sul com 3 áreas homogêneas.

Programas	Programa de Organização Produtiva de Comunidades Pobres (NOVO PRONAGER)
Instituição Responsável	Ministério da Integração Nacional - MI
Objetivo	promover a capacitação e organização produtiva de comunidades pobres, visando sua inserção competitiva no mercado de trabalho, potencializando seus recursos e vocações econômicas, priorizando o apoio à organização dos arranjos produtivos locais, concorrendo, assim, para o desenvolvimento local e regional
Meta	reduzir o desemprego e o subemprego em comunidades urbanas e rurais; capacitar pessoas desempregadas ou subempregadas para sua organização social e produtiva e geração de postos de trabalho e de renda, potencializando os recursos e vocações econômicas das comunidades; fomentar a estruturação de empreendimentos produtivos, associações e cooperativas para produção de bens e serviços; possibilitar a geração de novas formas e processos de organização social de pessoas que se encontram fora da dinâmica social e das relações de poder local; apoiar a organização de arranjos de cadeias produtivas e, contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades e para o desenvolvimento local, mesorregional e regional sustentável.
Resultados Alcançados	definição de sua área de abrangência ainda não está completamente estabelecida. Pretende-se que o programa tenha uma convergência e sobreposição com as políticas de combate à pobreza e à fome (Fome Zero) e com as áreas prioritárias do MI.

Programas	Plano Amazônia Sustentável (PAS)
Instituição Responsável	Ministério do Meio Ambiente – MMA Ministério da Integração Nacional - MI
Objetivo	O Plano Amazônia Sustentável é em uma proposta de desenvolvimento regional para o País, dentro da PNDR, objetivo de implementar um novo modelo de desenv. Na Amaz., pautado na valorização das potencialidades naturais e sociais, voltado para a geração de renda e emprego, redução da desigualdade social
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Amazônia lega. 3 sub-regiões: Macrorregião de Povoamento Adensado; Macrorregião Amazônia Central; e Macrorregião amazônia ocidental definidas em função de variáveis como as tendências demográficas, as alterações no padrão de uso da terra, os centros dinâmicos de economia regional e os diferentes níveis de exposição à pressão do povoamento.

Programas	Programa Nacional de Ecoturismo
Instituição Responsável	Ministério do Meio Ambiente – MMA/SDS
Objetivo	procura articular as atividades relacionadas com o ecoturismo executadas no âmbito do MMA, que incluem o programa de ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR, o Programa de revitalização do rio São Francisco e o Programa Pantanal.

Política de Origem	PPA 2004-2007
Programas	Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR
Instituição Responsável	Ministério do Meio Ambiente –MMA/SDS
Objetivo	realizar o desenvolvimento sustentável do ecoturismo na região amazônica brasileira através do planejamento e da execução de estratégias regionais, da formulação de projetos de infra-estrutura e do estímulo às atividades produtivas por meio da adoção de um sistema descentralizado de gestão participativa, proporcionando um cenário favorável aos investimentos privados.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Pólos por municípios

Programas	Projeto de Gestão Ambiental Rural - GESTAR
Instituição Responsável	MMA-Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável,
Objetivo	promover a gestão ambiental em áreas de assentamentos humanos rurais, incluindo os assentamentos de reforma agrária, mediante o uso de instrumentos econômicos e de gestão ambiental, visando melhorar a qualidade ambiental e de vida da população rural.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	unidade de gestão ambiental piloto chapecó

Programas	Áreas Especiais e Corredores Ecológicos –
Instituição Responsável	MMA/FUNAI
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	unidades de conservação,

Programas	Agenda 21 Local - MMA
Instituição Responsável	Ministério do Meio Ambiente – MMA Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável - SDS

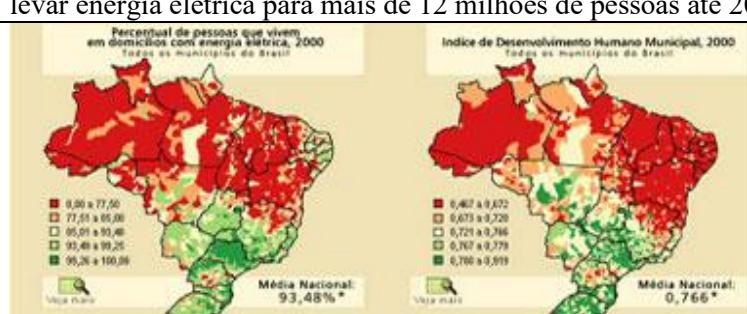
Programas	PROAMBIENTE
Instituição Responsável	MMA
Objetivo	promover o desenvolvimento rural integrado, por meio do controle social, gestão participativa, ordenamento territorial, mudanças qualitativas de uso da terra e prestação de serviços ambientais. Tem com público-alvo produtores familiares (agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos e populações tradicionais).
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Municípios

Programas	Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico
Temporalidade (décadas e ano de início)	2003-2007
Instituição Responsável	Ministério do Meio Ambiente - MMA
Objetivo	Elaborar ou Coordenar o ZEE no território nacional,

Programas	Programa de Regionalização do Turismo
Instituição Responsável	Ministério do Turismo - MTur
Objetivo	dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional; aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

Programas	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais - PRONAT
Temporalidade (décadas e ano de início)	Ínicio em 2003 a 2007
Instituição Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
Contato	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Municípios

Programas	Plano BR-163 Sustentável
Instituição Responsável	Casa civil
Contato	
Objetivo	Implementar um novo modelo de desenvolvimento na área de influência da BR- 163
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Municípios, Pará, Amazonas e Mato Grosso

Programas	Programa Luz para Todos
Temporalidade (décadas e ano de início)	2004
Instituição Responsável	Ministério de Minas e Energia – MME
Contato	www.mme.gov.br
Parcerias	Eletrobrás
Objetivo	levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas até 2008
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	 <p>estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.</p>
Instrumentos	Operacionais
	A gestão do LUZ PARA TODOS é partilhada com todos os órgãos interessados: governos estaduais, distribuidoras de energia, ministérios, agentes do setor e comunidades. Com os governos estaduais foram assinados protocolos de adesão programa. Além de participarem da gestão do programa, os governo estaduais também entrarão com recursos para a eletrificação das comunidades.
	Gestão
	O programa foi iniciado em todos os estados brasileiros com a instalação dos Comitês Gestores Estaduais (CGEs)
	Financeiros
	recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR)

Anexo 2. Quadro das Políticas, programas, planos e projetos das empresas estatais.

Política de Origem	Programas do Governo Federal administrados pelos BNDES
Programas	Programa Infra-estrutura - Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel
Temporalidade (décadas e ano de início)	Prazo de vigência Indeterminado.
Instituição Responsável Contato	BNDES Home-Page:
Parcerias	BNDES/Governo Federal
Objetivo	<p>Apoiar investimentos em todas as fases da produção de biodiesel (fase agrícola, produção de óleo bruto, produção de biodiesel, armazenamento, logística e equipamentos para a produção de biodiesel), sendo que, em relação às fases agrícola e de produção de óleo bruto, podem ser apoiados projetos desvinculados da produção imediata de biodiesel, desde que seja formalmente demonstrada a destinação futura do produto agrícola ou do óleo bruto para a produção de biodiesel;</p> <p>Apoiar a aquisição de máquinas e equipamentos homologados para uso de biodiesel ou de óleo vegetal bruto;</p> <p>Apoiar investimentos em beneficiamento de co-produtos e subprodutos do biodiesel</p>
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Para todo o Brasil
Instrumentos	Operacionais Solicitação de financiamento ao BNDES
	Financeiros Condições de Financiamento: Um dos fatores determinantes das condições de financiamento é o selo Combustível Social. O referido selo será concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA a produtores de biodiesel que promovam a inclusão social de agricultores familiares que lhes fornecem matérias-primas. Para obtenção do selo Combustível Social, o produtor de biodiesel deverá atender a critérios objetivos estabelecidos pelo MDA
Indicadores	Clientes Conforme disposto nas Políticas Operacionais do BNDES. Veja: Clientes

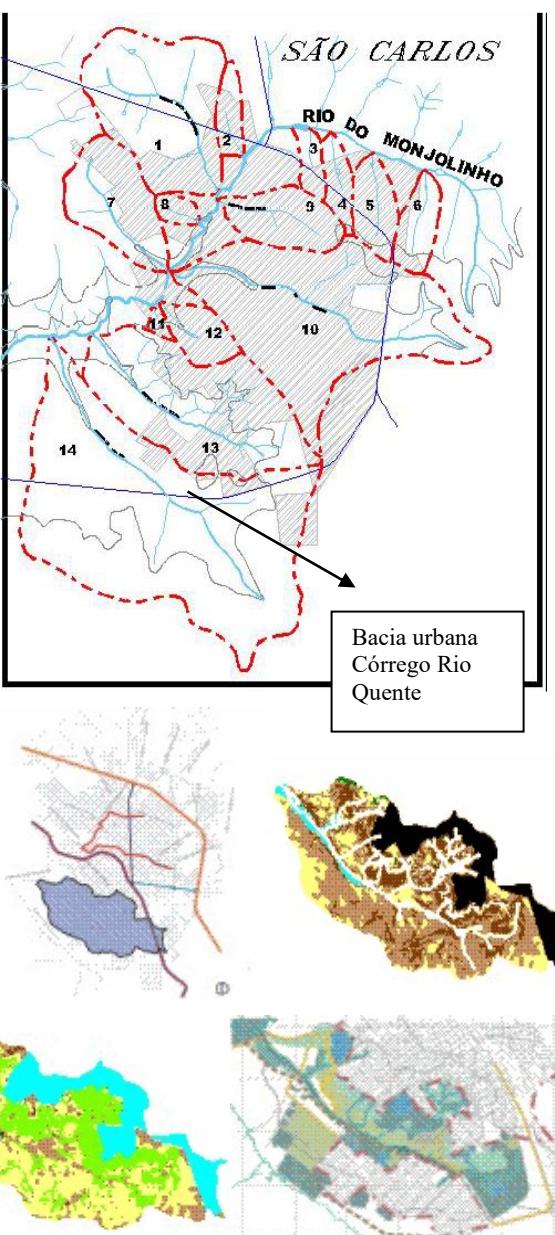
Política de Origem	Programas do Governo Federal administrados pelos BNDES
Programas	Programa Infra-estrutura - Programa de apoio às concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica
Temporalidade (décadas e ano de início)	<p>Prazos</p> <ul style="list-style-type: none"> • De carência: até seis meses após a entrada em operação comercial; os juros poderão ser capitalizados durante o período. • De amortização: até 12 anos, determinado em função da capacidade de pagamento do projeto. <p>Sistema de Amortização: Sistema de Amortização Constante (SAC)</p>
Instituição Responsável Contato	BNDES Home-Page:
Parcerias	BNDES/Governo Federal
Objetivo	Apoiar investimentos das concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, no âmbito da licitação, para a construção e operação de Linhas de Transmissão, realizada pela ANEEL no segundo semestre de 2004.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Para todo o Brasil
Instrumentos	Operacionais Solicitação de financiamento ao BNDES
	Financeiros Custo Financeiro Até 80% do valor da operação: Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP Mínimo de 20% do valor da operação: Cesta de Moedas ou Dólar norte-americano - Veja: Normas de Aplicação. Remuneração do BNDES (Operação Direta) De 1% a 4% ao ano, em função da localização (em área de abrangência dos Programas Regionais) e do porte da empresa. Remuneração do BNDES (Operação Indireta) De 1% a 3,5% ao ano, em função da localização (em área de abrangência dos Programas Regionais) e do porte da empresa. Remuneração da Instituição Financeira Credenciada Negociada entre a instituição financeira credenciada e o cliente.
Indicadores	Clientes Sociedades Anônimas de Propósito Específico, concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, com balanços auditados anualmente por empresas cadastradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Política de Origem		Programas do Governo Federal administrados pelos BNDES
Programas		Programa Infra-estrutura - Programa de apoio financeiro a investimentos em ferrovias nas regiões Norte e Nordeste
Temporalidade (décadas e ano de início)		Prazo de vigência Até 30.06.2009.
Instituição Responsável Contato		BNDES Home-Page:
Parcerias		BNDES/Governo Federal
Objetivo		Promover investimentos em infra-estrutura de transporte ferroviário de cargas nas regiões Norte e Nordeste, de forma a contribuir para o desenvolvimento regional.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)		Para todo o Brasil
Instrumentos	Operacionais	<p>Encaminhamento As solicitações de apoio são encaminhadas ao BNDES por meio de Carta-Consulta - preenchida segundo as orientações do Roteiro de Informações para Enquadramento - enviada pela empresa interessada, ao:</p> <p>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Área de Planejamento-AP Departamento de Prioridades-DEPRI Av. República do Chile, 100 - Protocolo - Térreo 20031-917 - Rio de Janeiro, RJ.</p>
	Financeiros	Recursos R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de Reais).
Indicadores		Clientes Concessionárias de Transporte Ferroviário de Cargas

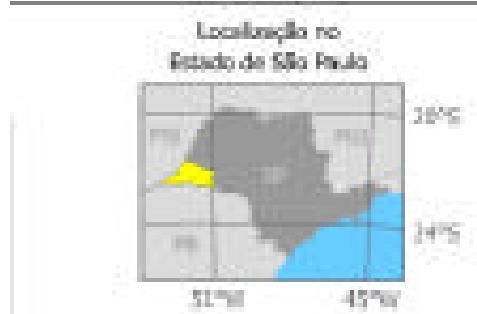
Política de Origem		Programas do Governo Federal administrados pelos BNDES
Programas		Programa Infra-estrutura - Programa de apoio financeiro a investimentos em ferrovias nas regiões Norte e Nordeste
Temporalidade (décadas e ano de início)		Prazo de vigência Até 30.06.2009.
Instituição Responsável Contato		BNDES
Parcerias		BNDES/Governo Federal
Objetivo		Promover investimentos em infra-estrutura de transporte ferroviário de cargas nas regiões Norte e Nordeste, de forma a contribuir para o desenvolvimento regional.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)		Para todo o Brasil
Instrumentos	Operacionais	<p>Encaminhamento As solicitações de apoio são encaminhadas ao BNDES por meio de Carta-Consulta - preenchida segundo as orientações do Roteiro de Informações para Enquadramento - enviada pela empresa interessada, ao:</p> <p>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Área de Planejamento-AP Departamento de Prioridades-DEPRI Av. República do Chile, 100 - Protocolo - Térreo 20031-917 - Rio de Janeiro, RJ.</p>
	Financeiros	Recursos R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de Reais).
Indicadores		Clientes Concessionárias de Transporte Ferroviário de Cargas

Programas	Remanescentes de Floresta Atlântica no Rio de Janeiro
Temporalidade (décadas e ano de início)	Iniciado em 1989
Instituição Responsável Contato	Petrobrás
Parcerias	Convênio firmado entre a Petrobras e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico
Objetivo	A execução de um programa de estudo, conhecimento e restauração da Mata Atlântica.
Resultados Alcançados	já inventariou matas de encosta e sopé nas Serras do Mar e da Mantiqueira.

Política de Origem	Programa Petrobrás Ambiental	
Programas	Recuperação e Valorização das Nascentes do Rio Jaguaribe	
Temporalidade (décadas e ano de início)	02/ 2005	
Instituição Responsável Contato	Petrobrás	
Parcerias	Federação das Entidades Ambientalistas Potiguares	
Objetivo	Salvar as nascentes do Rio Jaguaribe e todo seu patrimônio natural, sendo importante no âmbito ambiental, social, educacional e científico.	
Meta	Reconstituir a comunidade biológica do Manguezal, principal purificador das águas do rio.	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	<p>O rio Jaguaribe nasce próximo à margem norte do Estuário do rio Potengi (principal rio de Natal, capital do Rio Grande do Norte). É um rio relativamente pequeno, mas desenvolve largura e caudal suficientes para sustentar extensos e em parte intocados manguezais, depois de nascer numa área de Mata ciliar nativa.</p>	
Resultados Alcançados		
Instrumentos	Operacionais	O Modelo de Gestão e Conservação, adotado no Projeto, será realizado ao mesmo tempo na área urbana e selvagem
	Gestão	Disseminação de boas práticas para redução do desperdício de água Recuperação de corpos d'água Recuperação de matas
Indicadores	Atualmente, o rio está submetido a três impactos principais: desmatamento dos manguezais para estabelecimento humano ou criação de camarão; alterações da fauna, da flora e da qualidade da água pela ação de poluentes e; introdução de espécies aquáticas exóticas	

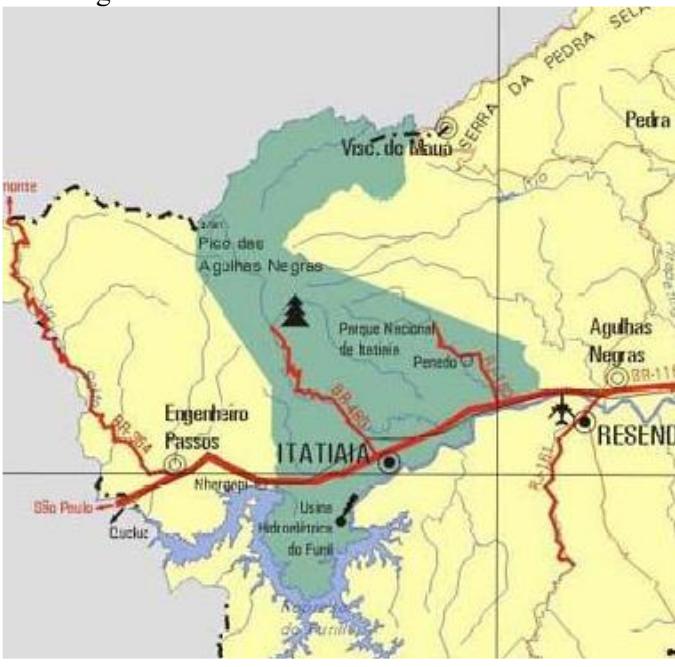
Política de Origem	Programa Petrobrás Ambiental
Programas	Projeto Água Quente
Temporalidade (décadas e ano de início)	02/2005
Instituição Responsável Contato	Petrobrás
Parcerias	Ong's TEIA e Acquavit/USP
Objetivo	Dar continuidade à recuperação ambiental do primeiro Parque Florestal Urbano da região
Meta	Efetivar ações estruturais (recuperação da vegetação e nascente, engenharia naturalística, paisagismo para lazer, pesquisa e educação) e educacionais (curso capacitação, fóruns de disseminação de ações para gestão de recursos hídricos e desenvolvimento local)
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	<p>A Bacia do Córrego da Água Quente ocupa 1250ha, no município de São Carlos, em São Paulo</p> 

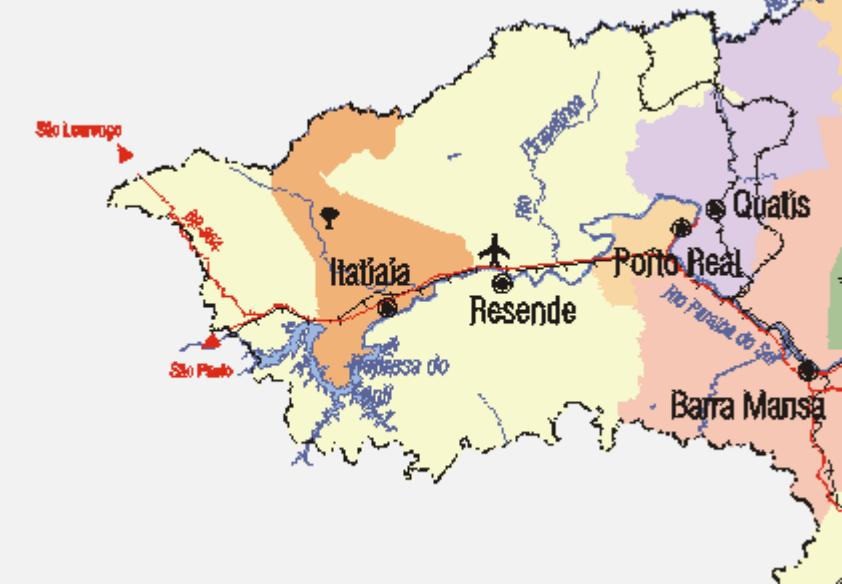
Resultados Alcançados		A TEIA realizou um diagnóstico geral desta bacia, tendo como objetivo o estudo de aptidões e a indicação de diretrizes preliminares de intervenção - a proposta é reverter gradualmente o processo predatório de ocupação e exploração dos recursos naturais, contando inclusive com um programa complementar de educação ambiental.
Instrumentos	Operacionais	o envolvimento de trabalho em rede de ONGs e setores público e privado.
	Gestão	A metodologia será baseada no conceito Bacia Escola e Hidrossolidariedade.
	Financeiros	Por meio de repasse da Petrobrás ,cerca de R\$ 3,6 milhões para implementação de quatro projetos. a Petrobras assinou acordos com os responsáveis pelos projetos "Educando sobre as Águas", "As Águas Vão Rolar", "Projeto Mogi Guaçu" e Projeto Água Quente".
Indicadores		Uma região carente, com forte degradação ambiental, nascente e corpo de água poluídos, assoreamento e perda da cobertura vegetal, em função da expansão agrícola e acelerado crescimento urbano.

Política de Origem	Programa Petrobrás Ambiental
Programas	As Águas vão Rolar: Restauração da Paisagem, Conservação dos Recursos Hídricos e Espécies Ameaçadas
Temporalidade (décadas e ano de início)	02/2005
Instituição Responsável	PETROBRAS
Contato	Home-Page: www.petrobras.com.br
Parcerias	IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas
Objetivo	<p>combater os assoreamentos e a degradação das matas ciliares na região, fazendo com que elas funcionem como corredores ecológicos de fauna e flora, já que há falta de conectividade entre as duas maiores Unidades de Conservação regionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> -restauração da paisagem, conservação de recursos hídricos e espécies ameaçadas" -reflorestar áreas de reserva legal e matas de pequenas propriedades e assentamentos, implantar assistência, capacitação, educação ambiental, entre outras, para toda a população envolvida na região.
Meta	<p>atender as necessidades básicas na busca de uma reforma agrária sustentável nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reflorestamento de 700 ha de áreas de reserva legal e matas ciliares em pequenas propriedades e assentamentos. - Capacitação, assistência, educação ambiental e extensão agroecológica na teoria e na prática de sistemas agroflorestais para 400 participantes - Implantação de 20 viveiros agroflorestais comunitários nas propriedades rurais envolvidas. - Ampliação das ações do programa de educação ambiental na região do Pontal do Paranapanema
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	<p>Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo.</p>  

Instrumentos	Financeiros	Por meio de repasse da Petrobrás ,cerca de R\$ 3,6 milhões para implementação de quatro projetos. a Petrobras assinou acordos com os responsáveis pelos projetos "Educando sobre as Águas", "As Águas Vão Rolar", "Projeto Mogi Guaçu" e Projeto Água Quente".
Indicadores		<p>Em 1942, foi criada a "Grande Reserva do Pontal do Paranapanema", localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, para proteger 247 mil hectares de florestas. Porém, nos anos seguintes, essa unidade de conservação foi submetida a um intenso processo de fragmentação florestal associado a conflitos fundiários e ocupações de terras por grandes fazendeiros.</p> <p>Devido ao desrespeito aos limites da reserva, suas matas ficaram reduzidas a 36 mil hectares do Parque Estadual Morro do Diabo e 12 mil hectares de fragmentos espalhados na região. A paisagem dominante é constituída de pastagem ou plantações de cana-de-açúcar, além de lotes agrícolas de assentamentos rurais. Possui um dos principais remanescentes de Mata Atlântica do Interior.</p> <p>O Pontal do Paranapanema é a segunda região mais pobre do Estado. A estrutura fundiária está baseada em latifúndios e em terras pertencentes ao Estado, utilizadas para pastos. Na região existem hoje 101 assentamentos rurais, onde vivem 5.485 famílias. A maior parte dessas famílias foi assentada a partir de 1995, em virtude do grande estoque de terras. Em 2004, foram assentadas 78 famílias no Pontal em três assentamentos. Em 2003, foram assentadas 408 famílias em oito assentamentos. Hoje são mais de seis mil famílias assentadas - cerca de 20 mil pessoas</p>

Política de Origem	Programa Petrobrás Ambiental
Programas	Projeto Mogi-Guaçu
Temporalidade (décadas e ano de início)	2005 a 2007
Instituição Responsável Contato	PETROBRAS Home-Page: www.petrobras.com.br
Parcerias	Fundação Para o Incremento a Pesquisa e Aperfeiçoamento Industrial - Fipai
Meta	A realização de ações ambientais na bacia do Rio Mogi Guaçu, que promovam a redução de impactos ambientais, a recuperação e proteção de corpos de água
Instrumentos	Gestão A estratégia será a capacitação para o gerenciamento dos recursos hídricos, com atenção para a educação ambiental, envolvendo professores de ensino fundamental e médio e produtores rurais (agricultores e piscicultores), além de toda a sociedade da região.
	Financeiros Por meio de repasse da Petrobrás, cerca de R\$ 3,6 milhões para implementação de quatro projetos. a Petrobras assinou acordos com os responsáveis pelos projetos "Educando sobre as Águas", "As Águas Vão Rolar", "Projeto Mogi Guaçu" e Projeto Água Quente".

Política de Origem	Programa Petrobrás Ambiental
Programas	Projeto "Preservação do Rio Aiuruoca e desenvolvimento sustentável
Instituição Responsável Contato	Coordenação: PETROBRAS Home-Page: www.petrobras.com.br
Parcerias	As parcerias com organismos da região envolvem a prefeitura de Itamonte, a Associações de Moradores dos dois bairros rurais envolvidos,(Associação Comunitária dos Amigos, Vizinhos e Moradores da Serra Negra)Universidade Federal Fluminense (UFF), EMATER-MG e o Comitê para Democratização da Informática (CDI).
Objetivo	desenvolver a consciência ecológica na comunidade através da implementação de ações para preservação de corpos d'água doce;
Meta	<p>O projeto abrangerá, inicialmente, duas comunidades (bairros rurais) envolvendo cerca de 200 famílias. Espera-se com o projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover o reflorestamento de entorno de corpos d'água; • reduzir a poluição do rio Aiuruoca e afluentes; • aumentar o número de fossas sépticas para 100% das moradias envolvidas; • contribuir para implantação de um sistema de coleta de lixo; • gerar alternativas sustentáveis de renda através do turismo ecológico e rural; • reduzir a exclusão digital da população envolvida; • contribuir para a organização civil da comunidade e para o desenvolvimento de uma consciência ambiental que permita o crescimento sustentável da região; e • contribuir para criação de alternativas sustentáveis de renda para a comunidade envolvida.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	<p>O Projeto Alto Aiuruoca Sustentável é realizado no município mineiro de Itamonte na microbacia do alto rio Aiuruoca. Esta região está na APA da Serra da Mantiqueiro e nas imediações do Parque Nacional do Itatiaia. Nos anos 90 foi criado o Parque Estadual da Serra do Papagaio que, hoje, também faz divisa com a região.</p> 

	
Resultados Alcançados	<p>Os atores envolvidos já estão sensibilizados para a necessidade de uma mudança nos hábitos e na sua forma de se relacionar com o ambiente. Recentemente foi criada a Associação dos Amigos, Vizinhos e Moradores da Serra Negra com a intenção de buscar soluções para os problemas econômico e ambiental que se avizinham. As primeiras ações do atual presidente dizem respeito à busca de solução para o recolhimento do lixo produzido e para a questão do esgoto sanitário.</p> <p>Esta nova realidade mostra o engajamento da comunidade para a mudança exigida e sua iniciativa na busca de soluções. A Associação dos Amigos, Vizinhos e Moradores da Serra Negra já vem desenvolvendo esforços junto à comunidade e ao poder público para a implantação de fossas sépticas e sistema de coleta de lixo na região da Serra Negra e bairros vizinhos.</p>
Instrumentos	Operacionais serão realizadas ações para o desenvolvimento da consciência ecológica na comunidade e de lideranças locais, bem como campanhas de mobilização social e de divulgação.
	Gestão Associação comunitária dos amigos, vizinhos e moradores da serra negra é a Proponente do Projeto e tem como responsabilidades a ,Articulação local e mobilização da comunidade da Serra Negra. Divulgação do Projeto para a Comunidade e a Coordenação local junto a Universidade Federal Fluminense (UFF) e FEC/NEICT .
	Financeiros Por meio de repasse da Petrobrás através do Programa Petrobrás Ambiental
Indicadores	<p>O Rio Aiuruoca tem a nascente mais alta do Brasil que fica no maciço das Agulhas Negras. Ele desce em direção ao oeste de Minas Gerais e desemboca no Rio Grande atravessando uma região de grande potencial paisagístico e turístico em parte da região do Sul de Minas. A Bacia do Rio Grande pertence a bacia do Rio Paraná. Tem uma área total de 143.000 Km2 dos quais 86.500 Km2 se localizam em território mineiro, o que equivale a 17,8% da área do estado. Nesta bacia é gerada cerca de 67% de toda energia hidrelétrica produzida em Minas Gerais. O Parque Nacional do Itatiaia é uma Unidade de Conservação federal que ajuda a conservar e preservar o patrimônio cultural e natural do Brasil. Foi fundado em 14 de junho de 1937, sendo o primeiro parque nacional a ser criado no Brasil com uma área de 12.000 ha. Em 1982 sua área foi ampliada para 30.000 ha.</p> <p>A região envolvida passa por um período de declínio da atividade produtiva (gado leiteiro e extrativismo) e um aumento da atividade de turismo e de especulação imobiliária (venda de terrenos para visitantes e turistas) gerando assim atividades econômicas com potencial impacto ambiental e cultural.</p>

Política de Origem	Programa Petrobrás Ambiental	
Programas	Uso da Agroflorestação na Recuperação de Solos e Matas Ciliares em Dois Distritos do Crato	
Temporalidade (décadas e ano de início)	2005 -2007	
Instituição Responsável	PETROBRAS Home-Page: www.petrobras.com.br	
Parcerias	Associação Cristã de Base	
Objetivo	a recuperação do solo e das matas ciliares, bem como a melhoria das condições sócio-ambientais em 18 comunidades nos distritos de Monte Alverne e Santa Fé, município do Crato, Ceará.	
Meta	Recuperação de matas; Capacitação dos principais atores O público-alvo são agricultores, jovens, mulheres organizados em associações e sindicatos dos trabalhadores rurais	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	 <p>01 - Barbalha 02 - Crato 03 - Jardim 04 - Juazeiro do Norte 05 - Missão Velha 06 - Nova Olinda 07 - Porteiras 08 - Santana do Cariri</p>	
Instrumentos	Gestão	O projeto contemplará a capacitação do sistema agroflorestal, o gerenciamento da pequena propriedade rural, a construção de barragens subterrâneas, a utilização e o gerenciamento racional dos recursos hídricos, mediante acompanhamento sistemático
	Financeiros	Por meio de repasse da Petrobrás através do Programa Petrobrás Ambiental

Política de Origem	Programa Petrobrás Ambiental
Programas	Projeto Iguatu: Redesenhandando a Gestão dos Recursos Hídricos na Agricultura Familiar através da Agroecologia
Temporalidade (décadas e ano de início)	2005
Instituição Responsável Contato	PETROBRAS Home-Page: www.petrobras.com.br
Parcerias	Associação de Agricultura Orgânica do Paraná O projeto é resultado da ação e articulação de seis organizações: Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA), Federação dos Agricultores da Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF/SUL) Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo (COOPERAFLORESTA), Centro Nacional de Pesquisas em Florestas (Embrapa Florestal) e Universidade Federal do Paraná (UFPR).
Objetivo	promover a gestão adequada dos recursos hídricos junto à agricultura familiar, através do desenvolvimento da Agroecologia
Meta	Beneficiar 627 famílias do Paraná, contribuindo para a recuperação e conservação ambiental e para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Estados: São Paulo e Paraná.
Resultados Alcançados	ações de formação e capacitação, adoção de tecnologias, geração de referências técnico-científicas
Instrumentos	Operacionais A premissa básica que permeia o projeto está na centralidade das decisões das famílias agricultoras, através da participação efetiva nas diversas etapas do projeto. Isto para garantir a apropriação de todos os processos e produtos oriundos desse trabalho, promovendo a autonomia, a autodeterminação e o controle de todas as práticas e atividades implantadas na perspectiva da adequação ambiental
	Gestão Ação e articulação de 6 organizações
	Financeiros Por meio de repasse da Petrobrás através do Programa Petrobrás Ambiental

Política de Origem	Programa Petrobrás Ambiental	
Programas	Água Criando Soluções	
Temporalidade (décadas e ano de início)	2005- 2006	
Instituição Responsável	PETROBRAS	
Contato	Home-Page: www.petrobras.com.br	
Parcerias	. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Luis	
Objetivo	contribuir para a implementação dos planos de desenvolvimento sustentável de 11 comunidades rurais de São Luís - MA, com foco nos recursos hídricos, visando a melhoria da qualidade de vida da população.	
Meta	<ul style="list-style-type: none"> - Inventariar a situação da qualidade da água da vegetação nativa e do solo; - Elaborar materiais didáticos de apoio aos cursos de capacitação; - Capacitar 80 pessoas das comunidades envolvidas em gerenciamento integrado dos recursos hídricos; - Recuperar e preservar as margens do rio Murtura, nas comunidades de Laranjeira e Murtura; - Implantar um hectare de horticultura irrigada, adotando tecnologias de utilização racional da água. 	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	11 comunidades rurais de São Luis- MA	
Instrumentos	Operacionais	envolve 80 pessoas, entre dirigentes do STTR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dirigentes e associados das organizações comunitárias, alunos da Casa Familiar Rural e aluno do Programa Capacitação Solidária
	Gestão	Para execução do projeto foi constituída uma equipe técnica formada por quatro agrônomos e um biólogo. A administração do Projeto será feita por um dirigente do STTR e um auxiliar de escritório.
	Financeiros	Por meio de repasse da Petrobrás através do Programa Petrobrás Ambiental
Indicadores	Implementação de Ações Contidas nos Planos Diretores de 11 Comunidades Rurais de São Luís	

Política de Origem	Programa Petrobrás Ambiental
Programas	Água e cidadania no semi-árido - da escassez à sustentabilidade
Temporalidade (décadas e ano de início)	2005- 2006
Instituição Responsável	PETROBRAS
Contato	Home-Page: www.petrobras.com.br
Parcerias	. Instituto Convivência com o Semi-Árido Brasileiro
Objetivo	<p>-propõe a melhora do processo de organização da sociedade civil para a convivência com o semi-árido. Estabelece uma relação de responsabilidade social nas parcerias com o poder público, exigindo apoio e transparência nas contrapartidas.</p> <p>-põe em prática proposta já apontada pelos ambientalistas desde a Eco-92, sobre os Corredores Ecológicos</p>
Meta	<p>-ampliar a captação de água de chuva para as famílias da zona rural, com a construção de 100 cisternas de placas. Acompanha esta iniciativa um programa de monitoramento participativo da qualidade da água e da gestão integrada dos recursos hídricos nas comunidades beneficiadas com as cisternas.</p> <p>-reforçar campanha de vigilância sanitária nos cacimbões usados por carroceiros de água, distribuída à população urbana do município, minimizando as fontes de contaminação.</p> <p>- a plantação de 50 mil mudas na região</p>
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Estado do Ceará
Instrumentos	Financeiros
	Por meio de repasse da Petrobrás através do Programa Petrobrás Ambiental

Política de Origem	Programa Petrobrás Ambiental
Programas	Projeto Piava
Temporalidade (décadas e ano de início)	2005- 2006
Instituição Responsável	PETROBRAS
Contato	Home-Page: www.petrobras.com.br
Parcerias	Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí
Objetivo	a construção de uma política sustentável de proteção de nascentes e matas ciliares na bacia do Itajaí, em Santa Catarina, por meio de ações educativas, do fortalecimento do processo participativo de gestão e do fomento de ações de reversão da degradação das pequenas bacias hidrográficas
Meta	-envolvimento das organizações públicas e privadas atuantes na bacia; participação das comunidades e dos proprietários rurais; fortalecimento da ação municipal; recomposição progressiva das faixas marginais aos rios até atingir os limites fixados pelo Código Florestal. -projetos locais bem-sucedidos de recuperação da mata ciliar em todos os 50 municípios da bacia
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Bacia do Itajaí, Santa Catarina
Instrumentos	Gestão
	O projeto é executado por um conjunto de organizações, em sua maioria não-governamentais, atuantes em diversas regiões da bacia hidrográfica, e articuladas por uma Câmara Técnica vinculada ao Comitê do Itajaí
	Financeiros
	Por meio de repasse da Petrobrás através do Programa Petrobrás Ambiental

Programas	Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC
Temporalidade (décadas e ano de início)	1996
Instituição Responsável Contato	BNDES Home-Page:
Parcerias	BNDES/ Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Objetivo	a manutenção indispensável à preservação dos monumentos tombados e a extrema necessidade de apoiar a sua conservação
Meta	1-Recuperação do Patrimônio Azulejar da Igreja de S.Francisco da Penitência Salvador-BA Associação Espírito Santo Cultura Valor do apoio: R\$ 300 mil. 2. Restauração da Casa da Torre de Garcia D'Ávila Mata de São João (BA) Fundação Garcia D'Ávila Valor do apoio: R\$ 1,5 milhão 3. Paço Imperial Rio de Janeiro (RJ) Associação dos Amigos do Paço Imperial Valor do apoio: R\$ 644,5 mil. 4. Museu Náutico da Bahia Farol da Barra Salvador (BA) Fundação Assuntos do Mar – Promar Valor do apoio: R\$ 303,5 mil 5. Igreja de S. Luzia Rio de Janeiro (RJ) Sociedade dos Amigos da Natureza Valor do apoio: R\$ 180 mil 6. Restauração da Capela de S. Antônio de Igarassu Igarassu (PE) Fundação Cultural Brasil-Portugal Valor do apoio: R\$ 830 mil.
Resultados Alcançados	Manutenção, preservação e conservação dos monumentos tombados
Instrumentos	Financeiros Essa atividade, realizada no âmbito da Lei nº 8313/91(Rouanet), se dá através da colaboração financeira, na forma de patrocínio, exclusivamente a projetos de restauração e conservação do patrimônio histórico arquitetônico tombados pela União

Política de Origem	Programas do Governo Federal administrados pelos BNDES
Programas	Programas Agropecuários - Programa especial de financiamento agrícola
Temporalidade (décadas e ano de início)	Prazo de VigênciaAs operações poderão ser protocoladas no BNDES, para aprovação, até o dia 15.06.2006, com o objetivo de possibilitar a contratação do crédito entre a instituição financeira credenciada e o cliente até o dia 30.06.2006, respeitados os limites orçamentários
Instituição Responsável Contato	BNDES Home-Page:
Parcerias	BNDES/Governo Federal
Objetivo	<p>Financiamento, através de instituição financeira credenciada, para:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. a aquisição de: <ul style="list-style-type: none"> o sistemas de irrigação; o ordenhadeiras mecânicas, tanques de resfriamento e homogeneização de leite; o máquinas e equipamentos para: <ul style="list-style-type: none"> ▪ avicultura; ▪ armazéns agrícolas; ▪ suinocultura; ▪ beneficiamento de algodão; ▪ beneficiamento e conservação de pescados oriundos da aquicultura; ▪ beneficiamento ou industrialização e padronização de legumes, verduras e frutas, inclusive para produção de sucos e vinhos, e de produtos apícolas; ▪ unidades de beneficiamento de sementes; ▪ beneficiamento ou industrialização de outros produtos agropecuários não incluídos neste item; o aviões de uso agrícola credenciados no BNDES. 2. a implantação ou modernização de frigoríficos com atuação em âmbito municipal ou estadual; 3. a implantação ou modernização de abatedouros para pequenos animais. 4. a Manutenção ou recuperação de tratores agrícolas e colheitadeiras, observado que: <ul style="list-style-type: none"> o os bens objetos de manutenção/recuperação deverão ter, no máximo, 15 anos de idade; e o somente poderão ser financiados equipamentos com garantia de procedência, adquiridos em fabricantes, concessionárias ou distribuidoras autorizadas, que serão responsáveis pela revisão garantida por 90 dias, pelo menos.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Para todo o Brasil
Indicadores	<p>Clientes</p> <p>Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e suas cooperativas.</p> <p>Admite-se a aplicação de recursos deste Programa com cooperativas para repasse a seus cooperados</p>

Política de Origem	Programas do Governo Federal administrados pelos BNDES
Programas	Programas Agropecuários -Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais - MODERAGRO
Temporalidade (décadas e ano de início)	Prazo de Vigência As operações poderão ser protocoladas no BNDES, para aprovação, até o dia 15.06.2006, com o objetivo de possibilitar a contratação do crédito entre a instituição financeira credenciada e o cliente até o dia 30.06.2006, respeitados os limites orçamentários
Instituição Responsável Contato	BNDES Home-Page:
Parcerias	BNDES/Governo Federal
Objetivo	O Programa tem por objetivo incentivar a correção de solos, a recuperação de áreas de pastagens cultivadas degradadas e a sistematização de várzeas com vistas ao aumento da produção de grãos. Nos Estados da Região Sul é admitida, também, a recuperação de áreas de pastagens nativas. As operações serão realizadas através das instituições financeiras credenciadas .
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Para todo o Brasil
Indicadores	Clientes Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e suas cooperativas. Admite-se a aplicação de recursos deste Programa com cooperativas para repasse a seus cooperados.

Política de Origem	Programas do Governo Federal administrados pelos BNDES
Programas	Programas Agropecuários - Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem - MODERINFRA
Temporalidade (décadas e ano de início)	Prazo de Vigência As operações poderão ser protocoladas no BNDES, para aprovação, até o dia 15.06.2006, com o objetivo de possibilitar a contratação do crédito entre a instituição financeira credenciada e o cliente até o dia 30.06.2006, respeitados os limites orçamentários
Instituição Responsável Contato	BNDES Home-Page:
Parcerias	BNDES/Governo Federal
Objetivo	O Programa tem por objetivo apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada, sustentável econômica e ambientalmente, de forma a minimizar o risco na produção e aumentar a oferta de alimentos para os mercados internos e externos; e ampliar a capacidade de armazenamento das propriedades rurais. As operações serão realizadas através das instituições financeiras credenciadas .
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Para todo o Brasil
Indicadores	Clientes Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e suas cooperativas. Admite-se a aplicação de recursos deste Programa com cooperativas para repasse a seus cooperados

Política de Origem	Programas do Governo Federal administrados pelos BNDES
Programas	Programas Agropecuários - Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem - MODERINFRA
Temporalidade (décadas e ano de início)	<p>Prazo de Vigência</p> <p>As operações poderão ser protocoladas no BNDES, para aprovação, até o dia 15.06.2006, com o objetivo de possibilitar a contratação do crédito entre a instituição financeira credenciada e o cliente até o dia 30.06.2006, respeitados os limites orçamentários</p>
Instituição Responsável Contato	<p>BNDES</p> <p>Home-Page:</p>
Parcerias	BNDES/Governo Federal
Objetivo	O Programa tem por objetivo apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada, sustentável econômica e ambientalmente, de forma a minimizar o risco na produção e aumentar a oferta de alimentos para os mercados internos e externos; e ampliar a capacidade de armazenamento das propriedades rurais. As operações serão realizadas através das instituições financeiras credenciadas .
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Para todo o Brasil
Indicadores	<p>Clientes</p> <p>Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e suas cooperativas.</p> <p>Admite-se a aplicação de recursos deste Programa com cooperativas para repasse a seus cooperados</p>

Política de Origem	Programas do Governo Federal administrados pelos BNDES
Programas	Programas Agropecuários - Programa de Desenvolvimento do Agronegócio - PRODEAGRO
Temporalidade (décadas e ano de início)	Prazo de Vigência As operações poderão ser protocoladas no BNDES, para aprovação, até o dia 15.06.2006, com o objetivo de possibilitar a contratação do crédito entre a <u>instituição financeira credenciada</u> e o cliente até o dia 30.06.2006, respeitados os limites orçamentários
Instituição Responsável Contato	BNDES Home-Page:
Parcerias	BNDES/Governo Federal
Objetivo	O Programa tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos setores de apicultura, aqüicultura, avicultura, floricultura, ovinocaprinocultura, pecuária leiteira e a defesa animal - particularmente o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT) -, sericicultura, suinocultura e ranicultura, visando incrementar a produtividade, a produção e a melhoria dos padrões de qualidade dos produtos oriundos dessas atividades e o consequente aumento de suas vendas nos mercados internos e externos. As operações serão realizadas através das <u>instituições financeiras credenciadas</u> .
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Para todo o Brasil
Indicadores	Clientes Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e suas cooperativas. Admite-se a aplicação de recursos deste Programa com cooperativas para repasse a seus cooperados

Política de Origem	Programas do Governo Federal administrados pelos BNDES
Programas	Programas Agropecuários - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária - PRODECOOP
Temporalidade (décadas e ano de início)	Prazo de Vigência As operações poderão ser protocoladas no BNDES, para aprovação, até o dia 15.06.2006, com o objetivo de possibilitar a contratação do crédito entre a instituição financeira credenciada e o cliente até o dia 30.06.2006, respeitados os limites orçamentários
Instituição Responsável Contato	BNDES Home-Page:
Parcerias	BNDES/Governo Federal
Objetivo	O Programa tem por objetivo incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização. As operações serão realizadas por meio das linhas de financiamento BN Itens Financiáveis estudos projetos e tecnologia; obras civis, instalações e outros investimentos fixos; máquinas e equipamentos nacionais novos credenciados no BNDES e inerentes à produção/beneficiamento da cooperativa; despesas pré-operacionais; despesas de importação, em moeda nacional, vinculadas à importação de equipamentos; capital de giro associado ao projeto de investimento, observados os critérios das linhas de financiamento FINEM e BNDES Automático ; treinamento e integralização de cotas-partes vinculadas ao projeto a ser financiado. DES Automático e FINEM .
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Para todo o Brasil
Indicadores	Clientes Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e suas cooperativas. Admite-se a aplicação de recursos deste Programa com cooperativas para repasse a seus cooperados

Política de Origem	Programas do Governo Federal administrados pelos BNDES
Programas	Programas Agropecuários - Programa de Desenvolvimento da Fruticultura - PRODEFRUTA
Temporalidade (décadas e ano de início)	Prazo de Vigência As operações poderão ser protocoladas no BNDES, para aprovação, até o dia 15.06.2006, com o objetivo de possibilitar a contratação do crédito entre a instituição financeira credenciada e o cliente até o dia 30.06.2006, respeitados os limites orçamentários
Instituição Responsável Contato	BNDES Home-Page:
Parcerias	BNDES/Governo Federal
Objetivo	<p>O Programa tem por objetivo apoiar o desenvolvimento da fruticultura brasileira, especialmente no âmbito do Programa de Produção Integrada de Frutas - PIF Brasil, por meio de investimentos que proporcionem o incremento da produtividade e da produção, assim como beneficiamento, industrialização, padronização e demais investimentos necessários às melhorias do padrão de qualidade e das condições de comercialização dos produtos frutícolas. As operações serão realizadas através das instituições financeiras credenciadas.</p> <p>Itens Financiáveis</p> <p>Investimentos fixos e semifixos relacionados com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a implantação ou melhoramento de espécies de frutas; • atividades de substituição de copas de cajueiros, de novos plantios (em sequeiro e irrigado) e de produção de mudas, desde que sejam utilizadas variedades de cajueiro anão-precoce, e de implantação de unidades de processamento de castanha e de pedúnculo; • projeto técnico específico da lavoura cacaueira, elaborado pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, como necessários à recuperação de áreas degradadas e à enxertia, recomposição do "stand" e melhorias em infra-estrutura, assim entendidas como construção e recuperação de barcaças, secadores, casa-de-fermentação, resfriadores, armazéns e depósitos; • a instalação de unidade agroindustrial para beneficiamento e transformação de frutas em chocolates, sucos, vinhos, geléias, licores, vinagres, doces e outros; e • a instalação, ampliação e modernização de unidades armazenadoras e de sistemas de preparo, limpeza, padronização e acondicionamento de frutas e seus derivados. <p>No âmbito deste Programa, não podem ser objeto de financiamento a aquisição de tratores, implementos e colheitadeiras.</p>
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Para todo o Brasil
Indicadores	Clientes Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e suas cooperativas. Admite-se a aplicação de recursos deste Programa com cooperativas para repasse a seus cooperados

Política de Origem	Programas do Governo Federal administrados pelos BNDES
Programas	Programas Agropecuários - Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas - PROPFLORA
Temporalidade (décadas e ano de início)	Prazo de Vigência As operações poderão ser protocoladas no BNDES, para aprovação, até o dia 15.06.2006, com o objetivo de possibilitar a contratação do crédito entre a instituição financeira credenciada e o cliente até o dia 30.06.2006, respeitados os limites orçamentários
Instituição Responsável Contato	BNDES Home-Page:
Parcerias	BNDES/Governo Federal
Objetivo	<p>O Programa apóia a implantação e manutenção de florestas destinadas ao uso industrial; a recomposição e manutenção de áreas de preservação e reserva florestal legal; e a implantação e manutenção de espécies florestais para produção de madeira destinada à queima no processo de secagem de produtos agrícolas. Objetiva, também, contribuir para a redução do déficit existente no plantio de árvores utilizadas como matérias-primas pelas indústrias; incrementar a diversificação das atividades produtivas no meio rural; gerar emprego e renda de forma descentralizada; e alavancar o desenvolvimento tecnológico e comercial do setor. Dos pontos de vista social e ambiental, visa fixar o homem no meio rural e reduzir a sua migração para as cidades, por meio da viabilização econômica de pequenas e médias propriedades e contribuir para a preservação das florestas nativas e ecossistemas remanescentes. As operações serão realizadas através das instituições financeiras credenciadas</p> <p>Itens Financiáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimentos fixos e semifixos; e • custeio associado ao projeto de investimento, limitado a 35% do valor do investimento, relativo aos gastos de manutenção no segundo, terceiro e quarto anos. <p>O crédito destinado à recomposição e manutenção de áreas de preservação e reserva legal pode ser concedido quando necessário para o desenvolvimento de atividades agropecuárias na respectiva propriedade</p>
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Para todo o Brasil
Indicadores	Clientes Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e suas associações e cooperativas.

Política de Origem	Programas do Governo Federal administrados pelos BNDES
Programas	Programas Agropecuários - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF
Temporalidade (décadas e ano de início)	<p>Prazo de Vigência</p> <p>Para possibilitar a contratação até o dia 30.06.2006, as operações encaminhadas previamente à contratação deverão ser protocoladas no BNDES, para homologação até o dia 15.06.2006, respeitados os limites orçamentários</p>
Instituição Responsável	BNDES
Contato	Home-Page:
Parcerias	BNDES/Governo Federal
Objetivo	<p>O Programa tem por objetivo financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.</p> <p>Entende-se por serviços, atividades ou renda não agropecuários aqueles relacionados com o turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e com a prestação de serviço no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.</p>
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Para todo o Brasil

Instrumentos	Financeiros	<p>Linhas de Financiamento</p> <p>Linha Convencional: apoio financeiro a pessoas físicas integrantes dos Grupos "C", "D" e "E" para a realização de investimentos de implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.</p> <p>Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural - PRONAF Agroindústria: apoio financeiro a pessoas físicas enquadradas nos Grupos "C", "D" e "E", ou cooperativas, associações, ou outras pessoas jurídicas constituídas de agricultores familiares dos Grupos "C", "D" e "E", observado que a pessoa jurídica deve ter no mínimo, 90% (noventa por cento) de seus participantes ativos agricultores familiares, e que comprovarem, no projeto técnico, que mais de 70% (setenta por cento) da matéria-prima a beneficiar ou industrializar são de produção própria ou de associados/participantes.</p> <p>Os créditos serão destinados à realização de investimentos, inclusive em infra-estrutura, que visem ao beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais, e a exploração de turismo rural, incluindo-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a implantação de pequenas e médias agroindústrias, isoladas ou em forma de rede; - a implantação de unidades centrais de apoio gerencial, nos casos de projetos de agroindústrias em rede, para a prestação de serviços de controle de qualidade do processamento, de marketing, de aquisição, de distribuição e de comercialização da produção; - a ampliação, recuperação, ou modernização de unidades agroindustriais de agricultores familiares já instaladas e em funcionamento; - implantação, recuperação, ampliação ou modernização de infra-estrutura de produção e de serviços agropecuários e não agropecuários, assim como a operacionalização dessas atividades no curto prazo, de acordo com projeto específico em que esteja demonstrada a viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento; - capital de giro associado limitado a 35% (trinta e cinco por cento) do financiamento para investimento fixo. <p>Linha de Crédito de Investimento para Mulheres - PRONAF Mulher: apoio financeiro às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos "C", "D" ou "E", independentemente de sua condição civil, destinado ao atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora, segundo o que o projeto técnico ou a proposta de crédito determinar.</p> <p>Linha de Crédito de Investimento para Agroecologia - PRONAF Agroecologia: apoio financeiro para agricultores familiares enquadrados nos Grupos "C" ou "D", em fase de transição para a produção agroecológica, mediante a apresentação de documento fornecido por empresa credenciada conforme normas definidas pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ou que utilizam sistemas agroecológicos de produção, cujos produtos são certificados com observância das normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</p> <p>Destina-se ao financiamento dos sistemas de produção agroecológica, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento</p>
Indicadores		<p>Clientes</p> <p>Os produtores rurais que se enquadrem nos grupos "C", "D" ou "E"</p>

especificados adiante, comprovados mediante "Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)", prestada por agentes credenciados pelo [Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA](#) e elaborada:

para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que habitem a mesma residência e explorem as mesmas áreas de terra;

nos termos de regulamento estabelecido pelo MDA, atualmente Portaria MDA nº 46, de 25.08.2005.

São aptas a emitir a DAP as entidades abaixo relacionadas. Além destas, poderão ser admitidas outras entidades cadastradas para esta finalidade no MDA.

Confederação Nacional da Agricultura - CNA, através de seus sindicatos afiliados;

Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, através de seus sindicatos afiliados;

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL, através de seus sindicatos afiliados;

Federação dos Pescadores através das suas associações e representações de colônias afiliadas;

Institutos Oficiais de Assistência Técnica;

Fundação Instituto Estadual de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP;

Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira - CEPLAC, por meio de seus escritórios regionais e locais;

Fundação Nacional do Índio - FUNAI, por meio de suas representações regionais e locais;

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, por meio de suas representações regionais ou estaduais;

Associação Nacional dos Pequenos Agricultores - ANPA.

São, portanto passíveis de apoio no âmbito do Programa:

1) agricultores familiares que:

explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

residam na propriedade ou em local próximo;

não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor, e além disso, que enquadráveis nos seguintes Grupos:

Grupo "C":

obtenham, no mínimo, 60% (sessenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária;

obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e até R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Grupo "D":

obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir;

Obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais) e até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele,

por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Grupo "E":

obtenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir;

obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, e excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

2) São também passíveis de apoio e se enquadram nos Grupos "C", "D" ou "E", de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada:

2.1) Pescadores artesanais que:

- se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais; e

- formalizem contrato de garantia de compra do pescado com cooperativas, colônias de pescadores ou empresas que beneficiem o produto;

2.2) Extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável;

2.3) Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

2.4) Aqüicultores, maricultores e piscicultores que:

- se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida; e

- explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ (quinhetos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;

2.5) Agricultores familiares que sejam egressos do Grupo "A" do PRONAF ou do PROCERA e detenham renda dentro dos limites estabelecidos para aqueles Grupos, observado que:

- quando se tratar de mutuários egressos do Grupo "A", tenham recebido financiamentos de investimento naquele Grupo;

- a existência de saldo devedor em operações do Grupo "A" ou do PROCERA não impede a classificação do produtor como integrante dos Grupos "C", "D" e "E";

2.6) Agricultores familiares que:

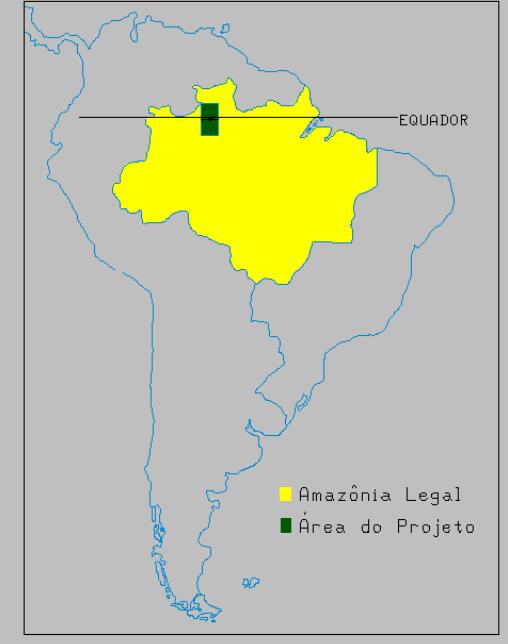
- tenham na bovinocultura, na bubalinocultura ou na ovinocaprinocultura, a atividade preponderante na exploração da área e na obtenção da renda; e

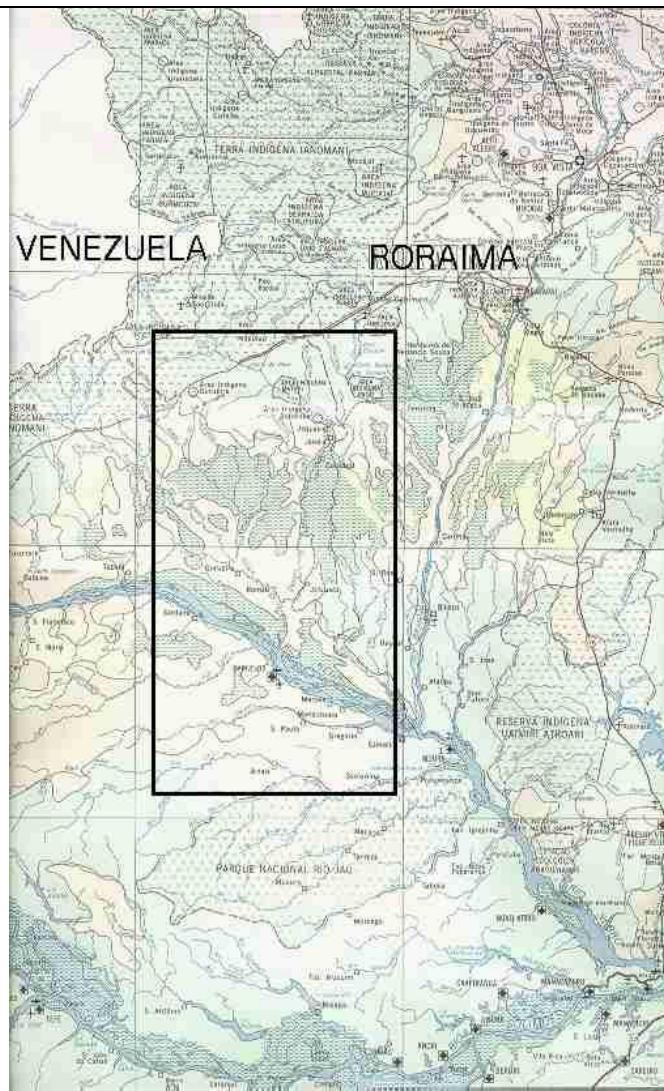
- não disponham, a qualquer título, de área superior a seis módulos fiscais quantificados segundo a legislação em vigor.

2.7) Comunidades quilombolas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas e de beneficiamento e comercialização de produtos.

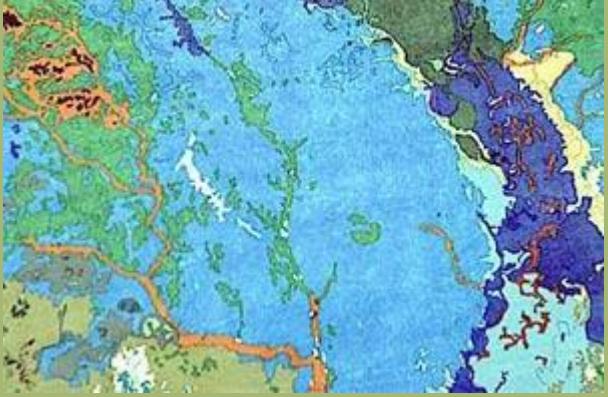
2.8) Povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas e de beneficiamento e comercialização de seus produtos.

2.9) Agricultores familiares que se dediquem à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais, conforme legislação vigente.

Política de Origem	Programa Nossa Natureza
Programas	Projeto Rio Demene
Temporalidade (décadas e ano de início)	1990-1995
Instituição Responsável contato	EMBRAPA Home-Page:
Parcerias	Embrapa Monitoramento por Satélite (CNPM) e Universidade Paulista (UNIP-Objetivo)
Objetivo	Assegurar, de um lado, um sistema de unidades de conservação, que garanta a manutenção da riqueza biológica e o funcionamento dos ecossistemas básicos, e, de outro lado, vias de desenvolvimento sustentáveis, que funcionem como contrapontos à exploração predatória, há muito instaladas na maior floresta tropical do planeta. A necessidade de se estabelecer uma política amazônica com começo, meio e fins sustentáveis.
Meta	Meta das expedições - mostrar como o desenvolvimento da Amazônia pode ser planejado antes de ocorrer a degradação ambiental, demonstrando que o país tem metodologia e tecnologia para fazer esse planejamento. - popularizar o zoneamento junto aos políticos e ao público leigo; mostrar como se faz, para que serve e qual seu peso na ocupação inteligente de uma região como a Amazônia.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	 <p>O mapa mostra a fronteira entre o Brasil e o Equador. A área da Amazônia Legal é colorida em amarelo, e a área do projeto é marcada por um ponto preto. A legenda indica: Amazônia Legal (amarelo) e Área do Projeto (ponto preto).</p> <p>Rio Demene, um dos afluentes da margem esquerda do rio Negro, no estado do Amazonas</p>



Resultados Alcançados	<p>-O livro "Demene, um caminho para a Amazônia" e os outros materiais freqüentaram tanto eventos políticos - a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), por exemplo - como a Internet, com acesso gratuito a qualquer interessado.</p> <p>-uma radiografia detalhada da região como subsídios para definir um zoneamento ecológico da região, para depois definir as políticas setoriais, a regulamentação, a fiscalização e os critérios de manejo adequados a cada porção territorial</p> <p>Zoneamento ecológico</p>
------------------------------	---

		 <p>Foto: Embrapa</p>
Instrumentos	Operacionais	Expedições para levantamento de dados, uma radiografia da região
	Gestão	Em 1990, além da coleta e disseminação de informação, que considera seu papel principal, a AE (Agência Estadual) partiu para campo, escolhendo uma região pouco habitada e ecologicamente muito diversificada como exemplo prático
	Financeiros	apoio da iniciativa privada e da pesquisa
Indicadores		<p>A presença humana na bacia do rio Demene restringe-se estritamente à população ribeirinha de índio e caboclo vivendo ao longo do Rio Demene.</p> <p>Foram inventoriadas e estudadas 31 famílias, com um total de 181 pessoas, em 8 comunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pai Raimundo, • Samaúma, • Pirico, • Jalauaca, • Araparituba, • Juiguara, • Buiaçuzinho e • Tabocal. <p>A população ribeirinha da região do Rio Demene cultiva 44 diferentes espécies principais de plantas das quais 13 são culturas anuais, 5 culturas perenes e 26 culturas frutícolas. A existência dessa pequena agricultura é fundamental para o fornecimento, não somente de alimentos energéticos como a batata doce, a mandioca e o inhame, mas de proteínas vegetais que reduzem a necessidade da caça e complementam de forma equilibrada a dieta da população local.</p>

Programas	Projeto Algodão: Tecnologia e cidadania
Instituição Responsável contato	EMBRAPA
Parcerias	Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida-COEP, / Embrapa /Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania - Oficina Social
Objetivo	Transferência de técnicas de cultivo, manejo do solo, processamento e outras tecnologias - como a instalação de uma mini-usina de beneficiamento - às comunidades de baixa renda na região de semi-árido, que permitissem a produção do algodão integrada à indústria.
Meta	Constituir, um núcleo gerador de trabalho e renda, transformando-o em um vetor de crescimento para facilitar a agregação de novos projetos e ações saneadoras de problemas existentes no local
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Município paraibano de Juarez Távora, distante 75 km de João Pessoa, na região do agreste nordestino Mais 5 municípios adotaram a metodologia: Comunidade em São José de Piranhas – PB Comunidade de Engenho Velho, município de Barro - CE Assentamento José Rodrigues Sobrinho, município de Nova Cruz – RN Comunidade de Boi Torto, município de Bezerros - PE Comunidade de Quixabeira, município de Água Branca - AL.
Resultados Alcançados	A implantação, na própria comunidade, da mini usina para o beneficiamento do algodão que separa o produto colhido no campo em sementes, resíduos e pluma, a qual é prensada em fardos de porte médio, com cerca de 120 Kg. Tais fardos são encaminhados diretamente à indústria têxtil, eliminando o intermediário e agregando cerca de 100% de renda ao agricultor, além de reter sementes para o plantio da safra seguinte.
Instrumentos	Gestão Coordenação pelas entidades parceiras
Indicadores	População de 15.000 habitantes, (70% rural), com renda média familiar menor do que um salário mínimo e com sua economia baseada fundamentalmente na agricultura, cujo produto principal é o algodão Nos arredores do município, uma comunidade de assentados rurais - Assentamento Margarida Maria Alves - com 45 famílias, apostou no cultivo do algodão como meio de melhorar sua condição de vida

Anexo 3. Quadro das Políticas, programas, planos e projetos do governo estadual

5.4.1 Estado do Amapá

Política de Origem	Comunidades Sustentáveis
Programas	O Projeto Comunidades Sustentáveis no Amapá
Temporalidade (décadas e ano de início)	Aprovação: 07 de dezembro de 2004 Fechamento: 30 de junho de 2009
Instituição Responsável Contato	Agência de Desenvolvimento do Amapá
Objetivo	Redução da pobreza urbana e rural através de medidas específicas para a Amazônia, promovendo a sustentabilidade ambiental, a eficiência econômica e igualdade social. O projeto consolidará políticas estaduais em diversas áreas e deve beneficiar quase 200.000 amapaenses
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Cidades de Macapá e Santana
Valor/Financiador	Governo do Estado do Amapá/ Banco mundial 4,8 (US\$ milhões)

Política de Origem	Programa Fome Zero	
Programas	Projetos: “Desenvolvimento da Agricultura Familiar em Assentamentos rurais do Estado do Amapá” e “Alternativas Agroflorestais para a Agricultura familiar do Ecossistema de Várzea do Amapá”	
Temporalidade (décadas e ano de início)	Duração:	24 meses
Instituição Responsável Contato	Embrapa/AP	
Objetivo	“O objetivo é mudar a cara da produção com novas práticas agrícolas, a curto prazo, alterando a dinâmica produtiva de assentamentos e de pequenas comunidades rurais, gerando mais renda”	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Municípios de Mazagão, Porto Grande e Santana, Em Porto Grande (13.217 habitantes) e Santana (91.310 habitantes) nos assentamentos Nova Colina e Anauerapucu e Mazagão (13.139 habitantes)	
Valor/financiador	R\$ 210 mil Ministério do Desenvolvimento Social	

Política de Origem	<i>Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA)</i>
Programas	<i>O projeto Conservação e Valorização da Biodiversidade no Estado do Amapá</i>
Temporalidade (décadas e ano de início)	<i>janeiro de 2001</i>
Instituição Responsável Contato	<i>Secretaria da Ciência e Tecnologia</i>
Objetivo	<i>Refere-se à biodiversidade, à gestão ambiental e ao ecoturismo</i>
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	<i>Abrange a Região Sul, Oiapoque, Macapá e Santana</i>
Valor/Financiador	<i>França: 1 milhão e 300 mil euros (mais de R\$ 2 milhões)</i>

Programas	Projeto Gestão Ambiental Urbana no Amapá
Temporalidade (décadas e ano de início)	Março 2000 a Agosto 2003
Instituição Responsável Contato	SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá) PMM (Prefeitura Municipal de Macapá) PMS (Prefeitura Municipal de Santana)
Objetivo	Melhorar o meio ambiente e o saneamento nas cidades de Macapá e Santana, contribuindo para condições mais saudáveis de viver. O Projeto apoia organizações governamentais e ONGs, para que estas implementem, em cooperação, medidas localmente apropriadas de Gestão Ambiental Urbana. Para que isto aconteça, o Projeto concentra o seu trabalho na área de gerenciamento de resíduos sólidos e educação ambiental urbana.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Macapá e Santana
Valor/Financiador	"Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit – GTZ Até DM 1,5 Milhões para medidas de cooperação técnica

Programas	Projeto Rota da Pororoca e governo do Amapá,
Instituição Responsável Contato	Sebrae Na execução deste projeto estão envolvidas as prefeituras de Macapá, Cutias, Itaubal, governo do Estado do Amapá, a Associação Comercial e Industrial do Amapá (Acia), Federação das Indústrias do Amapá (Fiap), Associação Brasileira das Agências de Viagem (Abav), Secretaria de Estado da Infra-estrutura (SEINF), Agência de Desenvolvimento do Amapá (Adap), Sesc-Amapá, Federação do Comércio do Amapá (Fecomércio), Câmara de Dirigentes Lojistas de Macapá/Santana, Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) e Instituto de Desenvolvimento de Turismo do Estado do Amapá (Detur), Faculdade Seama, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, Banco do Brasil e Basa.
Objetivo	mostra possibilidades empreendedoras do ecoturismo no Amapá. A ação busca evidenciar possibilidades de criação de produtos e atrações que chamem a atenção de turistas e investidores para o ecoturismo na região.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	o município de Cutias do Araguari, Reserva Ecológica do Curiaú (município de macapá), passando por Abacate da Pedreira, município de Itaubal do Piririm, Pacuí, Curicaca e por fim Cutias
Resultados Alcançados	segue a metodologia de Gestão Orientada para Resultados (Geor), adotada pelo Sebrae para avaliar a execução dos projetos desenvolvidos. Foram programados para este ano nove cursos, dos quais sete já foram realizados juntos às comunidades. Entre eles, estão questões como Elaboração de Projetos, Atendimento ao Cliente, Desenvolvimento Comunitário, Educação Ambiental, Noções de Ecoturismo, Empreendedorismo, Planejamento e Análise, além de Curso de Implementação Orientada Micro e Pequena Empresa 'Boas Práticas'.

Programas	Projeto de Proteção e Fiscalização da Terra Indígena do Tumucumaque
Temporalidade (décadas e ano de início)	dezembro de 2004
Instituição Responsável Contato	Equipe de Conservação da Amazônia
Objetivo	Fiscalização da Terra Indígena do Tumucumaque se deu em
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Município de Laranjal do Jari
Resultados Alcançados	<p>coordenou a interlocução das populações indígenas daquela área e com importantes atores governamentais, tais como: IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e recursos Naturais Renováveis), FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e IEPA (Instituto de Pesquisas do Amapá);</p> <ul style="list-style-type: none"> - equipou e capacitou a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (APITU) em técnicas de administração e contabilidade de modo a aumentar a sua habilidade na gerência de projetos de interesse das comunidades; - promoveu encontros entre as diferentes lideranças da área indígena obtendo um consenso para a tomada de decisões quanto à vigilância do território, preservação do meio ambiente e cultura daquelas populações; - patrocinou a sinalização, limpeza das trilhas e capacitou membros das comunidades da Terra Indígena do Tumucumaque no manuseio de equipamento de GPS como forma de fortalecer a proteção dos limites da área. <p>Dentre as iniciativas em andamento no Amapá, podemos citar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalação do Centro de Fiscalização e Proteção da Terra Indígena do Tumucumaque, na sede da APITU (Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque) e com total coordenação dos índios; - Conclusão da primeira versão do Mapa de Riscos e Ameaças da T.I. do Tumucumaque; - Publicação das Narrativas Mitológicas dos Povos Indígenas do Tumucumaque em parceria com o Núcleo de Educação Indígena, da Secretaria de Educação do Amapá; - Capacitação de Agentes Indígenas de Proteção da T.I., em manejo de GPS, cartografia, técnicas de radiofonia. - Curso de Direitos Indígenas e Ambientais.

Programas	PROJETO MADEIRA/MÓVEIS DO AMAPÁ Projeto APL Madeira Móveis
Temporalidade (décadas e ano de início)	2005
Instituição Responsável Contato	SEBRAE/ap, GEA, SENAI, Agência de Cooperação Alemã-GTZ. Banco do Brasil
Objetivo	desenvolver a indústria moveleira e extrativista de madeira de forma competitiva e sustentável, para contribuir com a geração de emprego e renda.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	regiões urbanas (Macapá e Santana), Central (Porto Grande e Pedra Branca do Amapari) e Sul (Laranjal do Jari e Mazagão).
Resultados Alcançados	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação da Plataforma em 28/29 de junho de 2001(Fase I); - Realização da Fase II em 30/31 de agosto de 2001(Fase II); - Realização do Curso de Capacitação de Elaboradores de Projetos Cooperativos na semana de 10 a 14 de setembro; - Iniciada a Fase III (Elaboração de Projetos Cooperativos no Estado, pelos Especialistas do Arranjo); <p>No momento estão sendo criadas Três Câmaras Técnicas, uma para cada Arranjo, que terão várias atribuições, dentre elas a de chancelar os Projetos que serão elaborados pelos atores do Arranjo.</p>

Política de Origem	Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (PROBEM) do Ministério do Meio Ambiente
Programas	Projetos de Pesquisa Dirigida Edital PPD 01/98 Desenvolvimento de tecnologias para o manejo e o cultivo de açaizais para produção de frutos
Temporalidade (décadas e ano de início)	1998
Instituição Responsável Contato	Embrapa
Objetivo	objetivo deste projeto é de desenvolver tecnologias de manejo sustentável de açaízais nativos, cultivo racional em sistemas agroflorestais e processamento de polpa do fruto, visando melhorar o desempenho da cadeia produtiva do açaí, com ênfase no aumento da renda das populações ribeirinhas do Estuário Amazônico.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	comunidades agroextrativistas do Arquipélago do Bailique e Rios Camaipi e Vila Nova
Resultados Alcançados	Os principais resultados alcançados e que já estão sendo difundidos/transferidos para o sistema produtivo são: fornecimento, para produtores, de sementes/mudas de matrizes selecionadas pela capacidade produtiva, qualidade de fruto e produção na época de estiagem, período de melhores preços de fruto no Amapá; aprimoramento/geração de tecnologias de recuperação e manejo de açaízais para produção de frutos, com técnicas de inventário e intervenção florestal facilmente adotadas por produtores ribeirinhos e que permitem a manutenção da diversidade florestal das áreas manejadas; sensibilização dos agentes de políticas públicas para o grau de importância do fruto do açaí para as populações ribeirinhas, norteando as novas políticas para o setor; assessoramento na instalação e no funcionamento de pequenas indústrias de processamento de
Valor/Financiador	MCT

Política de Origem	Programa Brasil Quilombola no Amapá seppir
Programas	Programa de Desenvolvimento sustentável
Temporalidade (décadas e ano de início)	2005
Instituição Responsável Contato	Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) da Presidência da República
Objetivo	Capacitar as lideranças quilombolas do Amapá para a elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável que proporcionem a geração de trabalho e renda

Política de Origem	Política nacional- MMA/IBAMA
Programas	O corredor de biodiversidade do Amapá
Temporalidade (décadas e ano de início)	2004-2005
Objetivo	pretendemos viabilizar uma ferramenta de gerenciamento de nossas unidades de conservação ambiental, que permita o estudo das riquezas naturais amapaenses e também beneficiar a população que vive no entorno dessas reservas

Política de Origem	Política nacional MMA
Programas	Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque
Temporalidade (décadas e ano de início)	2004-2005
Resultados Alcançados	os municípios atingidos pela criação. Uma das principais medidas foi a liberação de recursos para a conclusão da BR-156. A idéia seria garantir a integração do Estado. Outra medida seria a liberação de recursos para projetos na área de preservação ambiental.

Programas	Criação do parque do tumucumaque
Temporalidade (décadas e ano de início)	Criado por Decreto presidencial em 22 de agosto de 2002
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Municípios de Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Calçoene e Oiapoque 3.877.393 hectares

Programas	Construção da ponte sobre o rio oiapoque
Temporalidade (décadas e ano de início)	2005 em execução
Instituição Responsável Contato	governo francês empregou, em 2000, recursos da ordem de 200 mil francos franceses para custear os estudos de definição do local da ponte que fará a ligação Brasil–Guiana Francesa, pelas rodovias BR-156 e RN-2 (Route Nacional 2). A ponte fica na Ponta Morna – entre as cidades de Oiapoque (Brasil) e Saint Georges d'Oyapoque (Guiana Francesa). Os resultados da comissão foram aprovados pelo Itamaraty
Objetivo	favorecer um fluxo regular de pessoas e mercadorias na fronteira entre Amapá e Saint-George, entre o Brasil e a Guiana Francesa e entre Brasil e França
Valor/Financiador	R\$ 33 milhões documento foi assinado no dia 5 de abril de 2001, em Brasília, por representantes dos dois países. Em 17 de junho de 2002, foi publicada a aprovação do texto do acordo pelo Congresso Nacional

Programas	Projeto Castanha-do-Brasil
Temporalidade (décadas e ano de início)	Iniciado em janeiro de 1995
Instituição Responsável Contato	GEA e IEPA
Objetivo	A iniciativa baseia-se na oferta de infra-estrutura para que o castanheiro possa agregar valor ao seu produto e, dessa forma romper o ciclo de dependência do sistema de avitamento. com os objetivos de gerar emprego e renda, valorizar os produtos da floresta, combater a pobreza, evitar o êxodo rural e promover a cidadania dos povos tradicionais da Amazônia.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	sul do Amapá.
Resultados Alcançados	Formaram-se três cooperativas: a Cooperativa dos Produtores do Alto Cajari (COOPERALCA), a Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU) e a Cooperativa Mista dos Produtores e Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari (COMAJA).
Valor/Financiador	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, a fábrica foi financiada por um repasse de US\$ 290 mil do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)10 . A COMAJA também recebeu um repasse do PPG7, de US\$ 216 mil, para adquirir maquinário e melhorar suas instalações, o que aumentou sua produtividade

Programas	Projetos de criação de novos municípios,
Temporalidade (décadas e ano de início)	1987
Instituição Responsável Contato	GEA
Objetivo	Criação de municípios (Ferreira Gomes, laranjal do Jarí, Santana e Tartarugalzinho) – 1987 Criação de municípios (Cutias, Pedra Branca, Porto Grande, Praccuba e Serra do Navio) - 1992 Criação de municípios (vitória do Jarí) - 1994
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Rebatimentos nos municípios de Amapá, Macapá, e Mazagão. – 1987 Rebatimentos no município de Macapá,- 1992 Rebatimentos no município de laranjal do Jari - 1994

Política de Origem	PPA
Programas	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Amapá (PDSA)
Temporalidade (décadas e ano de início)	1995
Instituição Responsável Contato	Gea
Objetivo	PPA

Política de Origem	Programa de Interiorização do Desenvolvimento
Programas	Programa de Interiorização do Desenvolvimento
Temporalidade (décadas e ano de início)	a partir de 1997
Instituição Responsável	Suframa
Contato	
Objetivo	projetos destinados a gerar infra-estrutura nos municípios de Macapá e Santana que pertencem a sua área de atuação.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Municípios de Macapá e Santana foram direcionados para: implantação de infra-estrutura no Distrito Industrial de Santana, terminais hidroviários, reestruturação, recuperação e pavimentação de estradas, projetos no setor turístico, dentre outros empreendimentos.
Valor/Financiador	R\$ 26,4 (vinte e seis milhões e quatrocentos mil reais)

Política de Origem	PROJETO DE LEI DO SENADO N° 348, DE 2005
Programas	Criação da área de livre comércio
Instituição Responsável	Suframa
Objetivo	conceder os mesmos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para os bens de informática e automação industrializados na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Macapá e Santana

Instituição Responsável	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), administrado em parceria pelo Ministério da Integração Nacional e pelo gestor dos recursos, o Banco da Amazônia (Basa), atenderá prioritariamente, em 2006,
Objetivo	Aqüicultura e Pesca Extrativa
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Macapá, Santana, Amapá, Calçoene, Oiapoque, Pracuúba e Tartarugalzinho Macapá (Bailique), Santana e Mazagão Macapá, Santana, Mazagão, Porto Grande e Serra do Navio
Valor/Financiador	Pescado <i>In Natura</i> e Beneficiado para os Mercados Internos e Externos Camarão <i>In Natura</i> e Beneficiado para os Mercados Internos e Externos Incentivo Ao Beneficiamento da Piscicultura para Atender ao Mercado Local

Objetivo	Fruticultura
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Macapá, Santana, Jarí e Mazagão Pedra Branca, Serra do Navio e Porto Grande Porto Grande
Valor/Financiador	Açaí (Vinho e Polpa) para Mercado Local Cupuaçu (Beneficiamento) para o Mercado Local Abacaxi (<i>In Natura</i> e Beneficiamento) para o Mercado Local

Objetivo	Madeira e Mobiliário
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Porto Grande e Oiapoque Laranjal do Jarí, Porto Grande, Pedra Branca, Serra do Navio e Mazagão Macapá, Santana, Laranjal do Jarí, Porto Grande e Oiapoque
Valor/Financiador	Móveis e Esquadrias Madeira Certificada Pisos, Forros e Aplainados

Programas	projeto "Apicultura no Amapá"
Objetivo	aumentar a produção de mel padronizado para suprir a demanda do mercado estadual de forma organizada e sustentável.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	público alvo do projeto são os grupos de apicultores e meleiros dos municípios de Macapá (distritos de Bailique e Pacuí), Porto Grande e Pedra Branca
Resultados Alcançados	Associação dos Apicultores e Meliponicultores de Macapá (Apimac)

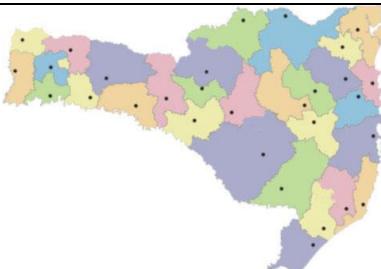
Programas	Criação do parque do cabo orange
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Oiapoque 619 mil hectares

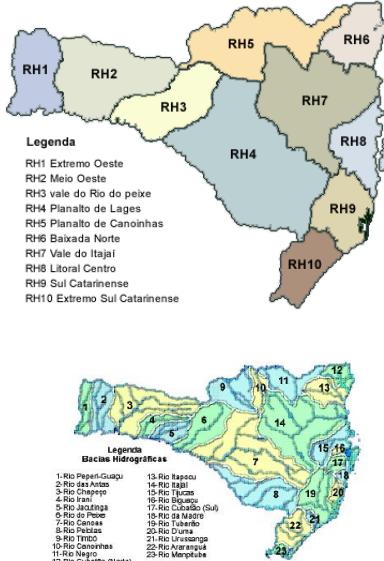
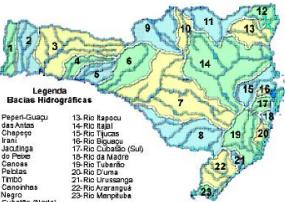
Programas	Reserva de desenvolvimento sustentável do iratapuru
Temporalidade (décadas e ano de início)	Lei Estadual no 392, de 11 de dezembro de 1997.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca do Amapar

5.4.2 Estado do Paraná

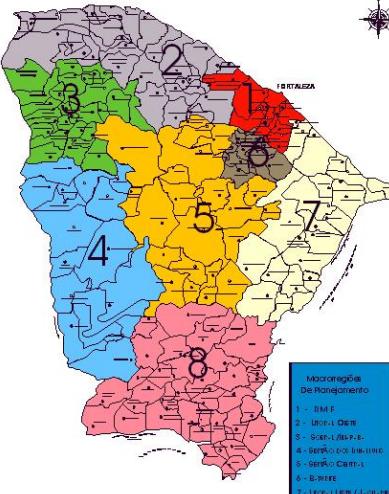
Política de Origem	Plano de Governo Paraná 2003-2006: desenvolvimento sustentável e inclusão social				
Objetivo	<p>O objetivo geral pode ser sintetizado em dois conceitos: inclusão social e desenvolvimento sustentável. Objetivos Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Formação, treinamento, experiência e conhecimentos da população, elevando sua produtividade e garantindo sua melhor inserção no processo de desenvolvimento da sociedade. 2. Viabilizar o bom funcionamento da economia e a qualidade de vida dos cidadãos paranaense 3. Aumentar o Emprego, a Cidadania e a Solidariedade. 4. Reestruturar a capacidade do Estado de promover políticas públicas, recuperando sua <u>capacidade de planejamento e gestão</u>. 				
Meta	Não localizadas (apresentadas como objetivos).				
Recorte Territorial (mapa / cartograma)					
Instrumentos	<table border="1"> <tr> <td>Gestão</td> <td>A avaliação global do Plano Plurianual é realizada pela SEPL/CAR,</td> </tr> <tr> <td>Financeiros</td> <td> <p>Fontes de financiamento:</p> <p><i>Estado</i> – Orçamento geral do Estado, investimentos das estatais, empresas estatais (recursos próprios) e instituições financeiras estatais.</p> <p><i>Parceiros</i> – União e municípios, empréstimos convencionais, concessão de serviços públicos, parceria público privada e cooperação internacional.</p> </td> </tr> </table>	Gestão	A avaliação global do Plano Plurianual é realizada pela SEPL/CAR,	Financeiros	<p>Fontes de financiamento:</p> <p><i>Estado</i> – Orçamento geral do Estado, investimentos das estatais, empresas estatais (recursos próprios) e instituições financeiras estatais.</p> <p><i>Parceiros</i> – União e municípios, empréstimos convencionais, concessão de serviços públicos, parceria público privada e cooperação internacional.</p>
Gestão	A avaliação global do Plano Plurianual é realizada pela SEPL/CAR,				
Financeiros	<p>Fontes de financiamento:</p> <p><i>Estado</i> – Orçamento geral do Estado, investimentos das estatais, empresas estatais (recursos próprios) e instituições financeiras estatais.</p> <p><i>Parceiros</i> – União e municípios, empréstimos convencionais, concessão de serviços públicos, parceria público privada e cooperação internacional.</p>				
Indicadores	<p>Execução Orçamentário-Financeira: a execução orçamentária Programada <i>versus</i> Realizada.</p> <p>Execução Física: produtos programados no PPA <i>versus</i> a execução física dos mesmos ao longo dos anos.</p> <p>Execução Física e Orçamentário-Financeira: o gasto do recurso à realização das metas físicas estipuladas.</p>				

5.4.3 Estado de Santa Catarina

Política de Origem	Plano de Governo
Objetivo	Desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda; Desenvolvimento rural e pesqueiro; Desenvolvimento tecnológico; Desenvolvimento urbano e habitação popular; Fomentar a educação; Saneamento básico e meio ambiente; Organização do lazer e do turismo.
Meta	Não Localizadas.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	

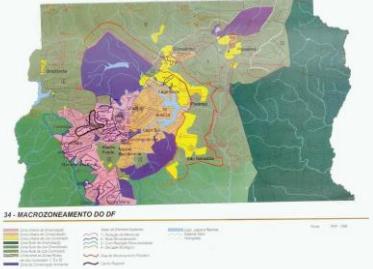
Política de Origem	Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRAPEM/MICROBACIAS 2	
Objetivo	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural de Santa Catarina, através da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, das condições de moradia e estimulando uma maior organização e participação no planejamento, gestão e execução das ações.	
Meta	Atingir 879 microbacias hidrográficas, o que representa 52% das existentes, sendo atendidos pelo Projeto, prioritariamente, os pequenos agricultores familiares com renda de até 2 salários mínimos por mês, empregados rurais e populações indígenas, totalizando 105 mil famílias residentes nas microbacias.	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	 <p>Legenda</p> <p>RH1 Extremo Oeste RH2 Meio Oeste RH3 vale do Rio do Peixe RH4 Planalto de Lages RH5 Planalto de Canoinhas RH6 Vale do Itajaí RH7 Vale do Içá RH8 Litoral Centro RH9 Sul Catarinense RH10 Extremo Sul Catarinense</p>  <p>Legenda</p> <p>Bacias Hidrográficas</p> <p>1. Rio Igapé-Guaçu 2. Rio das Antas 3. Rio Içá 4. Rio Içani 5. Rio Içá-Mirim 6. Rio Peixe 7. Rio Tijocó 8. Rio das Canoinhas 9. Rio Negro 10. Rio Cachão (Norte) 11. Rio Cachão (Sul) 12. Rio Içá 13. Rio Içá 14. Rio Itajaí 15. Rio Içá 16. Rio Içá 17. Rio Içá 18. Rio Içá 19. Rio Içá 20. Rio Içá 21. Rio Içá 22. Rio Içá 23. Rio Içá</p>	
Instrumentos	Operacionais	Durante todo o processo de elaboração dos Planos de Gestão haverá as participações dos atores sociais usuários de água, prefeituras, sociedade civil organizada e demais níveis de governo estadual e federal.
	Gestão	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente é a coordenadora da Componente Gestão Ambiental do Projeto.
	Financeiros	Apoio do Banco Mundial, através do PNMA II e PRÓ-ÁGUA, bem como de outros agentes financeiros, alem dos recursos do PRAPEM/MICROBACIAS 2.

5.4.4 Estado do Ceará

Política de Origem	Programa da Biodiversidade no Ceará
Objetivo	<p>Geral: Implementar ações que propiciem a criação e o fortalecimento das Unidades de Conservação Estaduais, implantando o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, assegurando o uso sustentável dos recursos ambientais de forma justa e eqüitativa.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a gestão das UC estaduais; Promover a realização do inventário e identificação da diversidade biológica nos biomas caatinga, serras úmidas e ecossistemas associados; Monitorar, avaliar e mitigar impactos que propiciem a degradação dos recursos naturais; Avaliar áreas potenciais para criação de UC, preferencialmente de proteção integral (conservação in situ); Estabelecer medidas para a conservação ex situ de componentes da diversidade biológica; Estimular a conscientização da população através da educação ambiental; Elaborar e aplicar os instrumentos legais.
Meta	Não Localizadas
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	 <p>Mapa do Estado do Ceará com os limites das 8 macroregiões de manejo. A legenda indica:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - BIM-F 2 - BIM-1 (BIM) 3 - Sert. Litorâneo 4 - Sertão (Sertão) 5 - Sertão-Central 6 - BIM-2 7 - Litoral (Litoral) 8 - C. Sertão-Central

Política de Origem	Plano Integrado de desenvolvimento Turístico do Ceará
Objetivo	Capacitação dos agentes turísticos; Organização do Cluster Turístico e das cadeias produtivas; Produtos-âncoras definidos; Sistema de Gestão definido; Comunidade envolvida com a atividade turística; Plano de comercialização e de divulgação; Mecanismos que garantam as condições gerais de qualidade e proteção ambiental e patrimonial.
Meta	Elevação da participação das regiões prioritárias, de 67,9% para 75,0% da movimentação turística do Ceará prevista para 2006, representando 5.896.485 turistas e um crescimento de 27,4% em relação à movimentação turística de 2003.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	<p>www.microbacias.sc.gov.br</p>

5.4.5 Estado do Distrito Federal

Programas	Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal	
Objetivo	<p>Romper com a segregação sócio-espacial e com o desequilíbrio entre as cidades do Distrito Federal; ampliar e descentralizar as oportunidades de desenvolvimento das atividades econômicas no território; disseminar no território as oportunidades de desenvolvimento econômico oferecidas pelos avanços científicos e tecnológicos; ampliar a disponibilidade territorial para a produção de habitação relativa aos diferentes níveis de renda da população; definir o potencial de uso e ocupação do solo a partir da sustentabilidade do ambiente; otimizar a ocupação dos espaços e o uso da infra-estrutura instalada; preservar e valorizar Brasília como Capital da República e Patrimônio Cultural da Humanidade; democratizar o acesso à propriedade rural e urbana; integrar o ordenamento territorial do Distrito Federal com a Região do Entorno; implementar o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - SISPLAN - e o Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal - SITURB; implementar a aplicação dos instrumentos de Política Urbana preconizados na Lei Orgânica do Distrito Federal, distribuindo os ônus e benefícios gerados pelas obras públicas e pela implantação de serviços urbanos e equipamentos comunitários; recuperar para a coletividade a valorização imobiliária decorrente da ação do Poder Público.</p>	
Meta	Não Localizadas	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	 <p>34 - MACROZONEAMENTO DO DF</p> <p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> Área de Conservação Área de Expansão Área de Expansão e Conservação Área de Expansão e Recuperação Área de Recuperação 	
Instrumentos	Operacionais	Planos Diretores Locais Parcelamento do Solo
	Gestão	Memorial de Impacto Urbano
	Financeiros	Fundo de Desenvolvimento Territorial e Urbano Contribuição de Melhoria Parcelamento ou Edificação Compulsórios e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo Direito de Preempção Outorga Onerosa do Direito de Construir e Outorga Onerosa da Alteração de Uso

5.4.6 Estado do Rio Grande do Norte

Programas	Pólo Gás-Sal
Objetivo	Fomentar o desenvolvimento industrial do Estado através de concessão de incentivo a indústrias utilizadoras de gás, que forem consideradas prioritárias para o desenvolvimento.
Meta	Não localizadas
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	 <p>Rio Grande do Norte – Região Noroeste.</p>

5.4.7 Estado do Espírito Santo

Programas	Um Novo Espírito Santo: orientações estratégicas de governo
Objetivo	<p>Promover o desenvolvimento sustentável socioeconômico do Espírito Santo</p> <p>Reconstruir e modernizar a máquina pública do Estado</p> <p>Promover o choque ético no Estado</p>
Meta	Não Localizadas
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	<p>Divisão Regional do Espírito Santo Macroregiões de Planejamento Lei 5.120 de 01/12/95</p>

5.4.8 Estado de São Paulo

Programas	Microbacias Hidrográficas	
Temporalidade (décadas e ano de início)	Término do projeto previsto para junho de 2007 no total de R\$ 166,6 milhões (2005 - 2006)	
Instituição Responsável Contato	http://www.saopaulo.sp.gov.br/projetosestrategicos	
Objetivo	Programa vai fortalecer a organização dos produtores rurais tendo como unidade de trabalho as microbacias hidrográficas	
Meta	Viabilização econômica e social para produtores rurais e suas famílias, proporcionando geração de emprego e renda	
Instrumentos	Gestão	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento

Programas	Renda Cidadã	
Temporalidade (décadas e ano de início)	Projeto de ação continuada Total de R\$ 179,2 milhões, em 2005 e 2006	
Instituição Responsável Contato	http://www.saopaulo.sp.gov.br/projetosestrategicos	
Objetivo	Programa prevê ajuda financeira para 139 mil famílias sob risco social e de internos da Febem	
Meta	Inclusão de famílias em situação de risco social	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Famílias do Interior e da Região Metropolitana em situação de risco social	
Instrumentos	Gestão	Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

Programas	Pró-Lar	
Temporalidade (décadas e ano de início)	Término: Dezembro de 2006 Total de R\$ 1,79 bilhões (2005 - 2006)	
Instituição Responsável Contato	http://www.saopaulo.sp.gov.br/projetosestrategicos	
Objetivo	Projeto prevê 44.364 novas moradias para famílias de baixa renda, 79 unidades para quilombolas e 354 para comunidade indígena	
Meta	Acesso a moradias e melhoria das condições de habitabilidade das famílias de baixa renda assentadas em áreas de risco, favelas e cortiços	
Instrumentos	Gestão	Secretaria Estadual de Habitação

Programas	Parque da Juventude Fase 3	
Temporalidade (décadas e ano de início)	Término: Julho de 2006 Total de R\$ 65 milhões (2005 - 2006)	
Instituição Responsável Contato	http://www.saopaulo.sp.gov.br/projetosestrategicos	
Meta	Reurbanização do antigo complexo prisional do Carandiru para ampliação de opções de esporte, lazer, área verde e cultura de São Paulo	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Parque da Juventude foi construído nas antigas instalações do complexo prisional do Carandiru	
Instrumentos	Gestão	Secretaria Estadual de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento

Programas	Banco do Povo Paulista				
Temporalidade (décadas e ano de início)	R\$ 30 milhões (2005 - 2006)				
Instituição Responsável	http://www.saopaulo.sp.gov.br/projetosestrategicos				
Contato					
Objetivo	Banco do Povo Paulista vai oferecer R\$ 34,26 milhões de crédito para cooperativas e pequenos empreendedores				
Meta	Geração e manutenção da ocupação e renda para empreendedores com dificuldade de acesso ao mercado formal				
Instrumentos	<table border="1"> <tr> <td>Gestão</td> <td>Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho</td> </tr> <tr> <td>Financeiros</td> <td>Parceria entre o Estado e as Prefeituras</td> </tr> </table>	Gestão	Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho	Financeiros	Parceria entre o Estado e as Prefeituras
Gestão	Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho				
Financeiros	Parceria entre o Estado e as Prefeituras				

Programas	Desenvolvimento do Ecoturismo
Temporalidade (décadas e ano de início)	Término Junho de 2008 Total de R\$ 20,7 milhões (2005 - 2006)
Instituição Responsável	http://www.saopaulo.sp.gov.br/projetosestrategicos
Contato	
Objetivo	Programa irá revitalizar turismo na região do Vale do Ribeira e de Ilha Bela
Meta	Incremento da economia da região do Vale do Ribeira e de Ilha Bela com desenvolvimento de empreendimentos turísticos
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Abrangerá grande parte do Vale do Ribeira, envolvendo os municípios de São Miguel Arcanjo, Sete Barras, Capão Bonito, Tapiraí, Ribeirão Grande, Guapiara, Iporanga, Eldorado, Apiaí, Jacupiranga, Cananéia e Cajati; e o trecho do Litoral Norte de São Paulo, envolvendo diretamente o município de Ilha Bela.
Instrumentos	Gestão Secretaria Estadual do Meio Ambiente

Programas	Complexos Esportivos
Temporalidade (décadas e ano de início)	Término: Maio de 2006 Total de R\$ 16,8 milhões (2005 - 2006)
Instituição Responsável	http://www.saopaulo.sp.gov.br/projetosestrategicos
Contato	
Objetivo	Projeto prevê implantação da Vila Olímpica Mário Covas e a modernização dos conjuntos do Ibirapuera e Baby Barioni
Meta	Modernização e ampliação da infra-estrutura dos complexos esportivos
Instrumentos	Gestão Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer

Programas	Arranjos Produtivos Locais	
Temporalidade (décadas e ano de início)	Término: Dezembro de 2006 Total de R\$ 10 milhões (2005 - 2006)	
Instituição Responsável	http://www.saopaulo.sp.gov.br/projetosestrategicos	
Contato		
Objetivo	Programa prevê a implantação de 11 arranjos produtivos locais, beneficiando diferentes segmentos da indústria	
Meta	Apoio técnico, tecnológico e gerencial para os arranjos produtivos organizados	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Caracterizados 11 APL's em diferentes segmentos da indústria, distribuídos em 14 municípios do Estado, com ações específicas já em andamento, a saber: Birigüi (calçados infantis), Cerquilho e Tietê (confecção), Franca (calçados masculinos), Ibitinga (confecção de cama, mesa e banho), Itatiba e Jundiaí (móvels de madeira), Jaú (calçados femininos), Mirassol (móvels de madeira), Porto Ferreira (cerâmica artística e utilitária - cerâmica branca), Ribeirão Preto (produtos médico-hospitalares), São José do Rio Preto (jóias), Tambaú e Vargem Grande do Sul (produtos cerâmicos - cerâmica vermelha).	
Instrumentos	Gestão	Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico

5.4.9 Estado de Goiás

Programas	Programa de Geologia e Mineração	
Instituição Responsável	http://www.seplan.go.gov.br/PPA/index.htm	
Contato		
Objetivo	Propiciar a iniciativa privada a seleção de alvos potenciais para a realização de pesquisa mineral e descoberta de novas jazidas, e consequente implantação de novas indústrias de mineração, racionalização, diversificação e verticalização.	
Meta	Gestão	Realização e disponib. à iniciativa privada de levantam. aergeofísico; elab. de estudos de apoio à peq./média mineração e dos financiamento; realização e dispon. à iniciat. privada de levant. bás. do meio fisico; contratação de financiamento da peq./média empresa - funmineral
	Financeiros	R\$ 35.166.000,00

Programas	Programa Aeroportuário	
Instituição Responsável	SEPLAN; AGETOP	
Contato	http://www.seplan.go.gov.br/PPA/index.htm	
Objetivo	Implantar, pavimentar, melhorar e conservar as obras aeroportuárias do Estado.	
Meta	Gestão	Obras especiais nos aeroportos e seus terminais; implantação/pavimentação/ conservação dos aeroportos e terminais; construção do aeroporto de Ceres; terminal de passageiros de São Miguel do Araguaia e Uruaçu; balizamento noturno de Irenópolis e São Miguel do Araguaia
	Financeiros	R\$ 35.600.000,00

Programas	Programa Agrofamiliar	
Instituição Responsável	http://www.seplan.go.gov.br/PPA/index.htm	
Contato		
Objetivo	Estimular e fortalecer a expansão das atividades agropecuárias, desenvolver a agroindustrialização, agregar renda, gerar emprego e diversificar a produção rural familiar.	
Instrumentos	Gestão	AGEDRF; SEAGRO
	Financeiros	Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento (SEAGRO)

Programas		Programa Água Vida
Objetivo		Atender pequenas cidades com o sistema de esgotamento anitário e abastecimento de água e atender pequenas comunidades rurais (vilas, povoados e distritos), com abastecimento de água através de captação superficial ou de poço profundo de modo que atenda as necessidades dos moradores, facilitando a interação desses povos com a sede dos municípios e contribuindo para melhoria da qualidade de vida na região atendida.
Meta		Implant/conclusão dos sistemas sanitário e de tratamento de água; água para os pequenos aglomerados; pesquisa e tecnologia em saneamento
Recorte Territorial (mapa / cartograma)		Moradores dos aglomerados urbanos e pequenas localidades rurais.
Instrumentos	Gestão	Secretaria de Habitação e Saneamento (SEHASAN)
	Financeiros	R\$ 228.063.797,96

Programas		Programa de Promoção Comercial
Instituição Responsável		http://www.seplan.go.gov.br/PPA/index.htm
Contato		
Objetivo		Aumentar a comercialização dos produtos produzidos no Estado, promovendo a sua inserção no mercado, dentro e fora do Brasil, gerando mais emprego e renda no Estado
Meta		Empreendimentos para aumento de competitividade; estímulo à participação e realização de feiras, exposições e eventos
Instrumentos	Gestão	Secretaria de Indústria e Comercio (SIC)
	Financeiros	R\$ 1.996.000,00

Programas		Programa de apoio, promoção e desenvolvimento da cultura goiana
Instituição Responsável		http://www.seplan.go.gov.br/PPA/index.htm
Contato		
Objetivo		Promover e apoiar a cultura goiana, divulgando-a em todo o País. Funciona através da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira e parcerias que buscam dar apoio ao artesanato e folclore, às artes cênicas, à literatura, às artes visuais, audiovisuais da cultura goiana.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)		População goiana em geral
Instrumentos	Gestão	Agencia Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL)
	Financeiros	R\$ 50.714.708,00

Programas	Programa de atração e promoção industrial- industrializa Goiás	
Instituição Responsável		
Contato	http://www.seplan.go.gov.br/PPA/index.htm	
Objetivo	Atrair novos investimentos que estimulem o desenvolvimento e o crescimento industrial do Estado. Para isso, negocia com empresários e empresas a instalação de seus empreendimentos nos vários distritos industriais localizados nos municípios goianos.	
Meta	Arranjos produtivos locais; promoção e suporte à industrialização dos municípios; feira permanente da indústria e centro de convenções de Anápolis; registro de marcas e patentes; instalação de empresas com apoio governamental; desenvolvimento de infra-estrutura em distritos industriais	
Instrumentos	Gestão	Secretaria de Indústria e Comercio (SIC)
	Financeiros	R\$ 47.181.060,00

5.4.10 Estado de Mato Grosso

Programas	Organização do Associativismo	
Instituição Responsável	http://www.seplan.mt.gov.br	
Contato		
Objetivo	Fomentar o desenvolvimento do associativismo e cooperativismo fortalecendo a economia solidaria, visando a geração de emprego e renda no estado	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Gestão	Todo Estado
Instrumentos		SETEC; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural
	Financeiros	R\$ 4.801.993,96
Indicadores	Taxa de crescimento do associativismo	

Programas	Nossa Terra, Nossa Gente	
Instituição Responsável	http://www.seplan.mt.gov.br	
Contato		
Objetivo	Promover o acesso a terra por meio de ações de assentamento de famílias, viabilizando as condições econômicas que possibilitam o desenvolvimento de seu empreendimento, minimizando os riscos de uma exploração predatória dos recursos naturais.	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Gestão	Todo Estado
Instrumentos		Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso
	Financeiros	R\$ 17.648.381,28
Indicadores	Plano de desenvolvimento elaborado; famílias assentadas; famílias beneficiadas em vilas rurais	

Programas	FITOPLAMA - Programa estadual de fitoterápicos, plantas medicinais e aromáticas com fins terapêuticos e alimentares	
Instituição Responsável	http://www.seplan.mt.gov.br	
Contato		
Objetivo	Efetivar as atividades relacionadas à cadeia produtiva de fitoterápicos, plantas medicinais e aromáticas para ampliar o acesso da população mato-grossense	
Recorte Territorial (mapa / cartograma)	Gestão	Todo Estado
Instrumentos		Secretaria de estado de desenvolvimento rural; secretaria de estado da saúde; secretaria de estado de meio ambiente; secretaria de estado de justiça e segurança publica.
	Financeiros	R\$ 162.200,00
Indicadores	taxa da população atendida; número de empregos gerados; produção industrial de fitoterápicos; produção magistral de fitoterápicos; produção de plantas medicinais e aromáticas	

Programas		Gestão da política da assistência social
Instituição Responsável Contato		http://www.seplan.mt.gov.br
Objetivo		Coordenar, monitorar e avaliar o processo de descentralização da política da assistência social
Recorte Territorial (mapa / cartograma)		Todo Estado
Instrumentos	Gestão	PROSOL
	Financeiros	R\$ 10.617.292,73
Indicadores		Municípios com ações descentralizadas

Programas		Fomento ao desenvolvimento industrial
Instituição Responsável Contato		http://www.seplan.mt.gov.br
Objetivo		Fomentar o desenvolvimento industrial, visando agregar valores aos seus produtos nas diversas cadeias produtivas do estado.
Recorte Territorial (mapa / cartograma)		Todo Estado
Instrumentos	Gestão	SICME
	Financeiros	R\$ 2.966.907,00
Indicadores		Empregos gerados pelas empresas incentivadas

Programas		Fomento ao desenvolvimento comercial e de serviço
Temporalidade (décadas e ano de início)		http://www.seplan.mt.gov.br
Objetivo		Estimular e fortalecer o fluxo de comercializacao, visando a expansão dos merc. nac. e internac. para os pro- dutos e serv.de mt, c/a inserção de peq.medias empresas e a melhoria dos sist. de produção p/atender demanda
Recorte Territorial (mapa / cartograma)		Todo Estado
Instrumentos	Gestão	Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia
	Financeiros	R\$ 528.956,00
Indicadores		Real exportação e importação; Real de faturamento dos setores

Anexo 4: Questionário



Universidade de Brasília
Centro de Desenvolvimento Sustentável (UnB/CDS)

À COMPANHIA XXXXXXXXXXXXXXX

ATT: SR. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
PRESIDENTE

Prezado(a) Senhor(a),

O Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS unidade de ensino, pesquisa e extensão, vinculado a reitoria da Universidade de Brasília - UnB, vem atuando no desenvolvimento de pesquisas científicas e na formação e capacitação de especialistas, mestres e doutores em Gestão e Planejamento de Ciência e Tecnologia e em Política e Gestão Ambiental, há mais de 10 anos.

Em parceria com o Ministério da Integração, o CDS/UnB está elaborando uma proposta de diretrizes para a formulação da **Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Desse modo, os segmentos público, privado e terceiro setor estão sendo objeto de análise para verificar as ações de intervenção – políticas, planos, programas e projetos de grande porte - que apresentem algum rebatimento significativo no território nacional, sobretudo no que diz respeito à geração de impactos econômicos, sociais e ambientais, de natureza positiva ou negativa. Nesse contexto, é importante entendermos melhor como o setor privado está planejando sua atuação e expansão dentro do território nacional. Como essa empresa é relevante no cenário econômico do país, temos certeza que poderemos contar com vossa colaboração na resposta às questões listadas abaixo.

Apontamos que nos comprometemos e nos responsabilizamos em não publicar nenhum dado ou informação, inclusive nomes de pessoas, que venham a comprometer ou prejudicar, em qualquer instância, essa empresa.

Atenciosamente,

Assinatura do Marcel

QUESTIONÁRIO

1. Qual a localização das unidades que compõem essa empresa? (escritórios, fabricas, armazéns, portos, fazendas, entre outras estruturas)

2. Quais os objetivos desta empresa, no curto, médio e longo prazos?

2.1 Como se pretende alcançar esses objetivos?

- a. Curto Prazo
- b. Médio prazo:
- c. Longo prazo:

3. Quais os principais obstáculos de ordem privada e de ordem pública que a empresa terá de enfrentar para atingir esses objetivos?

- a. Privado:
- b. Público:

4. Existem planos para expansão física da empresa dentro do(s) território(s) que já se encontra?
() sim () não

5. Existe planejamento de abertura de unidades em outros territórios da federação brasileira?
() sim () não

6.1 Quais são esses locais?

6.2 Porque foram escolhidos esses locais?

6.4 Quais obstáculos para essa expansão:

- a. ordem privada:
- b. ordem pública:

6.4 Existem avaliações sobre a natureza e a dimensão dos impactos que essas expansões poderão provocar?

6.5 Na definição dos locais onde se desenvolverão essas expansões houve consulta às diferentes esferas da administração pública – federal, estadual e municipal -- de forma a verificar a compatibilidade dessas expansões com outras ações de intervenção públicas?

7. Existe planejamento para expansão de mercado (no caso de não haver expansão física)?
() sim () não

7.1 Onde se localizam esses novos mercados?

7.2 Quais as estratégias pensadas para alcançar esses novos mercados?

7.3 Quais os principais obstáculos esperados?

8. Quais os principais programas sócio-ambientais da empresa envolvendo a comunidade externa?
Descreva sucintamente (nome, objetivo, abrangência, público)

8.1 Como são avaliados esses programas?

8.2 Quais os pontos considerados fortes/positivos?

8.3 Quais os pontos que precisam ser melhorados?

Anexo 5: Projetos indicados como prioritários pelo setor privado

NORDESTE

ENERGIA

Distribuição

OBRAS	DESCRÍÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Rede elétrica	O Projeto Luz Para Todos, do governo federal, tem o objetivo de levar, para as cinco regiões, energia elétrica a 12 milhões de pessoas, a maioria dos moradores da zona rural, principalmente para Norte e o Noroeste. O projeto todo está orçado em 6,4 bilhões de reais	Nordeste	Ampliação	Público/privado	Iniciadas	Não há	2008

Geração

OBRAS	DESCRÍÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Usina Termelétrica Camaçai	Localizada no município da Dias d'Ávila, terá capacidade de 360 MW	BA	Implantação	Públicos	Iniciadas	Financeiro	2004
Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo	Localizada no município de Governador Mangabeira e Conceição da Feira, terá capacidade de 160 MW	BA	Implantação	Privado	Em projeto	Logístico	2005

Transmissão

OBRAS	DESCRÍÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Linha de transmissão	Trecho entre as cidades da Colinas (TO) e Sobradinhos (BA), com 942 km de extensão e 500 kv de potência. Aumentaria a capacidade de transmissão de energia da Região Norte para o Noroeste	TO e BA	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2007
Linha de transmissão	Trecho entre as cidades Miracema (TO) e Imperatriz (MA), com 517 km de extensão e 525 kv de potência. Visa melhorar a interligação nas regiões Norte e Sul	TO e MA	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2004
Linha de transmissão	Trecho entre as cidades de Camaçari e Sapeaçu	BA	Implantação	Público/privado	Iniciadas	Irregularidade	2006

PETRÓLEO & GÁS

Gasodutos

OBRAS	DESCRÍÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Gasodutos	Trecho entre as capitais da Bahia e Rio de Janeiro, com 1,225 km de extensão. O objetivo do programa é levar 20 milhões de m ³ /dia para a Região Nordeste	BA	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2007
Gasodutos	Construção de ramais de distribuição com 962 km de extensão e estações de distribuição, os chamados <i>city-gates</i>	Nordeste	Ampliação	Público/privado	Iniciadas	Ambiental	2007

SANEAMENTO

Adutoras

OBRAS	DESCRÍÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Sistema Integrado de Abastecimento de Santana	Rede de abastecimento de água com 145km de extensão. Visa atender as comunidades rurais	BA	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2005
Adutora do Feijão	Terceira etapa de construção da rede de abastecimento de água com 50 km de extensão	BA	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2004
Sistema Adutor Planalto/Barra do Choça	Rede de abastecimento de água com 20 km de extensão	BA	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2004
Sistema Adutor Padrão Central	Rede de abastecimento de água com 113 km de extensão	BA	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2004

Irrigação

OBRAS	DESCRÍÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Projeto Baixio do Irecê	Sistema de captação de 61 m ³ /s no rio São Francisco, no oeste do estado. Área irrigada de 59.000 hectares	BA	Implantação	Público	Iniciadas	Legal	2005
Projeto Salitre	Sistema de captação de 32 m ³ /s no rio São Francisco, no oeste do estado. Área irrigada 31.000 hectares	Ba	Implantação	Público	Iniciadas	Legal	2005

TRANSPORTE

Aeroportos

OBRAS	DESCRÍÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Aeroporto de Maceió	Melhorias no terminal de passageiros e ampliação do sistema de pistas e pátios de aeronaves	AL	Reforma	Público	Iniciadas	Ambiental	2005
Aeroporto de Salvador	Melhorias no terminal de cargas domésticas e internacional	BA	Reforma	Público	Iniciadas	Não há	2005

Ferrovias

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Ferrovia Trans-nordestina (trecho Pernambuco)	Trecho de 245 km entre as cidades de Petrolina e Salgueiro. Visa facilitar o escoamento de grãos do sul do Piauí e oeste do Maranhão	PE	Implantação	Público/privado	Em projeto	Não há	2007
Contorno Ferroviário São Félix	Trecho com 17 km de extensão, incluindo ponte de 610 m na cidade de São Félix, da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica). Visa agilizar o transporte de produtos do Pólo de Camaçari	BA	Implantação	Público/privado	Em projeto	Não há	2007

Hidrovias

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Hidrovia do São Francisco	Derrocamento	BA	Reforma	Público	Em projeto	Financeiro	2005

Portos

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Porto Fortaleza	Aprofundamento do cais	CE	Reforma	Público	Em projeto	Não há	2005

Rodovias

OBRAS	DESCRÍÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
BR-101	Duplicação de trecho de 440 km entre a capital do Rio Grande do Norte e a divisa com o estado de Sergipe	RN e SE	Ampliação	Público/ privado	Em projeto	Financeiro	2008
BR-135	Trecho de 110 km entre as cidades São Desidério e Correntina	BA	Ampliação	Público	Iniciadas	Ambiental/ financeiro	2008

CENTRO-OESTE

ENERGIA

Distribuição

OBRAS	DESCRÍÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Rede elétrica	Luz Para Todos	Centro-Oeste	Ampliação	Público/ privado	Iniciadas	Não há	2008

TRANSPORTE

Rodovias

OBRAS	DESCRÍÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
BR-050	Melhorias em trecho de 52km entre as divisas do estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Visa diminuir o risco de acidentes e assaltos na estrada	GO	Reforma	Público	Iniciadas	Financeiro	2008

NORTE

ENERGIA

Distribuição

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Rede elétrica	Luz Para Todos	Norte	Ampliação	Público/privado	Iniciadas	Não há	2008

Geração

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Usina Hidrelétrica Peixe Angical</i>	Localizada no município de São Salvador, terá capacidade de 452MW	TO	Implantação	Público/privado	Iniciadas	Não há	2006

Transmissão

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Linha de transmissão	Trecho entre as cidades da Colinas (TO) e Sobradinhos (BA), com 942 km de extensão e 500 kv de potência. Aumentaria a capacidade de transmissão de energia da Região Norte para o Noroeste	TO e BA	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2007
Linha de transmissão	Trecho entre as cidades Miracema (TO) e Imperatriz (MA), com 517 km de extensão e 525 kv de potência. Visa melhorar a interligação nas regiões Norte e Sul	TO e MA	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2004

PETRÓLEO&GÁS

Gasodutos

OBRAS	DESCRÍÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Gasoduto	Trecho entre a cidade de Coari e a capital do estado, com 450 km de extensão. O gás natural transportado nesse trecho vai garantir a geração de 930kV	AM	Implantação	Público/privado	Iniciadas	Ambiental	2006
Gasoduto	Trecho entre a cidade de Urucu e a capital do estado, com 522km de extensão. Passará pela floresta amazônica	AM	Implantação	Público/privado	Iniciadas	Não há	2006

SANEAMENTO

Irrigação

OBRAS	DESCRÍÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Propertins	Programa de Perenização do Tocantins; barragem do sudeste do estado. Área irrigada de 20.000 hectares	TO	Implantação	Público	Em projeto	Não há	2030
Perímetro Sampaio	Área irrigada de 1.435 hectares	TO	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2009
Perímetro São João	Área irrigada de 3.582 hectares	TO	Implantação	Público	Em projeto	Ambiental	2009

TRANSPORTE

Aeródromos

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Aeródromo de Carauari</i>	Pistas de pouso e decolagem	AM	Ampliação	Público	Iniciadas	Não há	2006
<i>Aeródromo de Estirão do Equador</i>	Pistas de pouso e decolagem	AM	Ampliação	Público	Iniciadas	Não há	2006
<i>Aeródromo de Eirunepé</i>	Melhorias e reforços e decolagem	AM	Reforma	Público	Iniciadas	Não há	2006
<i>Aeródromo de Ipiranga</i>	Novo aeroporto	AM	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2006
<i>Aeródromo de São Gabriel da Cachoeira</i>	Pista de pouso	AM	ampliação	Público	Iniciadas	Não há	2006

Aeroportos

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Aeroporto de Manaus</i>	Novo terminal de cargas com 7 prédios que vão ocupar 27.000 m ² e reforma de terminal de cargas existentes	AM	Ampliação	Público	Iniciadas	Não há	2006

Ferrovias

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Ferrovia Norte-Sul – ramal sul</i>	Trecho de 204km entre as cidades de Estreitos e Balsas. O objetivo é melhor o acesso até o Porto de Itaqui	AM	Implantação	Público/privado	Em projeto	Financeiro	2007

Hidrovias

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Eclusa do Tucurui</i>	Transposição de desnível	PA	Implantação	Público	Iniciadas	Financeiros	2006
<i>Hidrovias Tapajós-Teles Pires</i>	Dragagem, balizamento e transposição de desnível	TO e PA	Reforma	Público	Em projeto	Financeiros	2005
<i>Eclusa do Lajeado</i>	Transposição de desnível	PA	Implantação	Público	Iniciadas	Financeiros	2007
<i>Hidrovia Tocantis-Araguaia</i>	Derrocamento e dragagem	TO e PA	Ampliação	Público	Em projeto	Financeiros	2005
<i>Hidrovia de Marajó</i>	Dragagem e balizamento	PA	Reforma	Público	Em projeto	Financeiros	Sem previsão
<i>Hidrovia Capim-Guamá</i>	Dragagem e balizamento	PA	Reforma	Público	Em projeto	Financeiros	Sem previsão
<i>Hidrovia da Madeira</i>	Dragagem e balizamento	AM	Reforma	Público	Em projeto	Financeiros	Sem previsão

Pontes e viadutos

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Ponte Binacional (Brasil/Peru)</i>	Com 178m de comprimento entre as cidades de Assis Brasil (AC) e Iñapari (Peru)	AC	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2006

Portos

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Porto de Sopave</i>	Melhorias gerais	PA	Reforma	Público	Em projeto	Não há	2005

Rodovias

OBRAS	DESCRÍÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
BR-364	Pavimentação de trecho de 507 km entre as cidades de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul	AC	Reforma	Público/privado	Iniciadas	Financeiro/irregularidade	2008
PA-279	Pavimentação em trecho de 260 km entre as cidades de Xinguara e São Félix do Xingu	PA	Reforma	Público/privado	Iniciadas	Não há	2006
BR-230	Trecho de 212km entre as cidades de Lábrea e Humaitá	AM	Ampliação	Público	Em projeto	Financeiro	2008
BR-317	Trecho de 133km entre a cidade de Boca do Acre e a capital do estado	AC	Ampliação	Público	Iniciadas	Financeiro/irregularidade	2008

SUDESTE

ENERGIA

Distribuição

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Rede elétrica	Luz Para Todos	Sudeste	Ampliação	Público/privado	Iniciadas	Não há	2008

Geração

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Usina Nuclear Angra 3</i>	Localizada no município de Angra dos Reis, aumentará a capacidade de 1.900 MW para 3.300 MW, suprindo, segundo a previsão, até 2010, 34% da demanda de energia do estado do Rio de Janeiro	RJ	Ampliação	Público/privado	Iniciadas	Legal	2010
<i>Usina Hidrelétrica Irapé</i>	Localizada nos municípios de Berilo e Grão Mogol, terá capacidade de 260 MW	MG	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2005
<i>Usina Hidrelétrica Aimorés</i>	Localizada no município de Aimorés, terá capacidade de 330 MW	MG	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2005
<i>Usina Hidrelétrica Capim Branco II</i>	Localizada nos municípios de Uberlândia e Araguari, terá capacidade de 210 MW	MG	Implantação	Público/privado	Iniciadas	Não há	2007
<i>Usina Hidrelétrica Capim Branco I</i>	Localizada nos municípios de Uberlândia e Araguari, terá capacidade de 240 MW	MG	Implantação	Público/privado	Iniciadas	Não há	2007

Transmissão

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Linha de transmissão</i>	Trecho entre as cidades de Montes Claros e Irapé	MG	Implantação	Público/privado	Iniciadas	Não há	2005

<i>Linha de transmissão</i>	Trecho entre as cidades de Itutinga e Juiz de Fora, com 140 km de extensão e 345 kV de potência. Visa suprir a demanda de uma importante companhia siderúrgica da região	MG	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2005
-----------------------------	--	----	-------------	---------	-----------	--------	------

PETRÓLEO & GÁS

Gasodutos

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Gasodutos	Trecho entre as capitais da Bahia e Rio de Janeiro, com 1,225 km de extensão. O objetivo do programa é levar 20 milhões de m ³ /dia para a Região Nordeste	RJ	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2007

Produção de petróleo

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Plataformas de petróleo</i>	Construção da P-51, P-54 e PRA-1 (RJ) e reforma da P-34 (ES)	RJ	Implantação/reforma	Público	Iniciadas	Não há	2008

SANEAMENTO

Adutoras

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Sistema Adutor São Francisco</i>	Rede de abastecimento de água com 63 km de extensão	MG	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2006
<i>Sistema de Abastecimento Araçuaí</i>	Construção de 123 poços semi-artesianos com 70 m de profundidade	MG	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2005
<i>Sistema Adutor Diamantina</i>	Rede de abastecimento de água com 103 km de extensão	MG	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2005

Barragens e açudes

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Barragem Berizal</i>	Abastecimento de água e irrigação na região do Vale do Rio Pardo	MG	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2006

Irrigação

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Projeto Jaiba</i>	Sistema de captação de 80 m ³ /s no rio São Francisco	MG	Implantação	Público	Iniciadas	Não há	2005

TRANSPORTE

Aeroportos

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Aeroporto Tancredo Neves (Confins)</i>	Melhorias no terminal de passageiros	MG	Reforma	Público	Iniciadas	Não há	2007
<i>Aeroporto De Manaus</i>	Melhorias nas pistas de pouso, decolagem e taxiamento, e no pátio de aeronaves	MG	Reforma	Público	Iniciadas	Não há	2004
<i>Aeroporto da Pampulha (Belo Horizonte)</i>	Novo terminal de passageiros	MG	Ampliação	Público	Em projeto	Não há	2004

Ferrovias

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Tramo Ferroviário o Serra do Tigre</i>	Trecho de 280 km entre as cidades de Ibiá e Sete Lagoas. Visa dobrar a capacidade de transporte com o aumento da velocidade média para 60 km/h, ao desviar-se de centros urbanos	MG	Implantação	Público/privado	Em projeto	Financeiro	2010
<i>Ferroanel Tramo Norte</i>	Trecho de 66 km entre os bairros de Engenheiro Manoel Feio e Campo Limpo Paulista. O objetivo é melhorar o acesso ao Porto de Sepetiba (RJ)	SP	Implantação	Público/privado	Em projeto	Não há	Sem previsão

Hidrovias

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Hidrovia do São Francisco	Derrocamento	MG	Reforma	Público	Em projeto	Financeiro	2005
<i>Hidrovia Tietê-Paraná</i>	Derrocamento	PR	Reforma	Público	Iniciadas	Financeiro	2006

Portos

OBRAS	Descrição do Projeto	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Porto de Santos</i>	Novos terminas de grãos	SP	Implantação	Privado	Em projeto	Legal/irregularidade	Sem previsão
<i>Porto de Vitória</i>	Dragagem de aprofundamento e sistema de defensas; derrocagem; melhorias na sinalização náutica; duplicação da estrada que dá acesso ao porto	ES	Reforma	Público	Iniciadas	Não há	Sem previsão

Rodovias

OBRAS	Descrição do Projeto	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Rodoanel de São Paulo</i>	Trecho sul de 23 km de extensão, ligados as rodovias Régis Bittencourt, Imigrantes e Anchieta, até o município de Mauá. Visa fazer a conexão do ABC ao porto de Santos aliviando o fluxo de caminhões na região metropolitana	SP	Ampliação	Público/privado	Em projeto	Financeiro	2008
BR-381	Duplicação e restauração de trecho de 473 km entre a capital de Minas Gerais e a divisa do estado de São Paulo. Duplicação de trecho de 90 km, entre a divisa dos estados do São Paulo e Minas Gerais e o entroncamento com a BR-116	MG e SP	Ampliação/reforma	Público/privado	Iniciadas	Financeiro	2007
<i>Rodoanel do Rio de Janeiro</i>	Construção de trecho com 80 km na BR-493, que ligará a Baixada Fluminense ao Porto de Sepetiba. Visa melhorar o trânsito na região metropolitana da capital	RJ	Ampliação	Público/privado	Em projeto	Financeiro	2008
BR-116	Duplicação de trecho de 32km próximo à divisa entre os estados de São Paulo e Paraná	SP	Ampliação	Público	Iniciadas	Financeiros	2008
BR-381	Melhorias no trecho entre a cidade de Governador Valadares e a capital do estado	MG	Reforma	Público	Em projeto	Não há	2007

BR-050	Melhorias em trecho de 52km entre as divisa do estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Visa diminuir o risco de acidentes e assaltos na estrada	GO, MG, SP	Reforma	Público	Iniciadas	Financeiro	2008
---------------	---	------------	---------	---------	-----------	------------	------

SUL

ENERGIA

Distribuição

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Rede elétrica	Luz Para Todos	Sul	Ampliação	Público/privado	Iniciadas	Não há	2008

TRANSPORTE

Aeroportos

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Aeroporto de Cascavel</i>	Novo aeroporto regional	PR	Implantação	Público/privado	Em projeto	Não há	2005
<i>Aeroporto de Maringá</i>	Novos terminais de carga e passageiros	PR	Ampliação	Público/privado	Em projeto	Não há	2005

Ferroviás

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
<i>Ramal Ferroviário</i>	Trecho de 120 km entre a cidade de Paranaguá e a capital do estado. O objetivo do projeto é melhorar o acesso para aumentar o movimento no porto	PR	Implantação	Público/privado	Em projeto	Não há	2005
<i>Ramal ferroviário</i>	Trecho de 171km entre as cidades de Cascavel e Foz do Iguaçu	PR	Implantação	Público/privado	Em projeto	Não há	2005
<i>Variante ferroviária</i>	Trecho de 130 km entre as cidades de Guarapuava e Ipiranga	PR	Implantação	Público/privado	Em projeto	Financeiro	2011

Ramal ferroviário	Trecho de 171km entre as cidades de Cascavel e Guiára	PR	Implantação	Público/privado	Em projeto	Não há	2005
Contorno Ferroviário de Curitiba	Trecho de 50 km entre as cidades de Almirante Tamandaré e Araucária	PR	Ampliação	Público/privado	Em projeto	Ambiental	2007

Hidrovias

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Hidrovia Tietê-Paraná	Derrocamento	PR	Reforma	Público	Iniciadas	Financeiro	2006

Portos

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Porto Paranaguá	Melhorias no cais; dragagem e derrocagem no canal; pavimentação das vias de acesso urbano e rodoviário	PR	Reforma	Públicos	Em projeto	Não há	2006

Rodovias

OBRAS	DESCRIÇÃO DO PROJETO	LOCAL	TIPO DE OBRA	ORIGEM DOS RECURSOS	ESTÁGIO ATUAL	EMPECILHOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Rodovia do Mercosul	Duplicação de trecho de 343km entre a cidade de Osório e a capital de Santa Catarina. Visa à redução de acidentes e ao aumento de capacidade da via	Sul	Ampliação	Público	Iniciadas	Financeiros	2008
BR-116	Duplicação de trecho de 32km próximo à divisa entre os estados de São Paulo e Paraná	PR	Ampliação	Público	Iniciadas	Financeiros	2008
Malha rodoviária estadual	Pavimentação de trecho 4.000km nas rodovias do Paraná	PR	Reforma	Público/privado	Iniciadas	Não há	2006
BR-487	Pavimentação do trecho com 118km entre as cidades de Cruzeiro do Oeste e Guaritava	PR	Reforma	Público/privado	Em projeto	Financeiro	Sem previsão
BR-467	Melhorias e duplicação de trecho entre as cidades de Cascavel e Toledo	PR	Reforma	Público/privado	Iniciadas	Não há	2005

$$IndIUR_i = \left(\frac{\log(P_i) - \log(P_{\min})}{\log(P_{\max}) - \log(P_{\min})} \right) * 100$$

$$P_{\min} = 0,000127613$$

P_{\max}	119,78348839	Pavimentação de trecho de 30km entre as cidades de Brasiléia e Assis Brasil	PR	Reforma	Público	Iniciadas	Não há	2005
PR-092	Pavimentação de trecho de 53km entre as cidades de Rio Branco do Sul e Cerro Azul	PR	Reforma	Público	Iniciadas	Não há	2005	
Contorno Norte de Curitiba	Conclusão da pavimentação do lote 2	PR	Reforma	Público/privado	Iniciadas	Não há	2005	